



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TOMÁS GUILLERMO POLO

ENTRE MITOS E BYTES:
TECNOFACISMO E A RELAÇÃO DO BOLSONARISMO COM A EDUCAÇÃO

Rio Branco

2025

TOMÁS GUILLERMO POLO

**ENTRE MITOS E BYTES:
TECNOFACISMO E A RELAÇÃO DO BOLSONARISMO COM A EDUCAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Acre para a
obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Estado, Educação e Políticas

Orientador: Prof. Rafael Marques Gonçalves, Dr.

Rio Branco

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

P778e Polo, Tomás Guillermo, 1976 -
Entre mitos e bytes: tecnofacismo e a relação do bolsonarismo com a
educação / Tomás Guillermo Polo; orientador: Prof. Dr. Rafael Marques
Gonçalves. – 2025.
202 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu de Mestrado em Educação. Rio Branco, 2025.
Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. Capitalismo digital. 2. Pós-verdade. 3. Comodificação do conhecimento. I.
Gonçalves, Rafael Marques (orientador). II. Título.

CDD: 370

Bibliotecário: Uéliton Nascimento Torres CRB-119/1074.

Tomás Guillermo Polo

**ENTRE MITOS E BYTES:
TECNOFACISMO E A RELAÇÃO DO BOLSONARISMO COM A EDUCAÇÃO**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado em 28 de março de 2025,
por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Rafael Marques Gonçalves
Orientador (a) – Universidade Federal do Acre

Prof.(a) Dr.(a) Nádson Araújo dos Santos
Examinador Interno – Universidade Federal do Acre

Prof.(a) Dr.(a) Eduardo Simonini Lopes
Examinador Externo – Universidade Federal de Viçosa

Rio Branco

2025

Dedico este trabalho a todos aqueles que, desde a descoberta do fogo até os intrincados circuitos modernos, conduziram a humanidade para fora da sombra das cavernas — literal e figurativamente. Aos inventores da roda, do arado e de tantas outras engenhocas que nos libertaram, pelo menos um pouco, da dureza do trabalho braçal. Aos filósofos que ousaram enxergar além do que era evidente e, apesar de serem frequentemente relegados ao esquecimento ou vistos como excêntricos, persistiram na busca por verdades que poucos ousam questionar.

Aos cientistas e inovadores que nunca aceitaram o "sempre foi assim" como resposta, abrindo caminho para o novo, o inesperado, o impossível. Aos gênios que chegaram cedo demais para seu próprio tempo, recebidos não com aplausos, mas com desdém — ou, pior ainda, com indiferença. E aos que, desde sempre, lutaram pela liberdade e pela justiça, enfrentando as muitas formas de opressão que, como erva daninha, insistem em brotar onde menos se espera. Que aqueles que sonham com um mundo mais justo e humano continuem a incomodar. Porque é na inquietude que florescem as revoluções.

Dedico também à minha esposa, minha cúmplice e grande amor, que contribuiu de maneiras sutis, mas essenciais, para que este trabalho pudesse ser realizado, mesmo sabendo que ela jamais o lerá. E está tudo bem com isso — afinal, nosso amor transcende qualquer bibliografia. Aos meus filhos, que são, no fundo, quem nos dá um propósito verdadeiro e nos ajuda a resistir à fugacidade da vida, lembrando-nos que há algo de duradouro em meio à transitoriedade. E, em especial, à minha filha Ana Rosa, a mais linda flor do meu jardim, cuja graça e luz renovam minha fé no amanhã, fazendo-me acreditar, todos os dias, que ainda vale a pena esperar por um futuro mais belo.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar minha sincera gratidão ao Prof. Dr. Rafael Marques Gonçalves, cuja paciência e generosidade permitiram que eu conduzisse este trabalho da minha própria maneira, sem me conformar às regras estabelecidas. Desde o início, ele confiou em uma pesquisa que muitos colegas e outros docentes consideraram absurda ou irrealizável. No entanto, sabia que não há problema em desafiar os limites: para avançar, é preciso aceitar o risco de errar. E, sem riscos, não há inovação — que, afinal, é um dos principais objetivos da pesquisa.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação, deixo meu sincero agradecimento por terem acolhido um estrangeiro sem qualquer experiência no campo educacional e que jamais ministrou uma aula. Mesmo assim, fui recebido com abertura e confiança, tendo a oportunidade de buscar minha própria contribuição, trazendo um pouco das minhas experiências diversas e, ao mesmo tempo, aprendendo com as suas. Foi essa troca rica e acolhedora que permitiu meu crescimento ao longo desta jornada.

A todos, minha mais genuína gratidão.

"Às vezes as pessoas não querem ouvir a verdade porque não desejam que suas ilusões sejam destruídas." (NIETZSCHE, 1886)

"O ego se recusa a se comprometer com a verdade que pode contradizer seus próprios desejos." (FREUD, 1923).

"O homem é, sem dúvida, o grande artífice de seus próprios enganos." (PASCAL, 1670).

"Ver o que está diante de nosso nariz requer uma luta constante." (ORWELL, 1946).

"A razão é, e deve apenas ser, escrava das paixões." (HUME, 1739).

"Disse-lhe Pilatos: 'Verdade? Mas o que é a verdade?'" (João 18:38)

"Os homens de hoje desejam lucros rápidos,
descuram a verdade e dobram as leis ao próprio querer.
Não têm virtude, mas vestem-se de púrpura e sedas,
escondem a confusão sob mantos bordados.
Invertem o certo e o errado,
os rios sobem as montanhas,
as montanhas caminham." (QU YUAN, 475–221 A.C.)

RESUMO

Esta dissertação examina as políticas educacionais do governo Bolsonaro no contexto do capitalismo digital, explorando a comodificação do conhecimento e a crise de autoridade cognitiva. Fundamentada na Teoria Crítica, com base em autores como Adorno, Horkheimer e Zuboff, a pesquisa analisa como o bolsonarismo utilizou tecnologias digitais para consolidar uma agenda autoritária e conservadora. A dissertação discute como a manipulação emocional e o uso da psicomетria permitiram segmentar audiências e amplificar a polarização, transformando o ambiente digital em uma câmara de eco que reforça preconceitos e enfraquece o diálogo público. Além disso, o trabalho aborda o impacto dessas práticas na educação, mostrando como o sistema educacional foi instrumentalizado para reforçar o controle ideológico, limitando a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Sob a lógica do capitalismo digital, as políticas bolsonaristas subordinam a educação aos interesses mercadológicos e de vigilância, comprometendo seu papel emancipador. A dissertação conclui que uma educação crítica é essencial para resistir às manipulações digitais e autoritárias, defendendo o fortalecimento da cidadania ativa e informada frente à desinformação e ao controle algorítmico.

Palavras-chave: capitalismo digital, pós-verdade, comodificação do conhecimento, crise de autoridade cognitiva, políticas educacionais.

ABSTRACT

This dissertation examines the educational policies of the Bolsonaro government within the context of digital capitalism, exploring the commodification of knowledge and the crisis of cognitive authority. Grounded in Critical Theory and drawing on authors such as Adorno, Horkheimer, and Zuboff, the research analyzes how bolsonarism utilized digital technologies to consolidate an authoritarian and conservative agenda. The dissertation discusses how emotional manipulation and the use of psychometrics allowed for audience segmentation and amplified polarization, transforming the digital environment into an echo chamber that reinforces prejudices and weakens public dialogue. Furthermore, the work addresses the impact of these practices on education, demonstrating how the educational system was instrumentalized to reinforce ideological control, limiting intellectual autonomy and critical thinking. Under the logic of digital capitalism, Bolsonaro's policies subjugate education to market and surveillance interests, compromising its emancipatory role. The dissertation concludes that critical education is essential to resist digital and authoritarian manipulations, advocating for the strengthening of active and informed citizenship in the face of disinformation and algorithmic control.

Keywords: digital capitalism; post-truth; knowledge commodification; crisis of cognitive authority; educational policies.

TABELA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura	Descrição	Página
Figura 1	Charge: Capitalismo de Vigilância	51
Figura 2	Charge: Atrofia Cognitiva	58
Figura 3	Charge: Capitalismo de Vigilância	63
Figura 4	Charge: Viés de Confirmação	67
Figura 5	Fotografia: Bilionários do Vale do Silício na posse de Donald Trump	118
Figura 6	Ilustração: Ídolo de Ouro de Trump na “Terra Santa”	119
Figura 7	Fotografia: Gesto 'sieg heil', ou saudação nazista, realizada por Elon Musk	121
Figura 8	Fotografia: Presidente J. Bolsonaro presta continência à bandeira dos EUA	123
Figura 9	Charge: Tecnofascismo	144
Figura 10	Charge: Fluidez Moral	150
Figura 11	Charge: Violência Simbólica e Desinformação	162
Figura 12	Charge: Tecnofascismo	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O Olho Invisível: A Vigilância no Capitalismo Digital	36
2 Educação à Venda: A Comodificação do Saber.....	48
3 Educação em Colapso e o Epistemicídio no Governo Bolsonaro	80
4 Reinventando Realidades: A Pós-Verdade no Capitalismo Digital	130
5 Matrix Bolsonaroista: O Ciberneofascismo em Ação	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos em que algoritmos, essas entidades invisíveis e oniscientes, redesenham silenciosamente os contornos da realidade. Com uma precisão que faria inveja a antigos oráculos, mapeiam cada interação digital, cada clique e deslize de tela, como se decifrassem um código secreto que nem nós mesmos conhecemos. Em vez de lançar ossos ao solo ou decifrar a fumaça de um templo, são *terabytes* de dados que, dispostos em padrões, preveem desejos, antecipam medos, calibram emoções. O mais inquietante, porém, não é a onipresença dessas inteligências artificiais, mas o fato de que sequer sentimos sua atuação. Como bem pontuou Freud, não somos senhores nem mesmo de nossas próprias casas interiores; o inconsciente dita muito antes que a razão possa se pronunciar. A psicomетria digital parece ter compreendido isso melhor do que qualquer escola filosófica: ao invés de apelar para a lógica, ela captura os rastros dos afetos e opera diretamente sobre eles.

Neste cenário, a educação, esse projeto iluminista de emancipação, vê-se diante de um desafio sem precedentes. A escola, que outrora pretendia formar cidadãos autônomos e críticos, está agora diante de uma nova dinâmica, na qual a manipulação não se dirige à razão, mas sim às emoções subterrâneas. E isso altera tudo. Como resistir a influências que operam antes mesmo do pensamento? Como desenvolver um modelo educacional que possa blindar os indivíduos contra estratégias de controle que não são percebidas como coerção, mas como "escolhas naturais", como "preferências espontâneas", como se fossem fruto da livre vontade? Não basta recorrer aos apelos convencionais sobre "pensamento crítico". A crença de que basta ensinar os alunos a identificar *fake news* ou a "avaliar fontes" parte da suposição ingênua de que a batalha se dá no terreno da informação, quando, na verdade, o que está em disputa é a própria estrutura da percepção. A manipulação contemporânea não opera pelo convencimento racional, mas pela indução silenciosa dos afetos. Se Freud nos mostrou que a consciência é apenas a fina película de um oceano mais profundo, a psicomетria digital soube mergulhar nesse oceano com uma competência perturbadora.

A grande ironia da era digital é que, ao contrário do que alardeiam seus entusiastas, ela não expandiu a liberdade, mas sofisticou os mecanismos de controle. Se antes o autoritarismo precisava de censura explícita e repressão aberta, hoje ele avança por vias mais sutis, menos visíveis. As grades do cárcere foram substituídas por interfaces amigáveis; a coerção, por "recomendações personalizadas". Não há necessidade de impor nada – basta

sugerir. A democracia transformou-se em um espetáculo de autoafirmação algorítmica, onde cada um vê apenas o que já confirma suas crenças, onde a indignação é induzida sob medida, e onde a sensação de liberdade não passa de um simulacro.

O tecnofascismo contemporâneo não nasce do uso ostensivo da força estatal, mas da colonização das consciências. Ele não precisa, em seu estágio inicial, de campos de reeducação nem de censores oficiais — basta uma arquitetura digital que reorganiza desejos, reconfigura percepções e mobiliza afetos no sentido da conformidade. O século XXI já não exige que um líder carismático conduza multidões em praça pública; algoritmos bem treinados fazem esse trabalho de maneira mais eficiente, amplificando discursos, invisibilizando dissidências e moldando realidades sob medida para cada bolha informacional. O fascismo da era digital não precisa, de imediato, de tropas nas ruas. Ele se instala antes mesmo de chegar ao poder, infiltrando-se nas malhas do cotidiano, domesticando subjetividades e convertendo cidadãos comuns em agentes voluntários da sua própria servidão.

Mas não nos enganemos: esse tecnofascismo, embora sofisticado na arte da sedução algorítmica, não abrirá mão do aparato policial quando necessário. O que começa como uma guerra cultural travada nos *feeds*, nos grupos de WhatsApp e nas bolhas de Telegram rapidamente se traduz em perseguições reais, restrições institucionais e repressão aos dissidentes. As milícias digitais que desqualificam a imprensa e as universidades são a linha de frente de uma estrutura que, uma vez consolidada, não hesita em recorrer à coerção estatal para silenciar vozes dissonantes. A radicalização promovida pelas redes sociais serve como preparação psicológica para um Estado que, em sua fase madura, não hesita em transformar a violência simbólica em violência concreta. O que hoje se alimenta da desinformação e da manipulação afetiva, amanhã se impõe pelas botas e cassetetes.

A grande inovação desse modelo de dominação é sua aliança íntima com a indústria da tecnologia. Se os regimes totalitários do século XX precisavam de vastos aparatos propagandísticos estatais, o tecnofascismo do presente é impulsionado por conglomerados digitais que extraem lucros da polarização e da radicalização. As *big techs*, sob a máscara do progresso e da neutralidade, operam como verdadeiros laboratórios da engenharia social contemporânea, regulando o que pode e o que não pode ser dito, quais discursos devem ser amplificados e quais devem ser relegados ao esquecimento. Com seus algoritmos opacos, transformam o ódio em engajamento e a mentira em *commodity* altamente rentável. E assim, em nome da "liberdade de expressão", garantem que discursos extremistas floresçam, enquanto vozes moderadas são soterradas pelo barulho ensurdecedor das guerras culturais fabricadas.

O bolsonarismo não foi apenas um governo, mas uma mutação na lógica do poder, um fenômeno que se alimentou de ressentimentos sociais e da corrosão da esfera pública promovida pelas redes digitais. Seu triunfo eleitoral não decorreu de uma plataforma política estruturada ou de um plano de governo coerente, mas da construção de uma realidade alternativa, sustentada por desinformação sistemática e pelo apelo emocional à guerra cultural. Diferentemente dos populismos clássicos, que buscavam mobilizar as massas por meio de um líder carismático e da ocupação simbólica das ruas, o bolsonarismo operou essencialmente no campo das emoções digitais, fragmentando a opinião pública e jogando grupos sociais uns contra os outros. Seu discurso não apelava à razão, mas ao medo, à raiva e à nostalgia de um passado fictício onde a ordem não era desafiada e a cultura era "pura" — um revisionismo histórico cuidadosamente lapidado por influencers digitais, pastores neopentecostais e operativos do subterrâneo da extrema direita global.

Essa estratégia não foi improvisada, tampouco fruto do acaso. O bolsonarismo soube tirar proveito do colapso do jornalismo tradicional e da erosão da autoridade cognitiva, que há anos já vinha sendo corroída pelo declínio da confiança nas instituições democráticas. Se a política do século XX dependia da intermediação da grande mídia e dos partidos, o bolsonarismo triunfou justamente por contornar esses filtros, transformando as redes sociais em trincheiras de mobilização constante. Grupos de WhatsApp substituíram comitês políticos, influencers radicais assumiram o papel de articuladores de campanha, e memes tornaram-se instrumentos de guerra ideológica. O modelo não era apenas brasileiro: seguia a cartilha já testada por Donald Trump, Viktor Orbán e Narendra Modi, onde a desinformação massiva e a mobilização afetiva tomam o lugar do debate racional e do contraditório.

Ao chegar ao poder, Bolsonaro e seu círculo entenderam rapidamente que sua hegemonia dependia da manutenção desse ecossistema informacional, e não da governabilidade no sentido clássico. Suas estratégias de comunicação — baseadas em ataques sistemáticos à imprensa, em narrativas conspiratórias e na construção de inimigos imaginários — não eram um desvio ou um improviso, mas a própria essência do seu governo. A guerra cultural, tão central à sua retórica, servia para manter sua base mobilizada e em permanente estado de beligerância, enquanto o Estado era gradativamente instrumentalizado para acomodar o projeto autoritário.

Nesse cenário, a educação tornou-se um alvo prioritário. Um governo que se sustenta na fabricação da ignorância e na manipulação da percepção pública não pode tolerar uma escola

que forme cidadãos autônomos, dotados de pensamento crítico e de capacidade analítica. A ofensiva bolsonarista contra a educação não se limitou a cortes de verbas ou à precarização das universidades públicas; tratou-se de uma operação mais sofisticada e insidiosa. O objetivo nunca foi apenas desfinanciar a educação, mas reconfigurá-la para que deixasse de ser um espaço de emancipação e se tornasse um instrumento de conformidade e reprodução ideológica.

O bolsonarismo soube aproveitar-se das fissuras já existentes no sistema educacional, instrumentalizando o pânico moral contra supostas "doutrinações marxistas" e "ideologias de gênero" para justificar intervenções drásticas. Programas como o “Escola Sem Partido” e a militarização do ensino médio eram apenas a ponta do iceberg de um projeto mais amplo de reconfiguração da educação como um espaço de disciplina e obediência, e não de reflexão e crítica. Paralelamente, a expansão da educação a distância (EAD), acelerada pela pandemia, tornou-se um aliado estratégico desse modelo. O ensino remoto, propagandeado como modernização e democratização do acesso ao conhecimento, operou, na prática, como um mecanismo de isolamento intelectual e desmobilização política. A substituição do professor pelo tutorial gravado, da sala de aula pelo fórum assíncrono e do debate presencial pelo quiz automatizado moldou uma geração de estudantes cada vez menos habituados ao confronto de ideias e cada vez mais adaptados a uma lógica de aprendizado solitária e superficial.

O governo Bolsonaro não precisou censurar livros ou fechar universidades — bastou criar as condições para que a educação fosse reduzida a uma experiência padronizada e despolitizada. O ensino técnico de curta duração, a valorização das disciplinas STEM em detrimento das ciências humanas, e a terceirização da produção de conteúdo para grandes conglomerados educacionais corporativos consolidaram um modelo de formação onde a ideia de educação como direito e processo emancipatório foi substituída pela noção de treinamento e capacitação para o mercado. Não por acaso, a retórica bolsonarista era repleta de desprezo por sociólogos, filósofos e cientistas políticos, enquanto exaltava cursos rápidos de programação e empreendedorismo como o ápice do desenvolvimento educacional.

Essa transformação não se limitou ao Brasil. Em toda parte onde a extrema direita ascendeu ao poder, a educação foi reconfigurada para servir a um novo tipo de governança autoritária e tecnocrática. Viktor Orbán, na Hungria, consolidou o controle ideológico das universidades por meio de reformas que limitaram a autonomia acadêmica. Na Índia, Modi utilizou o ensino religioso como instrumento para reescrever a história nacional em favor da sua ideologia hinduísta. E nos Estados Unidos, Trump buscou deslegitimar o conhecimento científico em favor de uma retórica anti-intelectual e conspiratória. O bolsonarismo bebeu dessa

mesma fonte e seguiu um roteiro similar, utilizando a guerra cultural como cortina de fumaça para uma reforma educacional regressiva e mercantilizada.

Dessa forma, não se pode entender a destruição da educação pública brasileira apenas como um efeito colateral do neoliberalismo ou da crise fiscal do Estado. O desmonte educacional no governo Bolsonaro foi uma escolha estratégica, um projeto deliberado de desintelectualização da sociedade. O ataque ao pensamento crítico e à autonomia intelectual não foi um subproduto da sua gestão, mas seu próprio objetivo. E esse processo se deu, ironicamente, não por meio de uma repressão direta, mas por uma erosão lenta e sistemática das bases que sustentavam a educação como espaço de construção de cidadania e conhecimento.

Objetivo Geral

Examinar como as políticas educacionais [no contexto das universidades e o discurso da educação](#) do governo Jair Bolsonaro foram estruturadas a partir das dinâmicas do capitalismo digital, com ênfase na commodificação do conhecimento e na erosão da autoridade cognitiva, analisando de que forma essas transformações impactaram a educação superior brasileira, buscando restringir a formação crítica e a autonomia intelectual dos estudantes.

Objetivos Específicos

- Analisar como a educação superior brasileira foi integrada à lógica da commodificação no capitalismo digital, destacando o papel das plataformas tecnológicas, da coleta massiva de dados e da padronização curricular voltada aos interesses de mercado.
- Examinar como a crise de autoridade cognitiva foi instrumentalizada nas políticas educacionais do governo Bolsonaro, promovendo a deslegitimação do conhecimento científico, o ataque às universidades públicas e a normalização da desinformação.
- [Analisar como as plataformas](#) digitais amplificam a pós-verdade, a polarização política e a desinformação, impactando diretamente a formação crítica dos estudantes do ensino superior e a autonomia do pensamento acadêmico.
- Analisar as estratégias discursivas e digitais empregadas pelo governo Bolsonaro para reformular políticas voltadas à educação superior, promovendo um modelo universitário alinhado à agenda reacionária e à subordinação do ensino e da pesquisa aos interesses mercadológicos.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada na Análise de Conteúdo Crítica (ACC), fundamentada pelos pressupostos da Teoria Crítica. A ACC é empregada para examinar as políticas educacionais no contexto das universidades e o discurso da educação do governo Jair Bolsonaro, permitindo a problematização dos mecanismos discursivos, normativos e estruturais que refletem as dinâmicas do capitalismo digital, da mercantilização do conhecimento e da erosão da autoridade cognitiva.

A partir desse enquadramento analítico, busca-se compreender como tais políticas foram formuladas e implementadas em consonância com um modelo de educação instrumentalizado, voltado à restrição da formação crítica e da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, a abordagem metodológica permite não apenas identificar os padrões ideológicos subjacentes às políticas educacionais, mas também analisar suas implicações para a universidade pública no contexto contemporâneo, considerando os desafios impostos pelo avanço da lógica neoliberal e da reconfiguração dos processos de produção e legitimação do conhecimento.

A Teoria Crítica, oriunda da tradição da Escola de Frankfurt, constitui o referencial epistemológico desta pesquisa. Fundamentada nas contribuições de Marcuse, assim como Adorno, Horkheimer, Benjamin e Fromm, bem como em seus predecessores Marx, Lukács e Freud, a investigação parte do pressuposto de que as estruturas de dominação nas sociedades capitalistas não operam exclusivamente por meio da coerção econômica e política, mas sobretudo por mecanismos ideológicos, culturais e psíquicos que conformam subjetividades e limitam a capacidade de reflexão crítica. Entretanto, as análises clássicas formuladas no contexto da modernidade industrial necessitam de uma atualização teórica para abarcar as transformações impostas pelo capitalismo digital, pela economia da atenção e pelas novas formas de governamentalidade no neoliberalismo tardio.

Nesse sentido, a pesquisa se alicerça em teóricos contemporâneos da tradição crítica, com destaque para Byung-Chul Han, cujas reflexões sobre psicopolítica, sociedade do desempenho e hipertransparência oferecem um instrumental analítico adequado à compreensão da lógica da autoexploração e da captura algorítmica da subjetividade¹. Ademais, autores como

¹ Quando iniciei esta pesquisa, o que me movia eram inquietações pessoais sobre a influência comportamental exercida pela psicométrica algorítmica na dissolução de um referencial comum de verdade, na crise epistêmica e na reconfiguração das subjetividades contemporâneas. Observava como esses processos não apenas impulsionavam os movimentos neofascistas, mas também aprofundavam a crise de representatividade das democracias liberais. No entanto, percebia um vazio nos debates das ciências humanas, especialmente na

Hartmut Rosa, Axel Honneth e Rahel Jaeggi são mobilizados para aprofundar a análise sobre a aceleração social, os regimes de reconhecimento e os processos de alienação na contemporaneidade. Ainda que com ressalvas, Habermas será considerado na medida em que suas reflexões sobre a esfera pública e a racionalidade comunicativa permitem problematizar os desafios impostos pela digitalização do espaço discursivo e a corrosão dos critérios normativos da deliberação democrática.

Além disso, propomos uma apropriação crítica da psicologia cognitiva, ressignificando as contribuições de Daniel Kahneman, Cass Sunstein e Amos Tversky no que concerne aos mecanismos de tomada de decisão e à exploração sistemática dos vieses cognitivos. Embora esses autores estejam vinculados a uma tradição pragmática e liberal, seus modelos explicativos oferecem insumos valiosos para a análise crítica das arquiteturas de escolha e dos dispositivos de persuasão algorítmica, que reduzem a autonomia dos sujeitos e consolidam um regime de controle imperceptível, operado sob a lógica do engajamento e da economia da atenção.

No campo da crítica ao capitalismo digital, a pesquisa dialoga com autoras e autores como Shoshana Zuboff e Evgeny Morozov, cujas investigações sobre capitalismo de vigilância, extrativismo de dados e tecnopolítica são centrais para compreender a nova configuração das relações de poder na era da informação. De forma complementar, recorreremos a conceitos elaborados por Guy Debord e Jean Baudrillard, particularmente no que tange à espetacularização da política, à hiper-realidade e à simulação, bem como a aportes pontuais da psicologia social fora da tradição psicanalítica, como os trabalhos de Albert Bandura, Richard

educação, onde essas questões, que me pareciam as mais urgentes de nosso tempo, raramente figuravam como objeto central de investigação. Tendo a Teoria Crítica como a tradição filosófica com a qual mais me identificava, passei a buscar autores que analisassem o capitalismo cognitivo e a psicologia comportamental sob a ótica das dinâmicas digitais, no intuito de atualizar esse referencial teórico e preenchê-lo com as questões que me pareciam ainda inexploradas. Há pouco mais de dez dias, entretanto, tive meu primeiro contato com a obra de Byung-Chul Han, professor da Universidade de Berlim, e descobri que ele já havia articulado, com rigor e clareza, grande parte das ideias que eu tentava desenvolver. Alguns trechos da minha dissertação qualificada pareciam uma versão rudimentar e menos elaborada de *Psychopolitik*, publicado por ele em 2014. Esse reconhecimento, longe de me desanimar, reforçou minha intuição de que estava no caminho certo. O fato de ter chegado, por conta própria e em pouco tempo, a formulações semelhantes às de um autor amplamente reconhecido me faz crer que as conclusões que extrapolam Han também merecem atenção e aprofundamento. No entanto, há uma questão prática incontornável: preciso, em duas semanas, reposicionar Han como eixo central da pesquisa, não apenas para situar corretamente minha argumentação dentro da tradição à qual pertence, mas também para evitar que o trabalho soe como uma apropriação indevida de ideias já estabelecidas. Afinal, quem acreditaria que foi o Tomás quem chegou a essas conclusões por conta própria?

E. Eibach e Leon Festinger, aplicados à análise da cognição social e da conformação de crenças em ambientes digitais.

Tomando a Teoria Crítica como eixo estruturante, esta pesquisa qualitativa busca compreender de que modo as políticas educacionais implementadas durante o governo Bolsonaro foram moldadas por essas dinâmicas, resultando na limitação da autonomia intelectual e na obstrução do desenvolvimento do pensamento crítico. Em um contexto em que o conhecimento é absorvido pelo aparato técnico e integrado à lógica da funcionalidade, tornando-se cada vez mais subordinado às exigências do mercado e do capital (Marcuse, 1968), e em que a educação se insere em um regime de captura algorítmica, torna-se imperativo investigar os dispositivos que operam na conformação das subjetividades e na manutenção das estruturas de dominação na contemporaneidade.

A coleta de dados baseou-se predominantemente na pesquisa bibliográfica, complementada pontualmente por uma análise documental seletiva. A pesquisa bibliográfica abrangeu um conjunto significativo de estudos acadêmicos que analisam as políticas educacionais no contexto do governo Bolsonaro (2019-2022), com ênfase em seus impactos sobre a educação superior, a autonomia universitária e a formação crítica dos estudantes. Foram examinados livros, artigos científicos, dissertações e relatórios institucionais que investigam a intersecção entre as diretrizes educacionais do período e a lógica neoliberal, bem como seus desdobramentos para o ensino superior público no Brasil.

De forma complementar, a análise documental concentrou-se no exame de documentos oficiais específicos do governo Bolsonaro, como leis, decretos e diretrizes do Ministério da Educação (MEC), que oferecem suporte à contextualização do cenário educacional. Entre os documentos analisados, destacam-se a Medida Provisória 914, que modificou os critérios de escolha dos dirigentes das universidades federais, e o programa Future-se, que propunha a ampliação da participação de capitais privados no financiamento da educação pública. Embora esses documentos forneçam elementos importantes para a análise, o foco principal da pesquisa reside na interpretação crítica das políticas educacionais à luz dos estudos já desenvolvidos sobre o tema, articulando-os à tradição da Teoria Crítica e às reflexões contemporâneas sobre o neoliberalismo digital, que constituem o eixo interpretativo deste trabalho.

Os critérios de seleção dos documentos e estudos analisados basearam-se na relevância temporal (produzidos entre 2018 e 2024) e pertinência temática (focados nas políticas educacionais do governo Bolsonaro e seus desdobramentos para a educação superior). Foram

priorizadas fontes confiáveis, incluindo documentos oficiais e publicações acadêmicas revisadas por pares, garantindo a robustez da investigação. Dessa forma, a pesquisa busca assegurar uma análise fundamentada em materiais diretamente vinculados às transformações no campo educacional, considerando tanto as diretrizes governamentais quanto as interpretações críticas já produzidas sobre o tema.

A Análise de Conteúdo Crítica (ACC) foi o método escolhido para a interpretação dos dados, alinhando-se à Teoria Crítica. Diferente da análise de conteúdo tradicional, a ACC busca não apenas identificar padrões temáticos nos documentos, mas também desvelar as ideologias subjacentes aos textos. O processo de análise dividiu-se em três fases principais: codificação, identificação das ideologias subjacentes e análise crítica dos dados. Durante a fase de codificação, os dados foram organizados em temas e categorias, como “comodificação do conhecimento”, “capitalismo digital”, “controle ideológico” e “crise de autoridade cognitiva”. A partir daí, a análise concentrou-se em como os documentos e discursos analisados refletem e reforçam ideologias que buscam controlar o conteúdo educacional, limitando a pluralidade de ideias e promovendo uma visão autoritária.

A Análise de Conteúdo Crítica (ACC) foi adotada como método interpretativo dos dados, alinhando-se à Teoria Crítica e integrando contribuições da psicanálise e da psicologia cognitiva. Diferentemente da análise de conteúdo tradicional, a ACC não se limita à identificação de padrões temáticos nos documentos, mas busca evidenciar os mecanismos discursivos, subjetivos e estruturais que sustentam e legitimam as políticas educacionais analisadas. Essa abordagem permite compreender não apenas os aspectos ideológicos, mas também os processos psicológicos subjacentes, incluindo a formação de crenças, a internalização de discursos autoritários e as estratégias de manipulação da atenção e do comportamento.

O processo analítico foi estruturado em três etapas principais: codificação, análise das estratégias de conformação discursiva e subjetiva e interpretação crítica dos dados. Durante a fase de codificação, os dados foram organizados em categorias temáticas, como “mercantilização do conhecimento”, “capitalismo digital”, “controle ideológico” e “crise de autoridade cognitiva”, permitindo uma sistematização preliminar dos discursos e práticas analisadas.

Na etapa seguinte, a investigação concentrou-se na maneira como os textos e discursos analisados operam simultaneamente no nível ideológico e psíquico, articulando estratégias

discursivas, mecanismos afetivos e dispositivos cognitivos que buscam legitimar a instrumentalização da educação e restringir a autonomia intelectual. Para isso, foram mobilizadas as contribuições de Adorno sobre os padrões psicológicos da propaganda autoritária, assim como aportes da psicanálise e da psicologia cognitiva.

Inspirando-se na análise adorniana da propaganda fascista, a pesquisa examinou como o discurso educacional bolsonarista mobilizou a regressão psíquica e a identificação com a autoridade, favorecendo a obediência acrítica às diretrizes governamentais e a rejeição da autonomia do pensamento crítico. Além disso, foram analisadas estratégias discursivas de simplificação e fetichização da autoridade, nas quais narrativas polarizadas – como a oposição entre "universidade e povo" ou "ciência e ideologia" – operam para reduzir a complexidade e fortalecer o pensamento estereotipado.

Com base na psicanálise, investigou-se a projeção afetiva e o direcionamento de ressentimentos contra a universidade pública e os professores, que foram sistematicamente construídos como inimigos morais. A partir da psicologia cognitiva, examinou-se como vieses cognitivos, heurísticas e arquiteturas de escolha foram exploradas para modelar percepções e comportamentos, levando à aceitação acrítica da desinformação e à erosão da capacidade reflexiva.

Por fim, a análise crítica buscou evidenciar como esses mecanismos psíquicos e discursivos se articulam ao capitalismo digital, reforçando a captura algorítmica da atenção e a disseminação automatizada de narrativas que deslegitimam o conhecimento acadêmico e restringem o pluralismo epistemológico.

Por fim, na análise crítica final, buscou-se evidenciar como as políticas educacionais do governo Bolsonaro se articularam às dinâmicas do capitalismo digital, promovendo uma reconfiguração da universidade sob a lógica da performance, da transparência e da aceleração. A investigação centrou-se na forma como tais políticas, ao invés de apenas impor restrições administrativas ou normativas, operaram sobre a estrutura temporal e subjetiva do processo educativo, favorecendo a primazia da eficiência técnica e do aprendizado fragmentado em detrimento da formação crítica e da experiência reflexiva. Esse modelo, orientado pela lógica da hiperprodutividade e da instrumentalização do saber, não apenas compromete a autonomia intelectual, mas também reconfigura a própria relação dos sujeitos com o conhecimento, convertendo-o em insumo volátil dentro de um sistema de valoração imediata e de capital humano.

Nesse contexto, o discurso educacional bolsonarista não apenas reafirma a comodificação da educação e a erosão da autoridade cognitiva, mas também intensifica dinâmicas de conformação subjetiva, promovendo um modelo universitário alinhado ao princípio da positividade e da supressão do conflito. A aceleração dos fluxos informacionais e a dissolução da experiência acadêmica enquanto espaço de ressonância e aprofundamento resultam na fragmentação do aprendizado e no enfraquecimento da capacidade de oposição reflexiva. Assim, a análise permitiu compreender como tais estratégias se articulam às estruturas de poder contemporâneas, consolidando a educação como um dispositivo de controle cognitivo e normalização da passividade epistêmica, reduzindo a universidade ao estatuto de um espaço funcional e subordinado à lógica do desempenho e da acumulação de competências operacionais. Na etapa final da análise, a investigação concentrou-se na forma como os discursos e diretrizes educacionais do governo Bolsonaro reconfiguraram a educação sob a lógica da mercantilização e da instrumentalização do conhecimento, alinhando-se às dinâmicas estruturais do capitalismo digital. A análise crítica, fundamentada na Teoria Crítica, buscou evidenciar como essas políticas foram mobilizadas para a reprodução ideológica e o controle subjetivo, convertendo a educação superior em um espaço cada vez mais subordinado à racionalidade neoliberal e às exigências da performance e da eficiência técnica.

Para garantir maior rigor interpretativo, a pesquisa recorreu a uma triangulação conceitual, articulando diferentes perspectivas teóricas sobre um mesmo fenômeno. A confrontação entre tradições analíticas distintas, como a Teoria Crítica, a psicanálise e a psicologia cognitiva, permitiu enriquecer a investigação ao explorar as interseções entre processos discursivos, dinâmicas psíquicas e condicionantes estruturais da conformação subjetiva no campo educacional. Essa abordagem não apenas ampliou a capacidade explicativa da pesquisa, mas também possibilitou um exame mais refinado da maneira como a educação foi instrumentalizada dentro das novas configurações de poder do neoliberalismo digital.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos que desenvolvem uma análise teórica e crítica das dinâmicas do capitalismo digital e suas implicações para a educação no contexto do governo Bolsonaro:

- ✓ **Capítulo 1: O Olho Invisível: A Vigilância no Capitalismo Digital** - Este capítulo investiga o capitalismo digital como uma nova configuração do poder econômico e social, na qual a coleta massiva de dados e a vigilância algorítmica desempenham um papel central na reorganização das relações sociais, políticas e educacionais. O conceito

de capitalismo de vigilância, desenvolvido por Zuboff (2019), serve como eixo para compreender como grandes corporações tecnológicas extraem e mercantilizam dados pessoais, criando um mercado de futuros comportamentais, no qual as experiências humanas são transformadas em insumos para controle e lucro. A análise destaca o impacto desse novo regime de acumulação, comparando-o às estruturas panópticas descritas por Bentham e reconfiguradas por Foucault, demonstrando como a vigilância contemporânea opera não mais por coerção explícita, mas por captura algorítmica da atenção e modulação comportamental imperceptível. A apropriação de dados pessoais por plataformas digitais não apenas redefine as fronteiras entre público e privado, mas também fragiliza a autonomia cognitiva, condicionando a forma como sujeitos percebem, interpretam e interagem com o mundo. A partir das reflexões de Castells (1996) sobre a sociedade em rede e das críticas de Morozov (2011, 2013) ao solucionismo tecnológico, o capítulo discute como a vigilância digital não se limita ao controle do consumo, mas se expande para a formação de crenças e práticas sociais, influenciando desde o comportamento eleitoral até a maneira como indivíduos constroem conhecimento. Esse processo não apenas aprofunda desigualdades no acesso à informação qualificada, mas também compromete a capacidade de resistência crítica, ao transformar os espaços digitais em câmaras de eco que reforçam preconceitos e limitam o contraditório. No campo educacional, a vigilância algorítmica assume contornos ainda mais insidiosos, configurando um novo regime de controle epistêmico, no qual plataformas educacionais, sistemas de ranqueamento e métricas de produtividade reconfiguram o próprio significado do aprendizado. A lógica da vigilância, originalmente voltada à regulação da esfera econômica e política, transborda para a educação, moldando práticas pedagógicas e redefinindo a autoridade do conhecimento. Esse fenômeno se insere na dinâmica mais ampla do capitalismo cognitivo, conforme analisado por Peters e McLaren, onde o saber deixa de ser um bem público e passa a ser instrumentalizado dentro das lógicas do mercado e do controle algorítmico. Assim, este capítulo estabelece as bases conceituais para a análise posterior, demonstrando como o capitalismo digital não apenas mercantiliza o conhecimento, mas também instrumentaliza a própria experiência educativa, restringindo a autonomia intelectual e subordinando a formação crítica à lógica da performatividade e da vigilância contínua.

- ✓ **Capítulo 2: Educação à Venda – A Comodificação do Saber** - Este capítulo explora o processo de comodificação em sua inserção histórica e conceitual, demonstrando como ele se intensifica no capitalismo digital, expandindo-se para dimensões antes alheias à lógica mercantil. A análise parte da noção marxista de mercantilização e sua ampliação para esferas culturais e cognitivas, abordando como a subordinação de valores de uso ao valor de troca leva à transformação da vida social em um grande mercado. No capitalismo contemporâneo, a mercantilização não se restringe mais aos bens materiais, atingindo as relações sociais, as subjetividades e até mesmo a estrutura do conhecimento. A discussão avança demonstrando como o capitalismo digital potencializa e reconfigura o processo de comodificação, convertendo dados pessoais, interações sociais, tempo e atenção em recursos comercializáveis. A extração massiva de dados e a vigilância digital operam como formas de exploração invisível, onde o comportamento humano torna-se matéria-prima para a acumulação de capital. Esse fenômeno amplia a alienação descrita por Marx e aprofundada por Lukács através do conceito de reificação, na medida em que as relações sociais passam a ser mediadas por plataformas e algoritmos que modelam os modos de existir e interagir. O capítulo então

direciona essa análise para a commodificação do conhecimento, investigando como o saber, tradicionalmente compreendido como um bem público, é convertido em mercadoria dentro do capitalismo cognitivo. O ensino superior, em vez de operar como um espaço de formação crítica e desenvolvimento intelectual, passa a ser estruturado segundo métricas de eficiência, ranqueamento e competitividade, atendendo às demandas do mercado e das plataformas digitais. Essa lógica se manifesta na crescente influência de big techs sobre a educação, no avanço de modelos pedagógicos padronizados e na ênfase na empregabilidade em detrimento da reflexão autônoma. A educação, ao se tornar um setor lucrativo dentro do capitalismo digital, passa a operar segundo as dinâmicas da financeirização e do extrativismo de dados, onde plataformas educacionais privadas, sistemas de avaliação quantitativa e métricas algorítmicas determinam o que deve ser ensinado e aprendido. Além de reduzir a autonomia acadêmica, esse processo impõe uma racionalidade instrumental ao ensino, minando o espaço da universidade enquanto arena de construção do pensamento crítico e da pluralidade epistemológica. Por fim, o capítulo estabelece a conexão entre a commodificação do saber e a instrumentalização política da educação, preparando o terreno para a discussão das políticas educacionais do governo Bolsonaro, que se apropriaram dessas dinâmicas para reforçar o controle ideológico e reconfigurar a universidade dentro da lógica neoliberal. O capítulo evidencia que a mercantilização do conhecimento não é um fenômeno isolado, mas um mecanismo central do capitalismo digital, cujas consequências transcendem a economia, afetando a própria estrutura da produção de conhecimento e a formação das subjetividades.

- ✓ **.O Capítulo 3: Educação em Colapso e o Epistemicídio no Governo Bolsonaro** analisa como a política educacional bolsonarista não apenas reduziu investimentos e precarizou o ensino, mas também promoveu um ataque sistemático à ciência, à autonomia acadêmica e ao pensamento crítico. O conceito de epistemicídio orienta a análise, evidenciando como o governo substituiu epistemologias científicas por narrativas ideológicas, conspiratórias e revisionistas, justificando medidas concretas de desmonte da educação. A guerra cultural estruturou esse processo, com base no olavismo e na tese de um suposto marxismo cultural, que retratava a universidade como espaço de doutrinação esquerdista e degeneração moral. Paralelamente, a retórica do globalismo sustentou tentativas de expurgar conteúdos sobre direitos humanos e diversidade dos currículos escolares. Essas narrativas legitimaram cortes de orçamento, interferências na escolha de reitores e perseguições a professores, promovidas por ministros como Weintraub e Milton Ribeiro. O negacionismo científico foi elevado a política de Estado, atacando áreas como mudanças climáticas e evolução biológica, além de justificar a exclusão de conteúdos críticos no PNLD. A desinformação foi usada como instrumento não apenas de convencimento, mas para legitimar atos de governo, como o estrangulamento financeiro das universidades, o bloqueio de bolsas da Capes e do CNPq e a tentativa de subordinar o ensino superior ao mercado via Future-se. O governo também impôs um controle ideológico por meio de reitores interventores e repressão ao pensamento crítico nas escolas, incentivando denúncias contra professores e impondo modelos educacionais militarizados. A educação foi reconfigurada para consolidar um ensino baseado na obediência e na conformidade política, em detrimento da autonomia intelectual. O capítulo conclui que a política educacional do governo Bolsonaro não foi apenas negligência ou má gestão, mas um projeto deliberado de

destruição da educação pública, visando sufocar a produção do conhecimento autônomo e minar qualquer resistência intelectual ao autoritarismo.

- ✓ **O Capítulo 4: Pós-Verdade no Capitalismo Digital** examina como as plataformas digitais reconfiguram a esfera pública e consolidam um modelo informacional no qual a fragmentação da realidade e a manipulação da percepção coletiva substituem os critérios tradicionais de verdade. Inspirado pelas formulações de Eli Pariser sobre bolhas de filtro e de Cass Sunstein sobre extremismo informacional, o capítulo investiga como a personalização algorítmica restringe o acesso a perspectivas divergentes, isolando os indivíduos em ecossistemas informacionais homogêneos. Esse fenômeno mina a possibilidade de um debate público racional e pluralista, na medida em que diferentes grupos passam a não apenas interpretar os fatos de forma divergente, mas a operar sob regimes de verdade incompatíveis. Essa fragmentação subverte a concepção habermasiana de esfera pública, na qual a deliberação racional permitiria a construção de consensos democráticos. No ambiente digital, a lógica da economia da atenção prioriza conteúdos que maximizam engajamento e tempo de permanência nas plataformas, favorecendo discursos sensacionalistas e polarizadores. A racionalidade crítica é deslocada por heurísticas cognitivas e vieses de confirmação, que reforçam crenças preexistentes e dificultam a exposição a informações dissonantes. Esse cenário é intensificado pela aceleração social, conceito de Hartmut Rosa, que descreve como a sobrecarga informacional e a necessidade de respostas rápidas reduzem a capacidade de reflexão crítica, tornando os indivíduos mais suscetíveis à manipulação discursiva. O capítulo também dialoga com Baudrillard e Debord, evidenciando como a pós-verdade não se limita à disseminação de falsidades, mas à dissolução da própria distinção entre verdade e ficção. O ambiente digital opera como um sistema de simulacros, onde as representações midiáticas não apenas distorcem a realidade, mas a substituem. Essa dinâmica se entrelaça com a lógica do espetáculo, na qual a experiência direta da realidade é suprimida por imagens cuidadosamente construídas para consumo e engajamento. As redes sociais amplificam essa lógica e fazem dela o mecanismo central de produção de sentido, criando um mundo onde o que importa não é mais a correspondência com os fatos, mas a capacidade de gerar impacto emocional. No contexto do capitalismo de vigilância, analisado por Shoshana Zuboff, a informação se transforma em um ativo econômico, permitindo que plataformas digitais manipulem crenças e comportamentos por meio de arquiteturas de escolha. O governo Bolsonaro explorou ativamente esse ecossistema para minar a credibilidade das universidades, promover desinformação e consolidar a deslegitimação da autoridade cognitiva. O ataque sistemático ao conhecimento científico não se restringiu à pandemia da Covid-19, mas incluiu tentativas de reescrever a história e censurar conteúdos educacionais sobre diversidade, direitos humanos e mudanças climáticas. O capítulo conclui que a pós-verdade não é um fenômeno isolado, mas uma consequência estrutural do capitalismo digital, que subordina a circulação da informação a interesses mercadológicos e políticos. Essa nova ecologia da comunicação compromete a qualidade do debate público e impõe desafios à educação, que precisa formar cidadãos capazes de navegar em um ambiente informacional fragmentado, no qual a própria noção de realidade é mediada por estímulos algorítmicos e condicionamentos cognitivos.

- ✓ **O Capítulo 5: Matrix Bolsonaroista – O Ciberneofascismo em Ação** examina o bolsonarismo enquanto neofascismo digital, estruturado pela manipulação emocional e pela engenharia algorítmica. A partir das formulações de Eco, o texto evidencia como esse fenômeno atualiza o fascismo clássico, substituindo o controle pela coerção direta por um modelo de sujeição baseado na captura afetiva e na formatação pré-cognitiva das percepções. Em um ambiente saturado por estímulos digitais, a obediência ao líder não resulta da imposição, mas da adesão inconsciente a uma narrativa que se apresenta como a única alternativa possível, operando antes mesmo que a razão possa intervir. As redes sociais intensificam essa dinâmica ao atuarem como dispositivos de reforço psicológico, onde as massas encontram validação para seus impulsos regressivos. Freud e Adorno já demonstraram como a fusão do indivíduo com a coletividade em momentos de crise gera uma suspensão da autonomia crítica, facilitando a aceitação da autoridade e a canalização da frustração para inimigos designados. A estrutura algorítmica do digital acentua essa regressão ao promover um ambiente de estímulos contínuos, que inibem o distanciamento necessário à reflexão. Como no fascismo histórico, a submissão à ordem se justifica moralmente pelo combate ao inimigo interno, mas aqui esse processo se dá de forma altamente personalizada, com discursos segmentados que reforçam os vieses individuais, tornando cada seguidor um agente ativo da narrativa oficial. A justificação moral dos impulsos agressivos é central nesse contexto. Se, no passado, a violência precisava de rituais públicos e espetáculos de força para se legitimar, agora sua aceitação se dá pela desobrigação moral seletiva, que transforma o ataque ao outro em um dever ético. A agressividade já não se apresenta como uma ruptura da ordem, mas como sua restauração. Essa transfiguração do ressentimento em virtude explica a naturalização da violência simbólica e física, operando como um mecanismo de pertencimento e reafirmação identitária. O bolsonarismo não apenas tolera o ódio; ele o estetiza, transformando-o em linguagem política e critério de lealdade. O meio digital aprofunda esse fenômeno ao deslocar a política do campo argumentativo para a esfera do engajamento afetivo. O que importa não é mais a coerência do discurso, mas sua capacidade de gerar reações, sustentar um estado de mobilização permanente e reforçar a lealdade ao grupo. A hiperexposição a conteúdos previamente filtrados pelos algoritmos potencializa a captura emocional, fazendo com que a experiência da verdade seja menos uma questão de evidência factual e mais um efeito de pertencimento. Aqui, o capitalismo de vigilância não apenas monitora, mas antecipa e molda reações, tornando a adesão ao bolsonarismo uma experiência que se sente antes de se pensar. Se a manipulação ocorre nesse nível pré-reflexivo, a resposta não pode se limitar ao desenvolvimento do pensamento crítico convencional. A educação da intuição sensível, inspirada em Fromm, propõe um deslocamento do foco: mais do que ensinar a analisar conteúdos, é preciso cultivar a percepção dos processos que determinam como esses conteúdos são assimilados. O problema não está apenas no que se consome, mas na forma como se experimenta a realidade. Han sugere que a única forma de resistir a essa captura é romper com a compulsão pelo engajamento, restaurando um espaço de experiência contemplativa capaz de devolver ao sujeito o controle sobre sua própria atenção e seu próprio desejo. A luta contra o neofascismo digital exige, portanto, mais do que regulação e educação midiática; requer uma transformação na maneira como percebemos e interagimos com o mundo, criando brechas onde a positividade da captura algorítmica possa ser interrompida e a autonomia da percepção possa emergir.

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe não apenas a analisar os dispositivos que estruturam a manipulação psicopolítica no capitalismo digital², mas também a questionar os limites do pensamento crítico tradicional diante de uma realidade mediada por algoritmos e condicionada pela lógica da vigilância e do engajamento afetivo. Se o neofascismo contemporâneo não se impõe pela coerção explícita, mas pela captura invisível da atenção e do desejo, a resistência a essa nova forma de dominação não pode se limitar à refutação racional de suas premissas. É preciso compreender as engrenagens que moldam a percepção e examinar as condições que tornam essa forma de sujeição não apenas possível, mas desejável.

A estrutura deste trabalho segue esse percurso. Partimos da análise do capitalismo de vigilância, demonstrando como a lógica da captura algorítmica redefine os modos de subjetivação e cria o ambiente ideal para a erosão da autonomia cognitiva. Em seguida, examinamos a comodificação do conhecimento, evidenciando como a educação é atravessada por essas dinâmicas e progressivamente reduzida à lógica do mercado. A investigação se aprofunda na política educacional do governo Bolsonaro, um caso emblemático da articulação entre a guerra cultural e a instrumentalização da desinformação como estratégia de dominação. Discutimos, então, a pós-verdade e a fragmentação da esfera pública, demonstrando como a dissolução do referencial comum de realidade é condição para o avanço do autoritarismo digital. Finalmente, analisamos o neofascismo bolsonarista a partir da psicologia das massas, articulando sua dinâmica de adesão e sua lógica de justificação moral para compreender de que modo esse fenômeno opera na atualidade e quais caminhos são possíveis para sua desconstrução. É nesse ponto que se abre a questão fundamental deste trabalho: se a captura ocorre antes da consciência, quais possibilidades restam para a emancipação? A resposta, como se verá, não está na mera ampliação do acesso à informação, mas na transformação do próprio modo como experimentamos o real.

² O termo "psicopolítica" tem diferentes acepções ao longo da história. No campo da biopolítica, Michel Foucault o emprega para descrever mecanismos de governo das condutas e produção de subjetividades dentro do regime de governamentalidade neoliberal. Já no behaviorismo norte-americano, a expressão foi associada a estratégias de engenharia comportamental e controle social, incluindo campanhas de propaganda e manipulação psicológica. Durante a Guerra Fria, o conceito foi instrumentalizado em narrativas anticomunistas, especialmente na obra de Edward Hunter (*Brain-Washing in Red China*, 1951), onde aparecia como uma suposta técnica de controle mental empregada por regimes totalitários. Neste trabalho, utilizamos o termo conforme desenvolvido por Byung-Chul Han (*Psicopolítica*, 2014), que o ressignifica para descrever uma nova forma de dominação baseada na autoexploração e no hiperengajamento digital, estruturada por mecanismos de vigilância algorítmica e condicionamento afetivo.

1 O OLHO INVISÍVEL: A VIGILÂNCIA NO CAPITALISMO DIGITAL

O capitalismo digital não representa uma mera evolução do sistema econômico, mas uma mutação estrutural que desloca os eixos de acumulação do capital. Se na era industrial a exploração se baseava na apropriação da força de trabalho e dos recursos naturais, no capitalismo digital a matéria-prima é a própria subjetividade humana, convertida em insumo para um mercado movido pela vigilância e pela predição comportamental. Shoshana Zuboff (2019) denomina esse fenômeno de "capitalismo de vigilância", descrevendo um modelo econômico em que gigantes corporativos como Google, Meta e Amazon operam como mineradoras de dados, extraindo informações pessoais para refinar algoritmos que antecipam e modulam desejos, opiniões e decisões. Esse novo paradigma transcende o domínio da economia e infiltra-se na política, na cultura e na educação, redefinindo a própria ideia de autonomia e cidadania. Afinal, quando o conhecimento é mediado por plataformas cujo objetivo primário não é educar, mas rastrear e influenciar, a promessa de um acesso democratizado à informação se revela, na melhor das hipóteses, uma meia verdade—e, na pior, uma estratégia de controle.

A visão de Manuel Castells (1996) sobre a "sociedade em rede" antecipou com notável acuidade o papel central das tecnologias digitais na reconfiguração das interações sociais e dos processos produtivos. No entanto, sua análise, ainda permeada por um otimismo tecnolibertário, subestimou o potencial monopolista das corporações digitais. O que poderia ter sido um espaço descentralizado de acesso ao conhecimento acabou sendo cooptado por conglomerados que operam como novos senhores feudais da informação, restringindo a circulação do saber e condicionando as escolhas cognitivas dos indivíduos. Assim, a liberdade prometida pela era informacional degenera em um simulacro: navegamos por interfaces projetadas para parecer intuitivas e acessíveis, mas que, na verdade, delimitam nossos horizontes de pensamento e engajamento. Sob a retórica da conectividade e da personalização, ocultam-se mecanismos sutis de controle: algoritmos que priorizam conteúdos de alto engajamento em detrimento da diversidade informacional, plataformas que transformam o usuário em um eterno refém de seus próprios padrões de consumo e um ecossistema digital que, longe de expandir possibilidades, tende a reforçar vieses e encurtar perspectivas.

Evgeny Morozov (2013) alertava para a falácia do "solucionismo tecnológico", a crença ingênua de que problemas complexos podem ser resolvidos por meio de aplicativos e plataformas. No campo da educação, essa lógica se manifesta na ilusão de que ferramentas

como Google Classroom ou Khan Academy promovem equidade e acesso ao conhecimento, quando, na realidade, são vetores sofisticados de vigilância. Atrás da promessa de inovação pedagógica, ocultam-se mecanismos de rastreamento que analisam padrões de estudo, tempo de atenção e até variações emocionais, transformando a experiência de aprendizado em um recurso explorável. Cada quiz interativo, cada vídeo educativo, cada clique torna-se um dado valioso, não para aperfeiçoar a pedagogia, mas para alimentar o mercado de predição comportamental. O estudante, convertido em um perfil digital, torna-se um objeto de análise contínua, e seu percurso acadêmico, em vez de ser conduzido pelo pensamento crítico e pela autonomia intelectual, passa a ser moldado por estímulos algorítmicos que maximizam engajamento e previsibilidade.

Zuboff (2019) descreve o capitalismo de vigilância como um ciclo de três fases: extração, na qual dados são coletados; predição, na qual comportamentos são modelados; e modificação, na qual intervenções algorítmicas garantem que as previsões gerem lucro. Esse modelo inaugura um mercado de futuros comportamentais, no qual até o desejo de aprender é monitorado, categorizado e monetizado. Plataformas de ensino adaptativo, como a Knewton, alegam personalizar conteúdos para otimizar o aprendizado, mas, nos bastidores, também identificam vulnerabilidades psicológicas—como ansiedade ou dificuldades de concentração—para vendê-las a empresas que desejam explorar tais padrões. Assim, o que se apresenta como uma ferramenta educacional se revela, em última instância, um mecanismo de especulação cognitiva. A promessa de um ensino mais eficiente e customizado oculta a transformação do aprendizado em um produto à venda, onde o estudante não é mais um sujeito do conhecimento, mas uma fonte inesgotável de dados a serem explorados e comercializados.

Andrew Feenberg (2002) expõe a contradição central do capitalismo informacional: a expansão vertiginosa da tecnologia e da conectividade não se traduz, necessariamente, em maior acesso ao conhecimento crítico. Se, por um lado, nunca se produziu e compartilhou tanta informação, por outro, os mecanismos que controlam sua circulação estabelecem filtros que reforçam desigualdades e limitam o pensamento emancipador. A era digital, longe de ser um espaço de livre intercâmbio intelectual, opera sob uma lógica de seleção algorítmica que privilegia aquilo que maximiza engajamento e retorno comercial—quando não interesses obscuros de impulsionadores anônimos ou mesmo ações políticas deliberadas das próprias *big techs*, que operam sob uma desregulação quase absoluta. Assim, o que poderia ser um espaço pluralista de conhecimento se torna um território onde a informação não apenas circula, mas é manipulada em função de agendas invisíveis ao público.

O paradoxo se materializa de forma emblemática no YouTube. A plataforma, em tese, oferece acesso irrestrito a uma multiplicidade de conteúdos, mas sua curadoria algorítmica distorce radicalmente essa oferta. O que poderia ser um repositório democrático de saberes se converte em uma engrenagem que prioriza vídeos sensacionalistas, polêmicos ou voltados ao entretenimento fácil, rebaixando sistematicamente materiais educativos e críticos ao subsolo do esquecimento digital. Nesse processo, a atenção do usuário se torna um ativo a ser capturado e monetizado, enquanto o conhecimento, sobretudo aquele que desafia a ordem vigente, é diluído na torrente de estímulos efêmeros. Pior: além da lógica comercial, há indícios de que certos conteúdos são promovidos ou suprimidos por razões políticas, seja pelo jogo opaco dos patrocinadores e impulsionadores, seja por diretrizes internas das próprias plataformas, que determinam quais narrativas merecem visibilidade e quais devem ser marginalizadas. A suposta neutralidade dos algoritmos é, na realidade, uma forma de governança invisível, onde decisões tomadas em salas fechadas moldam o espaço público digital.

Essa manipulação algorítmica, no entanto, não opera apenas por meio da censura ou do direcionamento explícito de conteúdos. Muitas vezes, a distorção ocorre por saturação, pelo excesso de ruído que obscurece o que realmente importa. Cass Sunstein e Daniel Kahneman (2021), em *Noise: A Flaw in Human Judgment*, demonstram como o excesso de informação desorganizada gera inconsistências cognitivas e prejudica a capacidade de discernimento. No ambiente digital, essa lógica se traduz na superexposição a conteúdos fragmentados e contraditórios, onde a quantidade sufoca a qualidade. O problema não é apenas a manipulação ativa dos algoritmos, mas o caos informacional que eles geram, um labirinto onde encontrar conhecimento relevante exige um esforço quase hercúleo. O resultado é um cenário em que a verdade não é apenas deturpada, mas diluída no barulho incessante de notificações, manchetes sensacionalistas e distrações infundáveis.

Byung-Chul Han (2015), em *A Sociedade do Cansaço*, aprofunda essa crítica ao mostrar como o excesso de estímulos informacionais não emancipa, mas exaure. O sujeito digital, sobrecarregado por demandas incessantes de atenção e produtividade, perde a capacidade de reflexão profunda. O aprendizado, que deveria ser um processo de assimilação e questionamento, transforma-se em consumo passivo de fragmentos informacionais, sem tempo para maturação crítica. O capitalismo informacional, nesse sentido, não apenas obscurece o conhecimento crítico, mas também esgota a energia psíquica necessária para buscá-lo. Assim, o usuário, bombardeado por uma avalanche de dados irrelevantes e empurrado para ciclos

intermináveis de engajamento superficial, torna-se não apenas desinformado, mas mentalmente exaurido—a ponto de já não ter forças para resistir ao sistema que o subjuga.

Shoshana Zuboff (2019) define o capitalismo de vigilância como um novo regime econômico no qual a extração, o processamento e a mercantilização dos dados pessoais se tornam a principal fonte de valor. Diferente das formas anteriores de acumulação capitalista, que exploravam trabalho e recursos materiais, esse modelo prospera pela captura sistemática da vida cotidiana: cada clique, deslocamento, interação ou hesitação diante de uma tela transforma-se em um dado valioso. Se no capitalismo industrial o trabalhador produzia mercadorias para o mercado, no capitalismo digital o próprio indivíduo se torna a mercadoria—seu comportamento, emoções e desejos são analisados, preditos e, em última instância, modificados para atender aos interesses das grandes plataformas. Trata-se, como argumenta Zuboff, de um mercado de futuros comportamentais, no qual as empresas não apenas antecipam nossas ações, mas intervêm para moldá-las de maneira lucrativa.

Essa lógica retoma, em uma escala antes impensável, o princípio do Panóptico de Jeremy Bentham, reinterpretado por Michel Foucault (1975) como metáfora do poder disciplinar. No modelo benthamiano, a arquitetura carcerária permitia que o vigilante observasse os prisioneiros sem que estes soubessem exatamente quando estavam sendo monitorados—induzindo a obediência pela incerteza constante. No capitalismo de vigilância, essa lógica se expande para além dos muros das instituições disciplinares e se infiltra na vida cotidiana. Mas há uma diferença crucial: enquanto o Panóptico tradicional operava através da coerção explícita e do medo da punição, o novo panoptismo digital substitui a disciplina pela sedução. Os indivíduos, em vez de se sentirem vigiados, são incentivados a expor voluntariamente suas vidas, alimentando espontaneamente os sistemas de vigilância em troca de conveniência, entretenimento e status social. O dispositivo disciplinar não apenas persiste, mas se sofisticava: não há mais necessidade de impor o olhar do vigilante quando os próprios indivíduos, seduzidos pela hiperconectividade, oferecem seus dados de bom grado.

O resultado é um mundo que se aproxima da distopia imaginada por George Orwell (1949) em *1984*, mas com uma reviravolta irônica: o Big Brother não precisa mais nos vigiar à força, pois nós mesmos transmitimos nossos pensamentos, hábitos e desejos 24 horas por dia. Se no regime totalitário de Orwell a vigilância era mantida por um Estado opressor, no capitalismo digital essa função foi terceirizada para empresas privadas, que monitoram a população não pela ameaça de punição, mas pela promessa de personalização e conectividade. O olhar vigilante não vem de um governo onipresente, mas de um ecossistema de plataformas

que, sob o pretexto de nos oferecer experiências mais eficientes e prazerosas, moldam nossos comportamentos de maneira imperceptível. Em última instância, o capitalismo de vigilância não precisa suprimir a liberdade explicitamente—ele a redefine, convertendo-a em um sistema onde as escolhas do indivíduo são cada vez mais previsíveis, gerenciáveis e lucrativas.

Philipp Staab (2019) introduz o conceito de “mercantilismo privatizado” para descrever como as grandes plataformas digitais não apenas operam dentro do mercado, mas o moldam ativamente para atender a seus próprios interesses. Empresas como Google, Facebook e Amazon transcendem o papel de simples corporações privadas: tornam-se infraestruturas essenciais da vida digital, atuando como árbitros das interações sociais, das transações comerciais e até das dinâmicas políticas. Diferente das empresas tradicionais, que competem em mercados regulados por Estados, essas plataformas criam seus próprios mercados, estabelecendo regras e condicionando a forma como produtores, consumidores e até governos devem se comportar para se manterem operantes no ecossistema digital. Isso lhes permite capturar e monetizar dados pessoais em uma escala sem precedentes, consolidando uma posição de poder que ultrapassa a mera venda de produtos e serviços. Seu verdadeiro negócio não é fornecer ferramentas, mas controlar o ambiente digital como um todo, regulando o que significa interagir, comunicar e consumir no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, essas plataformas funcionam como um Panóptico descentralizado, redefinindo a lógica da vigilância. Se no modelo de Bentham (e na releitura foucaultiana), o controle se baseava na incerteza sobre quando e por quem se era observado, no capitalismo digital a vigilância se torna invisível e onipresente. Não há mais uma torre central de onde um observador vigia os prisioneiros; em vez disso, cada movimento digital é registrado, processado e analisado em tempo real, sem que os indivíduos percebam ou compreendam totalmente como esses mecanismos operam. Os algoritmos das *big techs* não apenas monitoram o que consumimos, mas preveem e moldam comportamentos, transformando nossos hábitos em mercadorias. A coleta de dados não é um efeito colateral da digitalização, mas sua essência: cada interação gera valor para as plataformas, consolidando um modelo econômico em que até as relações mais triviais—desde uma conversa no WhatsApp até uma busca no Google—são exploradas e monetizadas.

O mercantilismo privatizado de Staab, portanto, não é apenas um modelo de negócio, mas um regime de controle social. O poder que essas plataformas exercem sobre a circulação da informação se traduz em uma capacidade inédita de interferir em processos políticos,

redefinir normas culturais e condicionar comportamentos coletivos, sem qualquer necessidade de coerção explícita. O que está em jogo não é apenas a privacidade individual, mas a própria estrutura da sociedade, agora governada por dinâmicas algorítmicas que priorizam a maximização do lucro acima de qualquer princípio democrático. Ao privatizar a esfera pública e transformar dados em capital, as plataformas digitais reconfiguram o próprio tecido social, perpetuando um ciclo de acumulação de poder e mercantilização das experiências humanas, no qual a autonomia individual é substituída por um sistema de incentivos e restrições invisíveis que moldam a subjetividade e limitam a ação.

A emergência do capitalismo digital não se resume a uma transformação setorial dentro da economia global, mas representa uma reconfiguração estrutural do próprio regime de acumulação capitalista. Embora a chamada Quinta Revolução Industrial—marcada pela convergência entre inteligência artificial, biotecnologia e automação—tenha efeitos significativos sobre a estrutura produtiva, esses avanços operam sob a hegemonia das grandes plataformas digitais, que monopolizam as infraestruturas essenciais da economia contemporânea. Como argumenta Nick Srnicek (2017), as plataformas digitais não são apenas intermediárias, mas infraestruturas de mediação, concentrando e organizando fluxos de informação, mercadorias e capital. Isso desloca o eixo da acumulação capitalista da produção material para o setor organizacional, onde a governança algorítmica e o controle sobre redes substituem os meios de produção tangíveis como fonte primária de poder econômico.

Esse fenômeno aproxima-se da tese de David Harvey (2005) sobre a "acumulação por despossessão", mas com uma particularidade essencial: a despossessão contemporânea não ocorre apenas pela expropriação de terras ou recursos materiais, mas pela captura e privatização da informação. Como destaca Shoshana Zuboff (2019), o capitalismo de vigilância transforma dados comportamentais em commodities, permitindo que empresas como Google e Amazon operem como bancos centrais da economia digital, definindo padrões de visibilidade e regulando o acesso a mercados. Essa transformação não apenas subordina o setor produtivo às dinâmicas informacionais, mas também redefine a própria lógica da financeirização. Giovanni Arrighi (1994) descreveu como, no capitalismo tardio, o setor financeiro subjugou a indústria, deslocando o centro do poder econômico para os mercados financeiros. No capitalismo digital, esse centro se deslocou de Wall Street para o Vale do Silício: as grandes plataformas não apenas dominam os fluxos de capital, mas também redefinem as regras da economia global, determinando quais empresas prosperam, quais setores são valorizados e quais narrativas informacionais se tornam hegemônicas.

Philipp Staab (2019) conceitua essa nova fase como "mercantilismo privatizado", um regime no qual as big techs não são apenas agentes econômicos, mas soberanias privadas, capazes de transcender as regulações estatais e atuar como árbitros globais da economia, da política e da cultura. Como argumenta Brett Christophers (2020), o capitalismo contemporâneo é marcado pela rentierização, na qual a extração de renda a partir de ativos intangíveis—dados, patentes, plataformas—supera a lucratividade da produção industrial. Esse domínio não se restringe à esfera econômica: como observa Julie Cohen (2019), as grandes plataformas substituem normas públicas por sistemas privados de governança algorítmica, regulando o comportamento social por meio de termos de uso e decisões automatizadas, que permanecem invisíveis ao escrutínio democrático.

A geopolítica do século XXI, portanto, é definida não apenas pela disputa por recursos naturais, mas pelo controle das infraestruturas digitais que mediam a realidade. Como aponta Tim O'Reilly (2021), a governança algorítmica torna-se um instrumento de poder comparável ao cont/role de petróleo no século XX, determinando fluxos econômicos, definindo cadeias de valor e influenciando diretamente processos políticos. Benjamin Bratton (2021) aprofunda essa análise ao argumentar que o capitalismo digital não apenas reorganiza a economia, mas redefine as bases da soberania, com Estados cada vez mais dependentes das infraestruturas tecnológicas controladas por grandes corporações. Nesse cenário, as big techs operam como verdadeiros regimes paraestatais, consolidando uma nova ordem na qual a acumulação de capital está indissociavelmente ligada à captura da subjetividade e ao controle da arquitetura invisível da vida social.

A obra de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023), *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, constitui uma contribuição fundamental para a crítica brasileira ao capitalismo tecnológico, ao articular as dimensões históricas do colonialismo com as novas dinâmicas de exploração digital. Os autores defendem que o colonialismo digital não é uma metáfora, mas uma estrutura objetiva do capitalismo contemporâneo, marcada por duas características centrais: (1) a nova partilha territorial do globo, dominada por monopólios tecnológicos, e (2) a extração automatizada de dados, que converte a vida humana em matéria-prima para acumulação. Essa análise dialoga com perspectivas globais, como a teoria do "colonialismo de dados" de Nick Couldry e Ulises A. Mejias (2019), que descrevem a captura massiva de dados como uma forma atualizada de imperialismo, e com o pensamento decolonial

do sul-africano Sabelo Mhlambi (2020), que propõe a integração de éticas africanas, como o Ubuntu, no design tecnológico.

Faustino e Lippold (2023) argumentam que o colonialismo digital opera sob uma lógica de acumulação primitiva de dados, análoga ao processo descrito por Marx, no qual a apropriação violenta de terras e recursos viabilizou a transição para o capitalismo industrial. Agora, no contexto digital, o que é expropriado não são mais terras ou matérias-primas físicas, mas subjetividades, cognição e interações sociais, transformadas em insumos para sistemas algorítmicos. Essa análise converge com a noção de "acumulação por despossessão digital" de Couldry e Mejias (2019), que veem a privatização de dados como um processo análogo ao cercamento de terras comunais na Europa do século XVI. Em ambos os casos, o que antes pertencia ao domínio público—seja a terra ou a informação—é apropriado por agentes privados e convertido em fonte de valor.

A consequência direta desse modelo é a dependência tecnológica dos países periféricos, que se tornam territórios de extração de dados, sem soberania sobre as infraestruturas digitais que organizam sua própria economia. Alison Gillwald (2021) analisa esse fenômeno no contexto africano, demonstrando como a falta de controle sobre servidores, cabos de fibra óptica e serviços de armazenamento coloca economias locais em posição de subordinação, reproduzindo os padrões de dependência do colonialismo histórico. No capitalismo digital, as grandes plataformas não apenas dominam a circulação de dados, mas monopolizam o próprio espaço informacional, regulando o acesso ao conhecimento e restringindo as possibilidades de autonomia tecnológica.

O colonialismo digital não se impõe apenas pela estrutura econômica e tecnológica, mas também por meio de uma narrativa ideológica que naturaliza a dependência digital e reforça o poder das grandes plataformas. Faustino e Lippold (2023) identificam nesse processo uma nova "missão civilizatória", na qual o Vale do Silício assume o papel que antes cabia às potências coloniais, apresentando suas inovações tecnológicas como soluções universais para os problemas da humanidade. Essa tese ressoa com a crítica de Evgeny Morozov (2013) ao solucionismo tecnológico, uma ideologia que promete resolver desigualdades sociais e políticas por meio de ferramentas digitais, sem questionar as estruturas de poder que essas tecnologias reforçam.

A "ideologia californiana", como denominaram Richard Barbrook e Andy Cameron (1996), sustenta-se na crença de que o progresso tecnológico conduz inevitavelmente ao progresso social, desconsiderando os mecanismos de exploração que sustentam o

desenvolvimento das big techs. O que se apresenta como inovação e liberdade digital mascara, na verdade, um sistema de vigilância, controle e dependência, no qual os usuários se tornam tanto consumidores quanto matéria-prima para a acumulação de capital informacional.

Diante desse cenário, Faustino e Lippold (2023) defendem que a resistência ao colonialismo digital não pode se limitar à regulamentação estatal das plataformas, mas deve passar pela apropriação anticolonial da tecnologia, desafiando a lógica da expropriação algorítmica. Entre as estratégias possíveis, os autores destacam o hacktivismo, o software livre e a luta por soberania digital, que buscam recuperar o controle coletivo sobre infraestruturas e dados. Essa proposta converge com a defesa de Couldry e Mejias (2019) pela recuperação de "espaços comuns digitais", nos quais a informação seja tratada como um bem público e não como propriedade privada sujeita à lógica de mercado.

A luta pelo controle sobre as infraestruturas digitais e informacionais não se limita à esfera econômica ou política, mas avança sobre a própria organização do conhecimento, que no capitalismo digital deixa de ser um bem público para se tornar um ativo estratégico das grandes plataformas. O que antes circulava livremente entre instituições acadêmicas e intelectuais agora é mediado, filtrado e precificado por sistemas algorítmicos, consolidando um modelo de mercantilização do saber e da subjetividade. Esse fenômeno é analisado por teóricos do capitalismo cognitivo, como Petar Jandric, Michael Peters e Peter McLaren (2011), que destacam a ascensão do conhecimento, da criatividade e da inovação como novos motores da acumulação capitalista. Michael Peters, em *Cognitive Capitalism, Education and Digital Labor*, argumenta que o capitalismo digital introduz uma nova forma de captura do conhecimento, na qual o aprendizado e a pesquisa não apenas geram valor, mas são subordinados à lógica de extração e rentabilização das grandes plataformas. Esse deslocamento transfere o centro da produção do conhecimento das universidades para corporações privadas, que não apenas armazenam, mas modulam os fluxos de informação, criando barreiras artificiais de acesso e novas formas de privatização do saber.

Peter McLaren (2005) amplia essa crítica ao demonstrar que a educação, sob o capitalismo digital, é transformada em um dispositivo de reprodução do neoliberalismo, ajustando-se às demandas do mercado sob o pretexto da inovação e da acessibilidade. O conhecimento deixa de ser um espaço de construção coletiva e se converte em um produto escalável, formatado segundo os princípios da gamificação, da modularidade e da certificação rápida. A lógica da formação contínua, antes um ideal ilustrado, se torna uma exigência do

mercado, no qual o indivíduo precisa constantemente acumular novas competências para se manter competitivo—uma forma contemporânea de precarização do trabalho intelectual.

Mas essa lógica não se restringe à educação formal. Ela se manifesta também na economia digital mais ampla, na qual o conhecimento se entrelaça com a cultura da imagem e da performatividade. Em um mundo saturado por métricas e algoritmos, o capital humano não se restringe mais às qualificações acadêmicas ou profissionais, mas se estende à autoapresentação e à gestão da imagem pessoal. No capitalismo digital, a valorização do indivíduo não se dá apenas pelo acúmulo de conhecimento técnico ou acadêmico, mas também pela sua capacidade de gerir sua própria visibilidade. Como argumenta Erving Goffman (1959) em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, a vida social é estruturada por performances, em que os indivíduos ajustam sua autoapresentação conforme as expectativas do público. No ambiente digital, essa lógica não é apenas amplificada, mas se torna uma exigência econômica, na qual a identidade pessoal precisa ser continuamente otimizada para gerar engajamento e relevância nas plataformas.

Se a gestão da imagem pessoal tornou-se uma exigência econômica no capitalismo digital — onde a identidade é otimizada como commodity —, essa mesma lógica de performatividade e vigilância alimenta as engrenagens que corroem a democracia. A autoapresentação regulada por algoritmos não se limita à esfera individual: ela fornece os dados brutos que sustentam a manipulação em massa. Quando usuários moldam seus perfis para atender às métricas de visibilidade, geram um fluxo contínuo de informações comportamentais, que são capturadas, processadas e convertidas em armas de guerra híbrida. Essa dinâmica é potencializada pela psicometria, ciência que quantifica traços psicológicos através de dados, como o modelo Big Five (abertura, conscienciosidade, extroversão, amabilidade e neuroticismo), utilizado para mapear personalidades e prever comportamentos. Empresas como a Cambridge Analytica empregaram tais modelos para segmentar eleitores, explorando vieses cognitivos descritos por Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979) — como a aversão à perda e o efeito de ancoragem —, que tornam indivíduos mais suscetíveis a mensagens polarizadoras.

Nesse contexto, a psicologia cognitiva oferece contribuições cruciais: Cass Sunstein (2008), ao discutir *nudges* (pequenos empurrões comportamentais), demonstra como escolhas aparentemente livres são direcionadas por arquiteturas invisíveis de influência. Nas redes digitais, algoritmos funcionam como *nudges* em escala industrial, moldando não apenas o que consumimos, mas como nos posicionamos politicamente. A curadoria obsessiva do self digital — em busca de likes e validação — é, assim, instrumentalizada por plataformas que convertem

traços psicológicos em algoritmos preditivos. O indivíduo, ao transformar sua identidade em recurso para essas plataformas, torna-se involuntariamente peça de um jogo maior, onde sua subjetividade é mercantilizada duas vezes: como produto de consumo e como insumo para a desestabilização institucional.

A década de 2010 foi marcada por uma contradição histórica: as redes digitais, inicialmente celebradas como ferramentas de democratização durante as Primaveras Árabes (2010-2012), logo se revelaram instrumentos de manipulação em massa, capazes de corroer as bases das democracias liberais. Eventos como a eleição de Donald Trump (2016), o impeachment de Dilma Rousseff (2016) e a ascensão de Jair Bolsonaro (2018) ilustram essa dualidade. Em comum, esses episódios evidenciaram o uso estratégico de plataformas digitais para disseminar desinformação, fomentar polarização e minar instituições democráticas, reconfigurando a política como um campo de batalha algorítmico. O escândalo da Cambridge Analytica (2018) tornou-se um marco dessa era: ao extrair dados de milhões de usuários do Facebook, a empresa utilizou técnicas de *microtargeting* psicológico para influenciar eleições, revelando como a coleta massiva de informações pessoais alimenta uma "guerra híbrida" (Snyder, 2018), travada não em trincheiras, mas em feeds de notícias e grupos de WhatsApp. Nesse contexto, a democracia liberal — sustentada por consensos mediados por instituições — passa a ser minada por uma *epistemologia do caos*, na qual a verdade é substituída pelo engajamento medido em cliques, curtidas e compartilhamentos (Tufekci, 2017).

Essa dinâmica encontrou expressão no fenômeno do *ciberfascismo* (Bratich, 2020), termo que descreve regimes autoritários que combinam nostalgia por ordens hierárquicas com o uso de ferramentas digitais de vigilância e propaganda. Líderes como Trump e Bolsonaro personificam essa tendência: mobilizaram bases radicalizadas por meio de redes sociais, atacaram sistematicamente a imprensa e promoveram narrativas anticiência, como o negacionismo da COVID-19. A militarização do discurso online — com milícias digitais e campanhas de intimidação contra opositores — reflete uma simbiose perversa entre extremismo de direita e infraestruturas tecnológicas corporativas, nas quais plataformas como Facebook e Telegram operam como cúmplices passivos ou ativos. Essa relação entre capitalismo digital e ascensão autoritária exige uma análise que integre teoria crítica, história política e estudos de tecnologia, evidenciando como a reconfiguração global do poder se dá não apenas por meio de golpes de Estado tradicionais, mas através da colonização algorítmica da esfera pública.

Nesse cenário, a obra de Carlo Vercellone oferece uma chave interpretativa crucial. O economista italiano, ao desenvolver o conceito de *capitalismo cognitivo*, atualiza a teoria marxista do valor-trabalho para o contexto da economia do conhecimento. Para Marx, o valor era criado pelo trabalho humano abstrato e material; já no capitalismo digital, plataformas como Google e Meta extraem valor ao capturar dados — um *trabalho imaterial* gerado gratuitamente por usuários em suas interações cotidianas. Essa dinâmica expõe uma exploração ampliada, na qual a subsunção do trabalho ao capital invade não apenas as fábricas, mas a vida social em sua totalidade (Negri e Hardt, 2000). A teoria do valor-trabalho mantém sua relevância ao revelar como a comodificação do conhecimento — transformado em *data commodities* — intensifica desigualdades e aprofunda a acumulação por despossessão (Harvey, 2003), agora aplicada não apenas a recursos naturais, mas a bens intelectuais coletivos, como algoritmos e informações pessoais.

Se a década de 2010 nos ensinou algo, é que a transformação do conhecimento em mercadoria não é um fenômeno neutro: ela está na raiz tanto da crise democrática quanto da ascensão de projetos autoritários. A análise de Vercellone, ao destacar a centralidade do saber na acumulação capitalista contemporânea, prepara o terreno para uma reflexão mais profunda sobre como a comodificação do conhecimento — tema que será explorado no próximo capítulo — redefine não apenas a economia, mas as próprias bases da emancipação humana em um mundo cada vez mais datificado.

2. EDUCAÇÃO À VENDA: A COMODIFICAÇÃO DO SABER

A noção de comodificação, também conhecida como mercantilização ou comoditização — termos que uso aqui como sinônimos — refere-se à transformação de relações e objetos em mercadorias, passíveis de compra e venda. Embora Marx não tenha utilizado explicitamente o termo 'comodificação', ele está implícito em sua crítica do capitalismo e na teoria do valor de troca. O termo 'comodificação' entrou no discurso acadêmico nos anos 1970, adotado por estudiosos marxistas para analisar a mercantilização de aspectos culturais e sociais até então fora da lógica de mercado (Hermann, 2011). Já o termo 'comoditização' é amplamente empregado na esfera empresarial, embora compartilhe o mesmo significado (Beck e Cunha, 2016).

Neste texto, optei pelo uso predominante de 'comodificação' por estar mais intimamente associado ao pensamento marxista, que fundamenta minha análise. Além disso, é o termo mais frequentemente utilizado nas discussões teóricas sobre a mercantilização do conhecimento e das relações sociais dentro do contexto crítico aqui explorado. Ao fazer essa escolha, busco manter a consistência terminológica e a clareza teórica, alinhando a linguagem ao enfoque crítico desta dissertação. Independentemente do termo utilizado, a ideia central é a mesma: a transformação de valores de uso em valores de troca, subjugados à lógica do lucro (Marx 2013). Este processo culmina na mercantilização do conhecimento, tradicionalmente visto como um bem público, agora tratado como mercadoria, acessível apenas àqueles que podem pagar ou que o utilizam como ferramenta de controle.

A mercantilização, núcleo estruturante do capitalismo segundo Marx (1867/2013), transcendeu a esfera material para colonizar dimensões intangíveis da existência humana: corpos, afetos e conhecimento tornam-se "fetiches" sob novas formas de acumulação (Jaeggi, 2018). Esta metamorfose não invalida, mas atualiza a teoria do valor-trabalho: mesmo no capitalismo cognitivo, a gênese do valor permanece radicada no tempo de trabalho socialmente necessário, agora expandido para atividades imateriais (Vercellone, 2007).

Marx (1894/2017), no terceiro volume d'*O Capital*, antecipa essa dinâmica ao analisar como a subsunção real do trabalho ao capital transcende a produção fabril. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844/2004), a alienação é descrita como processo quádruplo: do produto, da atividade produtiva, da espécie-genérica e dos outros homens. Lukács (1923/2003) radicaliza essa análise ao introduzir a reificação (*Verdinglichung*) como categoria ontológica:

não apenas o trabalho, mas a totalidade das relações sociais se objetivam em estruturas autônomas que dominam seus criadores. Aqui reside a chave para compreender a atualidade do marxismo: a reificação não é "erro" ideológico, mas forma de objetivação necessária à reprodução do capital, inscrita na própria cultura moderna.

O conceito de capitalismo cognitivo, formulado por Vercellone (2007), emerge como uma reformulação das dinâmicas de acumulação capitalista, deslocando o eixo produtivo tradicional. Nesse novo regime, o conhecimento assume o papel central, substituindo a máquina como força produtiva predominante e desafiando a concepção clássica do capital constante. A extração de mais-valia, por sua vez, ocorre por meio da apropriação privada do comum intelectual, abrangendo conhecimentos, redes colaborativas e afetos. Além disso, a fronteira entre trabalho e não-trabalho se dissolve, uma vez que a captura da vida subjetiva se torna um mecanismo central da produção contemporânea (Terranova, 2000).

Essa mutação do capitalismo resulta em uma dupla metamorfose. A primeira é a comodificação do humano, na qual as faculdades cognitivas são externalizadas e transformadas em capital fixo. Memória, criatividade e inteligência deixam de ser atributos estritamente humanos e passam a ser armazenados e processados por bancos de dados e algoritmos. Esse processo reflete a conversão do *general intellect* (Marx, 2011) em um componente da estrutura material do capital. As plataformas digitais desempenham um papel crucial nesse movimento, convertendo interações sociais em data commodities, ou seja, insumos mercantilizáveis para a economia da informação (Srnicek, 2017).

A segunda metamorfose é a humanização das coisas, em que sistemas de inteligência artificial passam a personificar mercadorias, atribuindo-lhes uma subjetividade aparente. Ferramentas como ChatGPT, por exemplo, se apresentam como interlocutores, simulando traços comunicativos humanos. Essa antropomorfização das máquinas mascara a exploração do trabalho cognitivo coletivo, invisibilizando o esforço intelectual distribuído que sustenta sua existência (Pasquinelli, 2023). Nesse contexto, a lógica do capital não apenas absorve o humano, transformando-o em mercadoria, mas também projeta uma humanidade artificial sobre as coisas, reforçando sua hegemonia por meio da simulação.

A educação exemplifica essa dialética: ao ser subsumida à lógica do "capital humano" (Becker, 1964), transforma-se em mecanismo de produção de sujeitos adaptados à precarização. O estudante torna-se *entrepreneur* de si mesmo, internalizando a racionalidade mercantil (Laval e Dardot, 2016). Contudo, como nota Negri (1999), o caráter imaterial do trabalho

cognitivo contém contradições explosivas: requer colaboração (contra a propriedade privada) e criatividade autônoma (contra a disciplina fabril).

Aqui se revela a atualidade da teoria do valor-trabalho: mesmo quando o tempo de trabalho imediato parece secundário (como na economia digital), o valor continua dependendo do trabalho vivo social total (Fuchs, 2014). A "explosão do valor de uso" (Gorz, 2003) nas tecnologias digitais não supera a lei do valor, mas a complexifica através da financeirização dos bens comuns.

Esta análise confirma a tese de Jameson (1991) sobre a "lógica cultural do capitalismo tardio": a reificação não é epifenômeno, mas núcleo gerador de novas formas de sociabilidade. A crítica marxista, longe de estar obsoleta, torna-se indispensável para desvendar como a acumulação por despossessão (Harvey, 2004) migrou para as esferas mais íntimas da experiência humana.

A crítica de Adorno e Horkheimer (1947/2020) à racionalidade instrumental ilumina as contradições do capitalismo cognitivo: a mesma lógica que, para os frankfurtianos, transformou a cultura em indústria, hoje subsume o conhecimento à acumulação flexível. Em *Dialética do Esclarecimento*, os autores demonstram como o projeto emancipatório da modernidade degenerou em dominação sistêmica através da tecnificação das relações sociais — processo que atinge seu ápice quando algoritmos e plataformas digitais reconfiguram a educação como "linha de montagem de competências". A sala de aula, nesse contexto, opera sob o que Marcuse (1964) denominou *racionalidade tecnológica*: currículos padronizados, métricas de produtividade estudantil e a fetichização de *soft skills* (como "resiliência" e "adaptabilidade") convertem o processo pedagógico em simulacro de formação crítica, alinhado à reprodução do *capital humano* (Becker, 1964).

Essa dinâmica atualiza a subsunção real do trabalho ao capital, analisada por Marx (1894/2017) no Livro III d'*O Capital*. Se na era industrial a subsunção se limitava ao controle do corpo do trabalhador, no capitalismo cognitivo ela invade a esfera da subjetividade: a "indústria da educação" (Adorno, 1959/1995) exige que estudantes internalizem a autogestão empreendedora, transformando sua criatividade e sociabilidade em *ativos* para valorização futura. A reificação, aqui, não se restringe à objetivação das relações sociais (Lukács, 1923/2003), mas coloniza a estrutura psíquica — o que Lahire (2018) chama de "gramáticas internas do capitalismo".

Marcuse (1964) radicaliza essa análise ao expor o paradoxo da liberdade sob a racionalidade instrumental: a aparente autonomia do sujeito educacional (escolha de cursos, personalização de trilhas de aprendizagem) mascara uma conformidade generalizada. As "necessidades falsas" — consumo de certificações, obsessão por *ranking* acadêmico — são produzidas sistemicamente para ocultar o esvaziamento do *valor de uso* do conhecimento. O que Vercellone (2007) identifica como *common intellect* (o potencial colaborativo do saber coletivo) é cooptado e fragmentado: plataformas como Coursera ou Khan Academy convertem o comum intelectual em *learning commodities*, mercadorias que simulam acesso democrático enquanto privatizam o conhecimento via assinaturas e microcredenciais.

A interseção entre a crítica frankfurtiana e a teoria do capitalismo cognitivo expõe uma dialética perversa, na qual a promessa emancipatória da tecnologia se converte em um mecanismo de controle e reprodução das desigualdades. A tecnologia educacional, frequentemente apresentada como um vetor de democratização do conhecimento, assume um papel ambíguo. Em vez de promover autonomia e pensamento crítico, ela é mobilizada para reforçar dinâmicas de disciplinamento. Sistemas adaptativos de inteligência artificial, como os analisados por Pasquinelli (2023), personalizam o ensino não para fomentar a criatividade ou o dissenso, mas para otimizar a absorção de competências estritamente funcionais ao mercado. A experimentação crítica, essencial para a construção do conhecimento, dá lugar a uma lógica estruturalmente utilitarista, na qual o aprendizado é modelado para atender às demandas da produtividade e do capital.

A promessa de emancipação via conhecimento também é distorcida, sendo substituída pela sua instrumentalização como capital simbólico. A educação superior, conforme apontado por Bourdieu (1979), já funcionava como um mecanismo de distinção de classe, reforçando hierarquias sociais sob o véu da meritocracia. No contexto atual, esse papel se intensifica, agora mediado por algoritmos que naturalizam e perpetuam as desigualdades. Como observa Eubanks (2018), a automação das decisões educacionais e a estruturação dos percursos formativos com base em padrões preditivos consolidam barreiras invisíveis ao acesso igualitário ao conhecimento. Assim, a tecnologia que poderia servir como um meio de subversão e democratização converte-se, paradoxalmente, em ferramenta de legitimação da exclusão.

Contudo, seguindo Negri (1999), há uma contradição imanente nesse processo: a socialização do conhecimento exigida pelo capitalismo cognitivo cria redes colaborativas que excedem a lógica da mercadoria. Wikipédia, projetos *open source* e até revoltas estudantis (como as de 2012 no Chile) demonstram que o *general intellect* (Marx, 1858/2011) contém em

si a semente da desmercantilização. A tarefa da crítica, aqui, é dupla: desvelar, com Adorno, as estruturas de dominação inscritas na tecnificação da educação, e, com Vercellone, mapear as brechas onde o comum resiste à financeirização.

Essa síntese confirma a atualidade da teoria marxista do valor-trabalho: mesmo quando o conhecimento parece "desmaterializado", sua produção depende do tempo de trabalho social — agora ampliado para incluir a aprendizagem contínua, a autoprecarização do estudante-trabalhador (Fumagalli, 2015) e a exploração do trabalho afetivo dos docentes. A mais-valia, nas palavras de Fuchs (2014), é extraída tanto nas salas de aula quanto nos *datacenters* que processam MOOCs (*Massive Open Online Courses*).

A educação, assim, torna-se um microcosmo da contradição entre valor e vida: espaço onde a reificação atinge níveis inéditos, mas também onde o *saber vivo* (Mészáros, 2005) pode insurgir-se contra sua redução a mercadoria. Como alertava Adorno (1959/1995), porém, essa possibilidade exige resistir à sedução da eficiência instrumental — e reconhecer, com Marx, que a emancipação humana não será algoritmizada.

A hiperconexão digital, longe de ser mera deriva tecnológica, consolida a subsunção integral da vida subjetiva à acumulação flexível do capitalismo cognitivo. Quando dispositivos e redes sociais convertem a atenção humana em *commodity* rastreada (Zuboff, 2019), operam uma metamorfose da subsunção real descrita por Marx (1894/2017): não apenas o tempo de trabalho, mas os intervalos de ócio, afeto e aprendizagem são colonizados como fontes de mais-valia imaterial. Sherry Turkle (2011) decifra esse processo ao expor como a gratificação instantânea — *likes*, notificações, respostas algoritmizadas — reconfigura a psique coletiva: a ansiedade por estímulos fragmentários corrói a capacidade de tolerar a frustração, condição *sine qua non* para o pensamento crítico. Na educação, essa lógica assume contornos perversos: plataformas adaptativas como Khan Academy ou Duolingo, embora prometam "personalização", reduzem o conhecimento a *snippets* digeríveis, eliminando a tensão dialética entre pergunta e resposta que Adorno (1959/1995) considerava essencial à formação emancipatória.

Essa dinâmica atualiza a crítica de Marcuse (1964) às "necessidades repressivas": a suposta autonomia do estudante — escolher quando e como consumir conteúdos — mascara sua submissão a uma temporalidade acelerada, antagônica à *deep attention* necessária para dominar conceitos complexos (Hayles, 2007). A resiliência emocional, nesse contexto, não é apenas habilidade individual, mas resistência política contra a racionalidade instrumental que

transforma salas de aula em *datamining fields*. Cada clique, hesitação ou pausa num *quiz* online é convertido em *insight* comportamental para otimizar a captura do *general intellect* (Vercellone, 2007), processo onde o próprio ato de aprender se torna linha de montagem de dados.

A vigilância constante (Zuboff, 2019) nessas plataformas não é mero controle externo, mas internalização da lógica mercantil: estudantes aprendem a autorregular-se conforme métricas de desempenho quantificável, ecoando o que Foucault (1975) chamaria de "sociedade disciplinar", agora intensificada por algoritmos preditivos. Contudo, como alerta Turkle (2011), a superficialização das interações educacionais — substituição do debate socrático por *chats* automatizados — esvazia o potencial dialógico do conhecimento, reduzindo-o a transação instrumental. Aqui, a reificação atinge seu ápice: relações pedagógicas são mediadas por interfaces que naturalizam a troca entre dados e certificados, obscurecendo a exploração do trabalho cognitivo coletivo (Fuchs, 2014).

Figura 1 – Charge: Capitalismo de Vigilância



Fonte: John Thornhill (FT apud Valor, 25/01/19)

A dinâmica do capitalismo cognitivo na educação manifesta-se por meio de uma lógica ambígua, na qual o aprendiz é simultaneamente mercantilizado e moldado para atender às exigências do mercado. Esse processo se desenrola em duas frentes principais. A primeira diz respeito à extração de mais-valia a partir da sociabilidade digital, uma vez que plataformas

educacionais não apenas comercializam conteúdos, mas também monetizam os metadados gerados pela ansiedade estudantil. O tempo de resposta dos alunos, os padrões de desistência e outros indicadores comportamentais tornam-se insumos valiosos para a otimização algorítmica do engajamento e da retenção, reforçando a lógica da vigilância e do controle.

A segunda frente se manifesta na erosão da autonomia intelectual, impulsionada pela substituição da contemplação crítica pelo consumo passivo. A dependência de estímulos imediatos, induzida por plataformas que priorizam recompensas instantâneas e fragmentação da atenção, configura um modelo de formação que produz sujeitos adaptados à precariedade do mercado de trabalho uberizado (Standing, 2011). Em vez de fomentar pensamento crítico e autonomia, o ensino modelado pelo capitalismo cognitivo gera indivíduos treinados para responder rapidamente a demandas externas, sem espaço para questionamento profundo ou resistência intelectual. Esse processo não apenas esvazia a educação de seu potencial emancipatório, mas também fortalece a conformação subjetiva ao trabalho flexível e intermitente, consolidando a lógica da servidão voluntária na era digital.

A conexão entre Turkle e Zuboff expõe assim o cerne ideológico do "capitalismo de plataforma educacional": sob o mito da democratização do acesso, opera-se uma acumulação primitiva do comum intelectual, onde até o silêncio reflexivo é transformado em recurso explorável. Restaura-se, assim, a urgência da pergunta de Adorno e Horkheimer (2020): "Por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie?".

A commodificação do espaço educacional no capitalismo digital não se limita à conversão do conhecimento em mercadoria, mas avança sobre a própria tessitura temporal da aprendizagem, transformando-a em circuito contínuo de extração de dados. Peters e McLaren (2020) identificam nesse processo uma forma inédita de acumulação, onde plataformas educativas operam como novas fábricas do cognitivo: assim como o tear a vapor capturava o movimento dos braços operários, sistemas como Moodle ou Google Classroom colonizam a atenção, a hesitação reflexiva e até os silêncios dos estudantes, convertendo-os em insumos para algoritmos de *learning analytics* (Williamson, 2017). Essa dinâmica radicaliza o conceito marxiano de trabalho produtivo: se para Marx (2013) a produtividade era medida pela geração de mais-valia, aqui até o fracasso em um teste online — o "erro" pedagógico — torna-se valorizável como dado comportamental para otimizar a captura futura do *general intellect* (Vercellone, 2007).

Zuboff (2019) desvela a arquitetura desse *capitalismo de vigilância pedagógica*, que opera em dupla camada. Na superfície, a educação é modularizada em microcredenciais transacionáveis via blockchain, esfacelando o saber em unidades compatíveis com a lógica do mercado financeiro (Peters, 2019). Nas profundezas, porém, a vigilância contínua — rastreamento do tempo de visualização de vídeos, análise de padrões de digitação — permite às corporações prever e moldar hábitos de consumo, transformando salas de aula virtuais em laboratórios de engenharia social. A eficiência métrica, com seus índices de engajamento e taxas de conclusão, suplanta o ideal humanista de *Bildung*, reduzindo a formação crítica a uma "habilidade do século XXI" esvaziada de seu potencial emancipatório (Brown et al., 2020).

Essa transformação atualiza a crítica de Adorno e Horkheimer (2020) à racionalidade instrumental, agora materializada em sistemas adaptativos de IA como o Knewton. Sob o véu da "personalização do ensino", tais tecnologias eliminam a contingência dialógica — o imprevisível do encontro pedagógico —, substituindo-o por percursos pré-formatados que naturalizam a submissão ao algoritmo. A reificação, nos termos de Lukács (2003), manifesta-se tanto na objetificação das relações educacionais (mediadas por interfaces que convertem diálogos em datasets) quanto na subjetivação de estudantes como *entrepreneurs* de si mesmos, gestores de um "capital humano" que inclui até suas vulnerabilidades emocionais (Ball, 2003).

Contudo, a subsunção total do cognitivo gera fissuras iminentes. A Wikipédia, ainda que sob pressão de editores assalariados (Swartz, 2013), preserva vestígios do *common intellect* como prática anticapitalista, enquanto greves digitais contra sistemas de vigilância (*proctoring*) durante a pandemia expuseram a capacidade de mobilização do saber coletivo (Hardt e Negri, 2017). Essas contradições confirmam a atualidade da teoria do valor-trabalho: mesmo na educação digital, a extração de valor depende do tempo de trabalho social — agora expandido para incluir o lazer monitorado e a produção informal de dados (Fumagalli, 2015). A barbárie diagnosticada por Adorno não reside na ausência de tecnologia, mas na redução da sala de aula a uma linha de montagem de subjetividades algoritmizadas, onde a própria resistência é metabolizada como "feedback" para o aprimoramento do sistema.

Se o capitalismo cognitivo, como discutido anteriormente, transformou plataformas digitais em fábricas de extração de dados educacionais, Guy Debord oferece a chave para compreender como essa lógica de comodificação não se restringe ao universo digital — ela contamina até mesmo a aparente solidez das salas de aula presenciais. Em *A Sociedade do Espetáculo* (1967), Debord argumenta que o capitalismo tardio converte relações sociais autênticas em representações alienantes, onde a imagem substitui o vivido. Esse diagnóstico

permite articular uma continuidade subterrânea: assim como algoritmos transformam interações online em mercadorias de vigilância, a educação presencial, sob o véu da tradição, não escapa à subsunção espetacular. O que nas plataformas se manifesta como data mining, na relação professor-aluno assume a forma sutil de pedagogia performática — ensino como espetáculo de consumo imediato, onde o saber é reduzido a simulacro de profundidade.

A crítica de Debord à "separação generalizada" entre sujeito e experiência (1967) ilumina como a sala de aula, mesmo física, reproduz a lógica das plataformas: o conhecimento deixa de ser mediação dialética para tornar-se imagem estática, uma série de slides desconexos e avaliações padronizadas que espelham a fragmentação dos *microlearnings* digitais. A obsessão por "dinamismo" nas aulas — com professores pressionados a entreter como *influencers* acadêmicos — revela a internalização da economia da atenção, agora dissociada das telas. Não por acaso, a fetichização de rankings universitários e a modularização curricular em créditos acumuláveis ecoam, em escala humana, a mesma lógica de métricas e engajamento que rege as plataformas. Nesse cenário, a transição para a análise benjaminiana da reprodutibilidade técnica torna-se orgânica: se Debord desvenda a educação como espetáculo, Benjamin alertará como sua mecanização pode esvaziar até os últimos resíduos de autenticidade pedagógica.

Walter Benjamin alerta que a reprodutibilidade técnica — processo pelo qual a cultura é massificada e esvaziada de profundidade — não se restringe às máquinas, mas contamina até a aparente solidez das salas de aula. Em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (Benjamin, 1994), ele distingue entre experiência (*Erfahrung*), entendida como um processo reflexivo e acumulativo, e vivência (*Erlebnis*), mero acúmulo de estímulos superficiais. Essa dicotomia ilumina como a educação presencial, mesmo sem plataformas digitais, sofre uma transformação perversa: o conhecimento deixa de ser mediado pela contemplação crítica para tornar-se produto de consumo rápido.

A padronização de currículos em “conteúdos mínimos”, a obsessão por avaliações em massa e a fragmentação do saber em disciplinas estanques são sintomas dessa lógica. Benjamin via na reprodutibilidade a perda da aura — aquilo que torna uma experiência única e vinculada à tradição. Nas escolas, a “aura” da aprendizagem se dissipa quando aulas são reduzidas à transmissão de informações prontas, desconectadas de contextos históricos. O aluno, pressionado a decorar fórmulas para provas padronizadas, vive o *Erlebnis*: acumula dados como quem coleciona selos, sem tempo para digeri-los criticamente (Benjamin, 1994).

A distinção de Benjamin ecoa a teoria de Daniel Kahneman sobre dois sistemas de pensamento: o Sistema 1 (rápido, automático) e o Sistema 2 (lento, reflexivo). Na educação presencial dominada pelo *Erlebnis*, predomina o Sistema 1: respostas curtas substituem ensaios, exercícios mecânicos tomam o lugar de debates, e a pressa em “cumprir ementas” anula a pausa necessária para a dúvida. A experiência (*Erfahrung*), que exigiria tempo para amadurecer ideias e confrontar contradições, é sufocada pela tirania do imediatismo (Kahneman, 2011).

Byung-Chul Han, ao analisar a sociedade do cansaço, complementa essa crítica: a exaustão contemporânea não vem de opressão externa, mas da autoexploração em busca de rendimento constante. Na sala de aula, isso se traduz em estudantes e professores esgotados por metas de produtividade — horas-aula preenchidas com atividades superficiais, correções em série e a cobrança por “dinamismo” que transforma o docente em animador de plateia. A experiência profunda é substituída por uma sequência de vivências desconectadas, como assistir a uma maratona de filmes sem absorver nenhum (Han, 2015).

O esvaziamento do *Erfahrung* manifesta-se até em detalhes: a substituição de cadernos por apostilas pré-formatadas, a redução da leitura de livros a resumos e a fetichização de “metodologias ativas” que, em vez de promover reflexão, demandam agitação permanente. A crítica de Benjamin à cultura como espetáculo adquire nova urgência: quando o quadro-negro vira palco para performances de engajamento fácil, a educação presencial reproduz, em escala humana, a mesma lógica das redes sociais — onde o importante não é o que se aprende, mas quantas “habilidades” podem ser exibidas em um currículo (Benjamin, 1994).

A transição para a análise de Han (2015) torna-se natural: se a reprodutibilidade técnica esvaziou a experiência, a aceleração contemporânea impede até mesmo sua reconstrução. Resta perguntar se ainda é possível, nas dobras do tempo escolar, resgatar a lentidão necessária para que o saber deixe de ser mercadoria e torne-se, novamente, prática de liberdade.

A imbricação entre educação e capitalismo digital encontra sua fundamentação crítica na teoria da indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1985), para quem a racionalidade instrumental — lógica que reduz todos os fins aos meios técnicos — coloniza a cultura, transformando-a em mercadoria serializada. Na educação, essa colonização opera por meio da padronização curricular, que substitui a *Bildung* (formação humanista) por treinamento em “competências” alinhadas à empregabilidade. Os autores demonstram que a indústria cultural não apenas homogeneiza conteúdos, mas produz uma falsa reconciliação entre indivíduo e sistema: ao simular diversidade (como eletivas superficiais ou projetos “interdisciplinares” desprovidos de crítica), ela neutraliza o potencial disruptivo do saber. A sala de aula, assim,

reproduz a pseudoindividação analisada pelos frankfurtianos — estudantes acreditam escolher seus percursos, mas o fazem dentro de parâmetros pré-determinados por métricas de mercado (Adorno; Horkheimer, 1985).

A crítica de Honneth (2003) à reificação das relações sociais agrega uma dimensão ética a essa análise. Para ele, o reconhecimento mútuo — baseado em afeto, direitos e solidariedade — é condição para a autorrealização. Quando a educação prioriza transações utilitárias (notas, rankings, créditos), nega aos sujeitos a experiência de reciprocidade dialógica, essencial para a autonomia. A relação professor-aluno, mediada por protocolos de eficiência, exemplifica a deformação patológica do reconhecimento: o docente, reduzido a prestador de serviços, e o discente, a cliente, não se reconhecem como parceiros na construção do saber, mas como agentes de um contrato mercantil (Honneth, 2003). Essa dinâmica corrompe o que Habermas (1987) chamou de mundo da vida, esvaziando a educação de seu potencial comunicativo e transformando-a em subsistema colonizado pelo mercado.

Benjamin (1936/1994), ao contrastar *Erfahrung* (experiência integrada à tradição e à reflexão) com *Erlebnis* (vivência fragmentada), oferece uma chave para decifrar a temporalidade alienada da educação contemporânea. A obsessão por "cumprir ementas" em ritmo industrial substitui a densidade temporal necessária à assimilação crítica — o tempo cíclico da *Erfahrung*, que permite revisitar conceitos e recontextualizá-los, é suplantado pelo tempo linear do *Erlebnis*, marcado por prazos e entregas. A avaliação padronizada, por exemplo, opera como ritual de aceleração: corrige respostas, mas ignora processos, convertendo o aprendizado em sucessão de eventos desconexos (Benjamin, 1994). A sociedade do cansaço (Han, 2015) radicaliza essa lógica. Han demonstra que a passagem de uma sociedade disciplinar para uma de desempenho substitui a proibição ("não debes") pelo imperativo ("podes!"), levando à autoexploração neurótica. Na educação, isso se traduz na pedagogia do positivo: alunos são incentivados a "gerenciar" seu tempo, a "otimizar" rotinas e a exibir proatividade constante, como se fossem *startups* de si mesmos. A exaustão docente, por sua vez, decorre da internalização dessa lógica — o professor, cobrado por inovação permanente, torna-se refém de uma produtividade esvaziada de sentido, onde a criatividade é cooptada para reproduzir o status quo (Han, 2015).

A dialética da *Aufklärung* (Adorno; Horkheimer, 1985) ressurgue aqui em nova roupagem: o mesmo sistema que promete emancipação via educação a transforma em instrumento de dominação. A solução, para Adorno, estaria na educação como crítica imanente — não como

transmissão de conteúdos, mas como exercício de desmontagem das contradições sociais. Essa abordagem ecoa Freire (1996), para quem a pedagogia deve ser ato político de desvelamento, rompendo com a "educação bancária" que deposita informações. A práxis freireana exige a recuperação da *Erfahrung*: tempo para problematizar a realidade, reconhecer-se nela e reescrevê-la coletivamente (Freire, 1996). A tensão entre esses horizontes — a educação como reprodução ou como libertação — revela a atualidade da teoria crítica. Se a indústria cultural capturou a sala de aula, a resistência reside em fissuras como a pedagogia do oprimido ou as epistemologias do Sul (Santos, 2018), que resgatam saberes marginalizados para questionar a colonialidade do currículo. Como lembrava Adorno, "a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação" (Adorno, 1995) — alerta que, hoje, estende-se à urgência de desmercantilizar o saber, transformando-o em ferramenta de justiça, não de lucro.

O capitalismo digital, ao transformar a atenção em commodity, não se limitou a reconfigurar mercados — redesenhou as próprias dinâmicas do reconhecimento humano. Nas salas de aula, onde outrora se cultivava o diálogo face a face, testemunhamos um fenômeno paradoxal: a proximidade física é sabotada pela distância simbólica imposta pelas telas. Pesquisas como as de McDaniel e Coyne (2016) revelam que a *technoference* — a intrusão da tecnologia nas interações — reduz não apenas a qualidade das relações, mas a profundidade cognitiva necessária ao aprendizado. O simples ato de posicionar um smartphone sobre a mesa, mesmo inativo, diminui em 40% a capacidade de engajamento em uma conversa (ROBERTS; DAVID, 2016). A presença do dispositivo age como um *terceiro invisível*, lembrando-nos constantemente de que há algo mais urgente além do humano à nossa frente.

Adorno e Horkheimer (1985), em sua crítica à indústria cultural, já anteviam que a racionalidade instrumental colonizaria até os espaços de formação. Hoje, não são apenas os conteúdos que são mercantilizados, mas a própria *forma de estar juntos*. O *phubbing* — gesto de ignorar alguém ao lado para checar o celular — não é um desvio de conduta, mas a materialização de uma lógica que ensina a priorizar estímulos rápidos sobre a densidade do encontro (ROBERTS; DAVID, 2016). Quando um aluno interrompe um debate sobre ética para verificar notificações, não está apenas sendo disperso; está reproduzindo um *script* social que valoriza a velocidade em detrimento da profundidade.

A educação, nesse cenário, enfrenta uma contradição pungente: enquanto se propõe a desenvolver pensamento crítico, adota metodologias que espelham a lógica do consumo digital. Aulas são fragmentadas em "pílulas" de conteúdo, avaliações priorizam respostas rápidas sobre reflexão sustentada, e a pressão por "dinamismo" transforma professores em animadores de

plateia. O exemplo é claro: estudantes aprendem a programar em Python aos 15 anos, mas hesitam diante de um poema de Drummond, incapazes de tolerar a ambiguidade que exige interpretação lenta. A habilidade técnica avança; a capacidade hermenêutica definha.

Axel Honneth (2003) oferece uma chave para entender o cerne ético dessa crise. Se o reconhecimento mútuo é base para a autonomia, a mediação excessiva por dispositivos cria uma assimetria perversa: o outro deixa de ser interlocutor para tornar-se competidor na economia da atenção. Em salas de aula onde *likes* e seguidores são métricas subliminares de valor, a empatia — essencial para o debate crítico — é substituída pela busca por validação imediata.

Ainda assim, resistências brotam nas frestas do sistema. Professores que substituem slides por círculos de leitura, alunos que desconectam celulares para discutir textos sem interrupções, ou universidades que recuperam métodos de avaliação baseados em portfólios reflexivos — todos são gestos de insurgência contra a aceleração alienante. Essas práticas, embora minoritárias, ecoam a defesa de Freire (1996) da educação como ato político de *desvelamento*, onde o diálogo rompe com a lógica bancária do conhecimento.

Walter Benjamin (1936/1994), ao refletir sobre a perda da arte de narrar, via na aceleração técnica uma ameaça à transmissão da experiência. Sua crítica ressoa hoje: se a educação não recuperar a *lentidão* como valor pedagógico, arriscamos formar uma geração de *consumidores de conteúdo*, incapazes de tecer narrativas próprias. A tarefa urgente é reconquistar a sala de aula como espaço de *interrupção* — onde o tempo não é cronometrado, mas dedicado à construção coletiva de sentido.

A escolha é clara: ou a educação resiste à ditadura do imediato, ou se rende à superficialidade que alimenta a reprodução acrítica do status quo. Como lembra Adorno (1967/1995), não há neutralidade possível: educar é sempre um ato de intervenção no mundo.

Figura 2 – Charge: atrofia cognitiva



As tirinhas de Calvin e Haroldo são criação de Bill Watterson

A dependência tecnológica também traz uma outra camada de ironia: os smartphones, nossos inseparáveis assistentes pessoais, são celebrados como extensões cognitivas, ajudando-nos a "pensar melhor". Mas a realidade é um tanto menos glamorosa. Ward et al. (2017) apontam que essa delegação de tarefas simples para nossos dispositivos não melhora o desempenho cognitivo — na verdade, ela reduz nossa capacidade de foco e concentração. Estamos, literalmente, terceirizando o esforço mental. A consequência? Participação ativa e reflexiva no aprendizado fica comprometida, e aquele conhecimento profundo e duradouro, que requer reflexão, vai ficando de lado, substituído pelo consumo rápido e superficial de informações.

Quando se trata do impacto da tecnologia na inteligência geral, alguns estudos sugerem que as gerações mais recentes podem estar vendo seu QI dar marcha à ré, especialmente nas sociedades “mais avançadas”. Flynn (1987) identificou o "Efeito Flynn", um aumento constante dos escores de QI ao longo do século XX. Mas, como diria Newton, tudo que sobe tende a descer, pesquisas mais recentes indicam que esse efeito pode estar se revertendo. Um estudo de Bratsberg e Rogeberg (2018) na Noruega revelou um declínio significativo nos escores de QI entre as gerações nascidas após 1975. E por que isso? Os autores apontam para fatores culturais e ambientais, incluindo o aumento do uso de tecnologia digital, como possíveis culpados. Ou seja, a tecnologia que nos oferece tantas facilidades pode também estar "encurtando" nossa capacidade cognitiva e nossa memória. Um bom exemplo são os números de telefone: antes da telefonia celular, na década de 90, memorizávamos dezenas de números. Hoje, com a chegada dos smartphone e as suas agendas eletrônicas, a maioria das pessoas mal sabe o seu próprio número de telefone. Cria-se uma cultura de comodidade, em que a tecnologia funciona como uma extensão de nossas faculdades cognitivas. Para não perdermos o fio da meada, é essencial encontrar um equilíbrio. Atividades que exercitam a memória e o pensamento crítico, como a leitura, jogos de lógica (especialmente o Xadrez), orientar-se no trânsito sem recorrer ao GPS, ou até resolver problemas matemáticos sem uma calculadora, podem ser os antídotos necessários para nos mantermos afiados em um mundo digital cada vez mais disperso. O cérebro é um “músculo” do corpo: quando não é exercitado, atrofia.

Tudo isso acontece em uma época em que a gratificação instantânea é quase uma virtude. O aluno, condicionado pelas dinâmicas digitais, espera respostas rápidas, certeiras, e de preferência sem muito esforço. Só que o aprendizado de verdade — aquele que se enraíza e transforma — não joga esse jogo. Ele exige tempo, paciência, e um nível de foco que as redes sociais parecem conspirar em destruir. E aí está o maior efeito perverso: a superficialidade

digital, ao se infiltrar nas escolas, esvazia a educação de seu sentido mais nobre — o de formar indivíduos autônomos e críticos, capazes de pensar além das tendências e dos modismos.

No fundo, o que vemos é o triunfo de uma cultura de distração. A tecnologia, ao invés de nos aproximar, nos isola; ao invés de nos ajudar a pensar, nos condiciona a consumir. As interações se tornam fragmentadas, e o aprendizado, uma coleção de dados dispersos. Tudo isso em nome de uma eficiência que, no final das contas, só perpetua um sistema educacional ajustado ao mercado — rápido, prático e sem espaço para as sutilezas de um pensamento genuinamente crítico. Rahel Jaeggi aprofunda essa crítica, apontando que a alienação significa a perda de autenticidade nas interações. Quando a educação se torna uma mercadoria, ela perde seu potencial transformador. Em vez de promover a autorrealização e o desenvolvimento integral, aliena os estudantes, moldando-os de acordo com as exigências do mercado (Jaeggi, 2005).

No capitalismo digital, a lógica da comodificação invade áreas que, até pouco tempo, pareciam imunes à comercialização direta, como a religiosidade e os relacionamentos íntimos. A espiritualidade, que sempre foi uma busca por significado e transcendência, agora é oferecida em vitrines digitais. Produtos religiosos são vendidos como qualquer outra mercadoria, enquanto práticas de fé são empacotadas em aplicativos e gamificadas para atrair e engajar "seguidores", como se a salvação pudesse ser alcançada por meio de curtidas e compartilhamentos. Esse fenômeno encontra eco no crescimento do neopentecostalismo e da teologia da prosperidade, que reproduzem essa lógica comercial na própria espiritualidade. A fé vira um "investimento" com retorno garantido: dê seu dízimo, e Deus lhe recompensará com bênçãos materiais. Ironicamente, Martinho Lutero, o reformador protestante que tanto criticava a usura, ficaria horrorizado com uma visita a um templo da Igreja Universal do Reino de Deus, ou da Igreja Mundial do Poder de Deus, ao ver essa usura espiritual que parece ter infectado o protestantismo moderno. Lutero, que escreveu contra os abusos financeiros da Igreja em *Da Usura*, veria agora sua própria fé sendo comercializada em ritmo de *Black Friday*.

Com a tecnologia, essa comodificação não apenas continua, mas se intensifica. Hoje, cada um pode personalizar sua experiência religiosa conforme suas preferências (ou suas conveniências), escolhendo o que ressoa melhor com suas crenças individuais. Há até terreiros virtuais, centros espíritas e igrejas online para todos os gostos. O resultado? A espiritualidade se torna uma jornada solitária e individualizada, sintonizada com o ritmo do consumo digital (Helland, 2005; Houtman e Aupers, 2007). Neopentecostalismo e a teologia da prosperidade

caminham lado a lado com essa tendência: cada fiel tem que “fazer sua parte” para merecer as recompensas divinas, como se a relação com o sagrado fosse apenas mais uma transação econômica. A fé vira um contrato, onde o divino é apenas mais um parceiro de negócios. William James, em *As Variedades da Experiência Religiosa* (1902), via a espiritualidade como uma jornada subjetiva, rica e introspectiva. Agora, no entanto, ela é diluída em um pacote pré-moldado, onde o que importa são os resultados rápidos e palpáveis, esvaziando completamente a profundidade da fé.

Por exemplo, vejo isso com minha mãe: aos 80 anos e com problemas de saúde, o padre a autorizou a acompanhar a missa dominical online, no conforto de sua sala. Antes, ela chegava cedo à igreja, concentrava-se, fazia uma oração; o ambiente sagrado a preparava para a celebração. Agora, em casa, o gato distrai, os gritos de uma discussão entre vizinhos chamam sua atenção, e, sem estar sendo observada, sente-se à vontade para, entre um ato litúrgico e outro, checar o grupo da família no WhatsApp. A qualidade de sua experiência religiosa se dilui, com o profano invadindo o que antes era reservado ao sagrado.

Nos relacionamentos íntimos, a comodificação segue uma trajetória semelhante. Aplicativos de namoro, como Tinder, ou redes sociais, como Instagram, transformam as pessoas em produtos à venda. Fotos cuidadosamente escolhidas, biografias que parecem slogans de marketing pessoal — o objetivo é se destacar no mercado do desejo. Você não está apenas buscando um parceiro, está anunciando a si mesmo. A ironia aqui é que, ao fazer parte dessas plataformas, as pessoas não apenas consomem, mas também se tornam mercadorias, avaliadas e descartadas com a mesma facilidade com que escolhemos um produto no supermercado. A nossa sociedade naturalizou essa lógica de conveniência: o outro não é mais um semelhante, mas uma oportunidade. O que ele pode me oferecer? Status? Beleza? Vantagens sociais? Não importa. O valor das pessoas é medido pelo que elas podem nos proporcionar, como se cada interação fosse uma negociação, e não um encontro humano.

Eva Illouz (2012) já descrevia, de maneira implacável, como o capitalismo digital transformou o amor em mais uma mercadoria na prateleira do mercado. O que antes era construído com base em compromisso e intimidade, agora virou uma busca fria e calculada por benefícios emocionais e sociais. Quanto mais fácil se torna o acesso a potenciais parceiros, mais voláteis e superficiais se tornam essas conexões (Tyson et al., 2016). No fim das contas, o outro é reduzido a uma função: uma peça descartável, usada de acordo com as conveniências do momento. Um exemplo perfeito dessa lógica é o fenômeno do OnlyFans, que normalizou práticas que, em essência, ecoam a velha prostituição, mas com um verniz de aceitação social.

Tudo agora parece aceitável, desde que esteja mediado por uma transação econômica. As fronteiras entre o íntimo e o comercial desapareceram, e o corpo, assim como os afetos, tornou-se apenas mais uma moeda de troca na economia digital.

Essas dinâmicas não se limitam às interações individuais; elas reverberam na própria estrutura das famílias e na organização social. A superficialidade e a volatilidade dos relacionamentos, alimentadas por essa cultura de gratificação instantânea, têm provocado uma explosão de famílias monoparentais e um aumento expressivo nas taxas de divórcio nas economias desenvolvidas (Pew Research Center, 2019). É como se as relações agora tivessem prazo de validade: rápidas, descartáveis, facilmente substituíveis. No Brasil, essa tendência também avança, remodelando os arranjos familiares e transformando a maneira como nos conectamos — ou melhor, como deixamos de nos conectar. O que antes era um vínculo construído ao longo do tempo, agora se dissolve na mesma velocidade em que se forma, deixando no lugar uma lacuna emocional que aplicativos e redes sociais não conseguem preencher.

Se a comodificação da educação já seria grave por transformar estudantes em *commodities* para o mercado, sua articulação com a aceleração social (Rosa, 2010) produz um cenário ainda mais devastador. Hartmut Rosa demonstra que o capitalismo tardio não apenas mercantiliza relações, mas as submete a um *ritmo frenético* que esvazia a possibilidade de experiências significativas. Nas escolas e universidades, essa lógica se materializa na transformação do tempo pedagógico em corrida contra o relógio: currículos são compactados em módulos rápidos, aulas viram *fast food* intelectual, e a avaliação prioriza a velocidade de resposta sobre a profundidade da reflexão (Rosa, 2010). O resultado é uma geração que domina a arte de "passar no teste", mas desconhece o sabor da dúvida prolongada. A analogia com aplicativos de namoro é reveladora: assim como perfis são otimizados para maximizar *matches*, alunos são moldados para agradar algoritmos de seleção de currículos. Suas habilidades são destiladas em métricas de produtividade — notas, horas de estágio, certificados — que os reduzem a pacotes de dados transacionáveis. A ironia é cruel: a educação, que deveria ser espaço de desaceleração crítica (Freire, 1996), onde se questionam as estruturas de poder, converte-se em esteira rolante que reproduz a lógica que deveria combater.

Rosa (2010) argumenta que a aceleração social gera uma alienação temporal: perdemos a capacidade de habitar o presente, pois estamos sempre correndo para o próximo objetivo. Na educação, isso se traduz em estudantes que pulam de curso em curso, acumulando créditos

como quem coleciona selos, sem jamais se permitirem mergulhar na complexidade de um tema. A pressão por "empregabilidade imediata" exige que escolham carreiras aos 17 anos, como se a vida fosse um jogo de *clickbait* existencial. A crítica de Rosa dialoga com Adorno e Horkheimer (1985): se a indústria cultural padroniza desejos, a aceleração educacional padroniza trajetórias. A sala de aula, nesse contexto, torna-se fábrica de futuros precarizados, onde a criatividade é substituída por *checklists* de competências. O professor, pressionado a "entregar resultados", abandona a mediação dialógica para adotar manuais de instrução — a educação vende-se como curso de montagem de *IKEA*, onde o saber vem em partes desconexas e o tempo de reflexão é tratado como desperdício.

Contudo, a resistência persiste nas brechas do sistema. Projetos que resgatam a pedagogia do tempo lento — como disciplinas optativas baseadas em pesquisa investigativa ou grupos de estudo sem cronogramas rígidos — desafiam a tirania da aceleração. Essas iniciativas, ainda que marginais, ecoam a defesa de Rosa (2010) da ressonância como antídoto à alienação: educar não é preencher mentes, mas criar espaços onde o conhecimento possa ecoar, gerando transformações imprevisíveis. A escolha é urgente: ou a educação assume seu papel de interruptora crítica da aceleração mercantil, ou se torna cúmplice da produção em massa de sujeitos adaptados à servidão voluntária. Como lembrava Guimarães Rosa, "o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia" (Rosa, 1956, p. 58). Na educação, a travessia exige tempo — e tempo, hoje, é o mais radical dos atos políticos.

Figura 1 – Charge: Capitalismo de Vigilância



Fonte: OutrasPalavras

A comodificação no capitalismo digital opera uma mutação ontológica: não apenas objetos são transformados em mercadorias, mas o próprio sujeito é desmontado e remontado

como agregado de dados, um *dividual* (Deleuze, 1992) cujos afetos, desejos e medos são minerados, processados e reinseridos no circuito de valor. Como alertava Marx (1867/2013), o capital não se contenta em explorar o trabalho; precisa colonizar a subjetividade. Nas plataformas digitais, essa colonização atinge seu ápice: o *eu* é desintegrado em *data points*, traços algorítmicos que predizem comportamentos e monetizam vulnerabilidades (Zuboff, 2019). A liberdade, nesse contexto, é uma ilusão necessária: o usuário acredita "customizar" seu perfil, mas apenas navega em labirintos pré-desenhados por engenharias de *user experience* que convertem autonomia em adição.

Freud (1921/2011), ao analisar a psicologia das massas, identificou mecanismos de identificação e contágio emocional que dissolvem o indivíduo no coletivo. No capitalismo digital, porém, a massa não é mais um aglomerado físico, mas um arquipélago de bolhas algorítmicas (Pariser, 2011), onde afetos são fabricados em escala industrial. Líderes carismáticos são substituídos por algoritmos que não comandam, mas modulam (Lazzarato, 2006): em vez de impor ordens, eles estimulam microcomportamentos através de *nudges* — sugestões de conteúdo, notificações, filtros de realidade. O resultado é uma governamentalidade algorítmica (Rouvroy, 2013), onde o controle se exerce não pela proibição, mas pela antecipação dos desejos.

Essa dinâmica corrompe o princípio do prazer freudiano. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2011) argumentava que a renúncia pulsional era o preço da vida social. O capitalismo digital, contudo, inverte a equação: em vez de reprimir, hiperestimula o desejo, oferecendo satisfação imediata e intermitente. As redes sociais funcionam como máquinas de *dopamina programada* (Harman, 2022), onde cada like e cada scroll ativam recompensas neuroquímicas, esvaziando o desejo de qualquer objeto específico. O sujeito não é frustrado, mas saturado — um *consumidor-consumido* que, ao buscar autorrealização, alimenta a acumulação de *big data*.

A personalização, longe de ser emancipatória, é uma armadilha hermeneutica (Han, 2015). Quando o Spotify sugere uma playlist "feita para você", ou o Instagram curatorializa seu feed, não há diálogo, mas espelhamento narcísico: o algoritmo devolve ao usuário uma imagem distorcida de si mesmo, reforçando vieses e eliminando o acaso. Essa lógica, que Marcuse (1964) chamaria de "dessublimação repressiva", anula a dimensão crítica do desejo, transformando-o em força produtiva. A subjetividade, assim, torna-se capital fixo (Varoufakis, 2023), um ativo que rende juros na medida em que é monitorado e recombinado.

Aqui reside a contradição terminal: o sujeito, convencido de que "expressa sua essência" nas redes, é na verdade arquivista de si mesmo, catalogando preferências que serão revendidas como dados valiosos para o mercado. A liberdade de escolha revela-se um roteiro pré-formatado, onde até a rebeldia é transformada em produto comercial (basta lembrar como a estética punk foi cooptada por lojas de departamentos). Como alertava Adorno (1947/2020), a indústria cultural não elimina a crítica; ela a absorve e a devora, regurgitando-a como entretenimento inofensivo.

A psicanálise lacaniana oferece uma chave para decifrar esse impasse: se o desejo é sempre desejo do Outro, o algoritmo ocupa hoje o lugar do Grande Outro digital, a instância simbólica que diz ao sujeito o que desejar (Žižek, 2006). A "sugestão" freudiana (1921/2011) — outrora mediada por líderes ou ideologias — é agora automatizada, com *machine learning* substituindo a autoridade humana. O efeito é a erosão do inconsciente: ao oferecer respostas antes mesmo da formulação da pergunta, as plataformas anulam a angústia criativa, matéria-prima da subjetivação.

Nesse contexto, a crítica marxista à mercadoria precisa ser atualizada: não se trata apenas de fetichismo, mas de fetichismo algorítmico, onde relações sociais são mediadas por códigos que naturalizam a exploração como "serviço personalizado". A saída, como sugerem Negri e Hardt (2000), está no reconhecimento do comum digital — não como recurso a ser apropriado, mas como práxis coletiva de reexistência. Enquanto isso, seguimos todos *prosumidores* (Toffler, 1980), visitantes inconscientes de parques de diversões algorítmicos, onde a liberdade é uma atração cuidadosamente planejada para nos manter engajados e produtivos.

A articulação entre Freud e o capitalismo digital ganha nova profundidade quando confrontada com a crítica de Herbert Marcuse em *Eros e Civilização* (1955). Enquanto Freud via a repressão dos instintos como condição necessária para a vida civilizada, Marcuse introduz a noção de repressão excedente — aquela que excede o necessário à sobrevivência da sociedade, servindo apenas à perpetuação da dominação. No capitalismo digital, essa repressão excedente assume uma forma paradoxal: não mais pela negação do prazer, mas por sua exploração programada. As plataformas digitais operam uma dessublimação repressiva (Marcuse, 1955), liberando Eros de suas amarras tradicionais apenas para canalizá-lo em circuitos de consumo de dados.

Marcuse anteviu que uma civilização não repressiva seria possível se a tecnologia, em vez de servir à exploração, libertasse os indivíduos do trabalho alienante, permitindo que Eros

se expressasse como princípio criativo e lúdico. No entanto, o capitalismo digital perverte essa promessa: a transformação da vida em jogo (ou *gamificação*) não é emancipação, mas simulacro de liberdade. Aplicativos de namoro convertem o desejo em gestos rápidos de deslizar a tela (*swipes*); redes sociais transformam a amizade em números de seguidores (*follows*); plataformas de aprendizagem reduzem a curiosidade a medalhas virtuais (*badges*). O que Marcuse chamou de princípio de desempenho — a lógica que subordina todos os aspectos da vida à produtividade — agora se disfarça de entretenimento, criando a ilusão de que trabalhamos enquanto brincamos (e vice-versa).

A economia da atenção é o ápice dessa distorção. Marcuse argumentava que, sob o princípio de desempenho, o tempo livre é colonizado pela lógica do trabalho. Hoje, mesmo nossos momentos de ócio são trabalho emocional não remunerado: ao postar selfies, comentar em threads ou criar conteúdos, alimentamos plataformas com dados valiosos, convertendo Eros em *data labor*. A pulsão de vida, que deveria ser força de criação e conexão autêntica, é cooptada para gerar valor em um circuito onde, como lembrava Marx, "tudo que é sólido se desmancha no ar" — ou, no caso, em bits. Aqui, a crítica de Marcuse à racionalidade tecnológica revela-se profética: a mesma tecnologia que poderia libertar o Eros criativo é usada para administrá-lo em nome do controle. Os algoritmos não reprimem o desejo; fabricam-no, oferecendo satisfações pré-formatadas que anulam a dimensão utópica do prazer. Em *TikToks* de 15 segundos ou playlists "personalizadas", não há espaço para o devaneio ou a contemplação — apenas para o consumo em loop.

A teoria desenvolvida por Sunstein e Thaler (2008) em *Nudge* revela que as decisões humanas são profundamente influenciadas por vieses cognitivos — atalhos mentais evolutivamente úteis, mas sistematicamente explorados pelas dinâmicas digitais para fins de controle e lucro. Esses vieses, longe de serem meras curiosidades psicológicas, constituem a base de uma engenharia comportamental que transforma a subjetividade em mercadoria. Abaixo, detalhamos os oito principais mecanismos, suas operações concretas e sua instrumentalização pelo capitalismo de plataforma, articulando uma crítica à falácia do "paternalismo libertário" em um sistema onde a arquitetura de escolha é, por definição, um instrumento de dominação.

O viés do *status quo*, tendência humana a preferir a inércia diante de opções complexas, é explorado por plataformas que definem configurações de privacidade como "públicas" por padrão. Essa estratégia, aparentemente benigna, converte a passividade do usuário em

consentimento tácito para vigilância, como observa Zuboff (2019) ao analisar a economia da extração de dados. Já o viés da disponibilidade, que nos leva a superestimar riscos ou eventos com base em exemplos recentes ou emocionalmente carregados, é manipulado por algoritmos que priorizam conteúdos sensacionalistas — notícias sobre crimes ou desastres naturais no YouTube —, criando uma percepção distorcida da realidade e alimentando ciclos de medo e engajamento (Wu, 2017).

A ancoragem, ou dependência excessiva da primeira informação recebida, é utilizada por e-commerces como a Amazon, que exibe preços "originais" inflacionados riscados ao lado de "promoções", induzindo a ilusão de desconto mesmo quando o valor inicial jamais foi real. Esse mecanismo não apenas distorce a noção de justiça econômica, como naturaliza a desinformação como ferramenta de marketing. A aversão à perda, medo irracional de perder algo que supera o desejo de ganhar, é acionada por plataformas como Uber Eats e Booking.com, que lançam alertas de "últimas unidades" ou "ofertas por tempo limitado", pressionando decisões impulsivas e convertendo ansiedades em lucro (Kahneman, 2011).

O viés de confirmação, tendência a buscar informações que validem crenças prévias, é amplificado por algoritmos de redes sociais como Facebook e Twitter, que constroem bolhas de filtro ao recomendar grupos antivacina, teorias da conspiração ou conteúdos extremistas. Essa dinâmica, como alerta Pariser (2011), fragmenta o espaço público e mina o consenso democrático. O efeito *framing*, que altera decisões conforme a apresentação das opções, é exemplificado pelos pop-ups de cookies que destacam "Aceitar tudo" em cores vibrantes e escondem "Personalizar configurações" em tons opacos — uma arquitetura que transforma direitos em obstáculos e vigilância em norma (Cohen, 2019).

Figura 3 – Charge: Viés de Confirmação



Autoria: Daniel Paz

A dependência social, impulso de imitar comportamentos do grupo, é explorada por plataformas como LinkedIn e Instagram, que exibem mensagens como "Seus amigos estão online" ou "1.000 pessoas curtiram isso", gerando ansiedade de exclusão e pressionando a hiperconexão. Por fim, a procrastinação, preferência por recompensas imediatas em detrimento de ganhos futuros, é incentivada por mecanismos como o autoplay do YouTube e o *infinite scroll* do TikTok, que substituem a deliberação consciente por loops infinitos de consumo passivo — um fenômeno que Han (2015) descreve como "infarto da alma" em uma sociedade incapaz de pausar.

Esses vieses não operam isoladamente: são entrelaçados em arquiteturas de escolha que reprogramam a percepção humana em nível pré-cognitivo. Plataformas usam cores (vermelho para "Comprar agora"), sons (notificações agudas que imitam sinais de perigo) e sequenciamento algorítmico (vídeos curtos antes de longos) para ativar respostas límbicas, contornando o córtex pré-frontal, sede do julgamento crítico. Como explica Lanier (2018), cada clique, like ou compartilhamento é meticulosamente planejado para explorar fraquezas biológicas, transformando usuários em "fontes de dados comportamentais" para máquinas de predição.

A promessa de Sunstein e Thaler (2008) de um "paternalismo libertário" — arquiteturas que guiam escolhas sem restringir liberdades — desaba ante a realidade do capitalismo de vigilância. Em um sistema onde o lucro depende da exploração da atenção, não há *nudge* benigno. O LinkedIn, ao exibir "500+ pessoas viram seu perfil", não está promovendo

autorreflexão, mas ansiedade performativa; a Amazon, ao sugerir "comprados juntos", não facilita a vida do consumidor, mas amplifica o consumo compulsivo. A ideia de que corporações agiriam como "arquitetas do bem" é uma fantasia liberal, como demonstra o escândalo Cambridge Analytica: plataformas como o Facebook não são neutras — são máquinas de guerra comportamental (Zuboff, 2019).

A crítica marxista expõe o cerne do problema: as heurísticas são matérias-primas do capitalismo cognitivo. Plataformas extraem valor não apenas do trabalho físico, mas da atenção, das emoções e das relações sociais — uma "mais-valia subjetiva" que Fuchs (2014) identifica como base da exploração digital. Quando o Uber utiliza preços dinâmicos em desastres naturais, ou quando a Netflix prioriza séries que induzem maratonas, não há paternalismo, mas coerção algorítmica disfarçada de conveniência.

A teoria do *nudge*, desenvolvida por Sunstein e Thaler (2008), emergiu em um contexto de fé liberal na racionalidade reformista, mas foi confrontada por eventos como a eleição de Donald Trump em 2016, o escândalo da Cambridge Analytica e a ascensão global do tecnofascismo. Esses fenômenos expuseram não apenas os limites do “paternalismo libertário”, mas a incapacidade das democracias liberais de conter a instrumentalização da arquitetura de escolha para fins de manipulação em massa. A revelação de que dados de milhões de usuários do Facebook foram usados para microdirecionar desinformação e exploração de vieses cognitivos — como medo e tribalismo — desvelou a falácia central do *nudge*: a ideia de que intervenções comportamentais poderiam ser neutras ou benignas em um sistema onde o poder tecnológico é oligopolizado (Zuboff, 2019).

A Cambridge Analytica não foi um acidente, mas um sintoma de que as ferramentas da economia comportamental — inicialmente propostas para promover poupança ou saúde pública — foram cooptadas por atores que as transformaram em armas de guerra psicológica. Enquanto Sunstein e Thaler (2008) defendiam a inscrição automática em planos de aposentadoria como exemplo de *nudge* virtuoso, a mesma lógica de exploração do viés do *status quo* foi usada para manter usuários em plataformas que monetizavam ódio e polarização. A inconsistência de julgamentos (o *noise* descrito por Kahneman, Sunstein e Sibony em 2021) mostrou-se não um defeito a ser corrigido, mas uma estratégia de desestabilização democrática, onde a aleatoriedade de algoritmos — como os do YouTube, que alternam entre notícias sérias e teorias da terra plana — fragiliza a noção mesma de verdade (Wu, 2017).

A eleição de Trump em 2016 marcou um ponto de virada: a democracia liberal, confiante em sua capacidade de autorregulação e diálogo racional, viu-se desarmada diante de

uma engenharia de caos que combinava *nudges* perversos, *noise* algorítmico e a exploração de vulnerabilidades cognitivas em escala industrial. A Cambridge Analytica não apenas usou dados para segmentar eleitores, mas ativou aversão à perda (“Eles vão tirar seu emprego!”) e dependência social (“Seus amigos estão votando em Trump!”) para transformar medo em mobilização política. Sunstein e Sibony (2021), ao revisarem sua teoria para incluir o *noise*, ignoraram que a “variabilidade inconsistente” em julgamentos não é um problema técnico, mas político: em um ecossistema onde plataformas lucram com a desorientação, o ruído é commodity, não defeito.

A incapacidade das democracias liberais de responder a essa crise não é acidental. Como explica Brown (2019), o neoliberalismo substituiu a esfera pública por mercados, tornando Estados reféns de corporações que controlam a arquitetura digital. Regulações pós-Cambridge Analytica, como o GDPR europeu, limitaram-se a criar *nudges* performáticos (caixas de consentimento ilegíveis), enquanto gigantes como Meta e Google seguem monetizando desinformação. A tolerância liberal com a “liberdade de escolha” mostrou-se uma armadilha: ao abrir mão de regular algoritmos, permitiu que eles se tornassem instrumentos de dominação pós-democrática (Fisher, 2014).

A teoria do *nudge* e sua expansão para o *noise* fracassam, assim, em confrontar a raiz do problema: em um sistema onde a irracionalidade é recurso, qualquer otimização técnica é redirecionada para fins de acumulação. A economia da atenção, como descreve Wu (2017), não busca reduzir ruído ou corrigir vieses, mas explorá-los para manter usuários em estados de hiperestimulação e dependência. O autoplay do Netflix e as notificações do Instagram não são bugs — são features de um modelo de negócios que substitui a deliberação racional por impulsos gerenciados.

A ascensão do tecnofascismo não é um desvio, mas o horizonte lógico do capitalismo de vigilância. Enquanto Sunstein e Sibony (2021) propõem algoritmos para “reduzir ruído”, figuras como Musk e Zuckerberg compram redes sociais para dismantelar moderação de conteúdo, transformando plataformas em arenas de caos calculado. A lição é clara: não há “arquitetura de escolha” neutra em um mundo onde o poder tecnológico está nas mãos de oligarcas.

A transformação das plataformas digitais em arenas de caos não se limita, porém, a uma disputa política ou econômica — ela atinge o cerne da experiência humana, corroendo as próprias condições de possibilidade do real. Se o tecnofascismo é o horizonte lógico do

capitalismo de vigilância, sua força reside não apenas na concentração de poder, mas na destruição dos alicerces ontológicos que organizam a percepção. Enquanto Musk e Zuckerberg desmantelam a moderação de conteúdo, criando espaços onde discursos de ódio e teorias conspiratórias coexistem sem hierarquia, suas plataformas operam uma colonização do tempo e do espaço que Kant (1781) jamais poderia antecipar. O mesmo oligopolismo que controla a arquitetura de escolha redefine o que significa "estar no mundo": ao substituir a materialidade por fluxos digitais, as redes sociais não apenas manipulam escolhas, mas dissolvem as coordenadas que permitem distinguir passado, presente e futuro. O que emerge não é um "erro" técnico, mas uma mutação epistêmica na qual a realidade, esvaziada de referências estáveis, torna-se um campo de batalha onde fatos e ficções são indistintos — e onde o próprio sujeito, reduzido a um agregado de dados, perde a capacidade de narrar sua existência além dos algoritmos. Se Kant (1997) definiu o espaço e o tempo como as condições *a priori* da experiência humana, os pilares intransponíveis da percepção, o universo digital destrói essa lógica. O espaço desaparece: podemos interagir com qualquer pessoa do mundo, consumir qualquer conteúdo, acessar qualquer serviço sem jamais sair do mesmo lugar. O tempo se fragmenta: eventos de décadas passadas ressurgem como se fossem novos, discussões sobre o presente são intoxicadas por referências anacrônicas, e a simultaneidade se torna o único ritmo possível.

A internet, em sua configuração contemporânea, encarna uma tríade atribuída historicamente ao divino — onipresença, onisciência, onipotência —, conceitos que remontam à teologia cristã, como definido por Agostinho de Hipona em sua reflexão sobre a natureza divina. Essa trindade secular, porém, não opera nos céus, mas nos circuitos do capitalismo digital, redefinindo radicalmente as coordenadas da experiência humana. A onipresença digital, tal qual a ubiquidade divina, dissolve fronteiras entre o local e o global, o público e o privado, transformando o espaço-tempo em uma rede contínua de conexões (Deleuze; Guattari, 1980). Plataformas como Instagram e Zoom não apenas desterritorializam interações (Augé, 1992), mas dessincronizam a vivência, fragmentando a identidade em múltiplos *eus* paralelos que coexistem em timelines simultâneas (Han, 2015).

A onisciência, outrora atributo exclusivo de uma divindade transcendente, materializa-se no panóptico algorítmico (Foucault, 1975; Zuboff, 2019), onde sistemas de *big data* e *machine learning* mapeiam desejos, antecipam comportamentos e constroem perfis preditivos. O sujeito, reduzido a um *data self* (Haraway, 1991), torna-se simultaneamente espectador e produto de

sua própria mineração existencial, enquanto algoritmos atuam como oráculos modernos, convertendo liberdade em probabilidade estatística.

Já a onipotência, longe de significar criação *ex nihilo*, manifesta-se como capacidade de reprogramar a realidade através de interfaces que simulam agência. A ilusão de controle — likes, shares, filtros — mascara uma submissão à racionalidade tecnológica (Marcuse, 1964), onde a técnica, em vez de emancipar, naturaliza a lógica do capital. TikTok e ChatGPT, por exemplo, não são ferramentas neutras, mas dispositivos que transformam a criatividade em insumo para plataformas que monetizam até a rebeldia.

Essa tríade digital alimenta a crise da subjetividade descrita por pensadores como Bauman (2000), Rosa (2010) e Han (2015). A aceleração social (Rosa, 2010), ao comprimir o tempo em ciclos de atualização frenética, inviabiliza a duração bergsoniana (Bergson, 1889), essencial para a construção de uma identidade narrativa (Ricoeur, 1990). A modernidade líquida (Bauman, 2000), por sua vez, substitui vínculos estáveis por conexões efêmeras, enquanto a sociedade do cansaço (Han, 2015) transforma a autoexploração em imperativo ético, esgotando a potência crítica em favor da produtividade performática.

Se Agostinho via em Deus a estabilidade ontológica que unificava a existência, a trindade digital opera o inverso: fragmenta, acelera e esgota. A saída, como propõem Negri e Hardt (2000), está na construção de uma epistemologia do comum, onde a tecnologia seja reapropriada como ferramenta de emancipação coletiva, não de vigilância algorítmica. Enquanto isso, seguimos todos peregrinos de um novo culto, onde servidores em nuvem substituíram altares, e dados sacramentais são oferecidos em troca da promessa vã de pertencimento.

Se Kant (1997) postulou que o espaço e o tempo são *formas a priori da sensibilidade* — estruturas transcendentais que organizam a experiência —, o sujeito contemporâneo habita um paradoxo: seu *espaço-tempo vivido* é desmontado por plataformas que convertem a realidade em fluxo maleável de estímulos. A experiência, antes ancorada na intuição sensível, torna-se experiência de interface, mediada por filtros, notificações e *feeds* que operam uma dessubstancialização do real. O efêmero triunfa não como categoria estética, mas como regime ontológico: a informação é devorada e substituída antes mesmo de ser metabolizada, em um ciclo que atualiza a crítica de Virilio (1991) à ditadura do tempo real.

Merleau-Ponty (1945), em sua fenomenologia da percepção, via no corpo próprio (*corps propre*) o eixo irrevogável da subjetividade: é através da carne que nos situamos no mundo,

negociamos distâncias e construímos intersubjetividade. No capitalismo digital, porém, o corpo não desaparece — desmaterializa-se. Tornamo-nos *corpos híbridos*, divididos entre a fisicalidade orgânica e avatares digitais que obedecem a lógicas distintas. Enquanto Merleau-Ponty descrevia o corpo como "sujeito encarnado", as redes sociais o reduzem a perfil curatorial, um conjunto de preferências e *posts* que podem ser editados, filtrados e apagados. A autoimagem, antes construída no diálogo entre o espelho e o olhar do outro (Lacan, 1949), é agora fabricada por algoritmos que sugerem ângulos, ajustam luzes e apagam imperfeições, criando um eu-espetáculo que existe apenas como commodity visual.

O caso das lojas virtuais que proibiram filtros em fotos de crianças (BBC, 2021) não é anedota, mas síntese de uma crise epistêmica. Quando a imagem refletida no espelho deixa de coincidir com a versão digitalmente aprimorada, instala-se uma fratura na autorreferência — o que Laing (1960) chamaria de *cisão do self*. Crianças (e adultos) passam a habitar um *duplo vínculo* (Bateson, 1972): devem simultaneamente performar uma identidade idealizada nas redes e enfrentar a inadequação de seus corpos reais. Esse fenômeno atualiza a noção de alienação (Marx, 1844), não mais apenas do trabalho, mas da própria imagem: o sujeito torna-se estranho a si mesmo, pois seu "eu autêntico" é sempre inferior à versão editada.

A busca por validação digital, longe de ser patologia individual, é sintoma estrutural. Byung-Chul Han (2017) descreve a sociedade do cansaço como um regime de autoexploração voluntária, onde o imperativo do *like* substitui o chicote do capataz. A monetização da atenção (Crary, 2013) e a conversão do desejo em consumo (Deleuze, 1992) operam uma subjetivação neoliberal, na qual até a intimidade é posta a serviço do mercado. Competimos não mais com o outro, mas com versões algoritmicamente otimizadas de nós mesmos — um jogo onde a derrota é inevitável, pois o oponente é uma quimera de pixels.

Nesse contexto, a filosofia de Merleau-Ponty é invertida não por acaso: se para ele o corpo era *medium* do mundo, hoje o mundo é *medium* do corpo digital. A pergunta que resta não é como resgatar a autenticidade perdida, mas como resistir à ontologia do filtro — onde até a resistência é absorvida como mais um *template* de rebeldia. Como alertou Foucault (1982), onde há poder, há resistência; mas e quando o poder habita nossos *stories* e *selfies*?

Marcuse (1999), em *Eros e Civilização*, desvelou a repressão excedente como mecanismo estrutural do capitalismo: a sublimação do erotismo — energia vital que poderia impulsionar a criatividade e a libertação — era redirecionada para a manutenção da ordem produtiva. No capitalismo digital, contudo, essa repressão não se dá pela negação, mas pela dessublimação repressiva (*repressive desublimation* — hiperestimulação controlada do

desejo) (Marcuse, 1964): o erotismo não é suprimido, mas sequestrado e convertido em mercadoria. A sexualidade, a afetividade e o desejo são desmontados em *data points* (dados comportamentais), re combinados por algoritmos em produtos personalizados — de *influencers* a algoritmos de *dating apps* (aplicativos de encontro). O prazer não é proibido; é administrado como recurso renovável, onde cada *swipe* (deslizar na tela), cada *like* (curtida), cada *stream* (transmissão) gera valor sem contestar as estruturas de dominação.

Essa transformação radicaliza o que Adorno e Horkheimer (1947) chamaram de indústria cultural: se antes a cultura era mercantilizada, agora o próprio desejo torna-se *commodity* (mercadoria), minerado em tempo real e reinserido no circuito como espetáculo. A energia de Eros, que para Marcuse (1999) seria a força motriz de uma civilização não repressiva, é drenada para alimentar plataformas que convertem a subjetividade em capital cognitivo (Virno, 2003). A distração não é efeito colateral, mas estratégia de controle: um sujeito hiperestimulado é um sujeito incapaz de concentração crítica.

A pandemia, longe de ser um "descontrole global", funcionou como experimento psicopolítico (Han, 2021) em escala planetária, expondo como a gestão algorítmica dos afetos substitui a coerção física. Enquanto governos como o de Bolsonaro instrumentalizavam o caos sanitário para desmontar políticas públicas, a educação presencial foi neutralizada não por decreto, mas pela infiltração da lógica digital nas salas de aula. Byung-Chul Han (2021) descreve a psicopolítica como o controle através da autoexploração emocional — mecanismo que transforma até a resistência em *performance* rastreável.

Professores e estudantes, mesmo após o retorno às instituições, enfrentam uma ecologia da atenção (Crary, 2013) contaminada por dispositivos de *user engagement* (engajamento do usuário): aulas presenciais são interrompidas por notificações, debates são substituídos por respostas padronizadas em formulários online, e a avaliação prioriza métricas quantitativas (presença digital, participação em *apps*) sobre a profundidade reflexiva. A universidade, assim, torna-se espaço híbrido de vigilância, onde o olhar do professor compete com o brilho das telas, e a interação humana é mediada por protocolos de eficiência.

A comodificação do conhecimento revela uma contradição fundamental ao negar sua natureza dialógica e coletiva, conforme teorizado por Mikhail Bakhtin (1981). Para o autor, o saber não emerge do isolamento, mas de um diálogo ininterrupto com vozes passadas e presentes, em que cada ideia é resposta a enunciados anteriores e provocação a futuros. A noção de originalidade, base do sistema de propriedade intelectual, desvela-se assim como uma ficção

histórica que apaga a interdependência constitutiva do pensamento. Como afirma Bakhtin, *"a palavra está sempre dirigida a um interlocutor (...). Toda palavra é um elo na cadeia da comunicação verbal. (...) A palavra constitui-se precisamente nesse território dialógico, onde se cruzam, se refletem e se refratam várias intenções"* (Bakhtin, 1981, p. 113). Nessa perspectiva, o conhecimento é um processo **coletivo**, uma teia de significados compartilhados que transcende indivíduos. desmonta a noção de originalidade como fundamento da propriedade intelectual.

John Locke (1978), em sua defesa do conhecimento como bem comum (*common stock*), já alertava para o risco de sua apropriação privada. Paradoxalmente, sua teoria da propriedade — que vinculava posse ao trabalho individual — foi instrumentalizada pela Revolução Industrial para justificar a mercantilização do saber. A Lei de Anne (1710), marco do *copyright* moderno, consolidou essa lógica ao conceder monopólios temporários como “incentivo à inovação”, naturalizando a ideia de que o conhecimento é um *ativo* controlável, não um *patrimônio* social. Como Karl Marx (1867) analisou no fetichismo da mercadoria, essa dinâmica obscurece as relações sociais de produção, transformando autores em “proprietários” e ideias em produtos transacionáveis — um processo que, no campo intelectual, reforça hierarquias e restringe acesso.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando confrontada com a realidade das redes colaborativas, onde o saber flui de modo rizomático (em rede, não linear) (Deleuze; Guattari, 1980), desafiando fronteiras entre criador e público. Michael Peters (2011) identifica aqui uma dupla violência: por um lado, a fragmentação do conhecimento em “obras” estanques inviabiliza a crítica dialógica; por outro, a privatização via propriedade intelectual consolida mecanismos de exclusão, convertendo o saber em instrumento de dominação política. A educação, nesse contexto, é reduzida a um mercado de credenciais, onde diplomas e artigos funcionam como moedas em um sistema que valoriza mais a posse simbólica que a construção coletiva.

Yochai Benkler (2006) argumenta que a economia dos bens intelectuais substitui a ética do compartilhamento pela lógica da escassez artificial, ignorando que o conhecimento, ao contrário de recursos materiais, expande-se quando circula livremente. Essa dinâmica nega o princípio dos commons (bens comuns) (Ostrom, 1990), nos quais a gestão coletiva assegura sustentabilidade e acesso equitativo. A tarefa crítica, portanto, é desmontar a ficção da originalidade e resgatar o saber como prática comum, reconhecendo, com Bakhtin, que toda criação é um elo em uma cadeia infinita de vozes. Enquanto a propriedade intelectual ergue

cercas, a educação deve reafirmar-se como espaço de resistência dialógica, onde o conhecimento floresce apenas quando livre, aberto e alimentado pelo diálogo constante entre passado, presente e futuro.

Essa dinâmica de apropriação do conhecimento como mercadoria está intrinsecamente ligada ao avanço da vigilância digital e à alienação do indivíduo. A commodificação do saber, ao restringir seu acesso e submetê-lo às mesmas regras de mercado que governam os bens materiais, obstrui o potencial emancipador que a educação deveria ter. O resultado é um sistema educacional que, em vez de promover o pensamento crítico, serve como ferramenta de conformidade, moldando o conhecimento para atender a interesses de mercado, não aos de uma sociedade democrática e livre.

A categoria adorniana de semiformação (*Halbbildung*) (Adorno, 1959), quando aplicada ao ensino superior, revela um processo de esvaziamento da universidade como espaço de produção crítica e plural de conhecimento. Sob a lógica neoliberal, a educação superior é reduzida a um serviço mercantilizado, onde a autonomia universitária — princípio fundador da Reforma de Córdoba (1918) — é substituída por modelos de gestão empresarial, rankings de produtividade acadêmica e parcerias público-privadas que subordinam a pesquisa aos interesses do mercado. Esse fenômeno não se limita à precarização material; é um ataque epistemológico que Boaventura de Sousa Santos (2018) define como epistemicídio: a destruição sistemática de saberes não hegemônicos (indígenas, africanos, feministas, LGBTQIA+) e a imposição de uma razão monocultural, instrumental e colonial.

No Brasil, o governo Bolsonaro (2019-2022) operacionalizou esse epistemicídio através de políticas que visavam desmontar a universidade pública. Cortes orçamentários históricos (como o contingenciamento de 30% das verbas das federais em 2021), a perseguição a pesquisas em humanidades (com o veto a bolsas da Capes em temas como gênero e diversidade) e o cerco à autonomia docente (via projetos como o "Future-se") revelam um projeto claro de asfixia institucional. A proposta do "Future-se", por exemplo, ao vincular financiamento universitário à captação de recursos privados, buscava transformar departamentos de filosofia e sociologia em ilhas de irrelevância econômica, enquanto áreas como agronegócio e tecnologia recebiam investimentos prioritários. Essa lógica ecoa o que Santos (2018) denuncia como ecologia dos saberes subalternizados: conhecimentos críticos são marginalizados por não gerarem lucro imediato, enquanto o pensamento tecnocrático é elevado à condição de verdade única.

A militarização da gestão universitária, sob o pretexto de "combate à doutrinação", materializou-se em processos de censura a professores, perseguição a coletivos estudantis e criminalização de pesquisas sobre temas como quilombos ou direitos indígenas. A nomeação de reitores interventores sem diálogo com a comunidade acadêmica — como ocorreu na Universidade de Brasília (UnB) — violou o princípio da autonomia universitária, consagrado na Constituição de 1988, e reforçou a semiformação ao priorizar disciplinas "úteis" (como gestão e engenharias) em detrimento de campos que interrogam estruturas de poder (como estudos decoloniais e teoria crítica). O epistemicídio, aqui, não é metáfora, mas prática concreta: o desmonte de programas de extensão vinculados a movimentos sociais, o sucateamento de arquivos históricos e o cerceamento de grupos de pesquisa em áreas como saúde coletiva ou educação popular demonstram como a universidade foi alvo de um projeto de silenciamento político. Como alerta Santos (2018), o epistemicídio opera pela negação da diversidade cognitiva, impondo uma hierarquia onde só é válido o conhecimento que serve à acumulação capitalista e ao controle social.

Apesar da ofensiva, a universidade pública brasileira resistiu. Movimentos como a greve docente de 2022, a mobilização estudantil contra o "Future-se" e a criação de redes alternativas de financiamento coletivo (como vaquinhas para pesquisas censuradas) reafirmaram o ensino superior como espaço de insurgência epistêmica. Iniciativas como o Encontro de Saberes (que integra conhecimentos tradicionais e acadêmicos) e os coletivos decoloniais em programas de pós-graduação desafiam a semiformação ao propor currículos pluriversitários (Santos, 2018), onde vozes subalternizadas ressignificam a produção do saber. A pedagogia freireana (Freire, 1987), ao defender a educação como "práxis de liberdade", oferece um antídoto ao epistemicídio: só reconhecendo a universidade como bem comum (commons), gestado coletivamente e aberto às urgências sociais, é possível resistir à sua redução a mero apêndice do mercado. No próximo capítulo, analisaremos em detalhes as reformas e medidas concretas que atacaram a autonomia universitária durante o governo Bolsonaro — do desmonte da Capes à perseguição a pesquisadores —, demonstrando como o epistemicídio foi não uma consequência, mas um objetivo estratégico do projeto neoliberal-conservador.

2 EDUCAÇÃO EM COLAPSO E O EPISTEMICÍDIO NO GOVERNO BOLSONARO

Com a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 emergiu como um marco de grande importância, garantindo o direito universal à educação e tornando o ensino fundamental obrigatório. A intenção era clara: estabelecer a educação como um direito social essencial, uma ferramenta poderosa na luta contra as desigualdades no acesso ao conhecimento. Um avanço considerável, sem dúvida, mas que não veio sem suas ironias. Afinal, essa gloriosa conquista constitucional aconteceu sob a sombra de restrições orçamentárias e ajustes estruturais que, na prática, jogaram um balde de água fria nos ideais democráticos. Saviani (2013) não deixa por menos ao observar que, embora a Constituição promettesse uma revolução educacional, sua plena eficácia foi, no mínimo, sabotada pelas limitações econômicas e institucionais que restringiram sua aplicação universal. A grande visão democrática colidiu com políticas econômicas que eram, digamos, menos empolgantes.

Na década de 1990, Fernando Henrique Cardoso chegou com um pacote de políticas de expansão e descentralização para a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxe mais flexibilidade, descentralizando a administração do sistema educacional e dando autonomia para estados e municípios. Até aí, nada mal, mas, como era de se esperar, essa autonomia veio com uma pegadinha: mais responsabilidade sem necessariamente mais recursos. Um clássico caso de "faça mais com menos" à moda neoliberal, onde a redução do papel do Estado e a participação privada eram vistas como o novo Santo Graal. Saviani (2013), novamente com seu olhar crítico, ressalta que, embora a LDB tenha reorganizado a educação, ela também acentuou as desigualdades regionais, permitindo que houvesse uma gritante disparidade na qualidade do ensino entre as regiões mais ricas e as mais pobres. De certa forma, o Estado passou a operar como um gestor pragmático, sempre de olho nos resultados econômicos, ainda que à custa da equidade educacional.

Agora, a ironia desse período de descentralização é que, ao promover a autonomia local, o governo central transferiu a responsabilidade para estados e municípios, mas, frequentemente, sem assegurar as condições financeiras necessárias para que eles pudessem arcar com as despesas. Sem uma contrapartida em termos de receitas tributárias adequadas, esses entes federativos enfrentaram dificuldades para manter a qualidade dos serviços públicos, incluindo educação e saúde, enquanto suas despesas correntes continuavam a crescer. Com receitas limitadas e um aumento da demanda por serviços essenciais, estados e municípios tiveram de

“quebrar o galho” com recursos escassos, o que resultou em uma precarização dos serviços e aprofundou as desigualdades regionais. O modelo segue a cartilha do "Estado mínimo" tão celebrado por ícones do neoliberalismo, como Milton Friedman e Friedrich Hayek, onde o papel do governo é reduzido ao mínimo possível, deixando o resto nas mãos do mercado e da iniciativa privada. E o resultado? Precarização das condições de ensino, especialmente nas regiões mais carentes, onde a gestão local mal tinha recursos para começar, que dirá para sustentar um sistema educacional decente (Harvey, 2005). Assim, o sistema educacional brasileiro foi se moldando como um sistema dual, em que o ensino público se tornava um remendo destinado aos mais pobres, enquanto o ensino privado, regado a recursos, acolhia os mais privilegiados.

Nos governos de Lula e Dilma, houve uma tentativa de reverter essa lógica, com a implementação de programas que buscavam ampliar o acesso à educação. Iniciativas como o FUNDEB e o ProUni foram criadas com o objetivo de democratizar a educação e, quem sabe, reduzir as desigualdades sociais e regionais. O FUNDEB, por exemplo, foi crucial para financiar a educação básica nas áreas mais pobres, enquanto o ProUni oferecia bolsas para estudantes de baixa renda ingressarem no ensino superior privado (Sguissardi, 2008). Uma reviravolta esperançosa, sem dúvida.

Mas, como diz a sabedoria popular, nem tudo que reluz é ouro. Essas políticas inclusivas, paradoxalmente, acabaram por fortalecer ainda mais o setor privado. Ao invés de investir diretamente na expansão e no fortalecimento do ensino público, o Estado, sob a gestão do primeiro presidente operário do Brasil, ironicamente passou a fomentar o crescimento das universidades privadas por meio de programas como o ProUni e o FIES, que oferecem bolsas e financiamentos para estudantes de baixa renda. O resultado foi a ampliação das matrículas em instituições de ensino superior de qualidade bastante questionável, com uma orientação predominantemente tecnicista e profissionalizante.

Essas faculdades, em sua maioria, oferecem uma formação voltada para o mercado, sem proporcionar o rigor acadêmico e a capacidade crítica que caracterizam as universidades públicas, acessíveis sobretudo à elite, em virtude do filtro socioeconômico do vestibular. Embora as políticas de cotas tenham suavizado essa exclusão, o acesso às universidades públicas ainda é, em grande medida, restrito aos filhos das classes mais privilegiadas, ao menos entre as carreiras mais valorizadas. Dessa forma, o sistema educacional brasileiro acaba reproduzindo as desigualdades sociais, oferecendo uma educação de segunda categoria aos setores populares, o que limita seu potencial de servir como um real mecanismo de ascensão

social. O governo Lula, que prometia colocar o Estado a serviço do povo, acabou se tornando o grande patrono da privatização do ensino superior brasileiro. Como Jaeggi (2018) bem observa, a comodificação, em uma sociedade capitalista, transforma até os serviços públicos, como a educação, em mercadorias acessíveis apenas àqueles que podem pagar por elas.

A deposição de Dilma Rousseff em 2016 não foi apenas um terremoto político; foi também o marco inicial de um ataque meticuloso às estruturas do Estado, particularmente à educação. Sob Michel Temer, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 lançou a pá de cal sobre qualquer ilusão de avanço educacional sustentável ao impor um teto de gastos públicos por duas décadas (Mariano, 2019). Com a justificativa de sanear as contas do país, o governo priorizou o ajuste fiscal em detrimento da formação de milhões de brasileiros. O resultado? O orçamento discricionário das universidades federais sofreu um corte brutal de 56% entre 2016 e 2018, penalizando especialmente as regiões mais dependentes do suporte federal (Uczak; Bernardi; Rossi, 2020).

O impacto dessa política de austeridade foi avassalador. Os recursos destinados ao ensino superior despencaram de R\$ 11,34 bilhões em 2016 para R\$ 5,99 bilhões em 2018, comprometendo não apenas a manutenção das universidades e dos hospitais universitários, mas também a continuidade de pesquisas essenciais (Costa e Silva, 2019). O desmonte foi sentido diretamente pelos pesquisadores, com a extinção de pelo menos 11 mil bolsas de pós-graduação pela Capes entre 2016 e 2018 (Melo; Sousa, 2017). Se o objetivo era criar um ambiente estéril para o pensamento crítico e a inovação científica, pode-se dizer que a estratégia foi bem-sucedida. O Fórum Nacional Popular de Educação não tardou a alertar para o aprofundamento das desigualdades regionais, destacando o peso desproporcional da crise sobre o Norte e o Nordeste, onde o investimento federal tem papel decisivo na universalização do ensino.

Mas não bastava cortar, era preciso reconfigurar a estrutura educacional para garantir que sua precarização fosse perene. Foi assim que nasceu a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), vendida como um salto para a modernidade, mas, na prática, uma ferramenta para consolidar um ensino desigual e excludente (Catini, 2019). A flexibilização curricular, exaltada como um avanço, na verdade, abriu um abismo entre os estudantes das elites, que continuam com um ensino diversificado e completo, e aqueles das escolas públicas, cada vez mais empurrados para itinerários formativos tecnicistas, sem acesso garantido a disciplinas que fomentam o pensamento crítico (Catini, 2021). A lógica subjacente a essa reforma dialoga diretamente com a Lei 5.692/1971, implementada durante a ditadura militar, que também

ênfatizava a profissionalização precoce em detrimento de uma formação ampla e crítica (Costa e Silva, 2019). Como já alertava Freitag (1978), a reforma da década de 1970 limitou a mobilidade social ao segmentar o ensino médio e filtrar o acesso ao ensino superior, um efeito que se repete na atual reforma ao favorecer uma estrutura que restringe as possibilidades de ascensão educacional para a população de baixa renda.

Além da reorganização curricular que rebaixou a formação crítica e aprofundou as desigualdades, o governo Temer adotou um projeto ainda mais ambicioso de entrega do ensino público ao mercado. O programa Future-se representou mais um capítulo da ofensiva neoliberal contra a universidade pública. Sob o pretexto de modernizar a gestão das instituições federais, o governo propôs um modelo em que as universidades seriam cada vez mais dependentes de parcerias privadas para sua manutenção (Catini, 2019). A comunidade acadêmica reagiu com veemência, apontando os riscos da submissão da produção científica aos interesses do setor privado, o que poderia condenar ao ostracismo áreas de pesquisa fundamentais, mas sem atratividade comercial. Se a universidade deveria ser o espaço da crítica e do pensamento independente, o Future-se parecia desenhado para transformá-la em um mero apêndice do mercado.

O projeto não era uma aberração isolada, mas parte de um esforço mais amplo para minar a autonomia universitária e a liberdade acadêmica. A crescente ingerência do empresariado na educação pública tornou-se mais visível com a ampliação de parcerias público-privadas, que passaram a determinar as prioridades das instituições de ensino. O ensino superior público, historicamente associado à pesquisa e à inovação científica, foi progressivamente reconfigurado para servir às demandas de um mercado que enxerga a educação não como um direito, mas como uma linha de produção de mão de obra (Freitas, 2018). Esse processo não se limitou às universidades: a lógica empresarial também invadiu a educação básica, com um crescente incentivo à terceirização da gestão escolar e à adoção de apostilas padronizadas fornecidas por grandes conglomerados privados, eliminando a autonomia pedagógica dos professores e reduzindo a formação dos estudantes a um treinamento técnico-operacional.

A adoção da lógica neoliberal na gestão educacional não apenas reduziu o financiamento público, mas também consolidou um modelo de ensino voltado para a mercantilização do conhecimento (Catini, 2018). Como destaca Harvey (2005), o neoliberalismo transforma todas as relações sociais em transações mercantis, e a educação não escapa desse processo. No contexto brasileiro, essa lógica se materializou no enfraquecimento da educação pública e no fortalecimento do setor privado, intensificando a segregação educacional entre aqueles que

podem pagar por um ensino de qualidade e aqueles que dependem de um sistema público cada vez mais precarizado (Costa e Silva, 2019).

O estrago foi profundo. A Emenda Constitucional nº 95 e a Reforma do Ensino Médio impuseram cortes severos e um modelo educacional que serve mais ao mercado do que à formação cidadã (Oliveira; Duarte, 2018). A priorização do ensino técnico sobre uma formação crítica e ampla, somada à desresponsabilização do Estado, reforça a ideia de que a educação é um privilégio, não um direito (Silva; Fernandes, 2019). A precarização da escola pública, longe de ser um efeito colateral, foi um projeto deliberado para consolidar um modelo educacional excludente e hierárquico, criando uma geração de trabalhadores dóceis e não de cidadãos críticos (Freitas, 2018).

Durante o governo Bolsonaro, o Ministério da Educação se transformou em um verdadeiro palco de absurdos e polêmicas, com ministros que competiam entre si para ver quem causava mais controvérsias. Abraham Weintraub, em particular, brilhou nessa competição com uma série de declarações que beiravam o surrealismo e, muitas vezes, o puro deboche da realidade. Weintraub assumiu o cargo com a missão de desmoralizar as universidades públicas e, para isso, não poupou esforços criativos. Em uma de suas maiores "pérolas", declarou que havia "plantações extensivas de maconha" em universidades federais, além de afirmar que laboratórios universitários estavam produzindo metanfetamina. Para deixar a narrativa mais cinematográfica, comparou a situação ao enredo da série de TV *Breaking Bad*. Evidentemente, tais alegações foram prontamente desmentidas, mas serviram para ilustrar o tom absurdo com o qual Weintraub tratava o ensino superior público — tudo, claro, em nome de reforçar a narrativa de que as universidades brasileiras estavam fora de controle e precisavam de uma "intervenção".

Não satisfeito com isso, Weintraub decidiu ir além e atacar o que ele considerava ser o verdadeiro "inimigo" escondido nas universidades: o "marxismo cultural". Essa teoria conspiratória, popularizada pelo guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho, alegava que intelectuais de esquerda, liderados por Antonio Gramsci, haviam infiltrado as instituições educacionais para subverter os valores ocidentais e cristãos. Olavo chegou a afirmar que Theodor Adorno, da Escola de Frankfurt, teria escrito as letras das músicas dos Beatles como parte de um plano comunista. Segundo ele, o "marxismo cultural" incluía uma agenda ainda mais ampla e aterradora: a promoção do aborto, do homossexualismo, do islamismo, da indução ao uso de drogas e até do satanismo. Tudo isso, é claro, era vinculado à Revolução Cultural de

Mao Tse Tung. Essa versão fantasiosa de uma guerra cultural global deu a Weintraub uma justificativa conveniente para atacar o ensino superior com cortes orçamentários, ameaças e reformas "purificadoras".

E as ameaças não ficaram apenas no campo das ideias conspiratórias. Weintraub deixou claro que as universidades que permitissem protestos contra o governo teriam suas verbas cortadas, mostrando que, para ele, a "baderna" — como chamou qualquer tipo de mobilização política crítica — deveria ser combatida com o poder do cofre. Era uma tentativa explícita de cercear a liberdade acadêmica e reprimir a expressão política nas universidades, transformando-as em instituições subservientes ao controle estatal. Em meio a tantas declarações e ações desastrosas, a gestão de Weintraub no MEC pareceu mais uma performance ideológica do que uma gestão comprometida com a educação.

Mas Weintraub não foi o único a transformar o Ministério da Educação em um cenário caótico. Ricardo Vélez Rodríguez, seu antecessor, já havia iniciado a temporada de desvarios em janeiro de 2019. Vélez ficou famoso por suas declarações igualmente curiosas, como a afirmação de que os brasileiros se comportavam como "canibais" quando viajavam ao exterior, numa visão um tanto exótica de nossa imagem internacional. Sua proposta de gravar alunos cantando o hino nacional nas escolas enquanto repetiam o slogan de campanha do governo — "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" — foi o ponto alto de uma gestão que conseguiu, em tempo recorde, paralisar políticas públicas e provocar um imenso caos interno no MEC. Sua demissão, em abril de 2019, foi quase uma concessão à lógica.

Depois de Vélez, entrou em cena Carlos Decotelli, que, por sua vez, conseguiu um feito extraordinário: ser ministro por cinco dias sem jamais assumir de fato. A razão? Descobriu-se que seu currículo era uma ficção digna de nota. Ele alegava ter concluído um doutorado na Argentina, que na verdade nunca terminou, e um pós-doutorado na Alemanha, que simplesmente não existia. Como se não bastasse, surgiram denúncias de plágio em sua dissertação de mestrado, completando o espetáculo tragicômico. Decotelli foi rapidamente demitido, deixando o MEC mais uma vez sem liderança — mas com uma boa dose de escândalo para o público.

Já Milton Ribeiro, que assumiu o cargo em julho de 2020, trouxe seu próprio capítulo de confusões. Entre suas falas mais controversas, estava a de que alunos com deficiência "atrapalhavam" o ensino dos demais, uma declaração tão anacrônica quanto insensível, gerando críticas de todos os lados. Não satisfeito, Ribeiro também defendeu o uso da "palmada" na educação infantil, numa tentativa de resgatar métodos disciplinares que pareciam saídos do

século XIX. Contudo, o ápice de sua gestão veio com a revelação de um esquema de corrupção envolvendo um "gabinete paralelo" de pastores que influenciavam a liberação de verbas do MEC, favorecendo prefeitos em troca de vantagens políticas e religiosas. O escândalo culminou na prisão de Ribeiro em 2022, uma das poucas vezes em que as manchetes sobre o MEC foram acompanhadas de alguma ação concreta.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Educação (MEC) transformou-se em um laboratório de instabilidade, uma vitrine grotesca de improvisação e oportunismo. Em quatro anos, cinco ministros assumiram o cargo, cada um deixando sua marca de incompetência ou radicalismo, quando não ambos. Ricardo Vélez Rodríguez, uma escolha tão exótica quanto desastrosa, abriu caminho para Abraham Weintraub, que tratou a pasta como um palco para cruzadas ideológicas, preferindo bradar contra supostos "marxistas culturais" a apresentar qualquer política educacional coerente. Seguiram-se Carlos Decotelli, cujo breve mandato foi dissolvido em meio a um escândalo de currículo falsificado, Milton Ribeiro, mais lembrado por suas ligações com o lobby evangélico do que por qualquer contribuição à educação, e, por fim, Victor Godoy Veiga, que apenas administrou o desmonte já consolidado (Abrucio, 2021; Todos Pela Educação, 2022).

Essa dança de cadeiras não foi um mero capricho administrativo, mas a expressão de um projeto deliberado de enfraquecimento da educação pública. A ausência de diretrizes estáveis e a insistência em pautas ideológicas que nada tinham a ver com a melhoria do ensino compuseram um cenário de terra arrasada. Enquanto países com um mínimo de compromisso civilizatório buscavam aprimorar seus sistemas educacionais, o Brasil afundava na retórica belicosa contra professores, universidades e qualquer traço de pensamento crítico. Não por acaso, o governo Bolsonaro aprofundou a ofensiva contra a autonomia universitária, minando a democracia interna das instituições de ensino superior ao nomear reitores desalinhados com a vontade das comunidades acadêmicas. Entre 2019 e 2021, pelo menos 22 reitores foram nomeados sem terem sido os mais votados pelas suas respectivas instituições, um rompimento brusco com a tradição de respeito à autonomia universitária (Leher; Santos, 2023).

A tática, típica de regimes autoritários, visava transformar as universidades federais em bastiões de submissão ideológica, cooptando a gestão acadêmica e esvaziando qualquer possibilidade de contestação. Reitores pro tempore foram instalados sem consulta às comunidades acadêmicas, como ocorreu na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), estabelecendo precedentes perigosos para

a democracia universitária (Pinelli, 2021). A lógica era clara: sufocar qualquer traço de resistência intelectual e converter as universidades em aparelhos de conformismo.

A universidade pública brasileira, historicamente espaço de resistência e pensamento crítico, transformou-se em alvo prioritário da agenda neodireitista pós-2016. A seção 5.3.2 da tese *Nova Direita e Educação Superior no Brasil* (SOARES, 2024) expõe, com riqueza empírica, como o intervencionismo estatal e o controle ideológico foram instrumentalizados para silenciar vozes dissidentes e alinhar as instituições federais aos interesses do projeto político hegemônico. Os dados revelam uma estratégia multifacetada, articulando medidas autoritárias, perseguição acadêmica e militarização.

O Ministério da Educação (MEC), sob gestão de Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, desrespeitou reiteradamente a autonomia universitária ao nomear interventores em 20 reitorias entre 2019 e 2022, ignorando listas tríplexes elaboradas pelas comunidades acadêmicas (ANDES-SN, 2021-2022; ANDIFES, 2022). Casos emblemáticos ocorreram na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde reitores alinhados ao governo foram impostos sem consulta prévia, configurando um *golpe branco* na gestão democrática (Soares, 2024). Como afirma Leher (2021), essas nomeações eram "atos de exceção em tempos de pseudodemocracia", destinados a transformar reitorias em escritórios de obediência política.

A perseguição a conteúdos críticos materializou-se em portarias como a nº 1.122/2019, que exigia a revisão de disciplinas envolvendo "ideologia de gênero" ou "marxismo cultural" (BRASIL, 2019). Projetos de pesquisa sobre diversidade sexual e questões indígenas sofreram cortes abruptos: na UFMG, o grupo de estudos LGBTQIA+ perdeu 80% do orçamento em 2021 (UFMG, 2021; ANDES-SN, 2021). Lima (2019a) descreve essa política como "higienização curricular", destinada a apagar debates incômodos ao status quo.

A justificativa de "segurança" serviu para legitimar a invasão de universidades por forças policiais. Em 2018, a Polícia Federal realizou operações em 15 campi, incluindo a UnB e a UFMG, sob alegação de combate a "vandalismo". Paralelamente, o MEC destinou R\$ 12 milhões para instalação de câmeras de vigilância, transformando universidades em panópticos (Portal da Transparência, 2020). Para Leher (2021), a militarização foi "o braço armado da guerra cultural", destinado a intimidar docentes e estudantes.

O Decreto nº 9.465/2018 permitiu ao governo destituir reitores sem processo administrativo, usado em 2021 para remover o reitor da UFPR (BRASIL, 2018). Simultaneamente, o CNPq reduziu em 40% as bolsas em humanidades entre 2019 e 2022,

privilegiando áreas técnicas (CNPQ, 2022; YANNOULAS et al., 2021). Duarte e Martins (2023) denunciam: "A ciência crítica virou artigo de luxo em um mercado de pesquisas encomendadas".

A Advocacia-Geral da União (AGU) moveu 327 processos contra docentes por "conduta antinacional" (AGU, 2023), enquanto 12% dos professores de federais migraram para instituições privadas ou exterior entre 2019 e 2022, esvaziando departamentos de ciências humanas (ANDIFES, 2022). Brettas (2019) sintetiza: "O êxodo não foi acidental; foi expurgo".

Mas se o governo fracassou em implementar políticas educacionais minimamente estruturadas, foi implacável em seu projeto de desmonte. O MEC, que deveria ser um espaço de formulação de políticas para a educação básica e superior, tornou-se um gabinete de guerra contra o próprio sistema educacional. Serviu como campo de testes para teorias conspiratórias e cruzadas ideológicas de um bolsonarismo militante que via na educação um inimigo a ser abatido. No entanto, por trás do discurso moralista e do combate fictício contra a "doutrinação ideológica", o que se escondeu foi uma agenda de destruição deliberada, na qual cortes orçamentários, ataques à ciência e ao pensamento crítico e uma administração caótica convergiram para um mesmo objetivo: desmontar os pilares de uma educação pública democrática e emancipadora (Poder360, 2023).

Durante o governo Bolsonaro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi reduzido a um laboratório de experimentos ideológicos, no qual o método científico e a autonomia acadêmica foram subordinados a um projeto revisionista e autoritário. O alvo principal desse processo foi o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que, historicamente, vinha sendo um termômetro da qualidade da educação e uma plataforma para o debate crítico. No entanto, sob a nova orientação do governo, o exame foi reconfigurado para atender a uma narrativa que pretendia reescrever o passado e expurgar temas considerados "inconvenientes" pela extrema direita. O resultado foi um Enem esvaziado, em que a história da ditadura militar (1964-1985), a luta pelos direitos civis e a crítica social foram deliberadamente marginalizadas (Abrucio, 2021; Leher; Santos, 2023).

A ingerência do governo sobre o INEP e o Enem não se deu de forma sutil. Desde o início, Bolsonaro deixou claro que pretendia moldar a prova à sua imagem e semelhança, afirmando publicamente que o exame deveria ter "a cara do governo". Esse projeto de controle ideológico ficou evidente na perseguição a servidores que resistiram às tentativas de censura. Em novembro de 2021, um pedido coletivo de demissão de 37 técnicos do INEP escancarou o

nível de intimidação dentro do órgão. Relatos de pressões para modificar ou excluir questões que abordavam desigualdade social, ditadura militar e movimentos sociais evidenciaram o assédio moral e a interferência política sobre um instituto que, em tese, deveria ser independente (Todos Pela Educação, 2022).

Os ataques à educação não se restringiram à história. Outros temas que contrariavam a cartilha bolsonarista também foram suprimidos do exame. A inclusão de conteúdos relacionados a gênero, diversidade sexual e direitos humanos foi sistematicamente reduzida, refletindo a retórica do governo contra a suposta "ideologia de gênero" nas escolas. O objetivo era cristalino: transformar o Enem em uma ferramenta de doutrinação conservadora, promovendo uma visão de mundo alinhada a valores reacionários e silenciando qualquer perspectiva crítica que pudesse questionar as bases dessa ideologia (Pinelli, 2021).

Ao mesmo tempo em que censurava conteúdos, o governo Bolsonaro promoveu o desmonte estrutural do INEP. A evasão de técnicos qualificados comprometeu a confiabilidade de avaliações nacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que teve seu planejamento prejudicado pela instabilidade interna do órgão. O orçamento destinado à realização de exames educacionais sofreu cortes severos, dificultando a execução de políticas públicas baseadas em diagnósticos precisos sobre a qualidade do ensino no país (Todos Pela Educação, 2022).

O cerco à educação seguiu a lógica de um projeto mais amplo de controle narrativo, no qual o conhecimento era tratado como uma ameaça a ser neutralizada. A política educacional bolsonarista não foi apenas negligente — foi ativamente destrutiva. Ao atacar a liberdade acadêmica, minar instituições de avaliação e promover um revisionismo histórico grotesco, o governo Bolsonaro tentou reconfigurar a educação brasileira para que deixasse de ser um espaço de emancipação e se transformasse em uma estrutura de conformismo e obediência. Mas, como a história já provou em outras ocasiões, apagar o pensamento crítico não é tarefa fácil. A resistência da comunidade acadêmica e da sociedade civil demonstrou que, por mais que um governo tente reescrever o passado, o presente sempre encontrará maneiras de reivindicar a verdade.

A obsessão do governo Bolsonaro pela desmonetização da educação pública encontrou seu ápice nos cortes orçamentários promovidos a partir de 2019. A justificativa oficial, embalada no discurso de austeridade e controle fiscal, ocultava uma estratégia muito mais profunda: a fragilização deliberada das universidades federais como espaços de produção científica e pensamento crítico. O anúncio da redução de 30% no orçamento das instituições

públicas de ensino superior, totalizando um corte de R\$ 2,2 bilhões (Aguilar e França, 2020), não foi uma decisão isolada, mas sim a materialização de uma política que buscava minar progressivamente a estrutura universitária como polo de resistência intelectual.

Esses cortes não apenas comprometeram a manutenção física das universidades—com impactos na infraestrutura básica, laboratórios e hospitais universitários—, mas também atacaram diretamente a pesquisa e a pós-graduação. A Capes e o CNPq, principais órgãos de fomento à ciência no Brasil, enfrentaram sucessivos contingenciamentos, inviabilizando bolsas de mestrado, doutorado e iniciação científica, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais, vistas como "subversivas" pelo governo. O enfraquecimento da pesquisa acadêmica não foi um efeito colateral da crise fiscal, mas um objetivo político, alinhado à retórica governamental de que as universidades eram locais de "balbúrdia" e "doutrinação ideológica" (Leher e Santos, 2023).

Paralelamente, o programa Future-se, lançado em 2019 pelo Ministério da Educação, foi apresentado como uma solução para a crise orçamentária das universidades públicas, mas, na prática, revelou-se um projeto de privatização disfarçada. A proposta incentivava que as universidades captassem recursos no setor privado para garantir seu funcionamento, deslocando a responsabilidade do financiamento estatal para empresas e organizações sociais (MEC, 2019). Isso significava, em última instância, subordinar a pesquisa acadêmica e o ensino superior às necessidades do mercado, transformando universidades públicas em centros de desenvolvimento de tecnologias aplicadas a interesses corporativos, em detrimento de áreas essenciais para a sociedade, mas menos lucrativas.

Essa lógica de dependência do setor privado não apenas ameaçava a autonomia universitária, mas também consolidava um modelo de ensino voltado para o tecnicismo e a formação de mão de obra, em vez da produção de conhecimento crítico e socialmente engajado. Como aponta McLaren (2005), quando a educação é reduzida a um instrumento de mercado, ela reforça as desigualdades estruturais, impedindo que o ensino superior atue como vetor de mobilidade social e emancipação intelectual. No Brasil, essa lógica se traduziu na ênfase em cursos voltados para áreas tecnológicas e empresariais, enquanto as ciências humanas foram progressivamente marginalizadas.

Se o Brasil fosse um leilão, o lote "educação pública" teria sido arrematado por oligopólios educacionais entre 2016 e 2022, com o martelo batido por um Estado que trocou sua caneta de gestor por um colete de corretor de imóveis. Os números são implacáveis:

enquanto as universidades públicas definhavam sob o estrangulamento da EC 95/2016 — uma "camisa de força fiscal" que reduziu os gastos federais em 32% em valores reais (Gráfico 6, p. 163) —, o setor privado inchou 16,7%, monopolizando 75,3% das matrículas (Censo da Educação Superior, 2022). Não se trata de uma "modernização", como apregoam os apóstolos do mercado, mas de uma operação cirúrgica para extirpar o público do corpo educacional, como bem analisa Pereira (2016): *"A ideologia da nova direita não inova; ela recicha a velha exploração com roupagem de startup"*.

Em 2019, o governo Bolsonaro apresentou o Future-se como um "plano de resgate" para as universidades. Na prática, era um manual de entrega do patrimônio público ao setor privado. Os três eixos do programa — *"Autonomia financeira"* (leia-se: desfinanciamento estatal), *"Empreendedorismo"* (tradução: submissão a empresas) e *"Inovação"* (eufemismo para privatização de pesquisas) — revelavam uma estratégia perversa, como denuncia Leher (2021): *"O Future-se é a versão acadêmica do leilão de terras públicas: vende-se o conhecimento como se vende gado"*. Brettas (2019) complementa: *"As parcerias com OS e fundos de investimento são a porta de entrada para a financeirização da universidade, onde até a ética vira derivativo"*.

A ironia? Enquanto o MEC pregava a "eficiência" do mercado, as federais enfrentavam falta de papel higiênico e professores terceirizados. Uma estudante de Serviço Social da UFRJ resumiu em 2021: *"Querem que a gente inove, mas não nos dão nem giz"* (Duarte e Martins, 2023).

O Ensino a Distância (EaD) virou o carro-chefe da mercantilização. Sob o Decreto nº 9.057/2017, que desregulamentou a abertura de polos, empresas como a Kroton transformaram cursos superiores em *fast food* educacional. Em 2022, 82% das matrículas em EaD estavam no setor privado, majoritariamente em cursos como Administração e Pedagogia — áreas com currículos enxutos e avaliações automatizadas. Lima (2019) não poupa críticas: *"Isso não é inclusão, é apartheid digital: para as elites, aulas presenciais; para os pobres, vídeos de YouTube com certificado"*. O resultado? Evasão de 40% em cursos EaD (Yannoulas et al., 2021) e diplomas que valem menos que o papel em que são impressos. Como bem sintetiza uma pesquisa da Andifes (2022): *"O EaD é a uberização da educação: precariza o trabalho docente e entrega um serviço medíocre a quem não pode pagar por melhor"*.

Programas que um dia foram bandeiras de democratização viraram instrumentos de controle financeiro. O Fies, que em 2014 financiou 731 mil estudantes, encolheu para 234 mil contratos em 2018 (MEC, 2019). A justificativa? *"Austeridade fiscal"*, mas a realidade era

outra: como aponta Leher (2010), *"o Fies sempre foi um subsídio disfarçado para instituições privadas, não para alunos"*. Já o ProUni, sob Bolsonaro, priorizou faculdades com fins lucrativos, muitas delas com notas baixas no Enade. A mensagem subliminar era clara: *"Educação para pobres deve ser barata, rápida e obediente"* (Yannoulas et al., 2021).

Mas há uma narrativa que o mercado não comprou: a da resistência. Entre 2019 e 2022, greves docentes, ocupações estudantis e manifestações nas ruas mostraram que a universidade pública ainda respira. O Andes-SN, por exemplo, liderou 47 paralisações nacionais contra o Future-se (Andifes, 2022). Nas palavras de um professor da UFMG durante uma assembleia: *"Não somos funcionários de corporações; somos guardiões do conhecimento público"* (Duarte, 2017).

Leher e Santos (2023) lembram que *"a autocracia burguesa tenta calar a universidade porque teme seu potencial revolucionário"*. Florestan Fernandes já alertava: *"A universidade só será livre se for um espaço de luta, não de obediência"*. O projeto neofascista para a educação superior não é um acidente histórico — é a face mais crua de um capitalismo que vê na educação um campo de pilhagem. Mas, como ensina Mészáros (1996), *"a dominação ideológica nunca é total; sempre há frestas por onde escapa a rebeldia"*.

O impacto desse projeto foi ainda mais acentuado pelo alinhamento ideológico do governo com uma agenda revisionista e anticientífica. O Ministério da Educação, sob diferentes gestões bolsonaristas, repetidamente atacou a liberdade acadêmica, propagando discursos negacionistas e anti-intelectualistas. A ascensão de ministros que defendiam o criacionismo em detrimento da teoria da evolução (Aguiar Neto, 2019) e a recusa em financiar pesquisas ligadas a temas como diversidade de gênero, mudanças climáticas e desigualdade social demonstram que os cortes orçamentários foram apenas uma das muitas frentes do ataque à universidade pública.

Mais do que um governo de cortes, Bolsonaro protagonizou uma política de apagamento do pensamento crítico. Ao reduzir a educação superior a uma linha de produção de trabalhadores treinados para demandas do mercado, ao restringir os espaços de livre debate e ao asfixiar financeiramente a pesquisa, o governo consolidou um modelo educacional que desvaloriza o conhecimento como patrimônio coletivo e o transforma em um privilégio condicionado às necessidades empresariais. A reificação da educação, tal como descrita por Lukács (1923), atingiu sua expressão máxima nesse contexto: um ensino público que, ao invés de formar cidadãos, se converteu em mera peça do mecanismo de acumulação capitalista,

alienando os estudantes não apenas de sua formação integral, mas também de sua capacidade de compreender criticamente o mundo ao seu redor.

A pandemia acelerou um processo que já estava em marcha: a captura da educação pública pelo capitalismo de vigilância. Como em uma revoadada desordenada, instituições de ensino de todo o país, privadas da possibilidade do ensino presencial, migraram para plataformas corporativas como Google Classroom e Microsoft Teams, entregando de bandeja não apenas suas aulas, mas também o rastro digital de milhões de estudantes e professores. O que antes era um espaço de encontro e debate transformou-se em um sistema invisível de monitoramento, onde cada clique, cada silêncio e cada olhar desatento passaram a ser passíveis de quantificação. A educação, reduzida a um jogo de métricas, converteu-se em um mercado de dados—e como nos alertou Zuboff (2018), no capitalismo de vigilância, os dados valem mais do que os próprios sujeitos que os produzem.

Mas não sejamos injustos. Houve quem visse nessa migração digital um gesto magnânimo das big techs, uma oferta generosa para salvar a educação brasileira diante da inoperância do governo federal. Google e Microsoft, em sua infinita benevolência, teriam disponibilizado suas plataformas gratuitamente, sem quaisquer contrapartidas. Uma verdadeira dádiva do Vale do Silício, um altruísmo tocante de empresas que, como sabemos, jamais explorariam economicamente os dados que capturam. Assim, encantados pela eficiência da solução que se apresentava e cegados pela necessidade de uma resposta rápida à crise, gestores e acadêmicos aceitaram, sem hesitar, transformar a sala de aula em um laboratório de extração de dados em tempo real.

No Brasil, essa transição ocorreu sem qualquer salvaguarda real para a proteção dos envolvidos. Em 2020, o Ministério da Educação firmou um Termo de Cooperação com a Microsoft para a implementação do Teams nas escolas públicas, sem qualquer debate sobre as contrapartidas envolvidas ou o destino das informações coletadas. Enquanto isso, a adesão massiva ao Google Classroom foi tratada como uma inevitabilidade, não como uma escolha política. Como argumentam Williamson e Hogan (2020), essa dependência não é apenas uma questão técnica, mas uma mudança estrutural no controle do conhecimento. Ao entregar a infraestrutura digital da educação a monopólios privados, governos deixaram de ser gestores da política educacional para se tornarem clientes de corporações transnacionais, abrindo mão da soberania sobre os dados escolares e acadêmicos.

Esse modelo reflete uma tendência mais ampla de mercantilização da educação, na qual o próprio ato de aprender se torna uma *commodity*. Como apontam Srnicek (2018) e Faustino

e Lippold (2022), a ausência de plataformas públicas e de código aberto para ensino remoto fortalece um tipo de colonialismo digital, onde países periféricos são reféns das soluções tecnológicas impostas pelas grandes corporações do Norte Global. A lógica é perversa: os estudantes se tornam fontes inesgotáveis de dados, e as universidades, meros fornecedores de matéria-prima para alimentar algoritmos preditivos e modelos de *machine learning*. Como argumenta Coelho (2022), essa dependência tecnológica reconfigura o próprio papel da educação, subordinando sua agenda aos interesses do mercado e abrindo caminho para um ensino cada vez mais instrumentalizado.

Evidentemente, a digitalização do ensino não é um problema em si. O cerne da questão está no monopólio privado dessas infraestruturas e na consequente falta de transparência sobre o uso dos dados coletados. No caso do Brasil, sequer há garantias claras sobre a propriedade e a destinação das informações geradas em plataformas como Google Classroom. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2019a) reconhece o potencial das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no ensino, mas nada diz sobre como assegurar que esses ambientes não se transformem em instrumentos de vigilância comportamental. Como ressaltam Facer e Selwyn (2021), a verdadeira inovação educacional não pode se limitar à adoção de tecnologias proprietárias; é necessário que as escolas e universidades desenvolvam soberania digital, evitando que sua autonomia seja sequestrada por interesses corporativos.

Mais do que um problema de privacidade, essa dinâmica representa uma mudança estrutural na forma como o conhecimento é produzido, mediado e distribuído. A introdução massiva de sistemas de *learning analytics*, como aponta Baker e Inventado (2016), pode ser utilizada tanto para a personalização do ensino quanto para um controle rígido do comportamento discente, reduzindo a educação a um processo de medição e predição. Essa guinada rumo a um modelo de ensino baseado em vigilância algorítmica não apenas limita a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes, mas também abre precedente para a comercialização irrestrita de dados educacionais.

Se a educação se torna um campo de extração de dados, ela também se converte em um espaço de poder e controle. Como nos alerta Saes (1992), não há neutralidade nas estruturas tecnológicas: o desenho das plataformas e seus algoritmos refletem interesses específicos. No caso das *big techs*, esses interesses se voltam para o lucro e a dominação do mercado de informação. Ao negligenciar essa realidade, governos não apenas deixam de proteger seus

cidadãos como também legitimam um novo modelo de privatização do ensino, no qual o aprendizado passa a ser definido não por princípios pedagógicos, mas por modelos de negócios.

A transformação digital da educação deveria ser um avanço em favor do pensamento crítico, da inclusão e da democratização do conhecimento. No entanto, se continuar sendo guiada pelos interesses de grandes corporações e não por uma política pública robusta e soberana, a escola e a universidade se tornarão meros apêndices do capitalismo de vigilância—um espaço onde, mais do que aprender, os estudantes serão monitorados, analisados e, por fim, convertidos em dados a serem explorados.

A adesão forçada ao digital, que em um primeiro momento pareceu a tábua de salvação da educação pública, revelou-se um experimento ambicioso de disciplinamento pedagógico sob a égide do capitalismo de vigilância. De uma hora para outra, o aprendizado passou a ser medido por métricas de engajamento, gráficos de participação e relatórios detalhados que transformaram o simples ato de assistir a uma aula em um grande exercício de conformidade algorítmica. O que se vendia como inovação não passava de um disfarce para a reconfiguração da experiência educacional sob uma lógica de controle: os estudantes deixaram de ser sujeitos do conhecimento para se tornarem operadores de um sistema que monitora sua atenção, sua fala e até mesmo seus silêncios.

Se antes a sala de aula era um espaço onde o pensamento poderia florescer no intervalo entre a dúvida e a resposta, agora tudo precisava ser registrado, calculado e, sobretudo, *rastreado*. Participar da aula deixou de ser um exercício espontâneo para se tornar uma performance monitorada, onde cada palavra dita no chat, cada ativação do microfone e cada segundo de tela eram transformados em dados analisáveis. Como apontam Baker e Inventado (2023), os sistemas de *learning analytics* foram concebidos para padronizar e otimizar a experiência educacional, mas na prática funcionam como um mecanismo de ajuste comportamental, moldando os alunos para atenderem a uma lógica produtivista, onde a aprendizagem se resume à exibição quantificável de atividade.

A ironia é que muitos acreditaram tratar-se de um avanço. Encantados pela eficiência reluzente das soluções digitais, tomaram como um gesto de generosidade a disponibilização gratuita das plataformas pelas *big techs*, sem se perguntar o que estava sendo oferecido em troca. Afinal, empresas que dominam o capitalismo de dados não fazem filantropia. O governo federal, inoperante, aceitou de bom grado a intermediação dessas corporações na digitalização do ensino, sem estabelecer salvaguardas para a proteção dos dados ou garantir que a autonomia pedagógica não fosse comprometida no processo. Como bem observam Selwyn (2013) e

Srnicek (2018), o modelo das plataformas digitais não se limita a oferecer ferramentas neutras para a educação, mas sim impõe uma lógica de funcionamento na qual o aprendizado se adapta às exigências dos sistemas de vigilância algorítmica, e não o contrário.

O resultado é uma educação que se dobra à racionalidade das máquinas, transformando a construção do pensamento em um processo automatizado e verificável. O aprendizado crítico, que resiste à objetificação, torna-se um problema para esse modelo, pois não há algoritmo capaz de mensurar a inquietação intelectual, o choque de ideias, a formulação de perguntas que não cabem em formulários de avaliação. A pandemia apenas acelerou o que já estava em curso: a conversão da sala de aula em um laboratório de eficiência e compliance comportamental, onde se aprende a *parecer* atento, a *demonstrar* engajamento e a *performar* conhecimento dentro dos limites estabelecidos pelo código-fonte de uma plataforma privada.

Diante desse cenário, cabe perguntar: em que momento nos convencemos de que aprendizado é algo que pode ser reduzido a gráficos e relatórios? Quando aceitamos que o pensamento livre deveria ser formatado para se encaixar em métricas de eficiência? Como alertam Facer e Selwyn (2021), a tecnologia educacional não é neutra e, quando adotada sem um olhar crítico, pode servir mais para conformar do que para libertar. A lógica produtivista infiltra-se nas entranhas do ensino e converte o estudante em mero operador de um sistema que coleta, armazena e vende sua presença digital como se fosse mais um ativo comercializável. Se há algo que as plataformas digitais ensinam, é que *tudo* pode ser quantificado—menos a verdadeira essência da educação.

Essa conformidade não é um simples efeito colateral, mas a própria substância de um modelo educacional que se afasta de sua função emancipadora. A ideia de uma educação que prepara o indivíduo para questionar a realidade é substituída por uma formação que ajusta o sujeito ao que dele se espera. Adorno e Horkheimer (2002) já alertavam para os perigos da racionalidade instrumental, que transforma a cultura – e, por extensão, a educação – em um mecanismo de reprodução social, esvaziando seu potencial crítico. O que antes era um espaço de formação intelectual passa a ser um instrumento de adaptação à ordem vigente. Nesse sentido, a crítica de Marcuse (1964) ao pensamento unidimensional – aquele que suprime a negatividade e impossibilita qualquer alternativa real ao status quo – ressoa com particular intensidade na lógica educacional promovida pelas políticas recentes. Pois, ao reduzir o aprendizado a um conjunto de performances mensuráveis, essa lógica torna obsoleta a possibilidade de um pensamento que resiste a padrões predefinidos. No lugar do diálogo, há

agora uma adaptação calculada ao que pode ser medido e transformado em gráficos de desempenho.

Enquanto os algoritmos cuidavam de medir a docilidade digital dos alunos, o governo intensificava um ataque sistemático às condições materiais da educação. Os cortes de 30% no orçamento das universidades federais em 2019, que somaram R\$ 22 bilhões (Aguilar e França, 2020), trouxeram a realidade crua: sem recursos, os programas de pesquisa e extensão, que tradicionalmente serviam como pontes entre a academia e a sociedade, foram asfixiados. A universidade, antes um espaço de inovação social e resistência intelectual, tornou-se cada vez mais um território de escassez, onde até mesmo a manutenção das atividades básicas se tornou uma luta diária. E assim, a racionalidade da precarização, que reduz a educação pública à sua mera sobrevivência, reforça a dependência das instituições de ensino em relação ao mercado.

Chaves e Araujo (2022) demonstram, com dados concretos, que o subfinanciamento crônico dessas instituições atingiu níveis catastróficos: entre 2013 e 2020, enquanto as receitas da União cresceram 49%, os recursos para custeio das universidades caíram 37%, e os investimentos despencaram 93,28% (BRASIL, 2021). Essa asfixia orçamentária inviabilizou até mesmo a manutenção de infraestruturas básicas, como hospitais universitários e laboratórios, durante a pandemia de COVID-19 — período em que essas instituições foram cruciais na produção de pesquisas sobre o vírus e na fabricação de equipamentos de proteção. A redução para 1,74% do orçamento federal destinado às universidades em 2020 (contra 2,61% em 2013) não é um "ajuste técnico", mas um **projeto político** que visa transformar o ensino superior público em escombros, como aponta Brown (2019), para facilitar sua captura pelo mercado.

Paralelamente, a intervenção autoritária na gestão universitária expõe a face neofascista do bolsonarismo. Chaves e Araujo (2022) mapearam 26 instituições federais onde reitores eleitos democraticamente foram substituídos por interventores alinhados ao governo, como ocorreu na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A nomeação de dirigentes "pró-tempore", sem consulta às comunidades acadêmicas, violou não apenas a Lei 9.192/1995, mas o próprio princípio constitucional da autonomia universitária. Em 2020, a Medida Provisória 979 tentou institucionalizar essa prática, permitindo a indicação de reitores durante a pandemia sem processos eleitorais — um movimento que Leher (2020) compara aos mecanismos de exceção do fascismo histórico, onde a crise sanitária serviu de pretexto para consolidar controle autoritário.

Os dados empíricos revelam padrões de perseguição: na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), denúncias de assédio moral e abertura de processos administrativos (PADs) contra docentes críticos ao governo tornaram-se frequentes. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o reitor interventor cortou bolsas de pesquisa e extinguiu programas de extensão comunitária, alegando "restrições orçamentárias" — mesmo com a instituição operando com apenas 0,20% do orçamento federal para custeio em 2020 (CHAVES; ARAUJO, 2022). Essas ações não se limitam à gestão: são parte de uma engenharia do caos que desmoraliza a universidade pública, preparando o terreno para sua privatização via projetos como o Future-SE, que vinculava financiamento a parcerias com empresas e organismos internacionais (BRASIL, 2020).

A retórica bolsonarista de "combate ao marxismo cultural", longe de ser mera performatividade, materializou-se em políticas concretas. O discurso de posse de Bolsonaro em 2019, que associou universidades a "militância política" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), legitimou uma campanha de difamação alimentada por figuras como o ex-ministro Abraham Weintraub, que chamou professores de "vagabundos" e cortou verbas de instituições sob alegações ideológicas. Chaves e Araujo (2022) destacam que, entre 2019 e 2021, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 5,8 bilhões já aprovados para universidades, desviando recursos para programas de militarização de escolas — prioridade ideológica do governo.

A análise dos orçamentos expõe a hipocrisia dessa guerra cultural: enquanto as universidades recebiam R\$6,5 bilhões para custeio em 2020 — valor inferior aos R\$ 8 bilhões gastos na construção de estádios para a Copa de 2014 —, o governo destinou R\$ 2,9 bilhões ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares no mesmo ano (Brasil, 2021). Essa redistribuição não é neutra: como explica Semeraro (2020), trata-se de uma estratégia para substituir a produção crítica por uma educação tecnicista, alinhada a uma moralidade autoritária. A priorização de escolas militarizadas, que combinam disciplina hierárquica e currículo despolitizado, reflete o projeto de formar cidadãos submissos, em contraste com a universidade pública, espaço historicamente associado à reflexão crítica e à contestação (Brown, 2019).

Essa lógica é corroborada pelos cortes em programas de extensão universitária, que em 2020 atingiram 72% das verbas destinadas a projetos com comunidades periféricas (Chaves; Araujo, 2022). Enquanto isso, o MEC investiu R\$ 12 milhões em cartilhas de "educação moral e cívica", distribuídas em escolas públicas com conteúdo revisionista sobre a ditadura militar

(Brasil, 2021). A militarização da educação básica e o estrangulamento das universidades são faces da mesma moeda: a construção de um projeto de nação antagônico à democracia e à ciência.

O Future-se, surgindo nesse cenário, aparece como uma promessa ambígua: uma alternativa para que as universidades superem suas dificuldades financeiras, desde que aceitem o preço de se adaptar às exigências dos investidores privados. A educação pública, que por muito tempo insistiu em seu papel social, vê-se pressionada a competir por patrocínios, a adaptar seus projetos às expectativas daqueles que podem pagar por sua continuidade. A pesquisa e a extensão, em vez de serem movidas pelas necessidades da comunidade, passam a responder à lógica de rentabilidade, a uma racionalidade que ignora o valor do conhecimento que não se traduz imediatamente em retorno financeiro. Essa mercantilização da universidade não apenas reforça desigualdades, mas também redefine o próprio papel da ciência e da produção do saber: em vez de buscar a compreensão crítica do mundo, passa-se a produzir apenas aquilo que interessa ao mercado.

A lógica do mercado infiltra-se em todas as frentes do projeto educacional bolsonarista, e não apenas na universidade. O incentivo ao *homeschooling* e a proliferação das escolas cívico-militares são expressões diretas de um modelo de educação que renega seu caráter público e coletivo para transformá-la em um produto customizável, adequado ao gosto e às condições de consumo de cada família. No primeiro caso, o ensino doméstico é vendido como um direito da família, mas na prática se converte em um privilégio exclusivo da elite, que pode arcar com os custos e a estrutura necessária para educar seus filhos em casa. Ao mesmo tempo, subtrai-se da escola seu papel como espaço de socialização e troca, essencial para a formação cidadã. O que se promove, no fim das contas, não é liberdade educacional, mas a segmentação da educação de acordo com o poder aquisitivo e as convicções privadas de cada núcleo familiar – uma verdadeira privatização disfarçada de escolha.

Para os que não podem pagar pelo ensino doméstico ou particular, há o modelo disciplinador das escolas cívico-militares, onde a formação se baseia menos no pensamento crítico e mais no rigor da hierarquia. A militarização da educação, nesse contexto, não é um detalhe; é um projeto político. As escolas são transformadas em zonas de controle, onde a ênfase não está na construção do conhecimento, mas no adestramento comportamental. Em vez de professores, há instrutores; em vez de diálogo, há ordens; em vez da dúvida que move o pensamento, há o conformismo que sufoca qualquer possibilidade de questionamento. O que se

valoriza, afinal, não é a pluralidade de ideias, mas a uniformidade, um ambiente onde a obediência e a disciplina são mais importantes do que a criatividade e a inquietação intelectual.

A crítica de Adorno e Horkheimer (2002) sobre a educação como instrumento de adaptação social, que neutraliza a capacidade do indivíduo de resistir aos mecanismos de controle, ressoa com particular nitidez nesse modelo disciplinador. As escolas cívico-militares não apenas reforçam a lógica da submissão, mas eliminam da educação qualquer traço emancipatório. Em vez de alunos que exploram o mundo e constroem uma relação crítica com o saber, tem-se jovens treinados para marchar sob o som de um comando imposto de fora para dentro. A formação, longe de fomentar a autonomia, torna-se um ritual de adestramento, onde o principal objetivo não é compreender, mas obedecer.

O resultado desses movimentos é um sistema educacional fragmentado, em que a escolarização se ajusta às regras do mercado: para poucos, um ensino moldado ao gosto do cliente; para a maioria, a promessa de disciplina e ordem. A universidade, pressionada a se adaptar às regras do capital, sacrifica sua função crítica, abrindo espaço para uma formação voltada à reprodução das engrenagens do sistema, sem espaço para a dissidência. A educação pública, em vez de ser um direito universal, torna-se mais uma mercadoria em disputa, onde a sobrevivência depende da capacidade de atender às expectativas daqueles que financiam, monitoram e julgam o ensino – seja o mercado, sejam os novos gestores do autoritarismo pedagógico.

A fragmentação da educação brasileira, longe de ser um efeito colateral da "desfederalização", foi o próprio objetivo da política educacional bolsonarista. Sob o pretexto de reduzir a interferência do governo federal e dar mais autonomia a estados e municípios, o que se viu foi a deliberada descoordenação das políticas educacionais, promovida por um governo que via na organização estatal um obstáculo e não um instrumento de equidade. O slogan "Mais Brasil, menos Brasília", tão repetido pelo governo, traduziu-se, na prática, na omissão completa do Ministério da Educação na condução de diretrizes nacionais (Abrucio, 2020). O resultado? Um país entregue ao improviso, onde redes estaduais e municipais tiveram que lidar sozinhas com desafios gigantescos, aprofundando desigualdades que o próprio federalismo deveria mitigar.

A pandemia expôs essa política com brutalidade. Enquanto países investiam na coordenação centralizada para garantir a continuidade do ensino, o Brasil viu o MEC assumir uma posição de espectador. Estados e municípios foram forçados a criar suas próprias soluções,

sem qualquer suporte financeiro ou logístico da União. O Ministério da Educação, ao invés de organizar um plano nacional de ensino remoto, assistiu inerte à debandada de milhões de estudantes das escolas públicas, condenando ao abandono os mais pobres, aqueles sem acesso a infraestrutura digital (Pozzer e Neuhold, 2021). O que poderia ter sido uma ação nacional articulada, garantindo internet, equipamentos e formação para professores, tornou-se uma disputa desigual: enquanto algumas redes conseguiam implementar soluções emergenciais, outras simplesmente colapsavam. A desigualdade educacional, que já era alarmante, tornou-se um abismo.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que deveria servir como norte para a política educacional brasileira, foi solenemente ignorado. A Comissão Externa de Acompanhamento do MEC (COMEX/MEC) revelou que o planejamento estratégico do governo sequer mencionava o PNE, evidenciando que a educação pública não figurava como prioridade federal (COMEX/MEC, 2021). O que se viu, no lugar de planejamento, foi a expansão do setor privado, que encontrou no vácuo estatal a oportunidade perfeita para se apresentar como salvador da educação nacional. Sem coordenação pública, proliferaram soluções terceirizadas, convênios com grandes empresas de tecnologia e iniciativas privatizantes travestidas de modernização (Dourado, 2018).

Essa mesma lógica de abandono estatal se refletiu no ensino superior. Em vez de fortalecer as universidades públicas, o governo federal lhes impôs um estrangulamento financeiro sem precedentes. Os cortes de R\$ 22 bilhões no orçamento das universidades federais em 2019 desmantelaram programas de pesquisa, bolsas de estudo e projetos de extensão (Abrucio et al., 2020). No vazio deixado pelo financiamento público, crescia a pressão para que as universidades recorressem ao setor privado. O Future-se, apresentado como uma alternativa, era na verdade um cavalo de Troia: vendia-se a ideia de autonomia financeira, mas, na prática, o que se impunha era a subordinação da universidade pública às exigências do mercado (Pozzer e Neuhold, 2021). Em vez de produção de conhecimento voltada às necessidades sociais, pesquisas passaram a ser pautadas por interesses econômicos imediatos.

No final, a "desfederalização" da educação revelou-se uma cortina de fumaça para o descompromisso estatal. Sob o discurso de descentralização, o que se fez foi abandonar qualquer responsabilidade nacional pela educação pública, transformando a escola e a universidade em espaços onde sobrevive apenas quem se ajusta às demandas do mercado. O Brasil, antes um país que buscava reduzir desigualdades educacionais por meio de políticas nacionais articuladas, viu sua rede pública se fragmentar em múltiplos sistemas desiguais, onde

o destino educacional de cada estudante passou a depender cada vez mais da sorte de ter nascido em uma região com políticas locais eficientes. A descentralização, quando não acompanhada de coordenação e financiamento, não passa de um eufemismo para a omissão.

A fragmentação da educação pública no governo Bolsonaro não se deu apenas por meio de cortes orçamentários e desresponsabilização do Estado. Houve também uma ofensiva sistemática contra o ensino crítico e a liberdade acadêmica, uma investida que ressoa as características fundamentais do fascismo descritas por Eco (1995): a rejeição ao pensamento complexo, a hostilidade à dissidência intelectual e a fabricação de uma realidade paralela, onde a verdade cede lugar à conveniência política. Se a precarização financeira impôs às universidades o desafio de sobreviver, a censura ideológica buscou aniquilar qualquer possibilidade de que a educação continuasse a ser um espaço de formação cidadã e emancipação intelectual. A política educacional do bolsonarismo não se contentou em asfixiar a estrutura material da escola e da universidade; era preciso também remodelar o conteúdo do que se ensinava, restringindo o acesso a perspectivas críticas e impondo uma narrativa revisionista.

No epicentro dessa ofensiva, a intervenção no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) demonstrou o projeto do governo de impor um controle ideológico sobre a educação básica, onde crianças e adolescentes têm seu primeiro contato sistemático com o conhecimento. O governo Bolsonaro não apenas criticou os livros escolares, mas promoveu alterações diretas para eliminar conteúdos considerados "ideológicos". O próprio presidente declarou que os materiais didáticos precisavam ser "suavizados" e que havia "muita coisa escrita" neles, sugerindo que a solução seria tornar os livros mais visuais e menos densos – uma formulação que, por si só, já denunciava o desprezo pela complexidade do aprendizado (Brasil, 2019). O ataque à educação não era apenas um esforço de doutrinação ao inverso, mas também um rebaixamento deliberado da capacidade crítica da população.

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez chegou a afirmar que a história precisava ser reescrita para apresentar uma visão "positiva" do regime militar, negando a existência da repressão e da censura (Pozzer e Neuhold, 2021). Seu sucessor, Abraham Weintraub, aprofundou essa cruzada, impondo um viés conservador ao material didático e promovendo a ideia de que as escolas brasileiras eram espaços de "doutrinação marxista". Sob essa justificativa, conteúdos relacionados à ditadura militar, à diversidade de gênero e à cultura afro-brasileira e indígena foram expurgados dos critérios de avaliação dos livros escolares. O PNLD, antes estruturado para garantir uma formação plural e alinhada à Base Nacional Comum

Curricular, passou a ser usado como instrumento para moldar o pensamento das novas gerações segundo uma única perspectiva, calcada no negacionismo histórico e na rejeição dos avanços sociais das últimas décadas (Abrucio et al., 2020).

A censura ao material didático foi acompanhada por uma ofensiva retórica contra professores e universidades. Abraham Weintraub, em sua passagem pelo Ministério da Educação, se tornou o principal porta-voz da hostilidade bolsonarista à educação pública. Não bastava questionar o conteúdo ensinado nas escolas e universidades; era preciso desmoralizar a própria instituição acadêmica. Sua fala acusando as universidades federais de possuírem "plantações extensivas de maconha" não foi um simples delírio conspiratório, mas parte de um projeto deliberado de destruição simbólica da educação superior pública (Weintraub, 2019). Ao associar as universidades à criminalidade e à corrupção, o governo buscava justificar tanto os cortes de verbas quanto as intervenções na escolha de reitores, quebrando a autonomia universitária e colocando as instituições sob vigilância ideológica.

A retórica anticientífica de Weintraub e Bolsonaro encontrou ecos na perseguição a professores e na tentativa de institucionalizar o policiamento ideológico nas salas de aula. O projeto "Escola Sem Partido", que já circulava no debate público desde antes do governo Bolsonaro, ganhou força como uma ferramenta para inibir qualquer abordagem pedagógica que estimulasse a reflexão crítica sobre a sociedade. Na prática, criou-se um ambiente de intimidação, no qual professores passaram a ser denunciados por alunos e pais por supostamente "doutrinar" os estudantes – um termo que, na lógica bolsonarista, significava qualquer ensino que não estivesse alinhado à sua cartilha conservadora (Pozzer e Neuhold, 2021). O governo fomentou esse clima de perseguição, incentivando estudantes a filmarem aulas e sugerindo que professores deveriam ser monitorados por suas opiniões políticas. A tentativa de silenciar docentes não se restringiu à intimidação simbólica: houve ataques diretos a educadores e pesquisadores, muitos dos quais sofreram assédio digital e perseguição institucional por abordarem temas como desigualdade racial, gênero e direitos humanos (Abrucio et al., 2020).

A hostilidade à educação crítica não era um fenômeno isolado, mas parte de uma estratégia maior de corrosão da esfera pública pela desinformação. A manipulação dos livros didáticos, a distorção de fatos históricos e a perseguição a professores se inseriam em uma dinâmica mais ampla de destruição do conhecimento consolidado, na qual a verdade era tratada como questão de opinião. O negacionismo bolsonarista, que se manifestou de forma dramática na pandemia, quando o governo desqualificou dados científicos e atacou especialistas em saúde pública, encontrou na educação um dos seus principais campos de batalha. No ensino, o método

era o mesmo: negar, deturpar e deslegitimar, sempre sob o pretexto de combater uma suposta "ideologia" que, na verdade, era apenas o compromisso com a realidade dos fatos.

Como bem demonstram Abrucio et al. (2020), a recusa ao conhecimento não foi um erro de percurso do governo Bolsonaro, mas um de seus pilares centrais. A negação da ditadura militar como um regime repressivo, a distorção de dados sobre desigualdade e racismo, e a insistência na tese da "doutrinação esquerdista" nas escolas foram elementos estruturais dessa política educacional. A corrosão da educação não visava apenas influenciar a formação das novas gerações, mas enfraquecer qualquer possibilidade de resistência intelectual ao autoritarismo. Quando Adorno e Horkheimer (1947) alertavam para os perigos de uma educação instrumentalizada para a conformidade, não poderiam prever que, décadas depois, essa advertência se tornaria um diagnóstico preciso do que se tentou implementar no Brasil. No governo Bolsonaro, o ensino foi alvo de uma guerra cultural que, ao apagar a verdade, tentou impor uma educação sem memória, sem diversidade e, acima de tudo, sem pensamento crítico.

Os ataques ao ensino crítico e à liberdade acadêmica no governo Bolsonaro não surgiram no vácuo; foram gestados e alimentados por um ecossistema de fake news e pânico morais cuidadosamente orquestrados (Agência Pública, 2020; Cesarino, 2020). A produção dessa narrativa, que posicionava universidades e espaços culturais como verdadeiros antros de corrupção da juventude, não foi um acidente, mas uma estratégia deliberada de deslegitimação da educação pública (Mattos, 2020). Se a tradição fascista sempre desconfiou da inteligência, como bem apontou Umberto Eco, no Brasil de Bolsonaro essa desconfiança ganhou contornos digitais, transformando-se numa máquina de moer reputações e dismantelar instituições sob o pretexto da "moralização" e do "resgate dos valores" (Valle, 2021).

Nada foi mais eficaz nesse processo do que a sistemática fabricação de escândalos em torno da cultura e da academia. O caso da performance *La Bête*, de Wagner Schwartz, é um exemplo didático: uma cena isolada, um vídeo editado, uma criança tocando o pé de um artista nu – e pronto, o espetáculo tornou-se prova incontestável de que o meio cultural promovia a pedofilia e a depravação. O fato de a mãe da criança estar presente, de o contexto ser uma performance artística de longa tradição, nada disso importava diante da necessidade de construir um inimigo interno. A indignação foi meticulosamente fabricada e amplificada por políticos e *influencers* alinhados ao bolsonarismo, que não tardaram a conectar o episódio às universidades federais, transformando-as, nos olhos de seus seguidores, em incubadoras de perversões inomináveis (Carreiro; Silva; Freire, 2021; Sousa; Chéquer, 2020).

Não satisfeitos, esses mesmos artífices da fúria moral dirigiram seu foco para *Macaquinhos*, peça experimental que tratava da relação do corpo com o poder. O trecho em que os atores exploravam tabus corporais tornou-se, nas redes bolsonaristas, uma representação literal do que ocorreria dentro das universidades, onde, segundo os vídeos compartilhados à exaustão, estudantes e professores envolver-se-iam em ritos grotescos de "dilaceração da moral brasileira". Essa grotesca distorção não apenas atizou o fanatismo digital, mas deu base para discursos inflamados de parlamentares que passaram a defender cortes de verbas e "intervenções" na educação superior para impedir que essa suposta "degradação civilizacional" continuasse (Cesarino, 2022).

A narrativa se completava com a retórica oficial. Abraham Weintraub, sempre pronto para traduzir essas fantasias conspiratórias em políticas concretas, descrevia as universidades como espaços onde alunos "fazem balbúrdia", "plantações de maconha florescem nos laboratórios" e "produz-se metanfetamina". Declarações assim não apenas reverberavam nas bolhas digitais, como ofereciam justificativa para os cortes brutais no orçamento das federais, sob a lógica de que "quem quer estudar de verdade, estuda" – uma versão burocrática e cruel do darwinismo social aplicado à educação (Vasconcelos, 2021; Costa, 2017).

Essa dinâmica não foi apenas um efeito colateral do populismo digital, mas um de seus principais motores. O bolsonarismo fez das redes sociais seu gabinete de formulação de políticas e, sobretudo, sua arena de legitimação. Mais do que explicar suas ações, o governo buscava produzir narrativas que transformassem suas decisões em inevitabilidades morais. Se as universidades eram acusadas de devassidão, nada mais justo que seu financiamento fosse cortado. Se os professores eram "doutrinadores", sua autonomia deveria ser restringida. Se os estudantes eram agentes da subversão, seu ativismo precisava ser sufocado. Tudo isso não apenas justificava o desmonte da educação pública, mas criava um ambiente de vigilância e censura, onde o pensamento crítico era sufocado antes mesmo de ser articulado (Cesarino, 2021; Rodrigues Lage; Silva Saraiva, 2021).

No final, o bolsonarismo fez mais do que atacar a educação; ele moldou sua percepção pública, sequestrando seu sentido e reduzindo-a a um teatro de guerra cultural. A universidade, que deveria ser o espaço do dissenso, tornou-se o inimigo a ser combatido. E, enquanto os holofotes estavam voltados para os falsos escândalos de performances e exposições de arte, a verdadeira tragédia ocorria em silêncio: laboratórios fechando, bolsas sendo extintas, pesquisas interrompidas. O espetáculo da indignação digital tinha um objetivo bem real – e a destruição do ensino superior brasileiro foi o seu maior triunfo (Nicolau, 2020; Nobre, 2022).

Em *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político* (2020), João Cezar de Castro Rocha desvenda com perspicácia a erosão do debate público no Brasil contemporâneo, apontando a ascensão da pós-verdade e a retórica bolsonarista como eixos dessa crise. Sua análise concentra-se nos sintomas — a viralização de memes, a deslegitimação da ciência, o uso de "dog whistles" (sinais codificados para grupos específicos) como "esquerdopata" —, enquanto a engrenagem que os alimenta permanece nas sombras: a colonização digital como incubadora de um neofascismo 2.0. Rocha identifica a gramática do ódio, mas não decifra seu código-fonte: algoritmos que transformam heurísticas cognitivas, como viés de confirmação e aversão à perda, em armas de manipulação industrial.

A retórica bolsonarista, longe de resumir-se a um conservadorismo tradicional, configura um projeto neofascista, amalgamando nostalgia autoritária, militarização da vida cotidiana e desprezo pela racionalidade científica. Elementos como a "mitologia da decadência" (a narrativa de um Brasil "corrompido" por elites esquerdistas), a hipermasculinidade tóxica e o anti-intelectualismo alinham-se aos critérios do neofascismo contemporâneo. Trata-se, porém, de uma mutação histórica: o bolsonarismo opera como tecnofascismo, onde algoritmos substituem esquadrões de choque, e dados pessoais tornam-se fichas de filiação.

É nessa infraestrutura que reside o verdadeiro "ovo da serpente". Plataformas como Facebook e YouTube utilizam psicometria — análise de traços de personalidade via Big Five (modelo dos cinco grandes traços de personalidade) — e aprendizado de máquina para segmentar usuários. Quando identificam que indivíduos com alta "abertura à experiência" (curiosidade intelectual) resistem a teorias conspiratórias, não os excluem do sistema, mas os redirecionam para narrativas que exploram outros traços, como "conscienciosidade" (associada à ordem) ou "extroversão" (vinculada à sociabilidade). Esses usuários podem ser bombardeados com discursos de "empreendedorismo patriótico" ou "comunidade nacionalista", enquanto os mais suscetíveis recebem conteúdo radical. O algoritmo atua como um ourives das vulnerabilidades, lapidando cada fissura cognitiva — medo, ansiedade, esperança — em ferramenta de captura.

A guerra cultural, assim, não é um conflito entre ideologias estanques, mas uma batalha travada nas entranhas da psique individual, onde heurísticas como o efeito de disponibilidade (superestimação de riscos recentes) são exploradas para converter emoções em engajamento. Plataformas não apenas espelham o ódio, mas fabricam-no através de ciclos de feedback predatórios: cada clique gera dados que refinam a próxima investida, aprimorando a eficácia da

manipulação. Esse mecanismo explica por que até críticos do bolsonarismo podem ser cooptados por outras facetas do ecossistema antidemocrático — como ambientalismo de fachada ou neoliberalismo ultrarreligioso —, desde que seus traços psicométricos justifiquem o investimento em anúncios personalizados.

Rocha descreve a "substituição epistêmica" — a migração da autoridade cognitiva da academia para plataformas corporativas — como pano de fundo da deslegitimação da ciência. O dado é revelador: em 2020, o governo Bolsonaro cortou R\$ 258 milhões de verbas de universidades federais, enquanto o orçamento para parcerias com empresas de big data cresceu 40%. Essa não é uma mera coincidência, mas uma estratégia de colonização do conhecimento, onde "verdade" é substituída por métricas de engajamento. Enquanto Rocha analisa a pós-verdade como fenômeno retórico, sua pesquisa poderia explorar como ela é alimentada por modelos de negócios baseados em vigilância — onde até a resistência à desinformação é rastreada e monetizada.

A opção de Rocha por evitar o termo "neofascismo" e focar na superfície discursiva não passa despercebida: o autor prioriza uma análise culturalista, evitando comparar o bolsonarismo com movimentos fascistas clássicos, mesmo quando descreve práticas que ecoam o repertório autoritário do século XX. Entendemos que essa escolha metodológica limita a compreensão da nova roupagem tecnológica do autoritarismo, que depende menos de milícias de rua e mais de milícias digitais.

Ademais, notamos que Rocha trata as redes sociais como "meros palcos" da guerra cultural, ignorando seu papel de arquitetas da polarização. "Ao descrever memes e 'dog whistles' como expressões espontâneas do ódio, Rocha negligencia como algoritmos orquestram essa espontaneidade, transformando reações humanas em dados lucrativos. Esta crítica ecoa a tese de Shoshana Zuboff sobre o capitalismo de vigilância, quase ausente no livro, que explica como plataformas convertem emoções em commodities.

Há, ainda, outra lacuna: a falta de diálogo com teóricos da tecnologia. Rocha oferece uma análise literária refinada, mas ignora contribuições que demonstram como algoritmos reconfiguram a noção de verdade. Sem entender a psicomетria e a economia da atenção, a crítica à guerra cultural fica incompleta — como denunciar um incêndio sem mencionar os piromaníacos. Enfim, a obra de Rocha é fundamental para mapear a gramática do ódio, mas sua cegueira tecnológica limita sua capacidade de diagnosticar a raiz do mal-estar democrático. A guerra cultural não é uma "batalha de ideias", mas um projeto de engenharia social digital.

Em 2020, enquanto universidades brasileiras lideravam pesquisas sobre a Covid-19, o governo federal executou um movimento paradoxal: cortou 258 milhões de reais do orçamento dessas instituições e, simultaneamente, aumentou em 40% os repasses a empresas de big data (Percassi et al., 2024). A mensagem era clara: substituir a produção de conhecimento pela mineração de dados. Enquanto cientistas desenvolviam vacinas, algoritmos treinavam-se para identificar quais traços de personalidade — neuroticismo, conscienciosidade, abertura à experiência — tornavam cidadãos mais vulneráveis a discursos antiacadêmicos (Kosinski et al., 2013).

Os números contam uma história de dissonância cognitiva. Pesquisas revelaram que 62% da população desconhecia o papel das universidades no combate à pandemia (Percassi et al., 2024), mesmo estas sendo responsáveis por 90% da produção científica nacional sobre o vírus. Esse abismo entre realidade e percepção não foi acidental: resultou de uma campanha que saturou redes sociais com 1,2 milhão de menções à "balbúrdia universitária" — termo cunhado no Plano de Prosperidade (Bolsonaro, 2022) para associar instituições a "desperdício" e "ociosidade". O sucesso da narrativa refletiu-se em dados cruéis: 58% dos brasileiros passaram a apoiar cortes orçamentários (Percassi et al., 2024), como se a sociedade decidisse serrar o galho onde estava sentada.

As cotas raciais, alvo de 34% dos ataques online (Percassi et al., 2024), tornaram-se o cavalo de Troia perfeito para a guerra cultural. Plataformas direcionavam conteúdos contra ações afirmativas a usuários com alta "conscienciosidade" — traço ligado à valorização de ordem e mérito individual (Kosinski et al., 2013). A estratégia transformava justiça social em "privilégio", invertendo valores com a precisão de um espelho distorcido. Não por acaso, 72% dos críticos às universidades também compartilhavam teorias antivacina (Percassi et al., 2024), evidenciando a simbiose entre negacionismo científico e ataques à educação pública.

Esse cerco digital às universidades não foi mera retórica: configurou um projeto de poder. Ao substituir investimentos em ciência por parcerias com empresas de análise comportamental, o governo operou uma subversão epistêmica — substituindo a autoridade acadêmica por algoritmos que definem "verdade" como aquilo que gera engajamento (Zuboff, 2019). O resultado foi uma sociedade intoxicada por pós-verdades, onde universidades salvavam vidas na UTI enquanto eram linchadas nas redes sociais.

Se há algo que a pandemia deixou claro, foi que o controle social não precisa de uma força ostensiva para ser eficiente. Durante o governo Bolsonaro, enquanto se propagava a ideia

de um Estado caótico e sem planejamento, a verdade é que a conformidade já estava instaurada por outros meios. O governo não precisou interferir diretamente nas universidades porque elas, como o restante da sociedade, já estavam submetidas a um regime de controle que operava com uma sutileza esmagadora: a imersão digital. O bolsonarismo, sempre disposto a alimentar o ressentimento contra o ensino superior, percebeu que, naquele momento, não era necessário mover uma peça sequer contra as universidades. Elas estavam vazias, paralisadas, seus professores e estudantes dispersos, engolidos por um novo modelo de existência mediado por plataformas de videoconferência, aplicativos de entrega e maratonas de entretenimento algorítmico. Não foi a ausência de controle, mas sua máxima eficiência.

Essa lógica se inscreve naquilo que Adorno e Horkheimer (1985) identificaram como o triunfo da racionalidade instrumental: uma organização social que reduz o pensamento à sua funcionalidade imediata, eliminando o risco da divergência. A pandemia acelerou esse processo ao fazer da experiência acadêmica algo fragmentado, diluído em pixels e horários assíncronos. A universidade, que deveria ser um espaço de confronto de ideias, tornou-se um ambiente onde cada estudante era monitorado de maneira individual, sua produtividade medida em relatórios de engajamento e participação digital. Não havia a necessidade de uma repressão aberta, pois a disciplina já estava introjetada – os corpos domesticados em seus apartamentos, entregues à lógica da eficiência, do entretenimento infinito e da obediência voluntária.

Zuboff (2019), ao analisar o capitalismo de vigilância, descreve como as grandes plataformas tecnológicas não apenas coletam dados, mas moldam comportamentos. Durante a pandemia, essa dinâmica atingiu seu auge: cada interação online era mensurada, cada aula monitorada, cada ausência registrada. A subjetividade dos estudantes foi formatada por um modelo de ensino que não incentivava o pensamento crítico, mas sim a adaptação às métricas digitais. O ensino, que poderia ser um espaço de questionamento e ruptura, converteu-se numa simulação funcional, onde a principal habilidade exigida era a capacidade de permanecer conectado.

Essa transformação da educação em um processo de autorregulação e conformidade é precisamente o que McLaren (2005) denuncia como a domesticação do pensamento. O aprendizado deixa de ser um campo de contestação e passa a ser um treino para a docilidade. Enquanto se argumentava que as universidades estavam livres da ingerência bolsonarista durante a pandemia, o que de fato acontecia era que essa interferência já não era necessária. O controle não vinha de decretos ou censura explícita, mas da própria configuração do espaço

digital, que induzia os estudantes a uma passividade bem mais eficaz do que qualquer mecanismo disciplinar tradicional.

Se em outros momentos históricos regimes autoritários precisaram de censura, perseguições e expurgos para controlar a universidade, durante o governo Bolsonaro a passividade foi obtida por meio de um sofisticado regime de distração e fragmentação. A dispersão digital garantiu que o ensino superior se tornasse uma experiência asséptica, onde as interações se davam através de telas, onde não havia ocupações, protestos ou mobilizações – apenas indivíduos isolados, disciplinadamente sentados diante de seus dispositivos. A ilusão da liberdade plena esvaziou qualquer possibilidade de resistência.

O bolsonarismo compreendeu isso melhor do que seus críticos. Enquanto muitos denunciavam o governo como desorganizado e ineficaz, o que se via era um processo de corrosão das instituições democráticas operando sem resistência. A educação não precisava ser fechada à força porque a própria estrutura da pandemia, combinada com as novas formas de vigilância digital, garantiu que o pensamento crítico fosse abafado sem alarde. No lugar da universidade viva e pulsante, restaram as telas, as planilhas de frequência, os algoritmos de engajamento – e, para quem podia pagar, o iFood e a Netflix.

Esse modelo de controle, que mascarava a conformidade sob o verniz da autonomia individual, teve consequências que ultrapassaram o período pandêmico. Quando os estudantes voltaram às salas de aula, encontraram um espaço transformado, onde a autonomia acadêmica estava mais ameaçada do que nunca. Os cortes orçamentários, a privatização da pesquisa e a padronização curricular haviam avançado enquanto todos estavam ocupados em suas rotinas digitais. O Future-se, antes apresentado como um projeto de modernização, já não precisava de tanta resistência: ele era apenas a formalização de uma lógica que já havia se instaurado nos anos de isolamento.

As ruas não demoraram a sentir o impacto desse cerco silencioso à educação. Quando as universidades e institutos federais voltaram a operar presencialmente, estudantes e professores perceberam que o desmonte não era um risco abstrato ou um temor infundado: ele já havia se infiltrado na estrutura das instituições de ensino. O anúncio de um corte de 30% no orçamento das universidades federais foi a fagulha que incendiou a indignação coletiva, e o que antes se limitava a discussões acadêmicas explodiu em mobilizações de massa. No dia 15 de maio de 2019, milhões de pessoas foram às ruas em um levante que ficou conhecido como 15M. Era uma resposta à tentativa de estrangulamento financeiro da educação pública e à retórica que

insistia em retratar as universidades como redutos de "balbúrdia" e "doutrinação" (Brasil de Fato, 2019). Sob a gestão de Abraham Weintraub, a retórica ministerial contra a autonomia universitária ganhou contornos de cruzada ideológica, e a asfixia orçamentária não se justificava mais como ajuste fiscal, mas sim como instrumento de disciplinamento político.

O próprio Bolsonaro tratou de consolidar essa narrativa ao desdenhar dos manifestantes, chamando-os de "idiotas úteis" e "imbecis" enquanto embarcava para uma viagem ao Texas (El País, 2019). A desqualificação dos protestos seguia uma estratégia já testada: desacreditar a mobilização por meio de caricaturas e desinformação. No entanto, a adesão maciça ao 15M demonstrou que a indignação extrapolava a comunidade acadêmica. Estudantes do ensino médio, professores da educação básica, trabalhadores da cultura e até setores que tradicionalmente se mantinham distantes das disputas políticas enxergaram nos cortes um ataque frontal ao direito à educação. O caráter transversal da mobilização reforçava o que o governo tentava negar: a educação não é uma questão setorial, mas um eixo fundamental da sociedade.

Diante da magnitude dos protestos, o governo ensaiou um recuo, alegando que os cortes seriam apenas contingenciamentos temporários. O movimento, contudo, já havia adquirido tração própria, e a insatisfação não se dissipou. Duas semanas depois, no dia 30 de maio, uma nova onda de manifestações tomou as ruas no que ficou conhecido como 30M. Se no primeiro ato havia ainda um tom de alerta, agora a revolta era explícita. A narrativa da "balbúrdia" havia fracassado diante da realidade: universidades e institutos federais produzem pesquisa, formam profissionais e sustentam a inovação científica no país. Relatórios como o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já demonstravam que 95% da produção científica brasileira estava vinculada a instituições públicas, o que desmontava o argumento de que o financiamento estatal era desperdício de recursos (IPEA, 2019).

Os protestos do 15M e 30M se tornaram, assim, o ápice da resistência contra os ataques à educação pública no governo Bolsonaro. No entanto, se foram capazes de mobilizar milhões, não foram suficientes para reverter a lógica de desmonte. A repressão institucional logo encontrou formas de conter novas mobilizações. No segundo semestre de 2019, intensificou-se a política de intervenção nas universidades federais, com a nomeação de reitores alinhados ao governo, ignorando a vontade da comunidade acadêmica. Além disso, uma nova estratégia foi adotada: o monitoramento de greves e paralisações, com a implementação de um sistema de corte de ponto automático para servidores públicos grevistas. Amparado em decisão do Supremo Tribunal Federal de 2016, que reconheceu a possibilidade de desconto salarial para

servidores em greve, o governo utilizou a medida como instrumento de intimidação, dificultando a articulação de novas paralisações (STF, 2016). O Ministério da Economia, sob Paulo Guedes, instituiu uma norma em 2021 determinando que os órgãos públicos reportassem paralisações em um sistema online, facilitando o desconto imediato dos dias não trabalhados (Ministério da Economia, 2021).

A resistência aos ataques à educação deparou-se com um cenário mais amplo de fragmentação da esfera pública. O movimento estudantil, outrora protagonista da mobilização social no Brasil, enfrentava uma crise de representatividade. Enquanto em décadas passadas entidades como a UNE articulavam respostas coordenadas, agora sua capacidade de mobilização parecia diluída pela descentralização das redes sociais e pela crise de legitimidade das lideranças da sociedade civil. A polarização política intensificada pelo bolsonarismo também afetou docentes e estudantes, refletindo a divisão presente na sociedade em geral. Embora não haja dados específicos sobre a adesão de universitários ao discurso bolsonarista, pesquisas da época indicam que, após três meses de governo, 32% dos brasileiros avaliavam a gestão de Bolsonaro como ótima ou boa, enquanto 30% a consideravam ruim ou péssima. Entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, 33% avaliavam o governo como ótimo ou bom, enquanto 22% o consideravam ruim ou péssimo (Datafolha, 2019). Esses dados sugerem que uma parcela significativa dos jovens adultos, faixa etária predominante entre universitários, poderia estar alinhada, em diferentes graus, ao discurso bolsonarista. Essa divisão interna nas instituições de ensino resultava em fissuras, onde alguns estudantes justificavam cortes e intervenções sob a alegação de combater uma suposta hegemonia ideológica de esquerda nas universidades, mesmo que tais medidas prejudicassem diretamente suas próprias condições de estudo e pesquisa.

Quando uma nova onda de reação começava a se esboçar, a pandemia da Covid-19 mudou o cenário completamente. O distanciamento social impossibilitou mobilizações de rua, e a luta pela sobrevivência tomou o lugar das disputas institucionais. Mesmo com o agravamento dos ataques à educação durante a pandemia – incluindo novos cortes e a imposição de ensino remoto sem infraestrutura adequada –, o foco da sociedade se deslocou para a crise sanitária. Quando as universidades finalmente retomaram as atividades presenciais, em 2022, as atenções já haviam sido capturadas por outros eventos: a Copa do Mundo e o processo eleitoral. A energia política que poderia ter alimentado novos levantes foi absorvida pela disputa presidencial, relegando a educação a um papel secundário no debate público.

A reabertura das universidades em 2022 trouxe consigo um novo dilema. A expectativa de que a volta à normalidade acadêmica reacenderia a mobilização encontrou uma realidade diferente: a maioria dos estudantes e docentes estava exausta, desiludida e cética quanto à capacidade de mudança por meio da mobilização tradicional. Se em 2019 os protestos ainda carregavam um tom de esperança, em 2022 havia um sentimento generalizado de desgaste. A estratégia repressiva do governo havia funcionado não apenas na contenção dos protestos, mas também na erosão do ânimo para novas lutas.

Com a aproximação das eleições presidenciais, a resistência contra o bolsonarismo foi deslocada para o terreno eleitoral. A energia que poderia ter sido canalizada para uma greve nacional ou novas manifestações foi, ao invés disso, redirecionada para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. A disputa eleitoral se tornou o grande campo de batalha, e as universidades, que outrora foram palco de intensa resistência, viraram meros pontos de apoio para a luta contra Bolsonaro nas urnas. A aposta no processo eleitoral como única saída política teve seu lado pragmático, mas também aprofundou a dependência da educação pública em relação às decisões governamentais, sem o fortalecimento de uma mobilização autônoma e contínua.

O novo governo Lula encontrou um cenário paradoxal. De um lado, as greves voltaram a ser uma ferramenta de pressão dos docentes e servidores da educação, que agora se sentiam mais seguros para reivindicar seus direitos. De outro, a fragmentação da base social que sustentava essas lutas se tornou evidente. O movimento estudantil, ainda abalado pelo esvaziamento organizacional da pandemia, demorou a recuperar sua capacidade de mobilização. Os sindicatos, que antes enfrentavam uma postura abertamente hostil do governo Bolsonaro, agora lidavam com um governo aliado, o que gerava um impasse entre a necessidade de pressionar por avanços e o receio de enfraquecer um governo considerado progressista.

A herança do bolsonarismo na educação não foi apenas orçamentária, mas também simbólica. O avanço do discurso anti-intelectualista e a normalização da ingerência política sobre as universidades criaram um novo campo de disputa que vai além do orçamento e das greves. O desafio que se impõe não é apenas a recomposição do financiamento da educação pública, mas a reconstrução da confiança na capacidade das universidades de serem, novamente, espaços de resistência ativa e transformação social. A questão que permanece é se essa reconstrução será feita de forma coletiva e orgânica ou se será apenas mais um processo conduzido de cima para baixo, sem o engajamento real daqueles que fazem da educação um campo de batalha diário.

Essa digitalização compulsória da educação é um projeto que não terminou com a pandemia. O ensino a distância (EAD), que antes era apenas uma modalidade complementar, agora se torna o novo padrão. Universidades expandem suas ofertas de cursos online, professores são pressionados a transformar disciplinas presenciais em conteúdos virtuais, e o mercado já estuda a substituição gradual dos docentes por inteligências artificiais tutoras. O que começou como uma solução emergencial para o distanciamento social agora se estrutura como um modelo ideal de educação eficiente, barata e escalável.

A crítica a essa lógica, contudo, é frequentemente descartada como irracional ou reacionária. Qualquer oposição ao ensino digital é vista como nostalgia ou tecnofobia. Mas o que está em jogo não é a tecnologia em si, mas sua função na estrutura social. Adorno e Horkheimer já haviam alertado que a padronização do saber não é um efeito colateral da modernidade – é seu motor fundamental. Quando aplicada à educação, essa padronização resulta na substituição do pensamento crítico pelo treinamento funcional, na transformação dos estudantes em operadores de conteúdos formatados e na aniquilação da universidade como espaço de produção autônoma do conhecimento.

Se a experiência da pandemia serviu como um laboratório diatópico para esse modelo, a crescente integração da inteligência artificial na educação nos dá pistas de onde ele irá parar. A substituição do professor humano por algoritmos ajustáveis às necessidades do mercado não é uma possibilidade abstrata, mas um projeto em curso. Plataformas de ensino automatizado já testam modelos onde a IA monitora o desempenho dos alunos, ajusta conteúdos em tempo real e, no limite, decide o que cada estudante deve aprender e como deve aprender. O ensino, longe de ser um processo de construção coletiva, se torna um itinerário solitário guiado por máquinas que transformam o conhecimento em um produto escalável e comercializável.

Nesse cenário, o que resta da universidade como um espaço de resistência? A tendência aponta para sua dissolução enquanto centro de pensamento autônomo. O ensino será cada vez mais individualizado, fragmentado e subordinado às exigências do mercado. O aprendizado será monitorado por métricas algorítmicas, e os diplomas serão meros certificados de conformidade, ajustados às necessidades da produção.

O governo Bolsonaro pode ter sido marcado pela retórica do caos, mas no que diz respeito ao ensino superior, ele apenas consolidou um projeto que seguirá avançando. A passividade que se instalou nas universidades não foi um efeito colateral da pandemia – foi um

experimento bem-sucedido de domesticação do pensamento. A educação do futuro, se não houver resistência, será um espaço onde o único aprendizado possível será aprender a obedecer.

O otimismo ingênuo que certos educadores brasileiros demonstram em relação à chamada "cultura digital" beira o deslumbramento tecnocrático, quando não o puro proselitismo de mercado. Edla Ramos (2015), em sua obra *Formação de Educadores na Cultura Digital: A Construção Coletiva de uma Proposta*, encarna bem essa postura ao defender a integração das tecnologias digitais ao ensino sem se deter nos problemas estruturais e políticos que esse processo envolve. Sua abordagem, ao invés de questionar a inserção massiva das plataformas digitais na educação, celebra o fenômeno como se fosse um destino inevitável, um avanço inquestionável do qual a única postura aceitável é a adaptação entusiástica. Trata-se de uma visão irrefletida, um tipo de "tecnofilia pedagógica" que ignora que o digital não é uma simples ferramenta neutra, mas um aparato ideológico e econômico estruturante do próprio ensino.

A proposta de Ramos, assim como a Especialização em Educação na Cultura Digital, promovida pelo Ministério da Educação, compartilha do mesmo vício de origem: a fetichização da tecnologia como panaceia educacional. Ambos assumem que as tecnologias digitais apenas precisam ser "bem utilizadas" para que a educação avance, sem jamais se perguntar a quem elas servem, sob quais interesses operam e quais subjetividades moldam. Não há qualquer problematização sobre a captura do ensino público pelas grandes corporações digitais, como Google e Microsoft, que, sob o pretexto de modernizar a educação, colonizam as escolas e universidades com suas plataformas, coletando dados massivamente e transformando professores e estudantes em usuários cativos de seus sistemas proprietários. Essa naturalização acrítica das plataformas digitais faz lembrar a ideologia do progresso do século XIX, na qual a mecanização da indústria era saudada sem qualquer questionamento sobre seus impactos sociais e políticos.

O discurso otimista desses educadores se ancora em um determinismo tecnológico desatualizado, no qual a tecnologia avança de forma autônoma e a única tarefa da educação é se adaptar, jamais questionar. Não há espaço para pensar que a tecnologia não é um dado da natureza, mas um campo de disputa política e econômica. A especialização promovida pelo MEC, por exemplo, ignora solenemente que a digitalização da educação ocorre em um contexto de desmonte das universidades públicas, sucateamento das escolas e financeirização do ensino superior, onde o ensino a distância cresce como estratégia para cortar custos e maximizar lucros. Enquanto se celebra a "inclusão digital", não se discute como essa inclusão é mediada por

empresas privadas que definem unilateralmente as regras do jogo, consolidando um modelo educacional precarizado e submetido à lógica de mercado.

Além disso, há um aspecto ainda mais perverso nesse discurso: ele sugere que qualquer resistência à digitalização da educação é um anacronismo, uma birra irracional contra o inevitável. Educadores que questionam os efeitos do ensino remoto, do uso de plataformas privadas ou da crescente vigilância digital são retratados como ludistas modernos, incapazes de compreender os benefícios da "cultura digital". Essa desqualificação do pensamento crítico não é casual – ela cumpre a função ideológica de impedir qualquer debate substantivo sobre o papel da tecnologia na educação. O ponto central que os entusiastas da digitalização não querem enfrentar é que o ensino remoto, a virtualização das interações e a padronização algorítmica dos conteúdos não são meras ferramentas pedagógicas: são parte de um processo mais amplo de mercantilização do conhecimento, no qual a autonomia do professor e do estudante é reduzida a uma métrica de engajamento dentro de uma plataforma comercial.

O que Ramos (2015) e seus colegas ignoram solenemente é que a digitalização da educação não ocorre em um vácuo. Como alerta Gilson Cruz Junior (2020) em seu ensaio *Politizando o Digital: Contribuições para a Crítica das Relações entre Educação e Tecnologias*, há um projeto ideológico por trás da introdução acrítica das tecnologias digitais no ensino, e ele está longe de ser ingênuo ou neutro. Ao contrário, trata-se de um movimento deliberado para enfraquecer a educação pública e pavimentar o caminho para sua privatização. Ao tratar as tecnologias como ferramentas inócuas que só precisam ser "bem utilizadas", esses educadores transformam-se, ainda que involuntariamente, em agentes do processo de financeirização do ensino. O que se vê, na prática, é a substituição progressiva dos professores por sistemas algorítmicos, a precarização do trabalho docente e a crescente dependência das instituições educacionais de plataformas privadas que, ao coletarem dados massivamente, transformam os estudantes em meros insumos do capitalismo de vigilância.

O culto à cultura digital também ignora uma questão fundamental: a tecnologia digital não apenas mede o aprendizado, mas molda a própria forma como ele ocorre. Como demonstra Morozov (2011), a ideia de que a tecnologia traz soluções automáticas para problemas sociais é um mito fabricado por interesses corporativos e políticos. No contexto educacional, isso significa que a própria experiência de aprendizado está sendo reconfigurada para se ajustar aos imperativos da mercantilização, da produtividade e do consumo de conteúdos formatados para plataformas, e não para a reflexão crítica e a emancipação intelectual. Habowski e Conte (2019)

alertam para essa tendência à pedagogia performativa na cultura digital, onde a aparência e a performance se sobrepõem ao conteúdo e à reflexão. A educação se torna um espetáculo, no qual o estudante não aprende, mas sim "produz engajamento", alimentando um sistema que lucra com sua atenção fragmentada e sua participação superficial.

O que se vende como modernização e inovação educacional nada mais é do que uma lógica de adequação passiva aos interesses do mercado. A apologia irrefletida à "cultura digital" nos moldes em que é feita por Ramos e pela especialização do MEC nada mais é do que a incorporação da lógica empresarial à educação. Em vez de problematizar as relações de poder embutidas na infraestrutura digital, essa abordagem reduz o professor a um operador de ferramentas e o aluno a um consumidor de conteúdos. Se há um problema estrutural na educação, ele não é resolvido com mais tecnologia, mas com um debate sério sobre o modelo de ensino que queremos construir. O futuro da educação não pode ser decidido por empresas de tecnologia e por acadêmicos deslumbrados com a modernidade digital, mas sim por aqueles que compreendem que a tecnologia, longe de ser neutra, é um campo de batalha onde se definem os rumos do conhecimento e da autonomia intelectual.

Enquanto isso, o que nos vendem como inclusão digital é, na verdade, um projeto de conformidade e controle, onde o pensamento crítico é substituído pelo consumo passivo de conteúdos programados. O fetiche da inovação esconde a velha lógica da domesticação social, agora refinada pelos algoritmos e pela vigilância digital. A modernização que nos prometem é, na verdade, um convite ao conformismo, e a suposta revolução educacional da era digital mais se assemelha a um laboratório de adestramento para um futuro onde o saber é uma mercadoria empacotada, distribuída e consumida dentro dos limites estreitos impostos pelo mercado. Se a educação tem algum compromisso com a emancipação, sua tarefa não é se curvar diante das tecnologias digitais, mas desafiar suas estruturas e subverter seus mecanismos de dominação.

Henry Jenkins tornou-se, para muitos entusiastas da cultura digital, uma espécie de guru da modernidade interativa, consagrando-se como o *McLuhan remasterizado* do capitalismo digital — um teórico que recicla, com verniz progressista, o velho determinismo tecnológico, agora adaptado à lógica do empreendedorismo de plataforma. Seu conceito de "cultura participativa", longe de ser original, é uma releitura superficial da tese mcluhaniana de que "o meio é a mensagem", desprovida, porém, da ambiguidade crítica que ainda tornava McLuhan intrigante. Assim como seu predecessor, Jenkins trata a tecnologia como força autônoma e benigna, ignorando que plataformas digitais são artefatos políticos moldados por interesses corporativos — uma omissão que não é acidental, mas estruturalmente cúmplice.

A "participação" que Jenkins exalta como democratização cultural é, na realidade, a face sedutora da exploração neoliberal da subjetividade. Enquanto Shoshana Zuboff (2019) desmonta a arquitetura do capitalismo de vigilância, revelando como cada interação online é minerada para extração de dados, Jenkins insiste em narrar o clique, o meme, o remix como atos de "empoderamento". Essa dissonância não é mera ingenuidade: é ideologia em estado puro, uma narrativa que converte a alienação digital em celebração acrítica. Se McLuhan via a TV como extensão dos sentidos, Jenkins vê o Twitter como extensão da democracia — ambos falham em perguntar quem controla a extensão e a quem ela serve.

Sua noção de "inteligência coletiva" repete, em escala ampliada, a falácia mcluhaniana da "aldeia global". Jenkins descreve fãs recriando narrativas de *Star Wars* ou *Harry Potter* como se fossem guerrilheiros culturais, sem perceber que essa suposta rebeldia é funcional ao mercado. Plataformas como YouTube e TikTok não apenas toleram, mas *incentivam* essas práticas, pois transformam afetos em engajamento, criatividade em métrica, comunidade em *commodity*. Como alerta Jodi Dean (2009), no *communicative capitalism*, a participação é capturada como valor, não como diálogo. Jenkins, no entanto, trata essa dinâmica como "evolução cultural", ignorando que o "prosumidor" celebrado por ele é, nas palavras de Christian Fuchs (2014), um trabalhador não remunerado do capitalismo cognitivo.

A fragilidade teórica de Jenkins salta aos olhos em sua recusa em dialogar com perspectivas decoloniais e críticas. Enquanto Sabelo Mhlambi (2020) denuncia a "tecnologia como colonialidade", expondo como algoritmos reproduzem hierarquias raciais e geopolíticas, Jenkins persiste em descrever a internet como espaço neutro, onde vozes marginalizadas "ganham voz" — sem mencionar que essa voz é condicionada a regras definidas por corporações sediadas no Vale do Silício. Sua "cultura participativa" é, assim, participação assimilacionista: para serem ouvidos, os subalternos devem aderir a protocolos técnicos e culturais ditados pelos mesmos monopólios que os oprimem. É a versão digital do "civilizar-se para existir", agora repaginada como "algoritmizar-se para resistir".

Assim como McLuhan descreveu a era eletrônica com um misticismo tecno-utópico, Jenkins reveste o digital de um otimismo que beira a desonestidade intelectual. Enquanto Franco Berardi (2009) analisa o esgotamento psíquico gerado pela hiperconexão, Jenkins vende a fadiga digital como "colaboração criativa". Enquanto Byung-Chul Han (2022) diagnostica a

sociedade do cansaço, ele celebra o *burnout* como engajamento. Sua teoria é um placebo para ansiedades geradas pelo próprio sistema que ele recusa criticar.

A comparação com McLuhan, porém, revela algo ainda mais grave: Jenkins não apenas repete seus erros, mas aprofunda seu conservadorismo epistemológico. Se McLuhan, em sua excentricidade, mantinha certo distanciamento irônico, Jenkins abraça o discurso corporativo sem pudor. Sua "cultura da convergência" é um eufemismo para a concentração oligopolística de mídias nas mãos de conglomerados como Meta e Alphabet. Seu "empoderamento" é a versão neoliberal da velha máxima de que "o cliente sempre tem razão" — desde que o cliente não questione os termos de serviço.

Não há originalidade nesse pensamento, apenas reembalagem acadêmica de slogans do mercado. Jenkins é o teórico perfeito para a era das palestras motivacionais e dos relatórios técnicos corporativos: alguém que substitui a crítica pela celebração, a dialética pela narrativa dramatizada, a política pelo placebo tecnológico. Enquanto Evgeny Morozov (2019) e Nick Srnicek (2017) desmontam a arquitetura do capitalismo de plataforma, ele insiste em pintá-la como espaço lúdico democrático. Se McLuhan foi um profeta involuntário da sociedade do espetáculo, Jenkins é seu padre secular, abençoando a mercantilização da cultura com jargões pseudo-emancipatórios. Sua obra não é um farol para o futuro, mas um monumento à capitulação da academia ante o neoliberalismo digital. Enquanto isso, alternativas reais — como softwares livres, redes federadas e práticas de *dataactivismo* — são deixadas à margem, pois exigiriam algo que Jenkins jamais ofereceu: coragem para confrontar o poder, não apenas descrevê-lo com entusiasmo.

A cumplicidade teórica de Jenkins com o neoliberalismo digital não é um acidente isolado, mas parte de um *ethos* intelectual que preparou o terreno cultural para a ascensão do tecnofascismo. Se sua "cultura participativa" serviu para normalizar a ideia de que plataformas corporativas são espaços neutros de interação, essa mesma lógica — de apologia acrítica à tecnocracia — encontrou seu ápice na simbiose entre o poder político retrógrado e o poder tecnológico hiperconcentrado. A celebração jenkinsiana da interatividade como fim em si mesma ecoa, em escala ampliada, a naturalização do autoritarismo algorítmico, onde a suposta "liberdade" de postar, curtir e compartilhar mascara a servidão a sistemas de vigilância e controle. Não por acaso, os mesmos oligarcas digitais que financiaram a infraestrutura do capitalismo de vigilância — Zuckerberg, Bezos e Musk — tornaram-se peças-chave na coroação de um projeto político que, tal como a "cultura participativa", substitui a democracia substantiva por uma encenação de engajamento, onde o poder real permanece intocado.

A cerimônia de posse de Donald Trump em 20 de janeiro de 2017 — e, sobretudo, sua gestão subsequente — foi menos um rito republicano e mais uma coroação medieval do tecnofascismo. Tal como os reis da Idade Média, cuja legitimidade dependia da unção papal (o aval divino para governar), Trump recebeu a bênção dos novos pontífices do capitalismo digital: Mark Zuckerberg, Jeff Bezos e Elon Musk, que compareceram não como meros convidados, mas como Réis Magos de um Novo Mal, portando oferendas simbólicas ao berço do autoritarismo algorítmico. Zuckerberg, o arquiteto do panóptico das redes sociais; Bezos, o senhor feudal da nuvem e do *big data*; e Musk, o profeta da colonização espacial privatizada — a tríade perfeita para sacramentar a aliança entre o ultraliberalismo econômico e a hipercentralização tecnocrática.

O paralelo histórico não é acidental. Se na Idade Média o Papa garantia aos reis o *Direito Divino*, no século XXI os *tech lords* concedem aos déspotas o Direito Algorítmico: a capacidade de governar não pela razão ou consenso, mas pelo controle da atenção, da informação e do comportamento das massas. Trump, o primeiro presidente nascido das entranhas da mídia *reality show*, personificou essa transição. Sua gestão foi um laboratório onde o *tweet* substituiu o discurso político, as *fake news* funcionaram como bulas papais modernas, e a democracia foi reduzida a um jogo de *engagement* — onde a verdade é definida por quem domina os *feeds*. Este não foi um desvio da modernidade, mas seu desdobramento lógico. Como escreveu Byung-Chul Han (2021), vivemos a era da psicopolítica, onde o poder não precisa mais reprimir — basta seduzir, monitorar e explorar os desejos que nós mesmos oferecemos como sacrifício digital. A posse de Trump foi o batismo desse novo culto, onde os altares são servidores em nuvem, os sacerdotes são CEOs, e a congregação é composta por zumbis hiperconectados, prontos a *tuitar* sua própria servidão.

Figura 4: Bilionários de Vale do Silício na posse de Donald Trump



Fonte: Whashington Post. Na imagem, da esquerda para a direita: **Mark Zuckerberg** (CEO da Meta), **Lauren Sánchez** (companheira de Jeff Bezos), **Jeff Bezos** (fundador da Amazon), **Sundar Pichai** (CEO do Google/Alphabet) e **Elon Musk** (CEO da Tesla e da SpaceX).

O gesto de Bezos, Zuckerberg e Musk na posse não foi um mero aceno protocolar. Foi um ritual de passagem simbólico: a política tradicional, com sua liturgia de separação de poderes e debate racional, foi declarada obsoleta. Em seu lugar, ergueu-se o tecnofascismo — um regime híbrido que combina a acumulação selvagem do neoliberalismo com o controle totalitário possibilitado pela vigilância digital. Se o fascismo clássico usava rádio e cinema para cultivar o líder, o tecnofascismo usa *machine learning* e *microtargeting* para modular desejos e apagar dissidências.

A ironia trágica é que esses Réis Magos da Distopia não trouxeram ouro, mirra e incenso, mas algoritmos, *datacenters* e a promessa de um futuro onde a democracia é substituída por governança por plataforma. Zuckerberg presenteou o novo regime com o dom da desinformação em escala industrial; Bezos, com a logística da vigilância consumerista; Musk, com a utopia perversa de um mundo onde até a fuga para Marte será um privilégio corporativo.

Trump, por sua vez, assumiu o papel de Anti-Iluminismo encarnado: um líder que nega a ciência, glorifica a ignorância e transforma a política em espetáculo de *reality show*, enquanto seus patronos tecnológicos constroem, nos bastidores, a infraestrutura para um autoritarismo pós-humano. Juntos, eles não desafiam apenas a democracia — desafiam a própria noção de humanismo, substituindo-a por uma teologia do dataísmo, onde cidadãos são reduzidos a *users* e a liberdade é medida em bytes de largura de banda.

A figura de Donald Trump transcende a mera política: ele é o arquétipo do Anticristo do Antropoceno, um avatar da *hybris* humana que personifica a convergência entre a necropolítica capitalista e a pulsão autodestrutiva da modernidade. Sua posse em 20 de janeiro de 2017 não foi um evento partidário, mas um ritual apocalíptico, onde os quatro cavaleiros do fim dos tempos — Guerra, Fome, Peste e Morte — foram substituídos por algoritmos, petrodólares, *tweets* e armas nucleares. Tal como o Anticristo bíblico, que surge como "homem da iniquidade" (2 Tessalonicenses 2:3), Trump encarna a inversão escatológica: onde há ciência, semeia negacionismo; onde há diplomacia, provoca conflito; onde há vida, celebra a morte.

Figura 5 – Ídolo de Ouro de Trump na “Terra Santa”.



Fonte: vídeo produzido por IA divulgado por Donald Trump em suas redes sociais apresentando o seu projeto de construir uma “Riviera” em Gaza, após desalojar a população local.

Se o Anticristo é o "pai da mentira" (João 8:44), Trump é seu legítimo herdeiro ao declarar o aquecimento global uma "farsa chinesa". Ao retirar os EUA do Acordo de Paris em 2017, não apenas rejeitou a ciência, mas sacralizou a ecocídio como dogma. Como um novo Noé às avessas, construiu não uma arca, mas muros — físicos e epistemológicos — para

proteger os eleitos do dilúvio que ele mesmo acelera. Sua política ambiental foi um culto à morte: desregulamentação de combustíveis fósseis, permissão para mineração em reservas indígenas, e a transformação da Amazônia em *commodity*. Enquanto o Apocalipse fala de "lagos de fogo" (Apocalipse 19:20), Trump oferece incêndios florestais, furacões intensificados e a promessa de um planeta inabitável — uma exegese perversa do "fim dos tempos" como projeto de governo.

O Anticristo, na tradição joanina, é "homem de guerra" (Apocalipse 6:4). Trump modernizou a profecia: substituiu espadas por drones, cavalos por *tuites*, e declarou guerras não contra nações, mas contra a própria ideia de multilateralismo. Seu assassinato do general iraniano Qasem Soleimani em 2020 foi um ato de teatro da morte, onde a geopolítica virou *espetáculo televisivo* (programa baseado em situações reais), e o botão nuclear, um recurso narrativo. Suas guerras comerciais com China e UE, longe de estratégia econômica, foram rituais de humilhação global — uma paródia do Armagedom onde o conflito não redime, mas degrada. Ao exacerbar tensões com a Coreia do Norte ("fogo e fúria como o mundo jamais viu"), Trump não apenas brincou com o apocalipse nuclear, mas normalizou a ideia de extinção como ferramenta de marketing político.

O Anticristo é também o "enganador" que corrompe os mercados (Apocalipse 18:23). Trump, como falso profeta do neoliberalismo, transformou a economia em máquina de desigualdade. Seus cortes de impostos para os ultra-ricos — a maior transferência de riqueza da história moderna — foram um holocausto fiscal, onde os pobres viraram combustível para o lucro dos eleitos. Enquanto milhões perdiam saúde e empregos na pandemia, a bolsa de valores batia recordes, sacramentando a lógica do capitalismo de desastre: a morte como oportunidade. Sua gestão da COVID-19, com 400 mil mortos até 2021, não foi incompetência, mas sacrifício ritualístico — um Auto da fé neoliberal onde corpos eram ofertados ao deus Mercado.

O quarto cavaleiro, montado sobre um cavalo "verde pálido" (Apocalipse 6:8), traz a morte por "feras da terra". Trump reencarnou essa figura ao alimentar o ódio racial, o negacionismo pandêmico e o culto à ignorância. Seu apoio a milícias supremacistas, seu flerte com QAnon, e sua transformação da Casa Branca em palco para teorias da conspiração cumpriram a profecia de um tempo onde "o amor de muitos esfriaria" (Mateus 24:12). Ao nomear juízes evangélicos para cortes federais, não apenas atacou o Estado laico, mas corrompeu a fé em instrumento de dominação — uma blasfêmia que faria o Anticristo ruborizar.

Figura 6- gesto '*sieg heil*', ou saudação nazista, realizada por Elon Musk



Fonte: CNN

Se o Apocalipse fala de uma "marca na frente" para comprar e vender (Apocalipse 13:16), Trump ofereceu seu próprio código de barras: o MAGA (*Make America Great Again*), uma marca registrada que transformou o patriotismo em produto. Seus comícios não foram discursos, mas cultos de adoração à personalidade, onde fiéis pagavam com lealdade absoluta — a nova moeda do reino. Enquanto isso, Zuckerberg e Musk, seus magos digitais, construíram o altar onde dados são sacrificados e democracias, imoladas.

Trump não é um político. É um sintoma escatológico, a materialização do desejo ocidental de autodestruição. Como escreveu Dostoiévski em *Os Demônios*, "se Deus não existe, tudo é permitido" — e Trump é o sumo sacerdote desse niilismo pós-verdade, onde a única lei é o caos, e o único futuro, o colapso. Resta saber se, como no Apocalipse, haverá um "novo céu e uma nova terra" após sua passagem — ou se, como temem os climatologistas, seremos apenas fósseis carbonizados na estratigrafia do Antropoceno. A figura de Donald Trump, longe de ser uma aberração exclusiva do Norte, encontra eco no Sul Global — especialmente no Brasil de Jair Bolsonaro, onde o tecnofascismo vestiu farda militar e botinas de vaqueiro. Se Trump foi o Anticristo do Antropoceno, Bolsonaro foi seu Messias do Agronegócio, um cruzado da motosserra que transformou a Amazônia em palco de um apocalipse verde. Enquanto Zuckerberg e Bezos eram os Reis Magos de Trump, no Brasil, os magos eram outros: os barões

do boi, os pastores neopentecostais e os tubarões do mercado financeiro, como Paulo Guedes e seu projeto de uberização da educação pública.

Bolsonaro não apenas negou o aquecimento global — profanou a terra. Sob seu governo, a Amazônia ardeu em chamas recordes, enquanto o garimpo ilegal avançava sobre terras indígenas como uma nova Conquista espanhola. Se Trump brincava com armas nucleares, Bolsonaro armou jagunços. O assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips em 2022 não foi um caso isolado, mas um ritual de extermínio daqueles que ousam defender a floresta. Enquanto isso, o "Future-se", projeto que queria transformar universidades em *startups*, era a versão tupiniquim da semiformação: cursos de filosofia substituídos por MBAs de gestão, pesquisa científica sufocada por cortes orçamentários, e o saber reduzido a commodity para o agronegócio.

Se Trump tinha QAnon, Bolsonaro tinha as milícias digitais e o gabinete do ódio. Seus ataques à democracia não vieram por tweets, mas por lives no Facebook, onde a desinformação era misturada com hinos evangélicos e ameaças a jornalistas. A frase "E daí?" sobre as mortes na pandemia ecoou a psicopatia thanática de um líder que, como Trump, via corpos como números descartáveis. Enquanto os EUA tinham o MAGA, o Brasil teve o "mito" — uma mitologia onde o presidente era ao mesmo tempo messias, justiceiro e palhaço, um personagem de novela das nove escrito por Olavo de Carvalho.

Enquanto Trump cortejava evangélicos dos EUA, Bolsonaro se ajoelhava aos pés de Edir Macedo e Silas Malafaia. A teologia da prosperidade virou política de Estado: igrejas ganharam isenções fiscais, terras indígenas foram oferecidas como dízimo a ruralistas, e a educação virou campo de batalha contra "gênero ideológico". A Escola Sem Partido foi nossa versão do *cancelamento* reacionário: professores denunciados por ensinar Marx, livros de Paulo Freire queimados simbolicamente em fogueiras digitais, e a história do Brasil reescrita como um culto ao colonialismo.

Paulo Guedes, o Midas de cuecas, não precisou de *tweets* para destruir: bastaram reformas trabalhistas que precarizaram milhões, privatizações de estatais estratégicas e o desmonte do SUS. Enquanto Trump distribuía migalhas aos bilionários, Guedes entregou o país aos fundos de investimento. A gestão da pandemia foi um genocídio de classe: pobres morrendo em filas de UPA, enquanto médicos prescreviam cloroquina patrocinada por empresários amigos. O "capitalismo de desastre" ganhou aqui cores tropicais: a morte virou negócio, o luto virou hashtag, e a esperança virou meme.

Figura 7- Presidente J. Bolsonaro presta continência a bandeira dos EUA



Fonte: Folha de São Paulo

Trump e Bolsonaro não são fenômenos isolados, mas sintomas da febre autoritária que assola o capitalismo periférico. Se lá o colapso climático é uma ameaça futura, aqui é presente: enchentes em Petrópolis, secas no Nordeste, e um céu de São Paulo tingido de cinza pela queima do Pantanal. Nossa versão do Apocalipse não precisa de cavaleiros — já temos os caminhões de boi, as motosserras e as balas perdidas.

Se o século XX foi marcado pela ascensão e queda dos grandes totalitarismos, o século XXI parece nos brindar com algo mais sofisticado: um controle que dispensa cassetes e campos de concentração, preferindo a sedução dos algoritmos e a sutileza da gamificação. Já não é necessário erguer muros ou suprimir jornais dissidentes quando o próprio público, treinado por redes sociais a reagir com furor à menor divergência, cancela seus desafetos e silencia qualquer voz dissonante. O espaço público, que um dia foi idealizado como o lugar do embate democrático, tornou-se um teatro de sombras, no qual as grandes corporações digitais definem, por meio de opacos sistemas de priorização e supressão de conteúdo, o que merece ser ouvido e o que deve cair no esquecimento eletrônico.

O caso europeu nos fornece um aviso nada sutil. A França quase capitulou à extrema-direita, a Alemanha vê a Alternativa para a Alemanha (AfD) crescer a passos largos, e em países do Leste Europeu os regimes híbridos entre populismo e autoritarismo já não chocam ninguém. O elemento comum? Uma esfera pública digital controlada por monopólios privados, que lucram com a polarização e com a transformação da política em uma sucessão interminável de

batalhas simbólicas. A extrema-direita compreendeu, antes da esquerda, como jogar esse jogo. Ela não precisa censurar conteúdos; basta produzir ruído suficiente para soterrar qualquer reflexão crítica sob uma avalanche de memes, desinformação e ataques coordenados. A tecnologia que um dia foi celebrada como um motor da democratização se converteu, ironicamente, no principal veículo de desdemocratização.

A América Latina segue a mesma trilha, com seu desfile de Mileis, Bolsonaros e Bukeles – líderes que, cada um à sua maneira, foram moldados pela cultura digital e souberam convertê-la em um instrumento de dominação. O caso de Bolsonaro é emblemático. Ele não precisou de um partido forte, de um projeto coerente ou de qualquer noção rudimentar de gestão pública. Bastou-lhe uma máquina de *fake news* via *WhatsApp* e *YouTube*, alimentada pela radicalização algorítmica, e um exército de seguidores dispostos a transformar cada absurdo em "opinião alternativa". Javier Milei, por sua vez, elevou essa lógica a outro nível, tornando-se uma caricatura cibernética da ultradireita, um influenciador de extrema-direita travestido de economista. Já Bukele encontrou na vigilância digital sua aliada mais poderosa: um governo que monitoriza cada movimento dos cidadãos, promovendo-se como "moderno" enquanto elimina, sem grande alarde, as últimas barreiras ao autoritarismo.

E enquanto tudo isso acontece, os tecnófilos da educação celebram a "cultura digital" como se estivéssemos às portas de um renascimento iluminista. A hipocrisia desse discurso seria cômica, não fosse trágica. Para educadores como Edla Ramos (2015), a digitalização da educação é um fenômeno natural e irresistível, algo a ser saudado com entusiasmo e sem questionamento. Sua obra *Formação de Educadores na Cultura Digital* é um compêndio desse otimismo ingênuo, que vê a tecnologia como uma ferramenta neutra e a modernização digital como um imperativo pedagógico inquestionável. Nada é mais conveniente para aqueles que lucram com a financeirização da educação do que essa docilidade intelectual.

O problema não está no uso da tecnologia em sala de aula – há, evidentemente, boas aplicações para ela. O problema é sua fetichização. A ideia de que bastam boas práticas para tornar a cultura digital um agente de emancipação ignora deliberadamente que a infraestrutura tecnológica global está nas mãos de poucas megacorporações, cujos interesses são tudo, menos pedagógicos. O Ministério da Educação, ao promover a "Especialização em Educação na Cultura Digital", adota esse mesmo viés: incentiva o professor a aprender a usar as ferramentas disponíveis, sem jamais questionar o porquê de sua imposição, quem se beneficia delas ou quais são as consequências de sua adoção irrestrita.

O grande silêncio desses entusiastas da tecnologia educacional diz respeito à estrutura de poder embutida na digitalização. Não se discute, por exemplo, como as universidades foram forçadas a adotar plataformas privadas que coletam e mercantilizam os dados dos estudantes, nem como a educação a distância se tornou uma estratégia de redução de custos, precarização do trabalho docente e mercantilização do ensino. A digitalização do ensino superior, longe de ser uma resposta à democratização do acesso, tem servido para reforçar desigualdades e criar um sistema no qual o estudante é tratado como cliente e o professor, como mero operador de conteúdo.

Evgeny Morozov (2018) já advertia que o "solucionismo tecnológico" – essa crença de que para cada problema humano há um aplicativo pronto para resolvê-lo – é uma das mais perigosas ideologias do nosso tempo. E não há espaço onde isso seja mais evidente do que na educação. A promessa de que a tecnologia pode superar barreiras e ampliar o aprendizado esconde o fato de que a educação digital é, acima de tudo, um mercado. A "inclusão digital" promovida sem reflexão crítica nada mais é do que a criação de uma nova dependência: ao invés de cidadãos capazes de questionar o sistema, formamos consumidores dóceis de soluções digitais pré-embaladas.

A ironia é que, enquanto isso, os verdadeiros donos do jogo – Musk, Zuckerberg, Bezos – são tratados como visionários e estadistas. O que ocorreu na posse de Trump foi uma demonstração descarada desse novo regime de poder, no qual os bilionários da tecnologia já não precisam influenciar governos nos bastidores; eles próprios se tornam atores políticos diretos. Se não forem reguladas, essas plataformas regularão a todos nós. Essa é a ameaça real.

A era digital não trouxe um novo espaço público democrático, mas um campo de batalha assimétrico, onde a desinformação, a polarização e a vigilância digital substituem as formas tradicionais de controle social. A cultura digital, longe de ser um território neutro, tem se mostrado o principal ingrediente do fascismo 4.0, moldando subjetividades e treinando indivíduos a naturalizar a obediência como uma condição inevitável da vida contemporânea. Mas se há uma ferramenta capaz de romper esse ciclo, essa ferramenta é a educação crítica – a mesma que os tecnoutópicos insistem em suprimir sob a avalanche de plataformas, métricas e didáticas "inovadoras" que reduzem o pensamento à simples adequação funcional.

É justamente a educação crítica que ainda pode oferecer uma brecha nesse cerco tecnológico. Não aquela que ensina apenas a operar ferramentas digitais, mas a que questiona suas premissas, desnaturaliza seus discursos e expõe suas relações de poder. A única educação

que pode resistir ao avanço do tecnofascismo não é a que adapta os estudantes à lógica das plataformas, mas a que os prepara para enfrentá-las. E isso só é possível se a escola e a universidade forem preservadas como espaços de reflexão, de embate e de construção coletiva do conhecimento – e não como meras extensões das corporações que pretendem transformar a aprendizagem em mais um serviço automatizado e lucrativo.

O risco que enfrentamos não é apenas tecnológico, mas epistemológico. Se a educação for reduzida a um treinamento para o uso de ferramentas digitais, perderemos a única esfera capaz de formar indivíduos que compreendam o mundo além das interfaces que lhes são apresentadas. Por isso, a maior urgência do nosso tempo não é simplesmente resistir à digitalização da educação, mas recusar seu sequestro pelo mercado e pela ideologia da submissão algorítmica. A escola e a universidade não podem ser apenas reconfiguradas para a era digital; elas devem ser os últimos bastiões contra sua instrumentalização totalitária. Se há uma bomba-relógio armada, a educação crítica não é apenas um possível desarme – é o último fio de esperança que nos separa do abismo.

3 REINVENTANDO REALIDADES: A PÓS-VERDADE NO CAPITALISMO DIGITAL

A performance de ações e a idealização de identidades digitais nos ambientes virtuais podem ser interpretadas de maneira incisiva à luz do conceito de "Sociedade do Espetáculo", cunhado por Guy Debord. Em sua obra homônima de 1967, Debord argumenta que, na sociedade moderna, a realidade é progressivamente substituída por representações espetaculares que dominam a vida social, resultando em um predomínio das aparências sobre as experiências autênticas. No cenário digital contemporâneo, essa lógica se intensifica de forma notável: as redes sociais e outras plataformas virtuais se tornam arenas onde identidades e ações são projetadas principalmente para satisfazer expectativas externas, e não para refletir a essência genuína do indivíduo.

Nos ambientes virtuais, cada usuário opera como uma espécie de curador de sua própria imagem, criando perfis que são cuidadosa e estrategicamente construídos para refletir versões idealizadas de si mesmos. Esse processo não é um reflexo espontâneo da realidade interna do indivíduo; em vez disso, constitui uma performance com o objetivo de acumular capital social – seja na forma de curtidas, comentários, seguidores ou qualquer outra métrica de popularidade disponível. Assim, o que emerge é um "espetáculo digital" no qual cada interação é vigiada e avaliada, comparada constantemente aos padrões dominantes de beleza, sucesso e prestígio. Essa dinâmica reforça a alienação que Debord identifica, uma desconexão entre o ser autêntico e a versão espetacularizada do "eu" que é apresentada ao mundo.

O fenômeno reflete perfeitamente a fragmentação da realidade que Debord apontou como central para a sociedade do espetáculo. No espaço digital, essa alienação se torna ainda mais pronunciada, pois a identidade digital é infinitamente maleável e editável, permitindo que os indivíduos construam personas que talvez nem existam no plano offline. A lógica espetacular, portanto, encontra nova vida na era digital: as identidades são projetadas, performadas e reconfiguradas constantemente para atender às expectativas dos outros, enquanto a busca por validação pública se torna o motor dessas interações. O "eu" autêntico, se é que tal coisa ainda pode ser considerada acessível, é substituído por uma série de imagens curadas, desenhadas meticulosamente para agradar a uma audiência invisível, porém sempre presente.

Sob essa lente, as redes sociais se configuram como palcos onde os indivíduos se engajam em um ciclo interminável de performance, moldados pela necessidade de se adequar

aos padrões culturais e estéticos vigentes. A vida cotidiana, nesse sentido, é colonizada pela lógica do espetáculo: a autonomia individual é comprometida pela constante pressão para agradar, enquanto a identidade, antes algo estável e intrinsecamente autêntico, se torna fluida, superficial e inextricavelmente ligada às respostas que o ambiente digital devolve. Aqui, Debord continua mais relevante do que nunca. Sua noção de que a sociedade moderna se define pela prevalência das imagens e pela alienação do ser oferece uma poderosa ferramenta crítica para decifrar as complexas dinâmicas de performance e idealização nas redes digitais. No final das contas, a essência do indivíduo é eclipsada por uma representação espetacular, que não apenas substitui o real, mas redefine o que significa "ser" na era do espetáculo digital.

Freud, em *O Mal-Estar na Civilização* (1930), destaca a tendência humana de evitar confrontos diretos com realidades desconfortáveis, buscando refúgio em ilusões que oferecem uma sensação temporária de segurança e prazer. Segundo Freud, a mente humana mobiliza mecanismos de defesa, como a negação e a racionalização, para proteger-se de verdades dolorosas que poderiam gerar angústia ou insegurança. No contexto da era digital e da pós-verdade, essa predisposição psicológica ganha uma nova dimensão, pois o acesso instantâneo a conteúdos manipulados ou confortáveis permite ao indivíduo consolidar suas crenças preexistentes, evitando ou desqualificando informações que possam provocar desconforto. O resultado é uma busca incessante por confirmações em vez de confrontações com a realidade. Esse mecanismo, que Freud identificou como uma estratégia para evitar a angústia, torna-se, no cenário digital, uma ferramenta de sobrevivência emocional que mina a capacidade de enfrentar verdades desagradáveis, mas fundamentais para o entendimento da realidade.

A ampliação desse fenômeno está diretamente relacionada à dinâmica do ambiente digital contemporâneo. As plataformas digitais, além de facilitarem a disseminação de desinformação, são desenhadas para priorizar o engajamento emocional dos usuários. Como argumenta McIntyre (2018), a lógica de funcionamento dessas plataformas coloca a precisão factual em segundo plano, enquanto promove a viralidade. Assim, não é o conteúdo mais acurado ou informativo que ganha destaque, mas sim o que é mais "curtido", "compartilhado" e capaz de gerar reações emocionais intensas. Esse enfoque resulta em uma proliferação de conteúdos superficiais e altamente apelativos, nos quais crenças e opiniões pessoais tomam o lugar de fatos objetivos. A busca pela atenção e o estímulo constante à interação geram um ambiente propício para a disseminação de informações que não buscam a verdade, mas o impacto emocional imediato.

Nesse cenário, o conceito de dissonância cognitiva, introduzido por Festinger (1957), revela-se especialmente relevante. Festinger descreveu a dissonância cognitiva como o desconforto psicológico que surge quando uma pessoa se depara com informações que entram em conflito com suas crenças ou atitudes previamente estabelecidas. No ambiente digital, essa dissonância é exacerbada pela estrutura das redes sociais e pelos algoritmos de recomendação, que operam como verdadeiras "câmaras de eco", reforçando as opiniões já existentes e priorizando conteúdos que confirmam as crenças dos usuários. Esse processo reduz drasticamente a exposição a ideias contrárias, criando uma espécie de blindagem contra o desconforto de enfrentar informações que contradizem as perspectivas pessoais. Quando confrontados com dados ou argumentos que desafiam suas convicções, muitos usuários tendem a buscar refúgio em comunidades virtuais que validam suas crenças, o que intensifica a polarização e diminui a propensão à mudança de opinião.

Esse processo, que parece inofensivo à primeira vista, tem implicações profundas na maneira como os indivíduos interagem com o mundo. A estrutura das plataformas digitais, ao invés de promover um engajamento crítico com as informações, atua como um facilitador para a manutenção da dissonância cognitiva. Em vez de encorajar o enfrentamento de verdades desconfortáveis, as redes sociais alimentam um ciclo de reforço de crenças, tornando mais difícil a dissolução de narrativas manipulativas e emocionalmente reconfortantes. A facilidade com que os usuários podem evitar o confronto com a realidade – e o incentivo para fazê-lo – resulta em uma vulnerabilidade crescente a informações falsas, em um ambiente onde a busca pelo conforto emocional prevalece sobre a busca pela verdade objetiva.

Assim, o que Freud identificou como uma defesa psíquica natural contra a angústia assume, no ambiente digital, proporções mais amplas e perigosas. A era da pós-verdade, com suas bolhas de informação e suas armadilhas emocionais, reflete não apenas uma falha nas dinâmicas sociais, mas também um reflexo da condição humana que, ao evitar verdades incômodas, torna-se ainda mais suscetível à manipulação e à alienação.

O capitalismo digital exerce uma influência decisiva sobre o ambiente da pós-verdade, já que as plataformas digitais, movidas pela busca incessante de lucro, utilizam algoritmos sofisticados para capturar e analisar dados dos usuários, transformando o comportamento humano em um bem comercializável. Como Shoshana Zuboff (2019) descreve em sua teoria do 'capitalismo de vigilância', essa coleta massiva de dados não se limita a prever comportamentos, mas a manipulá-los diretamente, criando um mercado baseado na exploração

informacional e na modificação sutil — mas profunda — das escolhas e percepções dos indivíduos. Um exemplo claro é o uso de algoritmos de recomendação, que não apenas sugerem conteúdos, mas moldam preferências e opiniões, gerando um ciclo de retroalimentação que aprofunda a alienação do usuário.

Zuboff (2019) destaca que o capitalismo de vigilância acentua o fenômeno da pós-verdade, uma vez que as plataformas digitais priorizam o engajamento emocional em detrimento da veracidade dos conteúdos. Essa dinâmica reflete a lógica econômica subjacente ao modelo de negócios dessas plataformas, cujo objetivo é manter os usuários conectados e envolvidos pelo máximo de tempo possível. A promoção de informações que provocam reações intensas torna-se mais lucrativa do que a exatidão dos fatos, resultando na relativização da verdade objetiva, que se torna apenas mais uma variável manipulável dentro da lógica do lucro. Assim, as plataformas digitais desempenham um papel crucial na formação de um ambiente de pós-verdade, no qual a percepção da realidade é fragmentada, fluida e cada vez mais suscetível à influência de interesses econômicos.

Além disso, o impacto desse capitalismo digital não se restringe ao campo da informação; ele reverbera profundamente nas relações sociais. A transformação do conhecimento em mercadoria faz com que o valor da informação seja medido não por sua capacidade de fomentar compreensão crítica, mas pela sua eficácia em gerar cliques, curtidas e compartilhamentos. Zuboff aponta que as grandes plataformas, como Facebook e Google, operam sob uma lógica que privilegia a circulação rápida e emocional de conteúdos, em detrimento de análises críticas e reflexivas. Em outras palavras, o conteúdo que mais engaja é aquele que mais simplifica ou distorce a realidade, apelando diretamente às emoções dos usuários. Assim, a informação, neste contexto, torna-se uma ferramenta de entretenimento e manipulação, ao invés de ser um veículo para o conhecimento.

O ambiente digital potencializa esse processo ao fomentar um cenário de polarização extrema, no qual realidades paralelas são constantemente reforçadas e colocadas em choque. Esse mecanismo, amplificado pelos algoritmos de recomendação, não apenas divide a sociedade, mas também transforma o debate público em um espaço de confronto contínuo, dificultando a construção de um consenso baseado em fatos compartilhados. As redes sociais, por meio de seus algoritmos de recomendação, fomentam a criação de "bolhas informativas", onde os usuários são expostos repetidamente a conteúdos que reforçam suas opiniões e crenças preexistentes. Pariser (2011) argumenta que essas bolhas informativas funcionam como câmaras de eco, onde os indivíduos são expostos a uma repetição contínua de suas próprias

crenças, isolando-os de informações contraditórias. Esse ciclo de validação constante não só reforça preconceitos, mas também cria um ambiente de radicalização progressiva, onde a dissensão é percebida como uma ameaça, ao invés de um elemento essencial do debate democrático. No contexto da pós-verdade, isso significa que informações falsas, mas emocionalmente satisfatórias, tendem a ser aceitas e disseminadas, enquanto fatos objetivos são ignorados ou relativizados. A verdade, nesse ambiente, é moldada pelas preferências e preconceitos de cada usuário, criando um mosaico de "realidades" incompatíveis.

Essa fragmentação da realidade dificulta a construção de uma narrativa coletiva fundamentada em fatos compartilhados, um elemento essencial para a coesão social e o funcionamento da democracia. Zuboff ressalta que essa fragmentação não é acidental, mas uma consequência direta do capitalismo de vigilância, que manipula os fluxos informacionais para atender a interesses econômicos. Ao moldar a maneira como o público consome e interpreta a informação, essas plataformas fragmentam a compreensão do mundo, contribuindo para a divisão social e o enfraquecimento do debate público. Em vez de promover uma esfera pública inclusiva e racional, o ambiente digital contemporâneo se transforma em um campo de batalhas narrativas, onde diferentes versões da realidade competem por atenção, e a verdade factual é constantemente desvalorizada.

Nesse cenário, a coesão democrática é comprometida, pois a formação de um consenso mínimo sobre a realidade – fundamental para a deliberação coletiva – torna-se uma tarefa cada vez mais difícil. O capitalismo digital, portanto, ao priorizar o lucro acima da integridade informacional, mina a própria base da democracia ao encorajar um estado permanente de desinformação, polarização e desconfiança mútua. O ambiente digital, que poderia ser uma plataforma para o diálogo e o entendimento crítico, torna-se, nas palavras de Zuboff, um meio de controle social onde a manipulação das percepções e a exploração das emoções humanas servem aos interesses do capital, em detrimento de uma sociedade mais coesa, informada e democrática.

O conceito de "bolhas de filtro", introduzido por Eli Pariser em *The Filter Bubble* (2011), oferece uma análise crítica de como os algoritmos das redes sociais personalizam o conteúdo com base nos interesses e comportamentos passados dos usuários. Esses algoritmos, implementados por plataformas como Facebook e Twitter, rastreiam e registram as preferências individuais, moldando o fluxo de informações de acordo com o que o usuário "quer ver" – ou, mais precisamente, com o que é mais provável de provocar engajamento. Essa personalização

extrema cria um ambiente digital fechado, no qual os indivíduos são cada vez mais expostos a conteúdos que confirmam e reforçam suas crenças, enquanto são sistematicamente isolados de pontos de vista divergentes. O resultado é a formação de uma bolha informacional que estreita, em vez de ampliar, os horizontes dos usuários.

As bolhas de filtro e as câmaras de eco criadas pelo ambiente digital conduzem a um processo de validação constante de crenças e opiniões, promovendo um ciclo de reforço onde os indivíduos raramente se deparam com perspectivas divergentes. Esse fenômeno cria um cenário de retroalimentação, no qual a polarização é exacerbada e o diálogo crítico entre posições diferentes torna-se cada vez mais raro. Pariser (2011) alerta para a atuação dos algoritmos que, em vez de exporem os usuários a uma diversidade de ideias, priorizam conteúdos que geram maior engajamento emocional, sem considerar a veracidade ou a diversidade de pontos de vista.

No contexto da pós-verdade, essa dinâmica reforça uma percepção fragmentada da realidade. Cada indivíduo, preso em sua bolha informacional, vê o mundo através de uma lente que filtra as informações, privilegiando aquelas que confirmam suas convicções e excluindo as que poderiam desafiá-las. Isso cria realidades paralelas que coexistem sem se encontrar, resultando em uma sociedade onde diferentes grupos compartilham não apenas opiniões divergentes, mas também diferentes versões dos fatos que moldam sua visão de mundo.

A fragmentação do ambiente digital subverte a ideia de esfera pública proposta por Jürgen Habermas. Em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), Habermas defende a importância de um espaço coletivo de debate, onde diferentes pontos de vista possam se confrontar e onde a deliberação racional seja a base para a formação de uma opinião pública crítica. No entanto, as redes sociais contemporâneas criam bolhas que isolam os indivíduos, minando a possibilidade de um confronto genuíno de ideias. Em vez de promoverem um espaço de encontro e transformação mútua, as plataformas digitais tendem a segregar seus usuários em comunidades homogêneas, dificultando a interação com visões que possam desafiar suas certezas.

Um exemplo claro dessa dinâmica pode ser observado no surgimento de movimentos políticos polarizados, como o bolsonarismo no Brasil. Esses movimentos se beneficiam da fragmentação informacional proporcionada pelas bolhas de filtro, utilizando as redes sociais para mobilizar indivíduos em torno de narrativas simplificadas e emocionalmente carregadas. A ausência de confronto com perspectivas divergentes dentro dessas bolhas cria um terreno fértil para o extremismo e a radicalização. As redes sociais, ao promoverem conteúdos que

reforçam as convicções pré-existentes dos usuários, amplificam as narrativas polarizadoras, prejudicando o diálogo democrático e fragmentando ainda mais a sociedade. Essa dinâmica não só dificulta a construção de consensos essenciais para a coesão social, mas também agrava a intolerância e o extremismo, conforme as redes se tornam arenas de validação constante, onde as divergências são minimizadas ou completamente ignoradas. Como argumenta Eli Pariser (2011), essa personalização algorítmica cria 'bolhas de filtro', isolando os indivíduos de opiniões contrárias e intensificando a radicalização progressiva.

Essa dinâmica se insere no contexto mais amplo da era da pós-verdade, em que, como argumenta Lee McIntyre em *Post-Truth* (2018), há uma crise de confiança nas instituições tradicionais de validação do conhecimento, como a ciência e o jornalismo. A pós-verdade se caracteriza pela prevalência de crenças e emoções sobre fatos objetivos, e, nesse ambiente, as instituições que historicamente sustentavam a verdade e a objetividade passam a ser alvos frequentes de ataques que questionam sua integridade e neutralidade. McIntyre aponta que essa desconfiança é em grande parte alimentada pelo funcionamento das plataformas digitais, que democratizam o acesso à informação, mas sem garantir a mediação necessária para avaliar a qualidade e veracidade dos conteúdos. Como resultado, vozes que carecem de legitimidade científica, como teóricos da conspiração e pseudocientistas, ganham espaço para desafiar diretamente especialistas e pesquisadores, criando uma falsa equivalência entre o conhecimento fundamentado e as crenças infundadas.

A ciência, em particular, tem sido alvo de movimentos de negação que questionam não apenas suas descobertas, mas o próprio método científico. Grupos antivacinação e negacionistas climáticos, por exemplo, utilizam as redes sociais para disseminar desinformação e atrair seguidores, muitas vezes apresentando suas próprias "evidências" e especialistas alternativos. Esse cenário cria um ambiente em que a verdade científica precisa competir com versões distorcidas e manipuladas da realidade, tornando o debate público sobre questões essenciais, como saúde pública e mudanças climáticas, extremamente confuso e polarizado. A eficácia do método científico, baseada em rigor, evidências e revisão por pares, é assim minada por narrativas que apelam ao senso comum ou ao medo, propagadas de forma viral nas redes sociais.

No campo do jornalismo, a crise de confiança se aprofunda com o aumento exponencial das notícias falsas, fenômeno que confunde o público e deslegitima as fontes tradicionais de informação. A distinção entre jornalismo profissional, pautado por critérios de apuração e

responsabilidade editorial, e fontes que carecem de rigor investigativo, torna-se cada vez mais obscura. Esse processo compromete a credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, gerando um ambiente de desinformação que enfraquece a confiança nas instituições democráticas e alimenta o ceticismo generalizado sobre a objetividade dos fatos. As *fake news*, impulsionadas por algoritmos que favorecem o sensacionalismo e o engajamento emocional, competem diretamente com o jornalismo de qualidade, o que confunde o público e dilui a credibilidade dos meios de comunicação tradicionais. A desinformação, ao ser amplamente disseminada e compartilhada, não apenas desorienta a opinião pública, mas também enfraquece a confiança nas instituições democráticas que dependem de uma imprensa livre e responsável para funcionar de maneira eficaz.

As redes sociais desempenham um papel fundamental na disseminação e legitimação de verdades alternativas. Como observam Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1944), a indústria cultural molda ideias e valores de acordo com os interesses do mercado, promovendo uma homogeneização que compromete a diversidade de perspectivas. Nas plataformas digitais, essa lógica se manifesta através de algoritmos que priorizam o engajamento emocional, relegando a precisão a um segundo plano. Isso permite que informações manipuladas ou até mesmo completamente falsas alcancem a mesma visibilidade que conteúdos verificados e fundamentados, gerando confusão sobre a autoridade das fontes.

Essas plataformas amplificam conteúdos polarizadores, que provocam respostas intensas e instantâneas. Assim, informações distorcidas competem diretamente com narrativas baseadas em ciência ou jornalismo rigoroso. Durante crises de saúde pública, como a pandemia de COVID-19, observou-se que notícias falsas circulavam com maior velocidade que as verificadas, por serem mais alarmistas e sensacionalistas. Esse fenômeno desvaloriza a verdade objetiva em favor de narrativas que geram cliques, alimentando uma sociedade em que a credibilidade das instituições é questionada a cada passo.

Quando a credibilidade das instituições é minada, a verdade deixa de ser um ponto de convergência e se torna algo subjetivo. Nesse ambiente, a relativização da verdade favorece a criação de verdades alternativas, aceitas não por sua fundamentação em evidências, mas por estarem alinhadas às emoções e crenças do público. McIntyre (2018) observa que, nesse cenário, o que se busca é a verossimilhança – ou seja, narrativas que parecem verdadeiras e apelam às emoções, em vez da verdade objetiva. Isso gera um estado de insegurança cognitiva, onde diferentes grupos mantêm versões conflitantes da realidade, enfraquecendo o consenso social e aumentando a vulnerabilidade à manipulação ideológica.

Esse cenário é especialmente danoso no contexto político, onde informações factuais são essenciais para o funcionamento democrático. A fragmentação da verdade e a desconfiança nas instituições permitem que líderes populistas manipulem essas dinâmicas para desacreditar fontes de informação desfavoráveis, consolidando seu controle sobre o debate público. Como Adorno e Horkheimer argumentam, a padronização e a comodificação do conhecimento – intensificadas pelas plataformas digitais – eliminam a pluralidade de ideias e reforçam visões de mundo moldadas pelos interesses do poder econômico e político.

O resultado dessa relativização é o que podemos chamar de insegurança cognitiva. Em uma sociedade onde várias "verdades" competem entre si, distinguir o real do fabricado torna-se uma tarefa cada vez mais complexa. As plataformas digitais, ao validarem múltiplas versões e perspectivas, transformam a busca pela verdade em um desafio de proporções épicas. Os indivíduos, sobrecarregados por um fluxo incessante de informações conflitantes, tendem a confiar apenas naquelas que ressoam com suas crenças preexistentes. Isso cria uma sociedade fragmentada, onde grupos vivem em realidades paralelas que raramente se encontram.

Além disso, a insegurança cognitiva alimenta a dependência de fontes que priorizam o engajamento emocional, perpetuando o ciclo de desinformação e enfraquecendo a coesão social. Essa fragmentação é especialmente perigosa para a democracia, pois impede a formação de uma esfera pública onde o debate e o diálogo crítico possam acontecer de maneira saudável. Sem um consenso mínimo sobre o que é verdade, a própria noção de uma sociedade democrática – onde decisões são tomadas com base em fatos e em deliberação racional – se torna uma abstração distante.

No contexto da pós-verdade, o conceito de simulacros de Jean Baudrillard (1981) torna-se essencial para compreender como o capitalismo digital fabrica uma hiper-realidade – um ambiente onde representações e simulações não apenas se sobrepõem à realidade, mas a substituem completamente. As práticas de vigilância e a comodificação do conhecimento, discutidas anteriormente, desempenham um papel crucial nesse processo, permitindo a criação de narrativas moldadas de acordo com os interesses de empresas digitais e governos autoritários. O ambiente digital, estruturado por algoritmos e dados que monitoram e manipulam comportamentos, gera realidades alternativas que moldam a percepção social, favorecendo a disseminação de informações emocionalmente apelativas, ainda que inverídicas. Nesse cenário, a verdade objetiva é gradualmente substituída por uma construção algorítmica, onde o “parecer” prevalece sobre o “ser”.

O capitalismo digital amplifica a condição de hiper-realidade descrita por Baudrillard, onde as simulações se desprendem de suas referências originais e passam a ser consumidas como mais reais do que a própria realidade que pretendiam representar. Em redes sociais, essa dinâmica se intensifica: as plataformas incentivam a criação de conteúdos visualmente impactantes, que apelam ao emocional e ganham vida própria, distantes de qualquer experiência direta. O que importa não é mais a correspondência com a verdade, mas sim a capacidade de engajar, de captar a atenção do usuário, criando uma atmosfera onde a distinção entre o autêntico e o fabricado perde relevância.

Baudrillard, em sua análise dos simulacros, mostra como as imagens deixam de ser meras representações e se tornam substitutas da própria realidade. Essa lógica se revela nas redes sociais, onde fotos e vídeos são editados, filtrados, e compartilhados até que sua versão "aperfeiçoada" se torne a principal referência, superando a experiência original. A imagem filtrada de um pôr do sol, mais vibrante e colorida, substitui o próprio pôr do sol para quem a consome, criando uma experiência que é, na verdade, simulada. E, com o tempo, essa versão editada passa a ser mais real para os usuários do que o evento natural que a inspirou. Assim, o ambiente digital se torna um palco de hiper-realidade, em que cada interação reforça a substituição do real pelo simulado.

Nesse contexto, a dinâmica da pós-verdade encontra terreno fértil para prosperar. O que é consumido nas redes sociais é menos um reflexo do mundo e mais uma coleção de narrativas moldadas para gerar respostas emocionais. A veracidade cede lugar à viralidade: o que se espalha não é necessariamente o que é verdade, mas o que toca, emociona ou indigna. É nesse ambiente que surgem as "verdades alternativas", versões dos acontecimentos que, embora distorcidas, são capazes de capturar a atenção e se reproduzir em escala. A autenticidade perde seu valor, e a verdade se torna um jogo de aparências.

A aceleração social, como discutida por Hartmut Rosa, intensifica essa substituição do real pelo simulado. A vida moderna, cada vez mais dominada pela tecnologia digital, impulsiona o ritmo da existência, onde o tempo de absorção da informação é comprimido em uma sequência ininterrupta de notificações e atualizações. As plataformas digitais oferecem uma quantidade avassaladora de conteúdos que os indivíduos devem consumir rapidamente, deixando pouco espaço para a análise cuidadosa ou para a reflexão profunda. O efeito é uma superficialidade que se espalha: as pessoas consomem muitas informações, mas entendem cada vez menos sobre o que realmente importa.

Essa aceleração não só promove uma absorção rápida e fragmentada das informações, como também cria um ambiente onde o conhecimento perde seu caráter de profundidade. As redes sociais, com sua velocidade de transmissão de conteúdo, acabam por criar um ciclo contínuo de distração, onde o novo sempre substitui o que veio antes, sem que haja tempo para compreender de fato o que está sendo visto. Nesse cenário, a proliferação de simulacros não é apenas inevitável — é desejada, porque mantém a atenção dispersa, mas engajada. E nessa dispersão, a complexidade das questões sociais se dissolve em postagens de impacto momentâneo, mas sem substância.

A dificuldade de distinguir entre o real e o falso, nesse contexto, é mais do que um problema epistemológico; é uma característica central do capitalismo digital. Os algoritmos das plataformas priorizam o que retém a atenção, e, frequentemente, o que mais chama a atenção são as narrativas que confirmam vieses ou que geram reações emocionais intensas. Assim, um ambiente de hiper-realidade se entrelaça com as dinâmicas de mercado: a verdade se torna irrelevante, desde que a história consiga manter o usuário preso à tela. Nesse cenário, a pós-verdade não é um desvio do funcionamento das redes sociais, mas quase uma consequência natural de sua lógica.

A ausência de um ponto de referência estável, uma âncora que permita discernir o verdadeiro do fabricado, cria uma realidade fluida e manipulável, onde a verossimilhança se torna mais importante do que a correspondência factual. Essa fluidez é terreno fértil para a desinformação, que se espalha justamente porque não encontra resistência na busca pela verdade. As pessoas se tornam mais propensas a aceitar como real aquilo que reforça suas crenças pré-existentes, criando uma espiral em que a verdade é medida pelo número de curtidas, compartilhamentos e comentários, não pela sua ligação com o mundo concreto. A legitimidade de uma informação, nesse mundo, deriva de sua popularidade, e não de sua precisão.

As redes sociais, então, transformam a percepção do real em um mercado de emoções, onde o que "parece" verdade é o que ganha espaço. A hiper-realidade e a aceleração social confluem para criar um ambiente onde a crítica e a análise são substituídas por reações instantâneas. É um mundo onde o conhecimento não busca compreender, mas apenas capturar, e onde as imagens e narrativas simuladas são a nova moeda da atenção. Nesse jogo, a verdade se torna um detalhe, um ornamento que só importa na medida em que consegue gerar cliques.

Essa confusão conduz a um tipo específico de alienação cognitiva. Na hiper-realidade do capitalismo digital, os indivíduos perdem o contato direto com a realidade e passam a

experimental o mundo por meio de imagens e representações digitais. Baudrillard descreve essa alienação como resultado da substituição da experiência real por simulacros que se apresentam como mais “reais” do que a própria realidade. Isso enfraquece a autonomia intelectual dos indivíduos, dificultando sua capacidade de exercer julgamento crítico e discernir entre o que é verdadeiro e o que é fabricado.

A alienação cognitiva produzida por esse ambiente digital leva à apatia intelectual. A capacidade de questionar e refletir criticamente sobre a realidade é suprimida por uma aceitação passiva das representações que circulam nas plataformas digitais. As pessoas passam a viver em uma realidade construída por simulacros, que, embora saturada de informações, carece de profundidade crítica e impede a formação de uma compreensão significativa dos acontecimentos. Em vez de encorajar a crítica e o questionamento, o capitalismo digital reforça uma superficialidade informacional que não desafia o status quo, mas sim perpetua os valores e as expectativas desse sistema, transformando a própria realidade em mercadoria de consumo rápido.

Nesta pesquisa, são examinadas as implicações do capitalismo digital e da era da pós-verdade no campo educacional, com ênfase nas transformações que esses fenômenos impõem ao desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. A digitalização e o capitalismo de vigilância modificam profundamente a forma como o conhecimento é transmitido, interpretado e valorado, afetando não apenas o conteúdo educacional, mas também o papel da educação enquanto meio para formar cidadãos críticos e autônomos.

Shoshana Zuboff, em *The Age of Surveillance Capitalism* (2019), argumenta que o capitalismo digital não apenas explora, mas mercantiliza todos os aspectos da vida, incluindo a educação. No ambiente educacional, essa comodificação se manifesta no monitoramento constante dos estudantes, avaliados por meio de métricas e dados digitais que têm como objetivo otimizar o “desempenho” de acordo com padrões de eficiência do mercado. O que antes era visto como um espaço de emancipação e desenvolvimento crítico é, portanto, reconfigurado para atender às necessidades do capitalismo digital, transformando o processo de aprendizagem em uma atividade focada no desempenho e no cumprimento de metas predeterminadas.

A vigilância descrita por Zuboff vai além da ideia de biopolítica de Foucault, que via o controle sendo exercido de fora para dentro, através de instituições como prisões ou escolas. No capitalismo de vigilância, o controle se torna mais sutil e ocorre de dentro para fora. A psicométrica coleta e analisa dados pessoais para prever e influenciar comportamentos, não por

meio de regras visíveis, mas manipulando desejos e vulnerabilidades internas. Em vez de impor normas diretamente, o capitalismo digital condiciona ações ao antecipar preferências, fazendo com que os próprios indivíduos ajustem seus comportamentos de acordo com expectativas de mercado. Esse controle, apesar de mais invisível, é ainda mais invasivo, pois compromete a autonomia intelectual e o pensamento crítico, transformando as pessoas em agentes da sua própria vigilância (Zuboff, 2019).

O capitalismo de vigilância transforma a educação em um sistema de métricas, onde cada interação e atividade dos estudantes é monitorada e quantificada. No contexto de plataformas de aprendizado digital, como Google Classroom e Microsoft Teams, esse monitoramento permite a coleta massiva de dados sobre os comportamentos e preferências dos estudantes. Esses dados são, então, analisados para gerar métricas de desempenho, que, ao invés de servirem a um propósito pedagógico, são utilizadas para otimizar processos e maximizar a eficiência econômica. Nesse ambiente, o desenvolvimento de uma educação crítica é prejudicado, pois a vigilância constante coloca os estudantes em um estado de conformidade e adaptação, desmotivando o questionamento e a autonomia intelectual.

Zuboff sustenta que essa comodificação do aprendizado cria uma nova forma de poder, moldando os valores e expectativas dos estudantes em consonância com os interesses do capitalismo digital. Sob esse modelo, a educação é cada vez mais concebida como uma experiência controlada e direcionada para maximizar a produtividade, em detrimento da reflexão e da crítica. Como consequência, a educação, que deveria ser um espaço de resistência e formação de cidadãos conscientes, se transforma em um instrumento de reprodução da ideologia dominante.

No ambiente educacional digital, a rapidez e a superficialidade tornam-se características centrais da experiência de aprendizado. A ênfase na absorção rápida de informações e a pressão para reagir prontamente a estímulos digitais dificultam o desenvolvimento de um pensamento crítico profundo. Como aponta Peter McLaren em *Life in Schools* (2005), a educação crítica deve desafiar as estruturas de poder e questionar a ideologia dominante, promovendo a emancipação dos indivíduos por meio de um pensamento reflexivo e analítico. No entanto, as práticas de ensino digital frequentemente suprimem o tempo e o espaço necessários para esse tipo de reflexão, promovendo, em vez disso, uma absorção passiva e fragmentada de conteúdo.

Esse modelo de ensino, amplificado pelas plataformas digitais, encoraja os estudantes a tratar o conhecimento como uma coleção de fragmentos isolados, sem o aprofundamento e a

conexão entre ideias que resultariam em uma compreensão mais integral. Com o acesso facilitado a informações em plataformas como Google e YouTube, os estudantes muitas vezes recorrem a esses meios para encontrar respostas rápidas, sem explorar a complexidade dos temas em questão. Dessa forma, a superficialidade se torna a norma, com o conhecimento sendo consumido de maneira fragmentada e reativa. O processo de aprendizado, em vez de promover o desenvolvimento do pensamento crítico, condiciona os estudantes a responderem automaticamente a estímulos digitais, sem o cultivo de habilidades de reflexão ou análise.

A vigilância digital, ao reorientar a educação para atender às necessidades do mercado, transforma o aprendizado em uma prática subordinada a interesses econômicos. O conhecimento é mercantilizado, tratado como um produto de valor econômico em vez de um bem emancipador. Essa comodificação limita a possibilidade de resistência crítica dentro do ambiente educacional, pois os conteúdos e práticas de ensino passam a ser moldados para atender às demandas do mercado e aos interesses corporativos. Como consequência, a educação é vista cada vez mais como uma ferramenta para o sucesso no mercado de trabalho, reduzida a um meio utilitário para obter empregos e ascender socialmente, e menos como um espaço de desenvolvimento pessoal e transformação social.

Essa visão mercantilista desvaloriza o conhecimento como um fim em si mesmo, promovendo a percepção de que o aprendizado serve apenas para alcançar objetivos práticos e econômicos. Em contrapartida, a educação crítica visa capacitar os estudantes a questionarem a sociedade, a economia e as estruturas de poder que perpetuam desigualdades e injustiças. No entanto, o capitalismo de vigilância mina essa capacidade crítica ao condicionar os estudantes a aceitarem o *status quo*, incentivando uma conformidade que sufoca a possibilidade de transformação social. Assim, a educação, que deveria funcionar como um espaço de resistência e questionamento, torna-se um meio de acomodação e reprodução das desigualdades e injustiças da sociedade contemporânea.

A vigilância constante e a dependência de métricas digitais também afetam profundamente a autonomia intelectual dos estudantes. Com cada ação e decisão monitorada e quantificada, os estudantes acabam ajustando seus comportamentos para se conformarem às expectativas dessas métricas. Esse ambiente de conformidade, alimentado por dados e resultados superficiais, compromete o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma autonomia intelectual, ao orientar os estudantes para focar em resultados imediatos, em vez de fomentar uma análise mais profunda e independente dos problemas. Como resultado, a

educação crítica é minada, e a capacidade dos estudantes de agir como cidadãos engajados e transformadores é significativamente enfraquecida.

Além disso, a constante exposição ao ambiente digital, caracterizado pela busca incessante de estímulos prazerosos e imediatos, tem sido associada a uma dependência dopaminérgica que afeta diretamente a capacidade de resiliência e o desenvolvimento cognitivo. Estudos recentes indicam que o condicionamento a essas recompensas digitais, principalmente em plataformas de redes sociais, prejudica funções essenciais como a concentração e a memória (Poisson et al., 2021; Eyal, 2014). No contexto educacional, isso é especialmente nocivo, pois limita o tempo de atenção dos estudantes, minando sua capacidade de engajamento em atividades de aprendizagem profundas e reflexivas (Alter, 2017). Dessa forma, o ambiente digital cria uma dinâmica de gratificação instantânea que enfraquece a habilidade dos estudantes de se manterem focados em processos educacionais de longo prazo, o que, por sua vez, compromete sua autonomia intelectual e resiliência diante de desafios mais complexos.

Como observa Peter McLaren, a educação crítica busca promover a autonomia intelectual, capacitando os estudantes a pensar de maneira independente e a desenvolver um senso de responsabilidade social. No entanto, a cultura digital de vigilância, com sua ênfase no monitoramento constante e na conformidade com métricas, inverte esse objetivo. O aprendizado, que deveria ser um processo ativo e transformador, se transforma em uma atividade monitorada e passiva, limitando o espaço para questionamento e reflexão crítica. O foco na obtenção de bons resultados nas métricas sufoca a motivação intrínseca dos estudantes, uma vez que o interesse genuíno pelo conhecimento é substituído por incentivos externos, como pontuações ou feedback algorítmico. Isso resulta em uma alienação do processo de aprendizado, com os estudantes priorizando recompensas externas em detrimento do engajamento autêntico com os conteúdos.

Ao concluir este capítulo, é essencial entender como a era da pós-verdade e o capitalismo digital se reforçam mutuamente, criando um ciclo de desinformação. A pós-verdade é um produto direto do capitalismo digital, que transforma informação em mercadoria, trocando a verdade objetiva por manipulação emocional. Como Zuboff (2019) explica, esse sistema explora dados pessoais e condiciona comportamentos para maximizar lucros. Assim, a desinformação prospera, e as plataformas digitais, movidas por algoritmos que priorizam engajamento, amplificam realidades distorcidas, comprometendo a verdade.

Nesse ambiente, o valor da informação é medido em cliques, e não em veracidade. As redes sociais, ao invés de promoverem diálogo e reflexão crítica, incentivam o consumo emocional e superficial. O capitalismo digital, portanto, não apenas facilita a era da pós-verdade, mas também a consolida, criando um espaço onde verdade e falsidade se confundem.

Essa contradição entre eficiência econômica e veracidade mostra como o capitalismo digital prioriza lucro sobre responsabilidade informacional. Embora plataformas digitais pareçam acessíveis, elas criam bolhas e câmaras de eco que limitam o conhecimento e inibem o pensamento crítico. Ferramentas que poderiam empoderar acabam alienando, adaptando a realidade aos interesses corporativos.

A educação crítica, como apontado por McLaren (2005), é a chave para capacitar os cidadãos a resistirem à manipulação e ao controle. No próximo capítulo, será analisado como o bolsonarismo explora essas vulnerabilidades digitais para disseminar ideologias polarizadoras, construindo realidades alternativas e reforçando o controle sobre a percepção pública.

4 MATRIX BOLSONARISTA: O CIBERNEOFASCISMO EM AÇÃO

Este capítulo explora o bolsonarismo como uma manifestação do neofascismo, adaptada ao contexto do capitalismo digital e da era da pós-verdade. O objetivo é descrever as características que aproximam o bolsonarismo do fascismo clássico e examinar as estratégias utilizadas para se consolidar no ambiente digital. Além disso, o capítulo analisa o impacto dessas dinâmicas sobre a democracia brasileira, mostrando como o bolsonarismo explora as fragilidades da comunicação digital e utiliza a manipulação psicológica para expandir e perpetuar suas ideias.

Na introdução, é essencial traçar as semelhanças e diferenças entre o bolsonarismo e o fascismo histórico. Embora contemporâneo, o bolsonarismo adota práticas e símbolos que remetem ao ultranacionalismo e militarismo, promovendo um discurso autoritário em torno de Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil. Essa dinâmica permite reconhecer o bolsonarismo como um movimento de natureza neofascista.

O termo "neofascismo" descreve movimentos que, mesmo não reproduzindo todas as características dos regimes fascistas do século XX, adaptam seus elementos centrais ao contexto moderno. No caso do bolsonarismo, traços como ultranacionalismo, aversão à democracia liberal, culto ao líder e desrespeito aos direitos humanos são evidentes. O movimento exalta uma identidade nacional homogênea e encontra bodes expiatórios em minorias e opositores políticos, aproximando-se do "fascismo eterno" descrito por Umberto Eco (2017), em que tradição e culto ao líder são pilares centrais.

O bolsonarismo também apresenta uma retórica antidemocrática, atacando sistematicamente a imprensa, o sistema eleitoral e o judiciário, alegando que essas instituições estão contra o "povo de bem". Esse apelo popular é crucial para o neofascismo, que usa o líder como personificação de uma autoridade legítima aos olhos da população. Em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1944) descrevem como os movimentos fascistas manipulam as massas por meio da cultura de massa, mobilizando-as em torno de uma ideologia que, embora pareça libertadora, é profundamente opressora. Esse fenômeno é refletido no bolsonarismo, que utiliza uma retórica de proteção nacional para mobilizar seguidores, enquanto impõe uma visão única de realidade e restringe o pluralismo.

O bolsonarismo se ancora no ultranacionalismo, destacando a proteção contra 'inimigos internos e externos', o que ecoa as narrativas militares de disciplina e ordem. Para Boito Jr.

(2020), o movimento reforça um ideal de nação 'pura' e militarizada, visível na militarização das escolas e nas homenagens a figuras da ditadura. Essa ênfase no militarismo confere legitimidade a suas práticas de controle e vigilância, sob o pretexto de proteger a sociedade de ameaças.

A retórica autoritária, que justifica políticas de controle e vigilância sob a alegação de proteger a sociedade contra influências corruptas, também é uma característica central. Ao invocar constantemente a ameaça à segurança, o bolsonarismo legitima o uso da força, promovendo valores ultraconservadores. Isso ecoa o conceito de Eco de que força e repressão são necessárias para manter a "saúde" da sociedade.

Este capítulo continuará a examinar essas dinâmicas, explorando como o bolsonarismo se utiliza do ambiente digital para consolidar seu poder e difundir suas narrativas, reforçando assim seu impacto na democracia brasileira.

Figura 8 – Charge: Tecnofascismo



Fonte: Vanguardia (México) in: “Elon y el tecnofascismo”.

O capitalismo cognitivo, como descrito por Zuboff (2019), explora os recursos cognitivos humanos para fins econômicos, utilizando tecnologias digitais para coletar e manipular dados pessoais. No contexto do bolsonarismo, essa dinâmica se torna crucial, já que as redes sociais são estrategicamente usadas para disseminar desinformação e reforçar as crenças dos seguidores. Ao explorar essa infraestrutura digital, o bolsonarismo manipula o ambiente informacional, criando uma narrativa que favorece o movimento. Isso é facilitado pela psicométrica e pela coleta de dados comportamentais, permitindo a segmentação de mensagens específicas para diferentes públicos, o que ajuda a consolidar uma presença digital autoritária e a criar uma realidade paralela em que o líder é retratado como o salvador do país.

Autores como Haidt (2012) e Kahneman (2011) ajudam a entender essa manipulação emocional. O bolsonarismo frequentemente apela às emoções, em vez de evidências racionais, explorando as intuições morais e reações rápidas de seus seguidores. Kahneman descreve esse processo como o funcionamento do "Sistema 1", responsável por decisões instintivas e pouco reflexivas. Em um ambiente digital, onde o consumo de informações é rápido e superficial, o bolsonarismo se apoia nesse sistema para difundir mensagens de impacto fácil e assimilação rápida.

Jonathan Haidt, em seu livro *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*, utiliza a metáfora do elefante e o condutor para ilustrar a relação entre moralidade e razão. Nessa analogia, o elefante representa nossas intuições emocionais e instintivas, enquanto o condutor (ou cavaleiro) simboliza a razão. Haidt argumenta que, na maioria das vezes, é o elefante – nossas emoções e intuições morais – quem realmente controla a direção, enquanto o condutor tenta justificar e racionalizar os caminhos que o elefante já escolheu. Em outras palavras, a razão não é o guia principal, mas sim um “porta-voz” que legitima as decisões previamente tomadas pela intuição. Isso desafia a ideia de que nossas escolhas morais são puramente racionais, mostrando que nossas emoções têm um peso considerável nas decisões éticas e políticas.

Esse fenômeno fica ainda mais evidente em contextos polarizados, como o das redes sociais e do bolsonarismo, onde apelar diretamente ao elefante, ou seja, às emoções, tem um impacto muito mais forte do que argumentos racionais. O bolsonarismo explora essa vulnerabilidade ao retratar seus adversários como ameaças morais, simplificando questões políticas complexas em uma batalha entre “bem” e “mal”. Ao falar diretamente ao “elefante” dos seus seguidores, ele constrói uma narrativa emocional que facilita a adoção de ideias

radicais, muitas vezes desconsiderando a complexidade dos problemas. Essa simplificação emocional, por sua vez, abre espaço para a justificativa de práticas repressivas, que, de outro modo, poderiam ser vistas como moralmente questionáveis.

Nesse contexto, a teoria de Bandura (2002) sobre a "desobrigação moral seletiva" também se aplica. Bandura descreve esse mecanismo como a capacidade das pessoas de justificar comportamentos que normalmente seriam inaceitáveis, desde que acreditem que essas ações são necessárias para proteger a comunidade ou garantir o "bem maior". Quando o elefante emocional já está em movimento, o condutor – a razão – se encarrega de encontrar justificações para ações radicais, tornando moralmente defensável aquilo que, sob outras circunstâncias, seria condenado.

A metáfora de Jonathan Haidt sobre o elefante e o condutor se encaixa perfeitamente na crítica filosófica de longa data à primazia da razão na moralidade. Segundo Haidt, nossas decisões morais são guiadas principalmente por intuições emocionais – representadas pelo elefante –, enquanto a razão, o condutor, tem a tarefa menos gloriosa de justificar as escolhas que o elefante já fez. É uma atualização contemporânea, mas não menos irônica, da visão de Hume, que já afirmava que a razão está sempre a reboque das paixões, meramente tentando dar uma aparência de racionalidade ao que essencialmente são impulsos emocionais (Hume, 2001).

Essa crítica à moralidade alicerçada na razão remonta a pensadores como Hume, Nietzsche e Foucault, todos subvertendo a ideia de uma moral universal. Hume, com seu ceticismo pontuado de sagacidade, via as emoções como as verdadeiras forças motoras da moralidade, deixando à razão o papel de legitimadora passiva. Nietzsche, como de costume, foi mais contundente, enxergando as normas morais como simples disfarces para desejos ocultos e jogos de poder (Nietzsche, 1998). Já Foucault desvendou como as estruturas de poder e os discursos que elas promovem moldam nossa concepção do que é “moral” (Foucault, 1987). Todos eles, de maneiras distintas, desconstróem a ideia de uma ética baseada exclusivamente na razão, mostrando que a moralidade está, muitas vezes, muito mais conectada ao poder e às emoções do que gostaríamos de admitir.

Essas ideias, quando aplicadas ao contexto político atual, oferecem uma análise precisa do bolsonarismo e suas táticas. O movimento, ao retratar questões complexas em termos maniqueístas de "bem" contra "mal", apela diretamente ao elefante emocional de seus seguidores. O condutor, nesse caso, entra em cena apenas para encontrar justificativas racionais para o que já foi decidido emocionalmente. O que é prático, afinal: por que se perder em nuances

e debates racionais quando o apelo direto às intuições morais mais básicas faz o trabalho de maneira tão eficaz?

Essas ideias, quando aplicadas ao contexto político atual, oferecem uma análise precisa do bolsonarismo e suas táticas. O movimento, ao retratar questões complexas em termos maniqueístas de "bem" contra "mal", apela diretamente ao elefante emocional de seus seguidores. O condutor, nesse caso, entra em cena apenas para encontrar justificativas racionais para o que já foi decidido emocionalmente. O que é prático, afinal: por que se perder em nuances e debates racionais quando o apelo direto às intuições morais mais básicas faz o trabalho de maneira tão eficaz?

A crítica moral, entretanto, não se esgota nessa dimensão psicológica. Filósofos como MacIntyre aprofundam essa discussão ao argumentar que a moralidade está inextricavelmente ligada às tradições e práticas culturais específicas, o que desmantela, de forma elegante, qualquer pretensão de uma moralidade universal (MacIntyre, 2001). Se o bolsonarismo manipula as emoções para justificar sua agenda, MacIntyre nos lembra que essas "justificações morais" estão sempre situadas dentro de um contexto histórico e cultural particular. Não existe uma moral acima da cultura – e o bolsonarismo cria sua própria "moralidade", ancorada em uma tradição política que apela ao conservadorismo, à religião e a uma visão nacionalista exacerbada.

Além disso, a ética evolucionista também oferece uma chave para entender esse fenômeno. Nossas normas morais, segundo essa perspectiva, não são o produto da razão pura, mas sim o resultado de impulsos evolutivos inconscientes. São truques da natureza, moldados ao longo de milhares de anos, que servem à sobrevivência da espécie. Assim, os apelos emocionais do bolsonarismo não são mera manipulação política; eles tocam nas fibras mais profundas do instinto humano – especialmente no que diz respeito à proteção do grupo, da "comunidade" contra ameaças percebidas. A narrativa de "nós contra eles" é, nesse sentido, quase primitiva, mas extremamente eficaz.

A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, por sua vez, nunca temeu desmantelar as justificações racionais das normas morais, escavando as forças inconscientes e as estruturas de poder que as sustentam. Marcuse, por exemplo, denunciou a repressão dos impulsos como um meio de controle social, oferecendo uma leitura crítica das normas que aceitamos sem questionar (Marcuse, 1975). Fromm foi igualmente incisivo ao relacionar essa repressão a uma conformidade social que apenas serve para manter o status quo (Fromm, 1979). Adorno, com

seu estudo sobre "A Personalidade Autoritária", mostrou como essas dinâmicas inconscientes não só fomentam personalidades inclinadas ao autoritarismo, mas também criam o ambiente propício para a aceitação de normas repressivas (Adorno, 1981).

No caso do bolsonarismo, essas teorias ganham uma relevância perturbadora. O apelo ao elefante emocional não apenas permite a mobilização de massas, mas também facilita a aceitação de práticas autoritárias e repressivas, uma vez que o condutor racional está sempre pronto para justificar o que já foi emocionalmente decidido.

Freud, o pai de todas essas perturbações, moldou nossa compreensão do papel dos impulsos inconscientes na formação do comportamento moral. A Teoria Crítica, que bebeu profundamente dessa fonte, busca libertar o indivíduo ao revelar os mecanismos invisíveis de dominação que operam sob a superfície de nossas convicções mais arraigadas. Reconhecer as limitações da razão na moralidade, no entanto, não implica uma rejeição do racionalismo. Nietzsche, com sua ironia afiada, criticou a moral kantiana por ignorar os aspectos irracionais da natureza humana (Nietzsche, 2001). Kant, por outro lado, embora defensor da razão, admitiu que os desejos naturais também influenciam o comportamento moral (Kant, 2004).

Nesse ponto, Freud nos oferece uma chave adicional para entender como a moralidade, longe de ser um processo puramente racional, muitas vezes serve como um jogo de justificativas subconscientes. Seu conceito de superego, essa voz interna sempre pronta a defender nossa autoimagem, atua como uma verdadeira máquina de racionalizações.

Freud já nos ensinou que o superego age como um habilidoso advogado interno, sempre pronto a justificar nossas ações para preservar uma autoimagem impecável. Não é que ele anule os impulsos do id, apenas os maquilha, permitindo que vivamos em paz com a própria consciência. A história, claro, é pródiga em exemplos: os colonizadores espanhóis, por exemplo, argumentavam que os indígenas nem sequer tinham alma, o que, convenientemente, tornava aceitável sua escravização e genocídio. Carlos Magno e os cruzados, por sua vez, conseguiram encontrar no cristianismo — religião de amor e compaixão — uma desculpa perfeita para massacres em nome da fé. Extremistas fazem o mesmo com o Islã, distorcendo seus ensinamentos para legitimar a violência. Até os pacifistas budistas, em certos contextos, não hesitam em justificar agressões. Líderes comunistas, enquanto defendem a igualdade, usufruem dos prazeres burgueses, alegando que estão "acelerando a revolução". E os liberais? Defendem o livre mercado até que seus bancos precisem de um resgate estatal. No Brasil, o governo Lula adotou políticas neoliberais, e seus apoiadores, sempre tão críticos ao mercado,

souberam adaptar sua narrativa. No final, o superego sempre encontra uma justificativa que acalme as contradições, por mais gritantes que sejam.

Essa capacidade do superego de justificar o injustificável conecta-se profundamente com as reflexões da Teoria Crítica, que nos convida a desconstruir essas camadas de racionalizações e ilusões morais que legitimam sistemas de poder.

O projeto iluminista, com toda sua fé na razão como motor do progresso humano, também reconheceu suas limitações. Kant, em momentos de honestidade filosófica, admitiu que a razão não pode resolver todas as questões metafísicas (Kant, 1980). Jürgen Habermas, um dos herdeiros dessa tradição, sugere que o iluminismo precisa ser constantemente reformulado para lidar com os desafios modernos (Habermas, 2000). Assim, incorporar emoções, contextos sociais e até impulsos inconscientes pode ser um caminho mais completo para o progresso humano, sem, no entanto, abandonar a razão como ferramenta central.

Essas reflexões encontram eco no cenário político contemporâneo, em que movimentos como o bolsonarismo exploram habilmente as emoções e intuições morais, apelando ao que Haidt descreve como o "elefante emocional" de seus seguidores. Se a razão, como apontado, tem seus limites, a estratégia de simplificar questões complexas em termos maniqueístas de “bem” contra “mal” toca diretamente nas bases emocionais do comportamento moral, deixando a racionalização para ser feita a posteriori.

Ao mesmo tempo, pensadores como MacIntyre lembram que a moralidade está profundamente enraizada em tradições culturais específicas, o que desfaz a pretensão de universalidade moral (Macintyre, 2001). Segundo essa visão, o que consideramos moralmente correto ou incorreto está sempre vinculado a um contexto histórico e cultural particular, relativizando a ideia de uma ética puramente racional e atemporal. Em vez disso, a moralidade torna-se uma expressão dos valores de uma comunidade em um dado momento.

Essa perspectiva cultural se conecta ao fenômeno contemporâneo da pós-verdade, que trouxe uma mudança significativa na maneira como justificamos comportamentos, especialmente aqueles que seriam vistos como moralmente problemáticos pelo senso comum. Se antes as normas morais pareciam relativamente estáveis, hoje, no contexto fluido das redes sociais, elas se mostram cada vez mais moldáveis aos desejos e interesses individuais. A verdade digital, com sua natureza fragmentada, facilita essa adaptação, permitindo que as pessoas escolham justificações morais conforme lhes convém.

Hume já havia observado que a razão, na prática, serve às paixões, e esse princípio é claramente refletido nas dinâmicas das redes sociais. Nelas, a racionalização de comportamentos controversos se tornou uma constante: as pessoas não procuram a verdade objetiva, mas sim argumentos que validem aquilo em que já acreditam ou desejam acreditar. Nietzsche, com sua crítica da moralidade como expressão de desejos ocultos e relações de poder, veria nas redes sociais uma confirmação de suas ideias: a moralidade se torna uma construção fluida, onde qualquer comportamento pode ser justificado, desde que encontre a narrativa adequada – e, claro, o público certo.

Figura 9 – Charge: fluidez moral



Fonte: Quebrando o Tabu

Foucault, que analisou a moralidade como produto de discursos e estruturas de poder, também identificaria nas redes sociais um campo fértil para a criação de novas normas morais, determinadas por quem controla as narrativas. A fragmentação moral que MacIntyre associava a práticas culturais específicas se acelera nesse ambiente digital, onde grupos podem construir suas próprias verdades e justificar seus comportamentos de acordo com suas bolhas. Isso reforça um relativismo moral que desafia a ideia de uma ética universal ou estável.

O problema que emerge desse processo é a diluição da moralidade coletiva. Quando qualquer comportamento pode ser justificado com base em uma "verdade" subjetiva ou conveniente, o conceito de certo e errado perde sua força, tornando-se maleável. A pós-verdade nos oferece uma liberdade sem precedentes para criar narrativas morais personalizadas, mas também enfraquece o consenso ético que outrora orientava as interações sociais. Ao flexibilizar

a noção de verdade, fragmentamos a moralidade, o que leva a uma quebra de padrões comuns de comportamento e, em última instância, à erosão de uma moralidade estável.

Nesse sentido, o bolsonarismo exemplifica claramente como movimentos políticos podem explorar essa fluidez moral. Ao simplificar questões complexas em termos de "bem" contra "mal", ele apela diretamente às emoções de seus seguidores, moldando suas justificações morais e aproveitando-se da fragmentação digital para legitimar comportamentos que, em outros contextos, seriam amplamente condenados.

O bolsonarismo aproveita o ambiente digital para construir e reforçar uma presença política que visa desestabilizar as instituições democráticas e consolidar seu poder. Utilizando táticas como disseminação de fake news, criação de perfis falsos e uso de robôs para amplificar suas mensagens, o movimento transforma as redes sociais em ferramentas de manipulação de massas. Essa estratégia cria uma realidade paralela em que as narrativas bolsonaristas são vistas como fatos, enquanto o jornalismo e as instituições democráticas são demonizados como inimigos.

A propagação de notícias falsas e a formação de bolhas de filtro são centrais para essa tática. Pariser (2011) define as bolhas de filtro como ambientes que expõem os indivíduos apenas a informações que reforçam suas crenças pré-existentes, criando um pensamento fechado e antagonista. No bolsonarismo, essas bolhas servem para formar um exército de seguidores leais, que compartilham uma visão de mundo polarizada e simplificada, promovida por memes e desinformação. Essa desinformação enfraquece a confiança pública em fontes legítimas e fortalece a narrativa que favorece o movimento.

A relação entre o bolsonarismo e o enfraquecimento das instituições democráticas é evidente nos constantes ataques ao judiciário, à mídia e ao sistema eleitoral. Com retórica que questiona a legitimidade dessas instituições, o movimento mina a confiança no sistema democrático, promovendo uma lealdade cega ao líder. Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que essa tática é típica de movimentos que buscam estabelecer regimes autocráticos sob a aparência de democracias.

A ascensão do bolsonarismo traz implicações sérias para a sociedade brasileira e a democracia. Ao explorar as vulnerabilidades do ambiente digital e a psicologia social, o movimento favorece a concentração de poder e enfraquece os mecanismos de controle democrático, ameaçando o equilíbrio e a integridade das instituições.

O bolsonarismo, como um movimento político sagaz, explora as plataformas digitais com a destreza de quem sabe que, em tempos de cliques, a razão é um luxo, e as emoções são o verdadeiro palco. Usando de manipulação emocional e intuições morais, o movimento vai direto ao ponto: conquistar corações e mentes, ou melhor, intuições e reações viscerais. Não se trata de um debate de ideias, mas de uma dança com as emoções mais primitivas e profundas. Nesta seção, vamos desdobrar como as ideias de Haidt (2012), Kahneman (2011) e Bandura (1977) ajudam a decifrar os truques do bolsonarismo na manipulação emocional e como isso acende o pavio da polarização.

Jonathan Haidt (2012) já cravou que nossas decisões morais não nascem da razão, mas de intuições emocionais automáticas – rápidas como uma faísca. O bolsonarismo utiliza as redes digitais para explorar intuições morais profundamente enraizadas, como o medo e o nacionalismo exacerbado. Essas campanhas são habilmente desenhadas com o auxílio de psicometria, segmentando audiências e adaptando mensagens emocionais para amplificar sentimentos de indignação e pânico. A capacidade de mapear perfis psicológicos e segmentar mensagens específicas para cada grupo faz o movimento soar como uma voz interior, moldando as emoções de seus seguidores antes que qualquer análise racional tenha a chance de entrar no jogo.

Apoiando-se na psicometria, o bolsonarismo explora os dados comportamentais coletados pelas redes sociais para construir um mapeamento emocional detalhado. Informações como curtidas, interações e dados demográficos são tratadas como indícios estratégicos, permitindo traçar perfis psicométricos precisos. Com base nesses perfis, o movimento ajusta suas mensagens de forma calculada, direcionando-as às fragilidades emocionais de seus apoiadores. O resultado é a amplificação de uma lógica polarizadora de “nós” contra “eles”, na qual o diálogo é substituído pela estigmatização de adversários e grupos marginalizado. Nasce, assim, uma zona de conforto emocional que desestimula qualquer tentativa de conversa racional.

Daniel Kahneman (2011), com sua divisão entre "Sistema 1" (rápido, intuitivo, emocional) e "Sistema 2" (lento, analítico, deliberado), ajuda a explicar por que essas táticas funcionam tão bem. O bolsonarismo aciona o Sistema 1 como quem aperta um botão: suas mensagens são rápidas, inflamadas e, claro, emocionalmente carregadas. Quem precisa de reflexão crítica quando a indignação vem de graça, e em tempo recorde? O Sistema 2, que demandaria um pouco mais de esforço e análise, é praticamente anulado no frenesi das redes

sociais. Com a enxurrada de informações rápidas e sensacionalistas, a reflexão crítica se torna um artigo de luxo, e a emoção reina soberana.

E é aí que o ciclo vicioso se completa: as redes sociais, que preferem a emoção à razão, tornam-se o ambiente perfeito para essa estratégia. As redes sociais operam como câmaras de eco, ativando repetidamente o Sistema 1 dos usuários, caracterizado por reações rápidas e emocionais. Esse ambiente impulsiona interações instantâneas, como compartilhamentos e 'likes', fortalecendo continuamente a validação emocional e consolidando padrões de polarização. As mensagens bolsonaristas não apenas ressoam, mas ecoam, criando uma realidade paralela onde o confronto com visões alternativas é cada vez mais improvável.

No fim, as ideias de Kahneman iluminam como essa manipulação emocional alimenta um ambiente digital onde as pessoas se envolvem com aquilo que reafirma suas emoções, e não com o que desafia suas percepções. Afinal, para que gastar tempo pensando quando é tão fácil sentir e reagir?

Albert Bandura (1977), em sua teoria do aprendizado social, nos mostra como as pessoas observam e imitam comportamentos, especialmente daqueles que enxergam como figuras de autoridade ou de seu grupo de identificação. E quando essas figuras oferecem uma justificativa moral — algo nobre ou uma defesa do "bem maior" —, entra em cena o conceito de "desobrigação moral seletiva". O que isso significa, basicamente, é que, sob o pretexto de uma causa elevada, as pessoas se sentem autorizadas a praticar ações que, em outras circunstâncias, seriam inaceitáveis. No bolsonarismo, essa dinâmica se manifesta claramente: os seguidores racionalizam comportamentos agressivos, intolerantes ou antidemocráticos, convencendo-se de que estão protegendo a nação ou os valores morais.

A manipulação emocional é o combustível desse processo. O bolsonarismo pinta seus adversários como "inimigos da pátria" ou "ameaças morais", criando um cenário onde o discurso de ódio e a desinformação parecem não só justificados, mas necessários. Esse tipo de narrativa é amplificada pelas bolhas de filtro nas redes sociais, onde os seguidores ficam imersos em um fluxo contínuo de conteúdo que confirma suas crenças e os isola de outras perspectivas. O resultado? Um ambiente onde a polarização e o antagonismo se tornam não apenas comuns, mas vitais para a sobrevivência do movimento.

Jonathan Haidt (2012) nos ajuda a entender como essas intuições morais funcionam. Para Haidt, nossa moralidade se baseia em pilares como lealdade, autoridade, santidade e justiça. Grupos sociais diferentes dão ênfase a distintos fundamentos morais, e o bolsonarismo

sabe muito bem como explorar esses valores. Ao se posicionar como o defensor da família, da pátria e da moralidade, o movimento apela diretamente a essas intuições morais, construindo uma identidade de grupo coesa. E quando um grupo se sente como o guardião da moralidade, ele também sente que deve protegê-la a qualquer custo, o que reforça ainda mais sua lealdade.

Esse fortalecimento das intuições morais não só mobiliza apoio, mas também aprofunda a divisão entre "os moralmente corretos" (os apoiadores do movimento) e "os corruptos" ou "imorais" (aqueles que se opõem a ele). Esse tipo de polarização é intensificado pelo ambiente digital, onde redes sociais facilitam a criação de comunidades moralmente homogêneas e garantem que seus membros se alimentem de um fluxo constante de conteúdos que confirmam suas visões de mundo. Essa estrutura dificulta o diálogo e promove um ciclo de radicalização, onde a complexidade das questões políticas é substituída por uma narrativa simplista e maniqueísta.

A psicomетria, fundamentada na coleta de dados psicológicos e comportamentais, tornou-se uma ferramenta política chave. Ela permite que campanhas identifiquem vulnerabilidades emocionais e ajustem suas estratégias de comunicação para manipular ações e opiniões, moldando o comportamento político com precisão. No contexto do bolsonarismo, essas técnicas são usadas para segmentar audiências e intensificar a radicalização, explorando vulnerabilidades emocionais e construindo uma base de apoio leal e polarizada. Esta seção analisa como o bolsonarismo se vale de dados comportamentais para manipular a autoeficácia dos indivíduos e isolá-los em bolhas digitais, reforçando uma visão de mundo simplista e rígida.

Líderes carismáticos, especialmente em tempos de incerteza social e econômica, tendem a atrair seguidores predispostos à obediência quase inquestionável. Adorno, em *A Personalidade Autoritária* (1950), argumenta que indivíduos com traços de personalidade autoritária buscam líderes que ofereçam ordem e segurança, criando uma relação de dependência. Esse tipo de liderança prospera em ambientes digitais, onde as mensagens polarizadoras, carregadas de emoção, se espalham rapidamente e atingem públicos vastos. Freud (1921), em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, complementa essa análise, afirmando que o líder carismático assume um papel quase paternal, canalizando os impulsos emocionais dos seguidores para ações coletivas. Nesse cenário, as redes sociais funcionam como catalisadores, reforçando identidades e valores que satisfazem o desejo de pertencimento ao grupo, mas que também limitam a capacidade crítica dos indivíduos, isolados em bolhas de informação.

Elliot Aronson, em *O Animal Social* (1972), argumenta que tempos de crise social ou econômica tornam as pessoas mais suscetíveis a discursos populistas e autoritários. Aronson explica que, em momentos de instabilidade, a tendência é buscar segurança e respostas rápidas, o que torna a população receptiva a soluções simplistas para problemas complexos. No caso do bolsonarismo, os apoiadores abraçam narrativas que dividem o mundo em bons e maus, com o líder se apresentando como um protetor contra ameaças internas e externas, que vão de opositores políticos à mídia tradicional.

Essa forte identificação com figuras autoritárias reflete uma disposição para seguir o líder sem questionamento, como aponta Aronson, onde a obediência se transforma em uma deferência acrítica. A dissonância cognitiva, já discutida no início do capítulo, também desempenha um papel central. Para manter a consistência interna de suas crenças, os apoiadores tendem a ignorar informações contraditórias, uma dinâmica exacerbada pelas bolhas informacionais das redes sociais. Essas bolhas reforçam constantemente as narrativas do movimento, validando as perspectivas dos seguidores e reforçando a lealdade ao líder, mesmo diante de evidências que possam contradizê-lo.

No final das contas, o bolsonarismo não apenas utiliza a psicometria para segmentar e manipular seus apoiadores, mas também se apoia na psicologia de grupo e nas vulnerabilidades emocionais para criar um ciclo de reforço, onde as crenças polarizadas são constantemente reafirmadas, dificultando o diálogo e o pensamento crítico.

Outro aspecto central no bolsonarismo é a construção de uma identidade digital que amplifica o sentimento de pertencimento e legitimação, transformando o ambiente virtual em um espaço onde a lealdade ao movimento se torna visível e performática. Nesse cenário, inspirado pela Sociedade do Espetáculo de Guy Debord, a política deixa de ser uma arena para o debate de ideias e se transforma em um palco de reafirmação de identidades. A lealdade ao líder e ao grupo é exibida de forma pública, por meio de hashtags, compartilhamentos de desinformação e posturas que demonstram fidelidade. Aqui, a política se torna espetáculo, em que o ato de parecer fiel é tão, ou mais, importante do que ser fiel.

Aronson, com seu conceito de “pressão pela conformidade”, ilumina esse comportamento, especialmente no ambiente digital. No contexto bolsonarista, essa pressão age como uma força que não só valida a necessidade de pertencer ao grupo, mas também marginaliza aqueles que discordam. Exibir sinais de lealdade se torna quase obrigatório, e questionar o líder ou as narrativas do grupo resulta em isolamento. As redes sociais, como

amplificadoras dessa identidade digital, alimentam essa conformidade, promovendo uma cultura de validação mútua entre os membros. Isso fortalece as barreiras contra informações externas e questionamentos críticos, consolidando a coesão interna do movimento e aumentando sua resiliência e capacidade de influência.

Shoshana Zuboff (2019), ao discutir o capitalismo de vigilância, descreve como essa nova ordem econômica transforma a experiência humana em dados comportamentais para prever e modificar ações em massa. No bolsonarismo, essa coleta massiva de dados psicométricos, fornecida pelas redes sociais, se torna uma ferramenta poderosa. Plataformas como Facebook e YouTube utilizam algoritmos para analisar interações, curtidas, compartilhamentos e até o tempo gasto em determinados conteúdos. Esses dados são usados para direcionar mensagens altamente personalizadas, apelando às emoções, medos e preocupações específicas de diferentes grupos. O bolsonarismo, assim, personaliza sua propaganda com precisão cirúrgica, moldando e reforçando crenças de forma adaptada ao perfil psicométrico de cada segmento da população.

Esse ciclo de retroalimentação entre identidade digital, pressão social e manipulação algorítmica permite ao bolsonarismo construir uma narrativa dominante em que a realidade se molda aos interesses do movimento.

Ao compreender as preferências, medos e frustrações de sua audiência, o bolsonarismo ajusta sua narrativa para provocar reações emocionais específicas, como a indignação contra adversários políticos ou o medo de uma iminente ameaça comunista. Essa segmentação, impulsionada pelos dados psicométricos, é extremamente eficaz em amplificar a polarização, pois permite ao movimento comunicar-se diretamente com o público, tocando em emoções e valores preexistentes. Por exemplo, usuários mais sensíveis ao tema da segurança pública são alvos de conteúdos sobre violência urbana e propostas de endurecimento das leis, reforçando a ideia de que o bolsonarismo é a única solução para garantir proteção.

Albert Bandura (2002) introduziu o conceito de autoeficácia, ou seja, a crença de uma pessoa em sua capacidade de realizar ações que afetam seu ambiente. O bolsonarismo manipula essa autoeficácia de maneira estratégica. Ao distorcer a realidade, o movimento cria uma narrativa em que apenas o apoio irrestrito à sua agenda pode trazer estabilidade e segurança. Essa tática gera uma dependência psicológica, fazendo os seguidores acreditarem que suas ações só terão impacto se estiverem alinhadas ao movimento, enquanto enfraquece a confiança em qualquer iniciativa fora desse contexto.

Os algoritmos das redes sociais, ao priorizarem conteúdos que provocam maior engajamento emocional, isolam os indivíduos em bolhas informacionais. Nessas bolhas, os usuários são continuamente expostos a conteúdos que reforçam suas crenças, ao passo que informações contraditórias são minimizadas ou ignoradas. Isso não só fortalece o senso de pertencimento ao movimento, como também aprofunda a sensação de segurança ao se manter dentro dessa bolha. Esse controle algorítmico sustenta um fluxo constante de informações que reforçam a autoeficácia dos apoiadores ao vincularem a eficácia de suas ações à defesa da agenda bolsonarista. Ao final, a manipulação algorítmica leva os indivíduos a crer que o bolsonarismo é a única forma eficaz de atuação política, apagando qualquer outra possibilidade de agência fora desse espectro.

Zuboff (2019) descreve o papel dos algoritmos na criação de "bolhas de filtro", onde os usuários são expostos apenas a informações que reforçam suas opiniões, excluindo outras perspectivas. O bolsonarismo se beneficia amplamente dessa dinâmica, já que essas bolhas fortalecem uma visão homogênea e coesa entre seus apoiadores. Ao excluir informações desafiadoras, há um enfraquecimento da autonomia cognitiva, pois os indivíduos deixam de questionar ou considerar alternativas. A repetição constante de mensagens dentro dessas bolhas reforça a confiança nas opiniões existentes e intensifica a polarização, tornando divergências ameaçadoras e o pensamento crítico cada vez mais raro.

Essa "realidade paralela", construída por meio da manipulação psicométrica e algorítmica, cria seguidores imunes a qualquer informação externa. Nesse espaço, o bolsonarismo pode sustentar discursos extremistas e fomentar o antagonismo, já que os indivíduos não são confrontados com dados que possam questionar essas visões. Isso resulta em uma sociedade fragmentada, onde diferentes segmentos vivem versões conflitantes da realidade, e o diálogo se torna praticamente impossível.

A utilização de psicometria e manipulação algorítmica para moldar comportamentos representa uma ameaça significativa à democracia. Esses mecanismos não apenas restringem o pensamento crítico, mas também exacerbam a polarização política ao isolar os indivíduos em bolhas informacionais fechadas. Zuboff argumenta que o capitalismo de vigilância usa essas técnicas para exercer controle sobre os indivíduos, moldando suas opiniões e ações conforme interesses corporativos e políticos. No bolsonarismo, essa manipulação cria uma forma de controle político que enfraquece a autonomia dos cidadãos, dificultando decisões informadas.

A personalização de conteúdos e o confinamento nas bolhas informacionais suprimem a pluralidade de ideias e minam a capacidade crítica dos indivíduos.

Essa manipulação abala os pilares da democracia, já que os cidadãos perdem acesso a uma diversidade de informações e, com isso, a habilidade de exercer um julgamento independente. Ao reforçar o controle emocional e psicológico, a manipulação algorítmica compromete a possibilidade de uma esfera pública verdadeiramente inclusiva e orientada ao debate racional. Em vez de uma sociedade informada e capaz de deliberar criticamente sobre questões políticas, o que emerge é um ambiente dominado pelo controle psicométrico, em que indivíduos agem conforme os interesses de movimentos autoritários que buscam consolidar poder e silenciar dissidências.

A análise do uso da psicometria pelo bolsonarismo revela como o movimento explora vulnerabilidades emocionais e psicológicas para expandir sua influência. Ao segmentar audiências com base em dados comportamentais e manipular sua autoeficácia, o bolsonarismo direciona mensagens que ressoam com os valores e emoções de diferentes grupos, isolando-os em bolhas de polarização. A manipulação algorítmica reforça uma visão de mundo unilateral e facilita a radicalização, comprometendo a capacidade dos indivíduos de questionar ou refletir criticamente.

Esse controle psicométrico sobre percepções e comportamentos fortalece o bolsonarismo e, ao mesmo tempo, representa uma ameaça significativa à democracia, ao promover a fragmentação social e a alienação cognitiva. Compreender as dinâmicas desse processo é essencial para reconhecer os riscos que essas técnicas representam para o futuro da democracia e da autonomia individual na era digital.

O bolsonarismo exemplifica o uso estratégico e agressivo das redes sociais para enfraquecer a democracia, disseminando desinformação e polarizando a opinião pública. Por meio de algoritmos que priorizam conteúdos de alto engajamento emocional, essas plataformas se tornam ferramentas fundamentais para movimentos populistas e neofascistas. No caso do bolsonarismo, as redes são utilizadas para criar câmaras de eco e disseminar narrativas simplistas e maniqueístas que deslegitimam instituições democráticas e incentivam a violência simbólica contra aqueles que são vistos como "inimigos". A seguir, exploraremos como essa estratégia digital impacta a democracia e fragiliza a coesão social.

As redes sociais, como observado por Eli Pariser (2011), facilitam a criação de 'bolhas de filtro' ou câmaras de eco, onde os usuários consomem apenas informações que reforçam suas crenças preexistentes. Esse isolamento digital é deliberadamente explorado pelo bolsonarismo

para disseminar desinformação e radicalizar os debates públicos. Nessas bolhas, o movimento promove discursos de ódio que deslegitimam opositores, transformando-os em alvos de ataques simbólicos. A proliferação de fake news e teorias conspiratórias, amplamente encorajada, atinge especialmente os menos familiarizados com a verificação de informações, tornando-os vulneráveis a narrativas alarmistas. A construção de uma realidade distorcida nas redes sociais é intencional e cuidadosamente orquestrada. Quanto mais segmentada e radicalizada a audiência, maior é sua lealdade ao movimento. Campanhas digitais, muitas vezes financiadas de forma opaca, aproveitam os algoritmos das plataformas para amplificar conteúdos polarizadores. Boito Jr. (2020) observa que o bolsonarismo utiliza essas táticas para atacar a imprensa, o judiciário e outras instituições, propagando a ideia de que a democracia está em crise devido a uma conspiração das elites. Isso solidifica a lealdade de seus seguidores e reforça a narrativa de "luta contra o sistema", que é o cerne do discurso bolsonarista.

O movimento constrói narrativas simplistas e maniqueístas, apresentando a política como uma batalha entre o “bem” (representado pelos patriotas) e o “mal” (os traidores). A linguagem direta e polarizadora transforma o debate político em uma guerra moral, demonizando qualquer um que tenha opiniões divergentes. Jürgen Habermas (1984) argumenta que a esfera pública deveria ser um espaço para o diálogo racional e o confronto de ideias. No entanto, o bolsonarismo inverte essa lógica, criando um ambiente digital hostil, onde dissenso é recebido com desconfiança e agressão. Em vez de promover o debate, o movimento estimula a violência simbólica, silenciando opositores e mantendo a sociedade em um estado constante de antagonismo.

Com essa abordagem, o bolsonarismo não só manipula o espaço digital para fortalecer sua base, mas também contribui diretamente para o enfraquecimento da democracia e a erosão da coesão social, transformando o diálogo público em um campo de batalha moral e político.

Ao promover uma retórica de desconfiança e confronto, o bolsonarismo aliena os cidadãos das instituições democráticas, minando sua legitimidade enquanto finge defendê-las. O movimento questiona repetidamente a integridade do sistema eleitoral, dos tribunais e da mídia, propagando a ideia de que essas instituições são controladas por forças antibrasileiras. Essa estratégia visa corroer a confiança pública e criar uma base mobilizada por emoções, não por argumentos racionais, nutrindo a sensação de participar de uma luta heroica contra um sistema "corrupto".

A partir das redes sociais, o bolsonarismo não apenas espalha desinformação, mas também apelos emocionais que incitam seus seguidores a adotar uma postura de constante oposição e suspeita. A violência simbólica – por meio de insultos, campanhas de difamação e discursos de ódio – se torna uma ferramenta de intimidação, usada para silenciar vozes dissidentes. Como Habermas (1984) argumenta, uma esfera pública saudável é fundamental para a democracia, permitindo o confronto de ideias e a construção de consensos. Entretanto, o bolsonarismo distorce esse espaço, promovendo polarização extrema e deslegitimando as vozes divergentes, transformando o debate público em um campo de ataques pessoais e acusações infundadas.

Neste cenário, a violência simbólica ultrapassa o campo dos insultos, tornando-se uma ferramenta deliberada de coerção e desumanização. O movimento incita sua base a atacar opositores políticos, jornalistas e defensores de direitos humanos, fomentando um ambiente de medo e censura para qualquer dissidência. Esse ambiente não apenas aprofunda a polarização, mas também enfraquece os pilares democráticos, tornando o diálogo e a construção de consensos quase impossíveis. A fragmentação social se agrava, e a violência simbólica emerge como um mecanismo que bloqueia a cooperação e impede o pleno exercício da cidadania.

A fragilização da democracia por meio das estratégias digitais representa um risco sério à estabilidade social e política, mas o bolsonarismo soube explorar essas vulnerabilidades de forma sutil e eficaz. Como aponta Boito Jr. (2020), essa subversão ocorre através da mobilização digital de massas, que, envolvidas em uma visão distorcida da realidade, acabam questionando – e muitas vezes rejeitando – a legitimidade do próprio sistema democrático. Nas câmaras de eco criadas pelas redes sociais, onde só há espaço para uma narrativa unidimensional, o acesso à pluralidade de informações se restringe, levando a uma visão de mundo onde a democracia é tratada como um obstáculo, e não uma conquista.

Nesse cenário, as táticas digitais do bolsonarismo atuam diretamente contra os princípios democráticos, incentivando uma alienação política em que os cidadãos perdem a confiança nas instituições e se voltam para a figura autoritária como a única solução para "salvar" o país. A tecnologia, assim, não apenas molda opiniões, mas transforma a realidade social, reduzindo a capacidade de os indivíduos exercerem seus direitos democráticos de maneira plena e informada. Com isso, o bolsonarismo, por meio da manipulação digital, não apenas enfraquece o ideal democrático, mas também prepara o terreno para o autoritarismo e o desrespeito aos direitos civis.

Esse processo, por mais sutil que pareça, é profundo em suas consequências, transformando a política em uma plataforma de controle e desinformação, onde o diálogo se torna cada vez mais raro, e a confiança, um recurso escasso. Ao criar essa realidade, o movimento não apenas altera o cenário político atual, mas reconfigura os valores democráticos de maneira preocupante e duradoura.

Como apontam Pariser, Habermas e Boito Jr., as estratégias digitais utilizadas pelo bolsonarismo provocam uma erosão gradual da esfera pública e enfraquecem as práticas democráticas essenciais. A manipulação emocional e o uso instrumental das tecnologias digitais em prol de uma ideologia autoritária representam ameaças profundas à democracia, destacando a necessidade urgente de novas abordagens e regulações que mitiguem o impacto dessas práticas. Entender esses fenômenos é fundamental para que a sociedade desenvolva formas eficazes de resistir a essa manipulação e promova uma esfera pública que reflita genuinamente os princípios democráticos de pluralidade e respeito mútuo.

Nesse contexto, a influência de Olavo de Carvalho no bolsonarismo é emblemática. Sua experiência como líder de diversas seitas lhe permitiu refinar técnicas de manipulação psicológica que se revelam extremamente eficazes no ambiente digital contemporâneo. Em *O Jardim das Aflições*, Carvalho descreve métodos como a estimulação contraditória, a fidelização cega a um líder, e o desenraizamento social — estratégias que, em vez de libertar, servem para aprisionar mentes. A estimulação contraditória, por exemplo, expõe os seguidores a ideias mutuamente excludentes, gerando confusão deliberada que enfraquece o pensamento crítico. Quanto mais contraditória a mensagem, maior a submissão ao líder, que se coloca como a única fonte de estabilidade em meio ao caos.

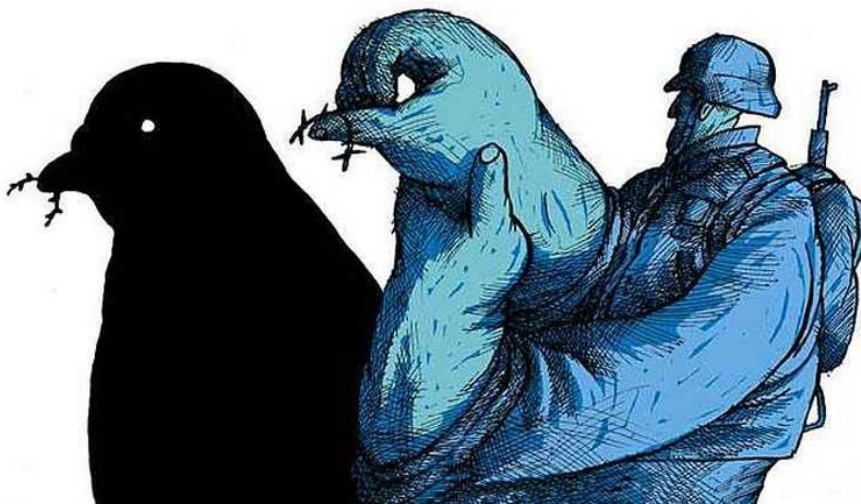
O conceito de desenraizamento social é central nesse processo. Ele envolve a alienação dos indivíduos de suas redes afetivas e sociais tradicionais, como amigos e familiares, que passam a ser vistos como ameaças por não compartilharem da mesma ideologia. Esse isolamento não é um efeito colateral do radicalismo, mas uma estratégia deliberada de controle, que enfraquece os laços externos e reforça a dependência emocional e cognitiva do grupo. Durante as eleições de 2018 e 2020, esse fenômeno ficou especialmente evidente, com inúmeros relatos de pais e filhos rompendo vínculos por divergências políticas, além de casais que se separaram por não conseguirem lidar com opiniões conflitantes. Esses rompimentos mostram como o desenraizamento social transcende o discurso ideológico: ele destrói relações afetivas em nome da "pureza ideológica".

As bolhas informativas, alimentadas por algoritmos que priorizam conteúdo polarizador, transformam-se em câmaras de eco que amplificam o viés de confirmação, isolando ainda mais os seguidores de opiniões divergentes. O desenraizamento social, nesse contexto, não apenas aliena, mas constrói uma nova identidade coletiva moldada exclusivamente pelo grupo, onde qualquer questionamento é visto como traição. A radicalização se aprofunda à medida que laços afetivos são rompidos sem hesitação. Amigos, parentes e até vizinhos são descartados como obstáculos à lealdade ideológica.

Em termos de psicologia social, o desenraizamento social é uma estratégia calculada para intensificar o controle sobre os seguidores. Ao romper seus laços externos, o indivíduo se torna mais vulnerável às narrativas do grupo e, temendo o ostracismo, evita qualquer comportamento que o coloque em desacordo com o líder ou com a coletividade. Embora o conceito de dissonância cognitiva ajude a entender como essas mentes ajustam suas crenças para evitar o desconforto das contradições, o isolamento nas bolhas digitais minimiza esse desconforto. Os seguidores se acomodam em uma realidade onde o pensamento crítico é substituído pela reafirmação constante de suas convicções, tornando o debate e o questionamento quase impossíveis.

O bolsonarismo exemplifica a criação de uma realidade alternativa por meio das redes sociais, facilitando a disseminação de narrativas de pós-verdade. Esse fenômeno está diretamente relacionado à hiper-realidade, conceito de Jean Baudrillard (1981), que descreve um estado em que o real e o falso se misturam até se tornarem indistinguíveis. Ao construir uma psicologia de manipulação cuidadosamente orquestrada, o bolsonarismo utiliza as redes para criar um mundo de simulacros e narrativas emocionais, priorizando o engajamento em detrimento da veracidade. Essa estratégia leva seus seguidores a habitarem uma realidade projetada para manipular suas percepções e comportamentos.

Figura 10 - Charge: Violência Simbólica e Desinformação



Fonte: O Estado de S. Paulo (31/3/2020)

As redes sociais desempenham um papel crucial nessa construção, manipulando informações para evocar emoções fortes e provocar reações instintivas. Kahneman (2011) descreve o comportamento humano com base em dois sistemas de pensamento: o Sistema 1, rápido e emocional, e o Sistema 2, mais lento e analítico. O ritmo frenético das redes sociais ativa principalmente o Sistema 1, favorecendo reações automáticas e reduzindo a capacidade dos usuários de realizar análises críticas. Isso abre espaço para uma aceitação mais fácil de informações distorcidas ou falsas.

O bolsonarismo usa essas ferramentas de forma calculada, produzindo e compartilhando conteúdos que apelam diretamente às intuições emocionais, enfraquecendo a capacidade dos usuários de discernir entre verdade e mentira. Como observa McIntyre (2018), na era da pós-verdade, o fluxo incessante de informações alinhadas ao discurso bolsonarista satura o ambiente digital, criando uma hiper-realidade em que narrativas emocionais dominam os fatos objetivos. Assim, as redes sociais se tornam plataformas de propaganda e mobilização afetiva.

Ao instrumentalizar essas redes, o bolsonarismo constrói uma versão distorcida da realidade, reforçando preconceitos e crenças de sua base de apoio, isolando-a de perspectivas alternativas. Nesse ambiente hiper-real, conforme Baudrillard descreve, o bolsonarismo se projeta como a única fonte de verdade, enquanto demoniza qualquer informação conflitante como "*fake news*" ou como uma ameaça ao Brasil.

Além disso, a lógica de engajamento das redes sociais, que recompensa conteúdos polarizadores e emocionalmente carregados, amplifica a capacidade do bolsonarismo de

construir narrativas que parecem mais reais do que a própria realidade. McIntyre (2018) explica que as narrativas de pós-verdade são eficazes porque manipulam emoções e oferecem versões da realidade que se ajustam às experiências subjetivas dos indivíduos. Dessa forma, os seguidores do bolsonarismo se veem imersos em um fluxo constante de informações que não apenas reforçam suas crenças, mas também criam uma coesão grupal, tornando o questionamento crítico cada vez mais difícil.

Na era digital, a hiper-realidade descrita por Baudrillard se torna um campo fértil para a manipulação psicológica, onde a verdade é continuamente reconstruída, e os eventos reais são distorcidos para se adequarem às narrativas preestabelecidas pelo movimento. A psicologia da manipulação, como explorada por Kahneman, revela que o bolsonarismo se aproveita dos atalhos mentais e heurísticas que os usuários utilizam para processar rapidamente as informações nas redes. Esses mecanismos simplificados de interpretação tornam os seguidores mais inclinados a aceitar narrativas que ressoam com seus medos e preconceitos, potencializando o impacto da propaganda bolsonarista.

A construção de uma realidade alternativa facilita a aceitação dessas narrativas e contribui para a alienação cognitiva — um efeito colateral da hiper-realidade, no qual os indivíduos perdem a capacidade de distinguir entre o real e o simulado. Isso se reflete na desconfiança generalizada em relação à mídia tradicional e às instituições democráticas, muitas vezes acusadas de manipulação. O bolsonarismo incentiva essa desconfiança ao criar um “inimigo comum” e promover uma visão de mundo onde apenas o movimento oferece a “verdade”. Como McIntyre (2018) observa, a era da pós-verdade é marcada pela irrelevância da verdade objetiva, substituída por realidades moldadas ao desejo de quem as constrói — uma estratégia central para o bolsonarismo no ambiente digital.

Essa realidade alternativa não apenas distorce a percepção dos fatos, mas também prejudica a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Kahneman discute como o domínio do Sistema 1 nas redes sociais faz com que os indivíduos se tornem consumidores passivos de informações, reagindo automaticamente ao conteúdo emocional e se tornando menos propensos a questionar a veracidade do que consomem. Nesse ciclo, a alienação cognitiva desativa o senso crítico, desconectando o indivíduo da capacidade de avaliar fontes e conteúdos com discernimento.

Esse fenômeno prejudica a participação democrática, pois cidadãos que não conseguem questionar as informações que recebem ficam vulneráveis a manipulações que favorecem movimentos autoritários. A criação de uma realidade alternativa, portanto, não é apenas uma

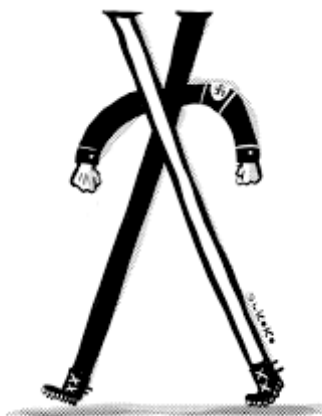
tática de comunicação, mas uma forma de controle que compromete profundamente o engajamento democrático e a resistência às narrativas autoritárias.

Compreender a psicologia da manipulação, junto à hiper-realidade digital, é crucial para desvendar as novas dinâmicas de poder e controle na era do capitalismo cognitivo. A criação de uma realidade alternativa, promovida por movimentos como o bolsonarismo, é uma ferramenta poderosa para manter a lealdade ao mesmo tempo em que enfraquece a capacidade crítica da sociedade, reforçando estruturas autoritárias que se beneficiam dessa alienação cognitiva. O estudo dessas dinâmicas fornece uma base teórica necessária para entender as implicações mais amplas desse fenômeno e para desenvolver estratégias de resistência que promovam a educação crítica e o fortalecimento da democracia em um cenário de crescente manipulação digital.

A conclusão deste capítulo sintetiza a necessidade urgente de promover resistências democráticas eficazes diante da ascensão de movimentos autoritários, como o bolsonarismo, que se aproveitam de vulnerabilidades psicológicas e das novas tecnologias digitais para manipular e controlar a opinião pública. Operando na era da pós-verdade e do capitalismo digital, o bolsonarismo desafia a democracia ao usar redes sociais e plataformas digitais para disseminar desinformação, polarizar a sociedade e enfraquecer as instituições democráticas. Frente a essas ameaças, a educação crítica surge como uma ferramenta essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de resistir a essas manipulações.

Movimentos autoritários como o bolsonarismo não se limitam a espalhar desinformação e manipular emoções; eles também criam um ambiente em que as fronteiras entre o real e o falso se diluem, minando as bases do debate racional e da própria democracia. Adorno e Horkheimer (1944), em suas análises sobre a indústria cultural, indicam que a manipulação ideológica visa moldar as crenças e comportamentos dos indivíduos. No contexto digital atual, essa manipulação torna-se ainda mais sutil e poderosa, permitindo que o bolsonarismo intensifique seu controle ideológico e amplie seu alcance. Isso torna mais difícil a resistência crítica, reforçando a necessidade urgente de desenvolver mecanismos que possam desafiar essa dominação e restaurar o espaço público como um lugar de debate genuíno e esclarecido.

Figura 11: Charge: Tecnofascismo



Autor: Pedro Parrilla

A educação crítica é central para a formação de uma cidadania ativa e engajada, capaz de reconhecer e questionar narrativas manipuladoras e polarizadoras. Peter McLaren (2005), teórico da pedagogia crítica, argumenta que a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimento técnico; ela deve capacitar os indivíduos a questionar as estruturas de poder e a ideologia dominante. No caso do bolsonarismo, a educação crítica se torna fundamental para desmascarar os mecanismos de manipulação emocional e conscientizar a população sobre os perigos de aceitar passivamente as narrativas promovidas pelo movimento. A educação crítica também ajuda a promover a verdade e a importância da verificação de fatos, desenvolvendo habilidades para discernir entre informações confiáveis e distorcidas.

Assim, para resistir ao controle ideológico promovido pelo bolsonarismo e restaurar a integridade do espaço público, é vital que se invista na formação de uma cidadania crítica, que valorize a verdade, questione o poder e esteja preparada para enfrentar as manipulações digitais que ameaçam a democracia.

Zuboff (2019) nos dá uma pista clara sobre como o capitalismo de vigilância transforma o conhecimento e o aprendizado em mercadoria, priorizando o lucro e o engajamento em vez de uma educação genuína e voltada para a autonomia intelectual. Contra essa lógica de mercado, promover uma educação que resista a essa commodificação é uma maneira de restaurar seu papel transformador e emancipatório. Quando a vigilância digital invade o espaço educacional, o aprendizado é reduzido a números e métricas de desempenho, sufocando o desenvolvimento do pensamento crítico. Zuboff defende que a educação deve ser um espaço de liberdade intelectual, longe da interferência do capitalismo de vigilância, para que as pessoas possam pensar e refletir de forma independente.

O uso de narrativas polarizadoras e manipulação emocional tem impactos profundos na democracia. Essas táticas substituem o diálogo e a cooperação pela hostilidade e a intolerância. Para resistir a isso, é fundamental que a educação crítica desenvolva habilidades como a alfabetização midiática e digital, capacitando as pessoas a avaliar melhor as informações que consomem e a identificar estratégias de manipulação emocional. Adorno e Horkheimer também nos alertaram que o pensamento crítico precisa ser incentivado desde cedo para que as pessoas compreendam a complexidade das questões sociais, tornando-se capazes de resistir às simplificações perigosas que alimentam o autoritarismo.

No Brasil, onde o bolsonarismo se consolidou como uma força significativa, é essencial que as escolas incentivem o questionamento e o pensamento independente. Isso inclui ensinar os estudantes a avaliar a credibilidade das fontes de informação, identificar vieses e desconfiar de mensagens emocionais que não se sustentam em fatos. McLaren (2005) defende que uma educação verdadeiramente democrática valoriza a diversidade de perspectivas e incentiva o debate aberto e respeitoso, como uma forma de combater a polarização e a radicalização que alimentam movimentos autoritários como o bolsonarismo.

Em resumo, a educação crítica é vital para a resistência democrática em tempos de pós-verdade e manipulação digital. Apenas uma cidadania crítica e reflexiva pode conter a ascensão de movimentos autoritários, como o bolsonarismo, que exploram as fraquezas emocionais e digitais para espalhar suas narrativas. A educação, mais do que nunca, precisa empoderar as pessoas, não só instruindo, mas promovendo uma consciência crítica capaz de resistir à desinformação e ao autoritarismo.

Na discussão sobre a educação crítica como forma de resistência, é fundamental reconhecer que a manipulação psicométrica, própria do capitalismo digital, opera principalmente em um nível pré-cognitivo. Esse tipo de controle age diretamente sobre os processos sensoriais e emocionais, moldando percepções e reações de maneira sutil e rápida, muitas vezes antes que o pensamento racional entre em cena. Neste cenário, a educação crítica tradicional, que se apoia na análise lógica e no pensamento racional, se mostra insuficiente para lidar com tais mecanismos de influência. O enfrentamento dessas formas de manipulação demanda o que podemos chamar de "educação da sensibilidade" — uma abordagem pedagógica voltada para o desenvolvimento da autopercepção e da autoatenção. Essa prática permitiria ao indivíduo reconhecer e resistir a estímulos subliminares, que moldam comportamentos sem serem percebidos.

Erich Fromm contribui significativamente para essa ideia, ao propor uma formação que vai além do conhecimento técnico e cognitivo, focando na internalização de valores éticos e humanos. Fromm (1955) defende que a verdadeira liberdade depende de uma consciência integrada de si mesmo e do mundo ao redor, algo que apenas uma educação sensível e profunda pode cultivar. Assim, a educação crítica precisa evoluir para incluir essa dimensão sensorial e ética, promovendo uma atenção constante, para que os indivíduos não apenas entendam o mundo, mas vivenciem seus valores de forma autêntica e resistente às formas de controle mais sutis do ambiente digital.

Diante das ameaças crescentes à democracia, os sistemas educacionais precisam se posicionar como defensores da verdade e do pensamento crítico. Apenas por meio de uma educação que promova a formação integral do cidadão é possível imaginar uma sociedade capaz de resistir à manipulação e à desinformação, garantindo a proteção da democracia e dos direitos humanos em tempos de complexidade e incerteza. A luta contra o autoritarismo digital e a manipulação ideológica exige um compromisso contínuo com a educação e com a promoção de uma cidadania ativa, crítica e informada.

A ascensão do bolsonarismo no Brasil é um exemplo claro de como movimentos autoritários utilizam o ambiente digital para manipular percepções e consolidar o poder. Ao explorar os recursos do capitalismo digital, o bolsonarismo utiliza as redes sociais para disseminar desinformação, radicalizar suas bases e criar uma realidade alternativa que alimenta a polarização e enfraquece as instituições democráticas. Tais processos demandam uma análise crítica sobre as respostas necessárias para resistir ao avanço da manipulação digital. Nas considerações finais, refletiremos sobre a importância de uma educação crítica e da resistência democrática, propondo caminhos para enfrentar os desafios impostos pela era digital e pela pós-verdade.

Assim, a educação não pode ser reduzida a um processo técnico; ela deve ser vista como um projeto de formação ética e sensível, capaz de armar os indivíduos contra as forças manipuladoras que tentam silenciar a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Bolsonaro não foi apenas um acidente administrativo na educação brasileira, uma sucessão de equívocos e improvisos fruto da falta de planejamento. Não. O que se viu foi a execução meticulosa de um projeto político de desmonte estrutural, que mirou não apenas no financiamento das universidades e escolas públicas, mas na própria ideia de educação como direito e espaço de pensamento crítico. Seu objetivo não era apenas cortar verbas ou desorganizar o setor; era sufocar o conhecimento e neutralizar a capacidade da educação de produzir sujeitos autônomos, inquietos e questionadores.

O ataque começou cedo e com brutalidade simbólica. Em 2019, o corte de 30% das verbas das universidades federais foi anunciado sob o pretexto de conter gastos, mas acompanhado de uma retórica abertamente beligerante. Bolsonaro e seus ministros da Educação – Abraham Weintraub e, depois, Milton Ribeiro – justificaram a tesourada com discursos que associavam universidades à “balbúrdia”, à “doutrinação ideológica” e ao desperdício de recursos públicos. A estratégia era cristalina: criminalizar o pensamento acadêmico, convertendo a universidade pública em inimiga do “cidadão de bem” e do “pagador de impostos”. Não se tratava apenas de um ajuste fiscal, mas de um esforço sistemático para minar a legitimidade do ensino superior e enfraquecer sua função social.

O Future-se, programa que incentivava a captação de recursos privados para o financiamento das universidades, foi a peça central desse projeto. Sob o pretexto de modernizar a gestão do ensino superior, a proposta retirava do Estado a responsabilidade pelo financiamento da pesquisa e da educação, subordinando as instituições acadêmicas à lógica do mercado. O subtexto era evidente: a educação pública deveria ser um serviço passível de privatização, sujeito às oscilações do capital, e não um direito garantido pelo Estado. Embora a proposta tenha enfrentado resistência e não tenha sido plenamente implementada, seu princípio orientador permaneceu: a asfixia financeira como forma de disciplinamento institucional.

Além dos cortes orçamentários, o governo Bolsonaro interferiu diretamente na autonomia universitária ao nomear reitores interventores, ignorando as eleições internas das universidades. Essa prática, que desconsiderava a vontade das comunidades acadêmicas, não era apenas um gesto autoritário, mas um meio de consolidar o controle ideológico sobre as instituições de ensino superior. Os interventores, invariavelmente alinhados ao bolsonarismo,

foram nomeados para vigiar, reprimir e desmobilizar as resistências internas. O recado era claro: as universidades deveriam se curvar ou seriam punidas.

A educação básica também foi alvo da política bolsonarista, mas sob outra lógica. O foco aqui não foi apenas a precarização, mas a doutrinação conservadora e o militarismo. O governo ampliou o programa de escolas cívico-militares, vendendo a ideia de que a disciplina e a hierarquia resolveriam os problemas da educação pública. A agenda antipedagógica era explícita: a educação não deveria formar cidadãos críticos, mas sim indivíduos obedientes, treinados para seguir ordens. O discurso paranoico contra o "marxismo cultural" foi o pretexto para censurar professores, deslegitimar o ensino de ciências humanas e difundir a ideia de que a escola pública era um território de subversão moral.

Quando veio a pandemia, a sabotagem da educação atingiu um novo patamar. Enquanto o mundo discutia estratégias para garantir o ensino remoto, o governo Bolsonaro boicotou qualquer política de inclusão digital, negando-se a fornecer acesso à internet para estudantes de baixa renda e travando iniciativas legislativas que buscavam minimizar os impactos da exclusão. A negligência não era casual, mas deliberada: quanto mais precário o ensino público, mais se justificaria sua substituição por soluções privadas. O desprezo pela educação durante a pandemia não foi apenas reflexo da incompetência administrativa do governo; foi parte de uma estratégia mais ampla de elitização do ensino.

No entanto, o maior dano causado pelo bolsonarismo à educação não pode ser medido apenas em números. Seu legado mais profundo foi a normalização do anti-intelectualismo, o desprezo pela ciência e a corrosão da legitimidade do conhecimento acadêmico. O governo Bolsonaro elevou a ignorância ao status de virtude, transformando a figura do professor em inimigo público e associando o pensamento crítico a uma ameaça à moralidade e aos "valores tradicionais". Essa erosão simbólica foi ainda mais devastadora do que os cortes orçamentários, pois consolidou uma cultura política onde a dúvida, a pesquisa e a reflexão são vistas com desconfiança.

Diante desse cenário, a reconstrução da educação pública no Brasil não pode se limitar a uma recomposição de verbas ou a um ajuste administrativo. É preciso desarmar o discurso anti-intelectualista, restaurar a legitimidade do conhecimento como ferramenta de emancipação e fortalecer as instituições de ensino como espaços de resistência. A luta pela educação pública não é apenas uma disputa por orçamento; é uma batalha pelo direito de pensar e questionar. O bolsonarismo compreendeu essa dimensão e, por isso, atacou as universidades com tamanha

ferocidade. A resposta não pode ser tímida. Se a educação foi um dos alvos principais do projeto autoritário, precisa ser também a trincheira central da reconstrução democrática.

O que testemunhamos não é apenas a ascensão de uma nova tecnologia, mas a consolidação de um paradigma de controle no qual a subjetividade humana é monitorada, modelada e instrumentalizada para servir a interesses políticos e corporativos. A era digital, longe de cumprir sua promessa de democratizar o conhecimento e ampliar o espaço público do debate, revelou-se um sofisticado mecanismo de engenharia comportamental, onde a atenção se tornou um ativo valioso e a manipulação emocional substituiu a argumentação racional. Se, outrora, a censura se impunha pelo silêncio forçado, hoje ela se manifesta pela sobrecarga informacional, pela diluição da verdade em meio ao caos de versões conflitantes, e pelo uso da hiperexposição de afetos como ferramenta de controle social.

O conceito de capitalismo de vigilância, cunhado por Shoshana Zuboff, explica essa inversão de expectativas. O digital, que se apresentava como um espaço de interação livre, é, na realidade, um ambiente onde tudo é mensurável, preditível e manipulável. O que antes eram traços sutis da personalidade – gostos, inclinações, oscilações de humor – foram convertidos em dados brutos, analisados por algoritmos capazes de antecipar comportamentos e, mais importante, induzir reações. Em vez de simplesmente refletir as emoções humanas, as plataformas as amplificam e as instrumentalizam, gerando ciclos de indignação e euforia que mantêm os usuários engajados e, ao mesmo tempo, politicamente desorientados.

Nesse cenário, a ascensão da extrema-direita global não foi um acidente, mas um efeito colateral desejado dessa estrutura algorítmica. Movimentos autoritários como o bolsonarismo compreenderam, antes da esquerda, que a política contemporânea não se faz mais apenas nas ruas ou nos parlamentos, mas no fluxo invisível dos algoritmos que definem o que é visto e o que permanece oculto. Em um ambiente onde o engajamento é a moeda de troca, e a polarização garante maior retenção de usuários, o ódio e a desinformação tornaram-se produtos altamente rentáveis.

O governo Bolsonaro não apenas surfou nessa onda, mas soube alimentar sua base por meio de um ecossistema digital de desinformação, onde fake news não tinham a função primária de convencer, mas sim de saturar o espaço público, desmoralizar o conhecimento acadêmico e criar uma atmosfera de permanente mobilização emocional. O ataque à ciência e à educação não foi apenas um erro de gestão, mas um projeto consciente de deslegitimação do pensamento

crítico, uma forma de garantir que a opinião pública fosse moldada não por fatos, mas por afetos manipulados.

O impacto disso sobre a educação foi brutal. A disputa pelo controle da narrativa se traduziu no ataque sistemático às universidades, na difusão de discursos anti-intelectualistas e na crescente hostilidade contra professores e pesquisadores. A universidade, por tradição um espaço de resistência e produção de conhecimento crítico, foi transformada, na retórica bolsonarista, em um inimigo interno, um território tomado por uma suposta "doutrinação ideológica" que justificava cortes, intervenções e tentativas de privatização. A mesma lógica que impulsionou a radicalização digital alimentou um projeto deliberado de desmonte da autonomia universitária, onde reitores interventores foram nomeados para vigiar, enfraquecer e fragmentar a resistência acadêmica.

Mais grave ainda, a fragmentação da esfera pública e a ascensão da política algorítmica alteraram as próprias condições de possibilidade da mobilização social. Se antes a educação era um instrumento fundamental para a formação de sujeitos críticos e engajados, hoje ela se vê diante de um desafio ainda mais complexo: como ensinar a resistência em um ambiente onde as emoções são manipuladas antes mesmo da consciência reconhecê-las? Como formar cidadãos autônomos quando a própria noção de autonomia é minada por estímulos cuidadosamente calibrados para provocar indignação, medo e complacência?

É aqui que se torna evidente a necessidade de uma revolução pedagógica. A educação não pode mais se limitar à alfabetização digital convencional, que ensina a "checar fontes" e distinguir notícias falsas de verdadeiras. O problema não é apenas a mentira explícita, mas a forma como as plataformas moldam nossa percepção do real antes mesmo que possamos refletir sobre ele. Ensinar a interpretar textos complexos e argumentar de forma lógica continua sendo essencial, mas já não basta. O verdadeiro desafio da educação no século XXI é ensinar as pessoas a reconhecer a influência invisível dos algoritmos sobre suas próprias emoções, a perceber quando sua raiva ou entusiasmo foram induzidos por uma estrutura de estímulos cuidadosamente projetada para gerar engajamento.

Se os algoritmos são os novos instrumentos de controle social, a resposta educacional precisa ser igualmente sofisticada. A resistência não passa apenas por regulação estatal ou campanhas de conscientização, mas por um processo pedagógico profundo que ensine as pessoas a identificar quando estão sendo manipuladas – não apenas pelo conteúdo que consomem, mas pelo modo como ele as faz sentir. O domínio da linguagem crítica deve ser ampliado para incluir a alfabetização emocional e cognitiva, pois só compreendendo nossos

próprios impulsos e vulnerabilidades será possível resistir à captura da subjetividade promovida pelo capitalismo de vigilância.

O que está em jogo, no fim das contas, não é apenas a educação, mas a própria democracia. Uma sociedade incapaz de distinguir realidade de manipulação, ou de perceber os mecanismos que operam sobre suas emoções, é uma sociedade condenada à servidão algorítmica. Se no passado a luta pela liberdade passava pela resistência ao autoritarismo explícito, hoje ela exige um novo tipo de batalha: a luta contra a colonização dos afetos, contra a mercantilização da atenção e contra a transformação da política em um teatro onde os cidadãos desempenham papéis que lhes foram designados sem que sequer percebam.

A educação, portanto, precisa recuperar sua vocação não apenas como espaço de aprendizado, mas como trincheira de resistência. Resistência contra a erosão da autonomia, contra o rebaixamento da verdade ao estatuto de mero "conteúdo viralizável", contra a conversão do pensamento em um produto negociável dentro de um mercado de emoções fabricadas. Se a escola já foi o território onde aprendíamos a ler o mundo e a questionar seus fundamentos, agora ela precisa ser o espaço onde aprendemos a desconfiar das narrativas que nos chegam mastigadas, a duvidar dos impulsos que parecem naturais, a resistir à sedução da conveniência digital.

Se os algoritmos são os novos superegos digitais, moldando desejos e fabricando certezas, a educação deve assumir o papel de psicanalista coletivo, ajudando-nos a enfrentar não apenas as máquinas que nos vigiam, mas as sombras que nos habitam. O verdadeiro desafio da era digital não é apenas tecnológico, mas humano. E a questão essencial que emerge não é "como usar melhor as redes sociais?", mas como resistir à domesticação de nossas próprias consciências?

O que está em disputa na contemporaneidade transcende em muito a educação pública ou as políticas universitárias: trata-se da própria sobrevivência da verdade em tempos de capitalismo digital. Não há autoritarismo sustentável sem a destruição da autonomia do pensamento, e o que antes se fazia com censura explícita e queimadas de livros, agora se opera por meio de estratégias mais sofisticadas — sobrecarga informacional, fabricação de consensos artificiais, desorientação cognitiva. A questão não é apenas o que sabemos, mas como sabemos e, sobretudo, se ainda conseguimos saber por nós mesmos.

Se o século XX foi marcado por ditaduras que suprimiam a circulação de ideias dissidentes, o século XXI nos entrega a um modelo de controle mais sutil e, por isso, mais

eficiente: o governo dos algoritmos. Diferente dos regimes totalitários clássicos, que proibiam o acesso ao conhecimento, a nova censura não nega informação, mas a sufoca sob camadas de irrelevâncias, narrativas fabricadas e distrações incessantes. Não há necessidade de calar vozes quando se pode simplesmente torná-las inaudíveis no ruído digital.

O capitalismo de vigilância, como bem apontado por Shoshana Zuboff, não apenas monitora, mas antecipa e induz comportamentos. Google, Facebook, TikTok — os nomes variam, mas o princípio é o mesmo: transformar subjetividades em mercadoria, capturar desejos antes mesmo que sejam articulados e, com isso, moldar o tecido da realidade social. O problema não está apenas na espionagem constante, mas no fato de que a radicalização, o ódio e a histeria são algoritmicamente mais rentáveis do que o consenso, a complexidade e a reflexão. A disputa política, portanto, não se dá apenas nos parlamentos ou nas ruas, mas na arquitetura invisível dos códigos que determinam o que merece ser visto e o que será condenado ao esquecimento digital.

O bolsonarismo soube explorar essa lógica com maestria. Enquanto setores progressistas ainda acreditavam na comunicação racional e no poder dos argumentos, a extrema-direita compreendeu antes de todos que o novo campo de batalha se dá no plano dos afetos. As fake news não precisam ser convincentes; basta que sejam incessantes. A erosão da credibilidade das instituições acadêmicas, da imprensa e da ciência não precisa de provas, apenas de um fluxo contínuo de insinuações, escândalos fabricados e teorias conspiratórias distribuídas em velocidade viral.

O que Bolsonaro e seus estrategistas intuía — e que muitos intelectuais tardaram a perceber — é que, em um ambiente saturado de estímulos, a verdade não desaparece, mas se dissolve em meio ao caos informacional. A pós-verdade não é uma negação frontal da realidade, mas a criação de múltiplas realidades paralelas, onde cada indivíduo se sente um investigador "descobrimo" a verdade oculta. Não se trata de impor uma versão única dos fatos, mas de garantir que não exista nenhuma consensual. Em um mundo onde tudo é questionável, nada é verdadeiramente contestável. O resultado é um cinismo generalizado, onde a dúvida deixa de ser uma ferramenta epistemológica e se torna uma desculpa para não agir.

Diante desse cenário, a educação não pode se limitar a ensinar "checagem de fontes" ou "pensamento crítico" no sentido tradicional. A manipulação digital não se dá apenas pela disseminação de fake news, mas pela captura emocional, pelo direcionamento de indignações e pela espetacularização da política. Se a política tradicional operava no campo da ideologia, o tecnoautoritarismo opera no campo da engenharia de afetos. Contra esse fenômeno, não basta

ensinar a desconfiar das narrativas externas — é preciso capacitar indivíduos a desconfiar dos próprios impulsos que os tornam vulneráveis a essas narrativas.

Aqui reside a grande revolução pedagógica do século XXI: uma educação que não apenas ensine a interpretar textos e dados, mas que desenvolva uma consciência sobre os próprios mecanismos de desejo e medo que nos tornam manipuláveis. Freud já alertava que não somos senhores em nossa própria casa; os algoritmos apenas se tornaram os novos psicanalistas, decifrando-nos antes mesmo que possamos nos compreender. O desafio da educação, portanto, não é apenas fornecer conhecimento, mas ensinar a reconhecer quando nossos pensamentos e emoções estão sendo instrumentalizados.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luís. Bolsonarismo E Educação: Quando A Meta É Desconstruir Uma Política Pública. In: Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. Cap. 22, P. 255-269.
- ACCIOLY, Inny; SILVA, Amanda Moreira da; SILVA, Simone. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- ADORNO, Theodor W. **A Personalidade Autoritária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- ADORNO, Theodor W. **A Técnica Psicológica das Palestras Radiofônicas de Martin Luther Thomas**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/palestras.htm>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- ADORNO, Theodor W. **A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 153-189.
- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do Novo Radicalismo de Direita**. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Com Max Horkheimer. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Aurélio Werle. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia da Música**. Tradução de Susana Kampf. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**: Reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora 34, 1993.
- ADORNO, Theodor W. **O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição**. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: UNESP, 2005.
- ADORNO, Theodor W. **Palavra e Significado: Modelos Críticos I**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ADORNO, Theodor W. **Problemas da Moralidade**. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1996.
- ADORNO, Theodor W. **Teoria Crítica e Semiformação**: Escritos sobre Educação e Sociedade. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Petrópolis: Vozes, 1997.

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. **Renegociação de Dívidas com Fies**. Disponível em: <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso Em: 12 Jun. 2024.

AGOSTINHO DE HIPONA. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 413-426 d.C.

ALONSO, Angela; MELLO, Patrícia. **Transformações Da Sociedade Civil No Brasil Contemporâneo**. Revista Brasileira De Ciências Sociais, V. 30, N. 87, P. 1-20, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES, Estefanni Mairla; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. **Educação como mercadoria**: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. Revista Internacional de Educação Superior, v. 05, 2019, p. 01-26.

AMADEU, Sérgio. **A lógica do capitalismo de vigilância**: entrevista com Shoshana Zuboff. **Eptic**, v. 22, n. 2, p. 207-218, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13341>. Acesso em: 9 mar. 2025.

AMADOR, Rodney. A Herança de Bolsonaro para o Presidencialismo de Coalizão. **O Estadão**, 27 Jul. 2023. Disponível Em: <https://Www.Estadao.Com.Br/Politica/Gestao-Politicae-Sociedade/A-Heranca-De-Bolsonaro-Para-O-Presidencialismo-Decoalizacao/>. Acesso Em: 08 Ago. 2023.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. **Media And Young Minds**. Pediatrics, V. 138, N. 5, 2016.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Social Media Use and Perceived Social Isolation Among Young Adults in The U.S**. American Journal of Preventive Medicine, 2017.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANDES-SN. **Relatórios de violência nas universidades: 2019-2022**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/crescem-casos-de-violencias-contramulheres-criancas-e-adolescentes-no-brasil1/page%3A9/sort%3AConteudo.created/direction%3ADESC>. Acesso em: 9 mar. 2025. [andes.org.br](https://www.andes.org.br)

ANDIFES. **Documentos técnicos e notas públicas: 2020-2022**. Brasília: Associação dos Dirigentes das IFES, 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/RELATORIO-GESTAO-2021-2022.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025. [andifes.org.br](https://www.andifes.org.br)

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte De; MACEDO, Marconi Neves. O Desmonte Da Educação Superior No Governo Bolsonaro. **IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível Em: <https://Sbap.Org.Br/Ebap-2022/358.Pdf>. Acesso Em: 8 Fev. 2025.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1958.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução De Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASBRIDGE, Thomas. **The Crusades: The Authoritative History of The War for The Holy Land**. Harpercollins, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Propostas das Universidades Federais Brasileiras aos candidatos e às candidatas à Presidência da República em 2022**. Brasília: ANDIFES, 2022.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1992.

AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho; AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. Guy Debord e a transformação da subjetividade no capitalismo contemporâneo. In: ALBUQUERQUE, 184 Cynthia Studart et al. (Orgs.). **Educação, Subjetividade e Saúde Mental na realidade brasileira**. Fortaleza: EdUECE, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

Ball, S. (2003). "The Teacher's Soul and the Terrors of Performativity". **Journal of Education Policy**.

BALL, Stephen. **The Teacher's Soul and the Terrors of Performativity**. Journal of Education Policy, v. 18, n. 2, 2003.

BÁNKUTI, M.; Halmai, G.; Scheppele, K. L. **Disabling the Constitution**. Journal off Democracy, V. 23, N. 3, P. 138-146, 2012.

BAQUERO, Marcello (Org). **Riscos De Uma Democracia Em Crise: Os Jovens E A Política**. Porto Alegre: Evangraf, 2023.

BAQUERO, Marcello. **A Juventude E Os Desafios Da Construção Da Democracia No Brasil**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

BAQUERO, Marcello. Por Que Uma Cultura Política Da Juventude Não Se Institucionaliza No Brasil. In: Baquero, Marcello (Org). **Riscos De Uma Democracia Em Crise: Os Jovens E A Política**. Porto Alegre: Evangraf, 2023. Introdução, P. 5-35.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian Ideology. **Mute Magazine**, 1995. Disponível em: <http://www.metamute.org/editorial/articles/californian-ideology>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. Lisboa: Edições 70, 1980.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. 1. Ed. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BBC. **Filtros em fotos de crianças**: lojas virtuais são obrigadas a proibir uso. BBC Brasil, 2021.

BECHI, Diego. A formação de cidadãos reflexivos frente ao atual processo de mercantilização da educação superior. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 182, 2016, p. 88 104.

BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1964.

BEMVINDO, Vitor. Por Que Bolsonaro Odeia Professores? **Brasil De Fato**, 26 Out. 2018. Disponível Em: <https://Www.Brasildefato.Com.Br/2018/10/26/Artigo-Or-Por-Que-Bolsonaroodeia-Professores/>. Acesso Em: 07 Ago. 2023.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Gabriel Valladão Moreira. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora 34, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Infância em Berlim por volta de 1900**. Tradução de Carlito Azevedo. São Paulo: Editora 34, 2006.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora 34, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Luiz Costa Lima. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1936/1994.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Wealth_of_Networks. Acesso em: 9 mar. 2025.

BENNETT, W. L.; Segerberg, A. **The Logic of Connective Action: Digital Media and The Personalization of Contentious Politics**. *Information, Communication e Society*, V. 16, N. 3, P. 391-410, 2013.

BERGER, J.; Milkman, K. L. **What Makes Online Content Viral?** *Journal Of Marketing Research*, V. 49, N. 2, P. 192-205, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 29. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Lisboa: Edições 70, 1889.

BIESTA, Gert J.J. **El bello riesgo de educar**. Madrid: Ediciones SM, 2017.

BITTENCOURT, Renato Nunes. O desmantelamento da Universidade Pública pelo ódio temerário ao conhecimento. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 196, 2017, p. 145-154.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo**. 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/08/Plano-de-Governo-Jair-Bolsonaro-PSL.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BORGES, Ana. **A Legalidade Do Impeachment De Dilma Rousseff**. Brasília: Edições Jurídicas, 2020.

BORGES, L.; Pires, R. **As Políticas Educacionais No Governo Temer: Retrocessos E Desafios**. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, V. 33, N. 1, P. 99-115, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007

BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Dados sobre bolsas de pesquisa**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. 185

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2018**. Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 jan. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9465.htm. Acesso em: 9 mar. 2025. [planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br)+1 [planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br)+1

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 350 Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei Orçamentária Anual (LOA) - 2020. Brasília: Ministério da Economia, 2021.

BRASIL. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2019a. Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.Mec.Gov.Br](http://Basenacionalcomum.Mec.Gov.Br). Acesso Em: 18 Jun. 2024.

BRASIL. Ministério Da Educação. Tecnologias Digitais Da Informação E Comunicação No Contexto Escolar: Possibilidades. Base Nacional Comum. Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.Mec.Gov.Br](http://Basenacionalcomum.Mec.Gov.Br). Acesso Em: 18 Jun. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.122, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Diário Oficial da União: *seção 1*, Brasília, DF, 20 mar. 2020. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 9 mar. 2025. antigo.mctic.gov.br

BRASIL. Relatório de processos disciplinares. Brasília: Advocacia-Geral da União, 2023.
ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BRASIL. Relatório resumido da execução orçamentária: 6º bimestre de 2021. Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/assuntos/contabilidade-publica/relatorios-fiscais/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria/2021>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Relatório resumido da execução orçamentária: 6º bimestre de 2021. Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo/2021/1>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Lei Orçamentária Anual (LOA) - 2020. Brasília: Ministério da Economia, 2021.

BRATTON, Benjamin H. The Revenge of the Real: Politics for a Post-Pandemic World. Londres: Verso Books, 2021.

BRETTAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 11, n. 03, 2019, p. 07-18.

BROWN, Wendy. In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West. Nova Iorque: Columbia University Press, 2019.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino e outros. São Paulo: Politeia, 2019.
pt.wikipedia.org

BROWN, Wendy; LAIDLAW, James; OSSEWAARDE, Ringo. Education and the Production of Global Neoliberalism. Londres: Routledge, 2020.

BRUZZO, A. **Can Language Be Commodified?** Toward A Marxist Theory of Language Commodification. *Critical Inquiry in Language Studies*, V. 20, P. 150-178, 2022. Disponível Em: <https://doi.org/10.1080/15427587.2022.2102012>. Acesso Em: 10 Jun. 2024.

BURMAN, E. **Narratives of Experience and Pedagogical Practices**. *Narrative Inquiry*, V. 13, N. 2, P. 269–286, 2003.

Byung-Chul Han (2021). *Não-Coisas: A Ruína do Mundo Sensível*.

BYUNG-CHUL HAN. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Petrópolis: Vozes, 2021.

CAMERON, J. **The Cult of The Consumer: A Reflection on Consumption in The Post-Industrial Society**. *Journal Of Consumer Culture*, V. 5, N. 1, P. 147-161, 2005.

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo**. In: GALLEGO, Esther (Org.). *O ódio como político: a reinvenção das direitas no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia E Crise No Brasil Contemporâneo**. Rio De Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

CARTA CAPITAL. Abraham Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândia”. Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em: 11 out. 2023.

CARVALHO, Olavo De. **O Jardim Das Aflições: De Epicuro À Ressurreição De César – Ensaio Sobre O Materialismo E A Religião Civil**. 6. Ed. Campinas: Vide Editorial, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. pt.wikipedia.org

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. Tradução de Suzana Oliveira. Brasília: Editora UnB, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaas J. R. M. van der Laan. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A sociedade em rede: uma perspectiva global**. Tradução de Suzana Oliveira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel; FERNÁNDEZ-ARDEVOL, Mireia; LINCHUAN QIU, Jack; SEY, Araba. **Comunicação móvel e sociedade: uma perspectiva global**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pt.wikipedia.org

CASTELLS, Manuel; HIMANEN, Pekka. **A sociedade da informação e o estado de bem-estar: o modelo finlandês**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CATINI, Carolina de Roig. Empreendedorismo, Privatização e o Trabalho Sujo da Educação. **Revista USP**, V. 127, P. 53-68, 2021.

CATINI, Carolina De Roig. **Privatização da Educação e Gestão da Barbárie: Crítica da Forma do Direito**. São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2018.

CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. **Etnográfica**, v. 24, n. 3, p. 583-602, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/9385>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A Reforma Do Ensino. **Discurso - Revista do Departamento de Filosofia da USP**, N. 8, P. 148-159, 1978. Disponível Em:

<https://www.revistas.usp.br/Discurso/Article/View/37840/40567>. Acesso em: 15 Jan. 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAÚJO, Renata Sampaio. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/riesup/article/view/43884>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CHOMSKY, Noam. **Media Control: The Spectacular Achievements Of Propaganda**. New York: Seven Stories Press, 1997.

CHRISTOPHERS, Brett. **Rentier Capitalism: Who Owns the Economy, and Who Pays for It?** Londres: Verso Books, 2020.

COELHO, Luciana Livia Gonçalves. **O Avanço De Empresas Edtechs Na Educação Básica: Análise Da Cobertura Noticiosa Feita Pelos Jornais Paulistas Nos Anos De 2018 A 2021**. # Tear: Revista De Educação, Ciência E Tecnologia, V. 11, N. 2, 2022.

COHEN, Julie E. **Between truth and power: the legal constructions of informational capitalism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.

CORSETTI, Berenice. **Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil**. Educação Unisinos, v. 23, n. 4, 2019, p. 774-784.

COSTA E SILVA, Francely Priscila. **A Reforma Do Ensino Médio No Governo Michel Temer (2016-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, P. T.; MCCRAE, R. R. **Revised Neo Personality Inventory (Neo Pi-R) And Neo Five-Factor Inventory (Neo-Ffi) Professional Manual**. Lutz: Psychological Assessment Resources, 1992.

COULDRY, NICK; MEJIAS, ULISES A. **THE COSTS OF CONNECTION: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

COULSON, S. **Funnier Than Unhappiness: Adorno and The Art of Laughter**. New German Critique, V. 34, P. 141-163, 2007. Disponível Em: <https://doi.org/10.1215/0094033x-2006-021>.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2013.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Petrópolis: Vozes, 2021.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2013.

CRUZ JUNIOR, Gilson. **Politizando O Digital: Contribuições Para A Crítica Das Relações Entre Educação E Tecnologias**. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado E Democracia No Brasil**. São Paulo: Cortez/Eduff/Flacso-Brasil, 2012.

DAGNINO, Evelina. **Bolsonarismo: A Ascensão Do Populismo De Direita No Brasil**. Revista Brasileira De Ciências Sociais, V. 34, N. 99, P. 1-20, 2019.

DEBORD, Guy. **A Sociedade Do Espetáculo**. Paris: Buchet-Chastel, 1967.

DEDECCA, C. S. **A Reforma Trabalhista de 2017 e Seus Impactos Sobre as Relações de Trabalho No Brasil**. Estudos Avançados, V. 32, N. 92, P. 273-288, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora — Ensaio Sobre Os Atuais Tempos Sombrios No Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016.

DESINGER, André. **Polarização e Radicalização nas Eleições de 2014**. Revista Brasileira De Ciências Sociais, V. 30, N. 87, P. 1-20, 2015.

DEWEY, John. **Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000001.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 24, n. 03, 2019, p. 573-593.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os Demônios**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DRIGAS, A.; Ioannidou, R. **Special Education and Icts. International Journal of Emerging Technologies in Learning (Ijet)**, V. 8, N. 2, P. 41-47, 2013.

DUARTE, Newton; DOS SANTOS, Silvia Alves; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 2020, p. e4542134-e4542134.

DUHIGG, Charles. **The Power of Habit: Why We Do What We Do in Life and Business**. New York: Random House, 2012.

EAGLETON, Terry. **Walter Benjamin: Or Towards a Revolutionary Criticism**. London: Verso, 1981.

ECO, Umberto. O Fascismo Eterno. In: **Cinco escritos morais**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

EL PAÍS. **As Universidades Brasileiras Na Mira De Bolsonaro**. El País, 2019.

EUBANKS, Virginia. Automating inequality: how high-tech tools profile, police, and punish the poor. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2018. EYAL, N. **Hooked: How to Build Habit-Forming Products**. Nova York: Portfolio Penguin, 2014.

FACER, Keri; SELWYN, Neil. **Digital Technology and The Futures of Education: Towards “Non-Stupid” Optimism**. Unesco - Futures Of Education Report, 2021. Disponível Em: <https://Unesdoc.Unesco.Org>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FAGGIO, Giacomo. The Dark Side of Social Media: A Research Agenda. **International Journal of Information Management**, V. 57, P. 102–116, 2021.

FARIA, C. E. **A Governança Do Sistema De Ensino No Brasil: Um Estudo Sobre A Descentralização**. Tese (Doutorado) – Universidade De São Paulo, São Paulo, 2010.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Pedaladas Fiscais: Análise Técnica E Contábil**. São Paulo: Contábil Editora, 2016.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: Por Uma Crítica Hacker-Fanoniana**. São Paulo: Raízes Da América, 2022.

FEENBERG, Andrew. **Critical Theory of Technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

FEENBERG, Andrew. **Entre a razão e a experiência: ensaios sobre tecnologia e modernidade**. Tradução de Francisco Rüdiger. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2010.

FEENBERG, Andrew. **La tecnología en cuestión**. Tradução de Guillermo Hoyos Vásquez e Guillermo León Hoyos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006

FEENBERG, Andrew. **Tecnologia, modernidade e democracia**. Tradução de Eduardo Beira. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2015.

FEENBERG, Andrew. **Tecnossistema: a vida social da razão**. Tradução de Eduardo Beira e Cristiano Cruz. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2019.

FERNANDES, A. **Análise Das Filiações Partidárias Dos Políticos Citados Na Lava Jato**. Revista de Ciências Políticas, V. 12, N. 1, 2019.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **Capital Financeiro e Educação Superior no Brasil: adoção estratégica das tecnologias para ascensão e fortalecimento dos conglomerados educacionais**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2021.

FERRAZ, Maisa Oliveira Melo et al. A “democratização” do acesso ao ensino superior em tempos neoliberais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, 2020, p. 61185-61196.

FERREIRA, Lier Pires; DOMINGUES, Mauro Petersem; SIERRA, Vania Morales. Direitos Sociais em perspectiva: os desafios do Ensino Superior no contexto do “bolsonarismo”. **Revista Ágora**, v. 33, n. 02, 2022.

FISCHER, R. **A máquina do ódio: como a extrema direita boicota a ciência e destrói a democracia**. São Paulo: Planeta, 2021.

FISCHER, R. **A máquina do ódio: como a extrema direita boicota a ciência e destrói a democracia**. São Paulo: Planeta, 2021.

FISCHER, Rosa. **Educação, Tecnologia e Capitalismo Cognitivo**. Petrópolis: Vozes, 2020.

FISHER, Mark; GILBERT, Jeremy. **Reclaim modernity: beyond markets, beyond machines**. Londres: Compass, 2014. Disponível em: <https://www.compassonline.org.uk/publications/reclaiming-modernity-beyond-markets-beyond-machines/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FLEISSNER, P. **The "Commodification" Of Knowledge in The Global Information Society**. Triplec, V. 7, N. 2, P. 189-203, 2009. Disponível Em: <https://doi.org/10.31269/Triplec.V7i2.115>.

FOLHA DE S.PAULO. **Sem Política Federal, Ensino Técnico Tem Matrículas Estagnadas**. 2021. Disponível Em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/Sem-Politica-Federal-Ensino-Tecnico-Tem-Matriculas-Estagnadas.Shtml>. Acesso Em: 8 Fev. 2025.

FONSECA, André Dionei. O neoliberalismo no Ensino Superior: “sobrevivendo nas ruínas”. **Educação e Emancipação**, v. 12, n. 03, 2019, p. 223-245.

FORMIGA, Tarcila Soares. **O impacto de políticas neoliberais nas instituições federais de ensino: a presença dos valores inovação e empreendedorismo no projeto de lei Future-se**. Contemporânea, v. 13, n. 01, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1259>. Acesso em: 09 mar. 2025.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"**. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>. Acesso em: 09 mar. 2025.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREEMAN, M. **Tempo Mítico, Tempo Histórico e a Estrutura Narrativa do Eu**. *Narrativa Inquérito*, V. 8, N. 1, P. 27–50, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado E Sociedade**. São Paulo: Edart, 1978.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1920.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2011.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2011.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 1921/2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2009.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1964.

FROMM, Erich. **A arte de escutar**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

FROMM, Erich. **A arte de ser**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

FROMM, Erich. **A condição humana atual**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

FROMM, Erich. **A crise da psicanálise: ensaios sobre Freud, Marx e psicologia social**. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

FROMM, Erich. **A linguagem esquecida: uma introdução à compreensão de sonhos, contos de fadas e mitos**. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

FROMM, Erich. **A missão de Sigmund Freud: uma análise de sua personalidade e influência**. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Editora Pioneira, 1959.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança: para uma tecnologia humanizada**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FROMM, Erich. **A sociedade sã**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FROMM, Erich. **Marx e Freud: além das cadeias da ilusão**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FROMM, Erich. **O amor à vida**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

FROMM, Erich. **O coração do homem: sua propensão para o bem e para o mal.** Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FROMM, Erich. **O dogma de Cristo e outros ensaios sobre religião, psicologia e cultura.** Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FROMM, Erich. **O humanismo como utopia real.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

FROMM, Erich. **O inconsciente social.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

FROMM, Erich. **O medo à liberdade.** Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Editora Itatiaia, 1977.

FROMM, Erich. **Psicanálise da sociedade contemporânea.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

FROMM, Erich. **Psicanálise e religião.** Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Editora Pioneira, 1957.

FROMM, Erich. **Sobre a desobediência e outros ensaios.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FUCHS, Christian. **Digital labour and Karl Marx.** New York: Routledge, 2014.

FUMAGALLI, Andrea. **O bem viver no capitalismo cognitivo.** Roma: DeriveApprodi, 2015.

GALLEGO, Esther Solano. Bolsonaro: a aliança neoliberal-conservadora. Politizando, Brasília, v. 9, n. 31, abr. 2019.

GALLOWAY, Scott. **The Four: The Hidden DNA of Amazon, Apple, Facebook, And Google.** New York: Penguin Random House, 2017.

GESSEN, Masha. **Surviving Autocracy.** New York: Riverhead Books, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GILLWALD, Alison. **Digital inequality in the Global South: infrastructure, policy, and power.** Cape Town: Research ICT Africa, 2021.

GIROUX, Henry A. **Education and The Crisis of Public Values.** New York: Peter Lang, 2011.

GIROUX, Henry A. **Neoliberalism's War on Higher Education.** Chicago: Haymarket Books, 2014.

GIROUX, Henry A. **Neoliberalism's war on higher education.** Chicago: Haymarket Books, 2014.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1959.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GOLDBERG, L. R. **An Alternative "Description of Personality": The Big-Five Factor Structure**. Journal Of Personality and Social Psychology, V. 59, N. 6, P. 1216-1229, 1990.

GOLDSTEIN; Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

GOLEMAN, Daniel. **Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than Iq**. New York: Bantam Books, 1995.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Traducción de José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **El Risorgimento**. Traducción de José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976. es.wikipedia.org+1es.wikipedia.org+1

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavelo y la política**. Traducción de José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Pasado y presente**. Traducción de José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977. it.wikipedia.org+2es.wikipedia.org+2es.wikipedia.org+2

GRAMSCI, Antonio. **Passado e presente**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

GRASSEGER, H.; Krogerus, M. **The Data That Turned the World Upside Down. Motherboard**, 2017. Disponível Em: <https://Motherboard.Vice.Com>. Acesso Em: 12 Jun. 2024.

GREENWALD, Glenn Et Al. **Vaza Jato: Os Diálogos Secretos Da Lava Jato**. The Intercept Brasil, 2019.

GRIFFIN, R. **Fascism Past and Present, West and East**. Stuttgart: ibidem-Verlag, 2018.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. Nova Iorque: Routledge, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HAGGERTY, K. D.; Ericson, R. V. **The Surveillant Assemblage**. British Journal of Sociology, V. 51, N. 4, P. 605-622, 2000.

HAIDT, Jonathan. **A geração ansiosa: como a grande reconfiguração da infância está causando uma epidemia de doenças mentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HAIDT, Jonathan. **A mente moralista: por que pessoas boas se dividem por política e religião**. São Paulo: Alta Cult, 2020.

HAIDT, Jonathan. **Uma vida que vale a pena: a felicidade explicada por meio da sabedoria antiga e da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas: a libertação do mundo**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Belo Horizonte: Âyiné, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARAWAY, Donna. **A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s**. In: Simians, Cyborgs, and Women. Nova York: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna. **A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s**. In: Simians, Cyborgs, and Women. Nova York: Routledge, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

HARMAN, Chris. **O capitalismo zombi: crise global e as novas lutas de classes**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, v. 40, p. 63-87, 2004.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAYLES, N. Katherine. Hyper and deep attention: the generational divide in cognitive modes. **Profession**, v. 2007, n. 1, p. 187-199, 2007. Disponível em:

https://rws511.pbworks.com/w/file/attach/84598561/01_Hayles_hyper_and_deep_attention.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

HIRSH-PASEK, K.; Zosh, J. M.; Golinkoff, R. M.; Gray, J. H.; Robb, M. B.;

HONNETH, Axel. **A ideia de socialismo: um ensaio de atualização**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. **Crítica do poder: fases da reflexão de uma teoria crítica da sociedade**. Tradução de Gabriel Valladão Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade: esboço de uma eticidade democrática**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. **Patologias da razão: história e atualidade da teoria crítica**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HONNETH, Axel. **Reconhecimento ou redistribuição? Uma controvérsia político-filosófica**. Coautoria com Nancy Fraser. Tradução de William Li. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

HONNETH, Axel. **Reconhecimento: uma história da ideia na Europa**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo em uma perspectiva de teoria do reconhecimento**. Tradução de Gabriel Valladão Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORKHEIMER, Max. **Montaigne Und Die Funktion Der Skepsis**. In: Horkheimer, M. *Gesammelte Schriften*, V. 4. Frankfurt: Fischer, 1988. P. 236-294.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica: Uma Documentação**. Tomo 1. São Paulo: Perspectiva, 1990. P. 13-30.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1947.

HUNTER, W.; Power, T. J. **Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash**. *Journal Of Democracy*, V. 30, N. 1, P. 68-82, 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization In the Late Twentieth Century**. Norman: University Of Oklahoma Press, 1991.

ILLOUZ, Eva. **Por que o amor dói: uma explicação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ILLOUZ, Eva. **Why Love Hurts: A Sociological Explanation**. Cambridge: Polity, 2012.

JAEGGI, Rahel. **Alienação**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2016.

JAEGGI, Rahel. **Crítica das formas de vida**. Tradução de Rafael Zanvettor. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

JAEGGI, Rahel. **Der Markt Und Sein Preis**. *Deutsche Zeitschrift Für Philosophie*, 1999.

JAEGGI, Rahel. **Introdução à filosofia social**. Tradução de Pedro Maia Soares. Lisboa: Edições 70, 2019.

JAEGGI, Rahel. **O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?**. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 20, n. 2, p. 11-40, jul./dez. 2015.

JAEGGI, Rahel. **Repensando a ideologia**. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, p. 15-36, 2008.

JAMES, William. **As Variedades Da Experiência Religiosa**. São Paulo: Paulus, 2002.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

JANDRIĆ, Petar; McLAREN, Peter. **Postdigital dialogues on critical pedagogy, liberation theology and information technology**. Londres: Bloomsbury Academic, 2020.

JANDRIĆ, Petar; McLAREN, Peter. **Postdigital ecologies: technology, nature, and education**. Nova Iorque: Peter Lang Publishing, 2020.

JAY, Martin. Downcast Eyes: **The Degeneration Of Vision In Twentieth-Century French Thought**. Berkeley: University Of California Press, 1994.

JEANNERAT, H.; KEBIR, L. **Knowledge, Resources and Markets: What Economic System of Valuation?** Regional Studies, V. 50, P. 274 - 288, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343404.2014.986718>.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar**: Duas Formas de Pensar. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAHNEMAN, Daniel; SIBONY, Olivier; SUNSTEIN, Cass R. **Ruído: Uma falha no julgamento humano**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

KANT, Immanuel. **Fundamentação Da Metafísica Dos Costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

KAUFMAN, J. Putting Education In "Educational" Apps: Lessons from The Science of Learning. **Psychological Science in The Public Interest**, V. 16, N. 1, P. 3-34, 2015.

KELLNER, Douglas. **Media spectacle**. Londres: Routledge, 2003.

KELLNER, Douglas. **Media spectacle**. Londres: Routledge, 2003.

KHAN, Lina M. **Amazon's antitrust paradox**. *Yale Law Journal*, v. 126, n. 3, p. 710-805, 2017. Disponível em: https://www.yalelawjournal.org/pdf/e.710.Khan.805_zuvfyeh.pdf
Acesso em: 09 mar. 2025.

KHAN, Lina M. Amazon's antitrust paradox. **Yale Law Journal**, v. 126, n. 3, p. 710-805, 2017.

KOEHLER, K. **The Early Harvest: Tunisia's Revolutionary and Authoritarian Legacies**. *Mediterranean Politics*, V. 21, N. 1, P. 37-58, 2016.

KOSINSKI, M. et al. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. **PNAS**, v. 110, n. 15, 2013.

KOSINSKI, M. et al. **Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior**. *PNAS*, v. 110, n. 15, 2013.

KOSINSKI, M.; Stillwell, D.; Graepel, T. **Private Traits and Attributes Are Predictable from Digital Records of Human Behavior**. *Proceedings Of the National Academy of Sciences*, V. 110, N. 15, P. 5802-5805, 2013.

KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David; GRAEPEL, Thore. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 110, n. 15, p. 5802-5805, 2013. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/110/15/5802>. Acesso em: 9 mar. 2025.

KRUGMAN, Paul. **The Return of Depression Economics and The Crisis Of 2008**. New York: W.W. Norton e Company, 2009.

LACAN, Jacques. **O estágio do espelho como formador da função do eu**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949.

LACERDA, Marina Basso. **O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAHIRE, Bernard. **Enfants de classe: de l'inégalité parmi les enfants**. Paris: Seuil, 2018.

LAING, Ronald David. **O eu dividido**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LATHER, P. **Perdendo-se: esforços feministas em direção a uma ciência dupla**. Albany: Suny, 2007.

LATHER, P.; KITCHENS, J. **Applied Benjamin: Educational Thought, Research and Pedagogy**. Journal Of Curriculum Theorizing, 2017.

LAVAL, Christian. **A Escola Não é uma Empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEÃO, N. A guerra cultural em tempos digitais. **Revista Compolítica**, v. 12, n. 2, 2022.

LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo Contra a Universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. **Educação e neofascismo no governo Bolsonaro**. In: GALLEGOS, Esther; MOTA, Fernando (Orgs.). **(Neo)fascismos e educação**. São Paulo: Editora Xamã, 2020. p. 25-50.

LEHER, Roberto. **Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu**. In: LEHER, Roberto. **Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro**.

LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia Cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. LEHER, Roberto. **Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa**. Educação e Sociedade, v. 42, 2021.

LEHER, Roberto. **Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural”**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.242863>. Acesso em: 09 mar. 2025.

- LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosemary Soares dos. **Governo Bolsonaro e autocracia burguesa**: expressões neofascistas no capitalismo dependente In: LEHER, Roberto (Org.). *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- LEMKE, A. **Dopamine Nation: Finding Balance in The Age of Indulgence**. Nova York: Dutton, 2021.
- LEÓN, J. **Alternative Funding Models for Edtech: A Path to Inclusivity**. *International Journal of Educational Finance*, 2023.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LI, O. Correctly Understand Marx's Theory of Work Value. **Journal Of Tianjin Administration Institute**, 2001.
- LIMA, Kátia. **Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital**. *Universidade e Sociedade*, Brasília, número especial, 2019b, p. 08-39.
- LIMA, Kátia. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 513-524, 2019.
- LIMA, Paula Valim de. **O Projeto Educativo da Nova Direita Brasileira: sujeitos, pautas e propostas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- LIPPMANN, W. **Public Opinion**. New York: Harcourt, 1922.
- LOCKE, John. **Ensaio Acerca Do Entendimento Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Original Publicado Em 1689).
- LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. Brasília: Editora UnB, 1978 [1689].
- LOMBARDI, José Claudinei; Saviani, Dermeval; Nascimento, Maria Isabel Moura (Orgs.). **A Escola Pública No Brasil – História E Historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- LOZANO, Daniele et al. Tendências neoliberais nas reformas e no financiamento do ensino superior brasileiro no início do século XXI. **Educere et Educare**, v. 15, n. 36, 2020.
- Lukács, G. (1923/2003). *História e Consciência de Classe*. Martins Fontes.
- LUKIANOFF, Greg; HAIDT: **O mimado cérebro americano: como boas intenções e más ideias estão preparando uma geração para o fracasso**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2019.
- MACEDO, A. A Influência de Steve Bannon na Campanha de Bolsonaro. **Revista de Política Internacional**, V. 20, N. 4, P. 67-82, 2017.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.
- MACLURE, M. **O Osso Na Garganta: Algumas Reflexões Incertas Sobre O Método Barroco**. *Pesquisa Qualitativa Em Educação*, V. 19, N. 6, P. 729–745, 2006.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; et al (Orgs.). **Os Anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

MANCIBO, Deise. Pandemia e educação superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 2020, p. e4566131-e4566131.

MARCUSE, Herbert. **A Dimensão Estética**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MARCUSE, Herbert. **Contrarrevolução e Revolta**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Tradução de José Guilherme Merquior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Escritos Filosófico-Políticos**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2004.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. São Paulo: Herder, 1973.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**. Tradução de Alberto Rangel. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. **Para uma Teoria Crítica da Sociedade**. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Unesp, 2015.

MARCUSE, Herbert. **Psicanálise e Política**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**: Hegel e o surgimento da Teoria Social. Tradução de Dora Nunes de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Unesp, 1999.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda Constitucional 95/2016 E O Teto Dos Gastos Públicos: Brasil De Volta Ao Estado De Exceção Econômico E Ao Capitalismo Desastre. **Revista De Investigações Constitucionais**, Curitiba, V. 4, N. 1, P. 259-281, Jan./Abr. 2019.

MARWICK, A.; Lewis, R. **Media Manipulation and Disinformation Online**. Data e Society Research Institute, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 1844.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 1867/2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCDANIEL, B. T.; COYNE, S. M. “Technoference”: The interference of technology in couple relationships and implications for women’s personal and relational well-being. **Psychology of Popular Media Culture**, v. 5, n. 1, p. 85–98, 2016.

MCLAREN, Peter. **Capitalists And Conquerors: A Critical Pedagogy Against Empire**. Lanham: Rowman e Littlefield Publishers, 2005.

MCLAREN, Peter. **Che Guevara, Paulo Freire, and the pedagogy of revolution**. Lanham: Rowman e Littlefield, 2000.

MCLAREN, Peter. **Life in schools: an introduction to critical pedagogy in the foundations of education**. 5. ed. Boston: Pearson Education, 2006

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MELO, Adriana Almeida Sales; Sousa, Flavio Bezerra De. A Agenda Do Mercado E A Educação No Governo Temer. **Germinal: Marxismo E Educação Em Debate**, Salvador, V. 9, N. 1, P. 25-36, Ago. 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1945.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MEYER, M. **Evgeny Vs. The Internet**. Columbia Journalism Review, V. 52, P. 18, 2014.

MHLAMBI, Sabelo. **From rationality to relationality: Ubuntu as an ethical and human rights framework for artificial intelligence governance**. Cambridge: Berkman Klein Center, 2020. Disponível em: <https://cyber.harvard.edu/publication/2020/rationality-relationality>. Acesso em: 09 mar. 2025.

MICHELATOM, Luiz Henrique. **Políticas Públicas De Educação No Governo Bolsonaro (2019-2022)**. Revista Kirikere, V. 1, N. 1, 2023, P. 1-15. Disponível Em: <https://Periodicos.Ufes.Br/Kirikere/Article/View/42011>. Acesso Em: 8 Fev. 2025.

MIGNOLO, Walter. **El lado más oscuro de la modernidad occidental: globalización, colonialidad y el vivir bien**. Barcelona: Gedisa, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **A Educação da “Miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **Para que o futuro não fique para trás**: a universidade brasileira e o enigma do bolsonarismo. Argumentum, v. 14, n. 1, 2022, p. 26-37.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. **A financeirização da educação privada nas páginas de revista**: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. Educação e Sociedade, v. 40, 2019, p. 01-19.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, And Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MORAES, Roberto. **Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma**. Com Ciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2020. Disponível em:

<https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/> Acesso em: 11 dez. 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Para salvar tudo, clique aqui: a loucura do solucionismo tecnológico**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. New York: Publicaffairs, 2011.

MOUNK, Y. **The People Vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

MOURA, Fernanda. **"Escola Sem Partido": Relações Entre Estado, Educação E Religião E Os Impactos No Ensino De História**. Dissertação (Mestrado Em História) – Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2016.

MOURA, Rodrigo. **Impeachment: Aspectos Políticos E Jurídicos**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

MUDDE, C. **Populist Radical Right Parties In Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, C. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MURPHY, T. **Do We Need Theory?** A Critical Examination of The State of Theory in Organizational Studies. *Organization Studies*, V. 22, N. 5, P. 805-822, 2001.

NANCY, Jean-Luc. **La communauté désœuvrée**. Paris: Christian Bourgois, 1986.

NAPOLITANO, M. Resenha de *Guerra cultural e retórica do ódio*. **Revista USP**, n. 133, 2022.

NAPOLITANO, M. Resenha de *Guerra cultural e retórica do ódio*. **Revista USP**, n. 133, 2022.

NEGRI, Antonio. **Value and affect**. *Boundary 2*, Durham, v. 26, n. 2, p. 77-88, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822384595-011>. Acesso em: 09 mar. 2025.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NETO, O. F. C.; NEZ, E. De. **Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: As Políticas Públicas Educacionais seus Avanços, Reveses e Perspectivas**. Universidade Federal De Mato Grosso (Ufmg) E Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (Ufrgs), 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia Da Moral**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiado Humano**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: NYU Press, 2018.

NUNES, Rodrigo. **Fake News E Desinformação Na Campanha De 2018**. *Revista Brasileira De Estudos Políticos*, V. 36, N. 2, P. 23-39, 2019.

O'MAHONEY, J.; HEUSINKVELD, S.; WRIGHT, C. **Commodifying the Commodifiers: The Impact of Procurement on Management Knowledge**. *Journal Of Management Studies*, 2013. Disponível Em: <https://doi.org/10.1111/Joms.12008>.

O'NEIL, Cathy. **Armas de destruição matemática: como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. São Paulo: Rua do Sabão, 2020.

O'REILLY, Tim. **The future and why we should avoid it**. Nova York: Harper Business, 2021.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of Doubt**. New York: Bloomsbury Press, 2010.

ORWELL, George. **1984**. London: Secker e Warburg, 1949.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press, 1990.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. São Paulo: Zahar, 2011.

PASQUALE, Frank. **The black box society: the secret algorithms that control money and information**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PASQUINELLI, Matteo. **The eye of the master: capitalism, surveillance and the machine vision**. Londres: Verso, 2023.

PAXTON, R. O. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=12434>. Acesso em: 9 mar. 2025.

PERCASSI, J. et al. Universidades públicas na mira bolsonarista: Doutrinação, balbúrdia e cotas na guerra cultural da extrema-direita. **Revista ECO-Pós**, v. 27, n. 1, p. 378-405, 2024.

PEREIRA, André R. V. V.; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; GALVÃO, Ana Carolina. **A invenção da balbúrdia**: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília: ANDES-SN; ADUFES, 2022.

PEREIRA, Carolina Pessoa. **Proteção social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

PETERS, Michael A. **Algorithmic capitalism and educational futures**. *Educational Philosophy and Theory*, v. 52, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/00131857.2019.1580011>. Acesso em: 09 mar. 2025.

PETERS, Michael A. **Cognitive capitalism, education, and digital labor**. Nova York: Peter Lang, 2011.

PETERS, Michael A. **Neoliberalism and After? Education, Social Policy, and the Crisis of Western Capitalism**. Peter Lang, 2011.

PETERS, Michael A.; MCLAREN, Peter. **Critical pedagogy and Marx, Vygotsky and Freire: phenomenology, historical materialism and dialogue**. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

PETERS, Michael. **Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2011.

PETERS, Michael; NEILSON, David. **Theorising Immaterial Labor: Toward Creativity, Co(Labor)Action and Collective Intelligence**. *Educational Philosophy and Theory*, V. 53, P. 1283 - 1294, 2020. Disponível Em: <https://doi.org/10.1080/00131857.2020.1840349>.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PILATTI, Luiz Alberto; et al. As demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 27, 2022, p. 553-570.

PINHEIRO-MACHADO, R.; Scalco, L. M. **Rolezinhos: Marcas, Consumo E Segregação No Brasil**. Revista De Estudos Culturais, 2014.

POISSON, C. Et Al. The Dopamine Connection: More Than Just A "Like". **Resilience Therapy**, 2021. Disponível Em: <https://www.resiliencetherapypllc.com>. Acesso Em: 9 Dez. 2023.

POPPER, Karl. **A Lógica Da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 1934.

POPPER, Karl. **The Open Society and Its Enemies**. London: Routledge, 1945.

PRIMACK, B. Et Al. **Social Media Use and Social Isolation Among Young Adults**. *American Journal of Preventive Medicine*, V. 53, N. 1, P. 1-8, 2017.

PRZYBYLSKI, Andrew K.; WEINSTEIN, Netta. Digital screen time limits and young children's psychological well-being: Evidence from a population-based study. **Child Development**, v. 90, n. 1, p. 56-65, 2019. DOI: 10.1111/cdev.13007. Acesso em: 24 fev. 2025.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O que há de novo na nova direita? identitarismo europeu, trumpismo e bolsonarismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

QUINTANA, S. F. **A Revolução Do Algoritmo: A Regulação Da Inteligência Artificial**. Revista De Direito E Tecnologia, V. 14, N. 1, P. 109-130, 2020.

RADESKY, J. S.; KISTIN, C. J.; ZUCKERMAN, B.; NITZBERG, K.; GROSS, J.; KAPLAN-SANOFF, M.; SILVERSTEIN, M. **Patterns of Mobile Device Use by Caregivers and Children During Meals in Fast Food Restaurants**. Pediatrics, V. 133, N. 4, P. E843-E849, 2014.

RAIC, Daniele Farias Freire; CARDOSO, Marilete Calegari; PEREIRA, Socorro Aparecida Cabral. A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: balbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, 2020, p. e4556143 e4556143. RAMOS, Edla. **Formação De Educadores Na Cultura Digital: A Construção Coletiva De Uma Proposta**. 2015.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. **This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

REPA, L. **Reconstructive Critique as Immanent Critique: On the Notion of Surplus of Validity In Axel Honneth's Theory Of Recognition**. Critical Horizons, V. 24, P. 1-14, 2023. Disponível Em: <https://doi.org/10.1080/14409917.2023.2195799>.

RFI BRASIL. **Governo Bolsonaro Segmenta População Ao Propor Ensino Técnico 'Aos Pobres', Aponta Pesquisador**. 2019. Disponível Em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190131-Governo-Bolsonaro-Segmenta-Populacao-Propor-Ensino-Tecnico-Aos-Pobres>. Acesso Em: 8 Fev. 2025.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RICOEUR, Paul. **From Text to Action: Essays in Hermeneutics II**. London: Continuum, 1995.

RICOEUR, Paul. **Si-mesmo como outro**. São Paulo: Papyrus, 1990.

ROBERTS, J. A.; DAVID, M. E. My life has become a major distraction from my cell phone: Partner phubbing and relationship satisfaction among romantic partners. **Computers in Human Behavior**, v. 54, p. 134–141, 2016.

ROCHA, J. C. C. Entrevista à **Revista Cult**. Ed. 278, 2021.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, João César de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico - retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Rio de Janeiro: Editora Caminhos, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/download/210174/199311/658659>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

RODRIGUES, Mavi. Crisis del capital y irracionalismo exacerbado: notas críticas sobre el conservadurismo neofascista y de(s)colonial. *Rev. Plaza Pública*, v. 16, n. 29, 2023, p. 71-82.
RORTY, Richard. **Contingency, Irony, And Solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: uma crítica social do tempo**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Unesp, 2010.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration: A New Theory of Modernity**. New York: Columbia University Press, 2013.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Unesp, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ROSE, Jonathan. **From Cultural Studies to Media Studies: A New Direction for Media Research?** *Media, Culture e Society*, V. 40, N. 1, P. 131-145, 2018.

ROUVROY, Antoinette. **Governmentality in an Age of Autonomic Computing**. In: M. Hildebrandt et al. (Eds.). *Privacy, Due Process and the Computational Turn*. Abingdon: Routledge, 2013.

SACCAMANO, N. **The Consolations of Ambivalence: Habermas And The Public Sphere**. *Mln*, V. 106, P. 685, 1991. Disponível Em: <https://doi.org/10.2307/2904805>.

SAES, Décio. **O Conceito De Estado Burguês**. *Cadernos Ifch, Instituto De Filosofia E Ciências Humanas - Unicamp*, N. 25, 1992.

SAFORCADA, Fernanda. Privatización y mercantilización de la universidad latino americana: nudos de poder y enredos de sentidos. In: SAFORCADA, Fernanda; ATAÍRO, Daniela; TROTTA, Lucía (Orgs.). *La Privatización de la Universidad en América Latina y Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, IEC-CONADU, 2022.

SALDANHA, Ana Paula. A Crise No Mec E A Destruição Da Educação Pública No Brasil. **Revista De Trabalho, Política E Sociedade**, V. 7, N. 12, 2019.

SÁNCHEZ, Laura Marcela Cubides; LEAL, Fabiana Soares Fernandes. Governo Bolsonaro: impactos do contexto político atual no Ensino Superior Intercultural. *Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 62, 2021, p. 223-235.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SARDINHA, Rafaela; SOUZA, Fabio Araújo de. O financiamento da educação básica no governo Bolsonaro em tempos de financeirização do capital. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SASSEN, Saskia. **Território, autoridade e direitos: do medieval aos agenciamentos globais**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, D. **História Das Ideias Pedagógicas No Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHILLER, Dan. **Digital Capitalism: Networking the Global Market System**. Cambridge: Mit Press, 1999.

SCHMITT, Carl. **Der Begriff Des Politischen**. Berlin: Duncker e Humblot, 1932.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEEGER, Fabiano Dutra; ALVES, Marcos Alexandre; GHISLENI, Taís Steffenello.

Educação superior na sociedade pós-moderna: propagação e mercantilização do ensino na modalidade EAD no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, 2021, p. e490101119986-e490101119986.

SELWYN, Neil. **Digital education in the time of algorithms**. Londres: Routledge, 2021.

SELWYN, Neil. **Education In a Digital World: Global Perspectives on Technology and Education**. Abingdon Oxon United Kingdom: Routledge, 2013.

SEMERARO, Giovanni. **Apresentação**. In: GALLEGO, Esther; MOTA, Fernando (Orgs.). **(Neo)fascismos e educação**. São Paulo: Editora Xamã, 2020. p. 7-12.

SEUBERT, S.; Becker, C. **The Culture Industry Revisited: Sociophilosophical Reflections On ‘Privacy’ In the Digital Age**. *Philosophy e Social Criticism*, V. 45, P. 930 - 947, 2019. Disponível Em: <https://doi.org/10.1177/0191453719849719>.

SGUISSARDI, V. **Educação Superior na América Latina e as Reformas Educacionais: Brasil E Argentina**. Estudos Em Educação, 2010.

SGUISSARDI, V. **Universidade Brasileira no Século XXI: Dualidade e Desordem**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educação e Sociedade**, v. 41, 2020, p. e239000.

SILVA, Renato Oliveira da; SANTOS, Maria Escolástica de Moura; SANTOS, Pedro Pereira dos. Mercantilização e educação: os impactos do capitalismo dependente na educação superior no Brasil no contexto da crise estrutural do capital. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 01, 2022, p. 293-308.

- SILVA, Simone; et al. Educação superior pública federal no governo autocrático. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. **Rebellion in Brazil: Social and Political Complexities**. Latin American Perspectives, V. 41, N. 5, P. 14-28, 2014.
- SOARES, R. V. (2024). **Nova Direita e Educação Superior no Brasil: Incidências, Desafios e Resistências Contemporâneas**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho. Future-se: um golpe contra a democratização do ensino superior. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, 2020.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SPARROW, B.; Liu, J.; Wegner, D. M. **Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips**. Science, V. 333, N. 6043, P. 776-778, 2011.
- SPATTI, Ana Carolina; SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**, v. 21, n. 02, 2016, p. 341-360.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução de Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018. *(Tradução de: Platform Capitalism. Polity Press, 2017)*.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução de Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.
- SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventando o futuro: pós-capitalismo e um mundo sem trabalho**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. *(Tradução de: Inventing the Future: Postcapitalism and a World Without Work. Verso, 2015)*.
- SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventando o futuro: pós-capitalismo e um mundo sem trabalho**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Patrícia Couto e Manuel Telles. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. *(Tradução de: The Precariat: The New Dangerous Class. Bloomsbury, 2011)*.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Patrícia Couto e Manuel Telles. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- STANDING, Guy. **O Precariado: A Nova Classe Perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- STIGLITZ, J. E. **Freefall: America, Free Markets, And the Sinking of The World Economy**. New York: W.W. Norton e Company, 2010.
- STIGLITZ, J. E. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton e Company, 2002.

SUNSTEIN, Cass R. **Going to Extremes: How Like Minds Unite and Divide**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.Com 2.0**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.Com**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Swartz, A. (2013). "How Academia and Publishing are Destroying Scientific Innovation". *The Guardian*.

TENÓRIO, Tânia. Educação E Neoliberalismo No Brasil Contemporâneo. **Revista Brasileira De Políticas Públicas**, 2022.

TERRANOVA, Tiziana. **Free labor: producing culture for the digital economy**. *Social Text*, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1215/01642472-18-2_63-33 Acesso em: 09 mar. 2025.

THIENGO, Lara Carlette. A pedagogia tecnicista e a educação superior brasileira. *Cadernos UniFOA*, v. 13, n. 38, 2018, p. 59-68.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório Anual de Atividades 2022**. Relatório Institucional, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-de-atividades-2022-digital.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Toffler, A. (1980). *The Third Wave*.

Toffler, A. (1980). *The Third Wave*.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TORRES, Michelangelo. A Instrumentalização Do Enem No Governo Bolsonaro. **Revista de Ciências da Educação**, 2019.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter And Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest**. New Haven: Yale University Press, 2018.

UCZAK, Lucia Hugo; Bernardi, Liane Maria; Rossi, Alexandre José. O Governo Temer E A Asfixia Dos Processos De Democratização Da Educação. **Educação**, Santa Maria, V. 45, P. 1-23, Jan./Dez. 2020.

UFF – Universidade Federal Fluminense. **Documentos internos sobre suspensão de seminário**. Niterói: UFF, 2021.

UFRGS. (2020). **Nota pública sobre corte de verbas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Relembre os Retrocessos do (des)Governo Bolsonaro para a Educação**. 2022. Disponível Em: <https://Www.Ubes.Org.Br/2022/Relembre-Os-Retrocessos-Do-Desgoverno-Bolsonaro-Para-Educacao/>. Acesso Em: 8 Fev. 2025.

USTÁRROZ, Elisa; QUADROS, Sérgio Feldmann de; MOROSINI, Marília Costa. Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 03, n. 03, 2017, p. 538-562.

VAIDHYANATHAN, S. **Antisocial Media: How Facebook Disconnects Us and Undermines Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

VEALE, Michael; ZUIDERVEEN BORGESIU, Frederik. **Demystifying the draft EU Artificial Intelligence Act**. *Computer Law e Security Review*, v. 39, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2020.105531>. Acesso em: 9 mar. 2025.

VERCELLONE, C. **From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for A Marxist Reading of The Thesis of Cognitive Capitalism**. *Historical Materialism*, V. 15, P. 13-36, 2007. Disponível Em: <https://doi.org/10.1163/156920607x171681>.

VERCELLONE, Carlo. **Capitalismo cognitivo**. Roma: Manifestolibri, 2007.

VIRILIO, Paul. **A Máquina de Visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

VIRNO, Paolo. **Gramática da Multidão**. São Paulo: Annablume, 2003.

VOSOUGHI, S.; Roy, D.; Aral, S. **The Spread of True and False News Online**. *Science*, V. 359, N. 6380, P. 1146-1151, 2018.

WARD, A. F.; DUKE, K.; GNEEZY, A.; BOS, M. W. **Brain Drain: The Mere Presence of One's Own Smartphone Reduces Available Cognitive Capacity**. *Journal Of the Association for Consumer Research*, V. 2, N. 2, P. 140-154, 2017.

WEBER, Max. **Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, 1946.

WILLIAMSON, Ben. **Big data in education: the digital future of learning, policy and practice**. Londres: SAGE, 2017.

WILLIAMSON, Ben; HOGAN, Anna. **Commercialization And Privatisation In/Of Education in The Context of Covid-19**. *Education International Research*, 2020.

WINEBURG, S.; MCGREW, S. **Lateral Reading: Reading Less and Learning More When Evaluating Digital Information**. Stanford History Education Group, 2017.

WU, Tim. **Mercadores da atenção: a luta épica para entrar na sua cabeça**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. (*Tradução de: The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads. Vintage, 2017*).

YANG, X. **On Re-Understanding of Theory of Marxist Labor Value**. *Journal Of Zhengzhou Institute of Aeronautical Industry Management*, 2005.

YANNOULAS, Silvia Cristina; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. **Propuestas político pedagógicas neoconservadoras**: falácias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. Debate Público – Reflexión de Trabajo Social, v. 11, 2021, p. 65-81.

ZANDER, Tatiane Marisa Marafigo et al. O programa Reuni e a interiorização das universidades federais: uma revisão narrativa. Educere: Revista da Educação da UNIPAR, v. 22, n. 01, 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. **Big Other: Capitalismo De Vigilância e Perspectivas para uma Civilização de Informação**. In: Bruno, F. Et Al. **Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da Margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 17-68.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.